DEPÓSITO
DEZ 1941

BOLETIM
DO
SINDICATO NACIONAL
DOS
JORNALISTAS

SINDICATO DE JORNALISTAS
BIBLIOTECA

NÚMERO ESPECIAL COMEMORATIVO DO TRICENTENÁRIO DA «GAZETA»

1941

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

DIRECTOR: LUIZ TEIXEIRA

Presidente da Comissão Administrativa do S. N. J.

EDITOR: ANTÓNIO TINOCO

BOLETIM

NÚMERO 4

COMEMORATIVO DO TRICENTENÁRIO DA «GAZETA»

PROPRIEDADE DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT / 62 / 2.º / TEL. 2 2195

LISBOA / OUTUBRO — NOVEMBRO — DEZEMBRO / 1941

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

PUBLICAÇÃO MENSAL

Editorial Ática, Lda. — Comp. e imp. na Gráfica Santelmo, R. de S. Bernardo, 84

ÍNDICES

TEXTO

Relances sôbre os três séculos do Jornalismo Português, pelo Dr. Alfredo da Cunha 5
Os jornais manuscritos do século XVIII, pelo Dr. Júlio Dantas 37
O Jornal e o Teatro — O repórter, por Eduardo Schwalbach 51
Jornal e Jornalismo, pelo Dr. Augusto de Castro 55
No Tricentenário do Jornalismo português, pelo Eng. J. Fernando de de Sousa 59
Lume vivo, pelo Dr. Joaquim Manso 63
Escolas Gerais, por Joaquim Leitão 65
Homenagem aos precursores, por Adelino Mendes 71
Os bastidores da entrevista, de Rocha Júnior 75
Simples alvitres, pelo Dr. Agostinho de Campos 79
Missão da Imprensa, pelo Dr. João Ameal 81
A Tipografia 83
A «Revista Militar» e o Tricentenário da «Gazeta», pelo General Teixeira Botelho 85
Rodrigues Sampaio e os seus jornais, de Rocha Martins 91
O Padre Sena Freitas jornalista, pelo Padre Moreira das Neves 97
Jornalismo, por Homem Christo 103
A Imprensa portuguesa de hoje, por João Pereira da Rosa 109
Depoimento de um jornalista, soldado da campanha do centenário, por Matos Sequeira 113
Das «Relações» e da «Gazeta» de 1641 ao jornalismo do século XX, por Norberto de Araújo 119
Pero Vaz Caminha — o primeiro repórter português, por Acúrcio Pereira 125
Do adjectivo laudatório nos jornais portugueses, pelo Dr. Norberto Lopes 129
Breve notícia da Imprensa católica, pelo Padre Miguel de Oliveira 133
Da Profissão, pelo Dr. José Ribeiro dos Santos 139
Macau 143
Imprensa dos Açores, por Dutra Faria 145
Legenda acêrca dos jornais ilustrados portugueses, por Leitão de Barros 151
Manuel António de Vasconcelos, fundador de «O Açoreano Oriental» por Frazão de Vasconcelos 157

Guedes de Oliveira, por Mário de Figueiredo 161
Jornais e jornalistas da Madeira, por L. V. de C. 163
História e evolução da Imprensa Portuguesa no Ultramar, por Mimoso Moreira 167
Profissionais do Jornalismo, por Luiz Teixeira 181
Antiqualhas e curiosidades 185
Registo (a Imprensa brasileira, Carlos Malheiro Dias, Manuel Teixeira Gomes e Nobre Martins) 191
Jornais e outras publicações periódicas portuguesas existentes em Novembro de 1941 197

GRAVURAS

Gazeta de Novembro de 1641 (frontispício e 1.ª pág.) 8
Mercúrio Português (fronts. e 1.ª pág. do 1.º número) 10
Gazeta de Lisboa (primeiras páginas do 1.º e do 2.º números, respectivamente) 11
Lisboa (1.ª pág. dum dos números do periódico redigido pelo poeta Pedro António Correia Garção — Julho de 1760) 12
Gazeta Literária (fronts. do 1.º número e a primeira pág. do último número — 1761-1762) 14
Jornal Enciclopédico (fronts. do 1.º número e gravura a par — 1779)... 15
O Espectro (1.ª pág. do 1.º número — 1846) 20
O Panorama (fronts. do 1.º número — 1837) 21
Revista Universal (1.ª pág. do 1.º número — 1841) 22
Revista Militar (fronts. do Tômo I — 1849) 22
O Instituto (idem — 1852) 23
O Cinco Réis (1.ª pág. do 1.º número — 1843) 28
O Grátis (jornal de anúncios — idem — 1836) 28
O Grátis, jornal d'annuncios e do commercio (duas págs. do tempo em que publicava anúncios com vinhetas — 1848) ..... 30 e 31
Uma reportagem há 57 anos (fora do texto) ..... 50 e 51
Oficina tipográfica nos fins do século XV 83
A Revolução de Setembro (1.ª pág. do n.º 1 — 1840) 93
Fac simile *de uma carta de Sena Freitas a Camilo* 101
Novo Diário das Terras Desconhecidas (fronts. 1508) 115
O Açoreano Oriental (1.ª pág. de um número antigo) 147
Manuel António de Vasconcelos 158
Jornal do Comércio, O Comércio, Diário de Notícias e *O Século* (primeiras páginas dos primeiros números dos mais antigos jornais diários de Lisboa e Pôrto) ..... 196 e 197

RELANCES

SÔBRE OS TRÊS SÉCULOS DO JORNALISMO PORTUGUÊS

ESTÁ ainda por fazer, ou, ao menos, por publicar, se é que já outrem a escreveu, a história do jornalismo português. Mais de uma vez a prometeu Silva Túlio, cuja situação na Biblioteca Nacional de Lisboa lhe facilitaria a realização da promessa. A-pesar, porém, das exortações de Inocêncio Francisco da Silva, para que a cumprisse, apenas chegou a publicar o programa da obra.

Tão descurada foi esta matéria, e tanta falta se julgou haver de elementos para a tratar, que, já, em 1853, o autor do *Dicionário Bibliográfico* supunha não ser provável que tal história viesse um dia a público. E, no ano seguinte, João José de Sousa Teles reputava a emprêsa «dificílima, se não impossível, se, com as gerações que se sómem no sepulcro (escrevia êle), se forem sepultando também notícias que conviria registar».

Estranho é, com efeito, que os autores de livros de história geral, ou de literatura, se não tivessem interessado pelo assunto. E entretanto os primeiros encontraram preciosos e abundantíssimos cabedais de informação nos jornais de várias épocas; e os segundos parece terem esquècido quanto a literatura jornalística tem sido de primacial importância, especialmente há cem anos a esta parte. Pode dizer-se que raríssimo foi o escritor de renome que a não houvesse cultivado. E a uns e outros cumpria igualmente lembrarem-se, por sentimentos

de gratidão e de justiça, de quanto os homens de letras são devedores à Imprensa periódica, pelo que respeita à propaganda, divulgação e encarecimento das suas obras.

Efectivamente, se abrirmos as histórias de literatura de Teófilo Braga, do Dr. Mendes dos Remédios ou do sr. Aubrey Bell, por exemplo ,verificaremos que o primeiro apenas gastou uma dúzia de linhas com os dois mais antigos jornais portugueses; o segundo, nem quatro páginas — das 700 do volume — chegou a dedicar ao jornalismo de mais de dois séculos e meio; e para o terceiro, a quem aliás se deve um trabalho de valor, parece não ter existido imprensa periódica em Portugal! Isto para só me referir a três dos que melhor se ocuparam com a nossa história literária.

Tentei eu essa tarefa, a que não é mero formalismo verbal chamar ímproba, como se costuma dizer de outras, que aliás não primam nem se recomendam pelos excessos de fadiga que custassem aos autores. Não desconhecia as dificuldades com que ia defrontar-me — tantos avisos lera em bibliógrafos experimentados! — o que torna menos desculpável a ousadia do cometimento. E dêste resultou o trabalho, certamente não isento de deficiências, nem expurgado de erros, que, sob o título de *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa,* a Academia das Ciências faz publicar nas suas *Memórias,* em comemoração do tricentenário do primeiro periódico que viu a luz em Portugal.

Compreende êle o que chamei a época *antiga* do nosso jornalismo, ou sejam os 180 anos decorridos desde o aparecimento da *Gazeta* de Novembro de 1641, até à promulgação da Lei que em 1821 instituíu no país o novo regime legal para a imprensa, preceituando a sua liberdade, e, com esta, a abolição da censura prévia.

Assim se procurou transformar o velho regime preventivo, que vinha de alguns séculos, em meramente repressivo, passando a castigar-se o delito cometido, mas não obstando à sua prática pelo antecipado exame do escrito a publicar.

Fôra esta uma das mais ardentes aspirações dos vintistas, inspirados pelas ideias avançadas da revolução francesa, e animados pelo que na vizinha Espanha estatuíra a efémera Constituïção de Cadiz.

*
* *

Pode reputar-se a época *moderna* do jornalismo nacional a que decorre de 1821 a 1890, ano em que terminou o período de mais ampla tolerância de que até agora êle gozou. Abrange, além dos tempos revoltos das lutas entre os dois filhos de D. João VI, o reinado, ainda inquieto, de D. Maria II, e os mais sossegados de D. Pedro V e D. Luiz. Foi êste soberano que pôs a sua rubrica e guarda na Lei de 17 de Maio de 1866, de Barjona de Freitas, que concedeu à imprensa periódica regalias que nunca, antes nem depois, foram igualadas. A elas acresceu a ilimitada complacência com que se consentiu o que, anteriormente, motivaria graves punições, e mais tarde veio a ser objecto de providências repressivas de acentuado rigor.

*
* *

Inaugurou a época, a que pode chamar-se *contemporânea,* e começa com o reinado de D .Carlos, a primeira reacção do poder contra a acção demolidora e revolucionária da imprensa, parte da qual atacava violentamente as próprias instituïções e a pessoa do seu mais alto representante. Foi o Decreto de 29 de Março de 1890, do Ministro da Justiça Lopo Vaz de Sampaio e Melo, que deu princípio a essa repressão, que depois se tornou tantas vezes ilegal, como se confessava no relatório do Decreto de 20 de Junho de 1907, firmado por João Franco e Dr. Teixeira de Abreu. Ali textualmente se declarava que os governos se viam obrigados «ou a recorrer continuamente às disposições extremas da legislação respectiva, como a apreensão dos jornais, ou a sair para fora da lei, estabelecendo de facto a censura prévia».

*
* *

Delimitados assim os três períodos ou épocas da história da imprensa periódica portuguesa, transportemo-nos aos seus primórdios, ou seja ao tempo em que nasceu a *Gazeta* cognominada «da Restauração», cujo remoto aparecimento é agora festivamente comemorado.

D. João IV havia conquistado o trono, e a fôrça das armas susten-

tava-o contra os ataques do exército de Castela. A fôrça da opinião pública favorável à recuperação da independência é que estava diminuída pela acção dos corrutores de consciências, de dentro e de fora de fronteiras, e até pelo próprio facto de não poucas gerações terem sido nadas e criadas sob a influência do domínio estrangeiro. E assim se desnaturalizara parte do povo português durante os 60 anos dos reinados filipinos.

Sentiu-se, pois, a necessidade de recorrer ao auxílio doutro agente

GAZETA,
EM QVE SE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, E QVE VIERAM DE
varias partes no mes de Novembro de 1641.

Com todas as licenças necessarias.
E priuilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres,

ELEIIOV a armada de Olanda com huma eſquadra da armada Real de Caſtella, em que vinhão muitas fragatas de Dũque rque durou a pendencia mais de vinte, & quatro oras; foiſe a pique hum galeão dos Caſtelhanos, & ficarão alguns deſtroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano ſe retirou a eſte porto, donde eſtá aguardando aque elRey noſſo Senhor lhe de ſocorro para ſair ofra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde da Caſtanheira, que eſtaua preſo numa torre de Setuual pedio a elRey noſſo Senhor que lhe mudaſſe a prizão por quãto eſtaua indiſpoſto: & elRey noſſo Senhor vſando de ſua natural benignidade o mãdou trazer para o Caſtello de Lisboa.

Num lugar da Beira ſe afirma que ouue hum homẽ, que ouuindo dizer numa cõuerſação de amigos que na felice aclamação delRey noſſo Senhor fizera o crucifixo da Sè o milagre; que a tódos he notorio. diſſe que podia a caſo a imagem do Senhor deſpregar o braço; & aſsim como acabou de dizer eſtas palauras cahio huma parede junto da qual eſtauão todos os da conuerſação, & ſò a elle matou.

Eſtando o galeão Santa Margarida para dar à vela diſſe o Pilloto que naõ ſe atreuia a ſair ſem lhe darẽ mais gente do mar; inquietaráoſe os ſoldados, & foy neceſſario acodir o General Antonio Telles de Menezes, & alguns Senhores q̃ o acõpanharam na jornada de Cadis: & deſpois de tudo quieto prenderaõ tres ſoldados, que foraõ os cabeças, & a todos tres os enforcarão.

A Luis

que criasse novas convicções nos desnacionalizados, ou robustecesse e realentasse as antigas nos que se mostrassem tíbios ou menos entusiastas perante a restauração da pátria.

Eram conhecidos os efeitos persuasivos que as relações e outros papéis volantes tinham operado no espírito do povo, fomentando e aumentando nêle o ódio ao castelhano e a adesão aos restauradores.

O próprio D. João IV, a acreditar no testemunho de D. António Caetano de Sousa, ditava ao seu criado António Cavide alguns dêsses escritos de propaganda.

Pensou-se portanto naturalmente que uma fôlha, à semelhança

da *Gazette de France,* que Théophraste Renaudot fundara sob o patrocínio de Richelieu, no reinado de Luiz XIII, seria de utilidade para a causa dos patriotas portugueses. E a *Gazeta,* começada em Novembro de 1641, apareceu entre nós, segundo observou Herculano, para «animar o povo», e «narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que esta se via, e até exagera-las».

A tal ponto se mostrou ela consubstanciada com a política do monarca brigantino, que êste chegou a passar, embora sem prova, por um dos redactores. Outros atribuiram a sua redacção a Manuel de Galhegos, prosador e poeta de valor, muito afeiçoado à côrte de Lisboa e a quem o Alvará de 16 de Novembro de 1641 conferira o privilégio de imprimir e vender as «Gazetas das novas dêste reino», sendo possível que efectivamente também as redigisse.

João Franco Barreto, igualmente escritor de merecimento e muito viajado, obteve também, em 29 de Julho de 1642, Alvará que lhe concedia licença para «traduzir e imprimir as Relações de França e suas Gazetas», pelo que o inculcaram, por meras conjecturas, não destituídas de verosimilhança, redactor da fôlha. O mesmo sucedeu com Fr. Francisco Brandão, o qual, pelo menos desde Julho de 1645, a teria redigido, segundo escreveu Fr. Fortunato de S. Boaventura, fiado na informação de Fr. Manuel dos Santos, em nota, que encontrei, no manuscrito da segunda parte da *Alcobaça Ilustrada.*

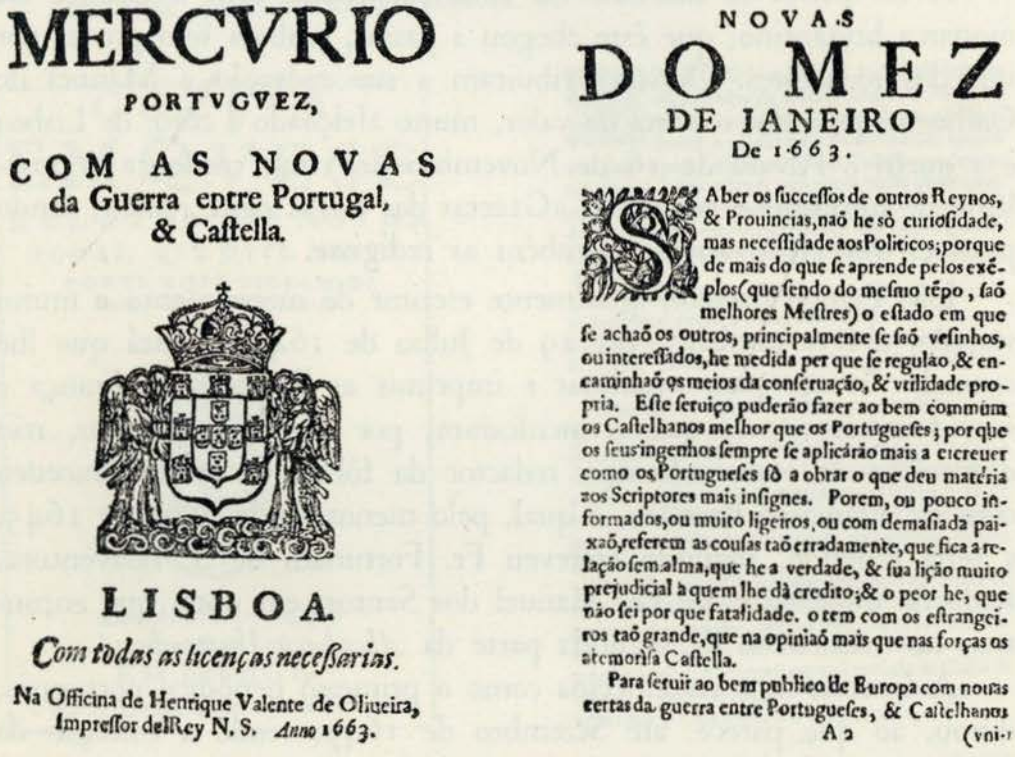
A *Gazeta,* hoje reconhecida como o primeiro periódico português, durou, ao que parece, até Setembro de 1647, sendo a colecção da Biblioteca de Évora a mais completa que se conhece.

Era ela essencialmente noticiosa, destinando-se, de comêço, consoante as indicações do seu frontispício inicial, a relatar «as novas todas que ouve nesta Corte, e que vieram de varias partes».

Essas novas, contudo, de Outubro de 1642 em diante, deixaram de ser do reino, e limitaram-se, certamente por imposição superior, às de fora dêle. Foi isto em seguida a levantar-se-lhe a suspensão com que o Decreto de 19 de Agôsto daquele ano lhe castigou as notícias, «em razão (dizia aquêle diploma) da pouca verdade de muitas, e estilo de todas ellas».

E, no reinado de D. João IV, de nenhum outro periódico português tenho notícia.

Ainda no século XVII, e reinando D. Afonso VI, apareceu o único periódico digno de registo nessa época — o *Mercúrio Português,* redigido, de 1663 até fim de 1666, pelo Dr. António de Sousa de Macedo. Escritor e diplomata dos mais altos méritos, fundou aquela fôlha, segundo declarava no artigo com que abriu o primeiro número,



MERCVRIO
PORTVGVEZ,
COM AS NOVAS
da Guerra entre Portugal,
& Caſtella.

LISBOA.
Com todas as licenças neceſſarias.
Na Officina de Henrique Valente de Oliueira,
Impreſſor delRey N. S. *Anno* 1663.

NOVAS
DO MEZ
DE IANEIRO
De 1663.

Saber os ſucceſſos de outros Reynos, & Prouincias, naõ he sò curioſidade, mas neceſſidade aos Politicos; porque de mais do que ſe aprende pelos exẽplos (que ſendo do meſmo tẽpo, ſaõ melhores Meſtres) o eſtado em que ſe achaõ os outros, principalmente ſe ſaõ veſinhos, ou intereſſados, he medida per que ſe regulão, & encaminhaõ os meios da conſeruação, & vtilidade propria. Eſte ſeruiço puderão fazer ao bem commũm os Caſtelhanos melhor que os Portugueſes; porque os ſeus ingenhos ſempre ſe aplicárão mais a eſcreuer como os Portugueſes ſò a obrar o que deu matéria aos Scriptores mais inſignes. Porem, ou pouco informados, ou muito ligeiros, ou com demaſiada paixaõ, referem as couſas taõ erradamente, que fica a relação ſem alma, que he a verdade, & ſua lição muito prejudicial à quem lhe dà credito; & o peor he, que não ſei por que fatalidade. o tem com os eſtrangeiros taõ grande, que na opiniaõ mais que nas forças os atemoriſa Caſtella.

Para ſeruir ao bem publico de Europa com novas certas da guerra entre Portugueſes, & Caſtelhanos

A 2 (vni-

«para servir bem o publico da Europa com novas certas da guerra entre Portugueses e Castelhanos».

*
* *

O século XVIII alvoreceu sem que em Portugal estivesse em publicação qualquer periódico, o que, a acreditar Adrien Balbi, era causa de estranheza e censura. Foi aquêle cujo número 1 saíu com o título de *Notícias do estado do mundo,* e o n.º 2 com o de *Gazeta de*

Lisboa, em Agôsto de 1715, a primeira fôlha setecentista digna de menção, até pela sua longevidade. Embora com interrupções, findou ela quando as tropas libertadoras entraram em Lisboa, em 24 de Julho de 1833.

A sua história, cortada, por vezes, de curiosos incidentes, é a duma fôlha semi-oficial, sempre portanto subordinada à vontade de quem governava e lhe concedia privilégio e licença para se publicar, e a tinha apertadamente sujeita aos rigores da censura.

Num. 1.

NOTICIAS
DO
ESTADO DO MUNDO.

Sabbado 10. de Agosto de 1715.

ALEMANHA, E TURQUIA

PELAS noticias da Corte de Viena se sabe, que o Emperador dos Turcos continua os seus aprestos militares contra a Europa, que tem repartidas as suas forças em tres corpos, hum acampado na Provincia de Dalmacia contra os Monte-Negrinos, Povos habitantes das montanhas de Albania nas vizinhanças do Rio Negro, os quaes negandolhe a obediencia de vassallos destruirão depois alguns Baxás, que com hum grosso de gente determinavaõ castigallos; outro nas fronteiras da Morea contra a Republica de Veneza; & o terceiro junto a Choczim nas vizinhanças de Polonia. As suas forças navaes se achavaõ juntas no Porto de Castellorosso, compondose de trinta & duas fragatas, vinte & oito Galeasses, & alguns Brulotes, esperando ainda alli os navios auxiliares de Barbaria, & os Brulotes q ficárão nos portos do Archipelago. A Republica de Veneza tem feito todos os apprestos necessarios para rebater esta guerra: a sua armada naval se achava no porto da Ilha Andros, esperando a chegada das Galès do Papa, & da Religião de Malta, com as quaes se considera tam forte como a Ottomana. A 18. de Junho partio de Veneza Monsieur Loredano na nao chamada Rainha do mar, com hú comboy em que vaõ quantidade de provisões, 1500. homens, & 110U. ducados em ouro, & prata para o exercito de Levante; & se preparava outro Comboy, que será escoltado por dous navios novos de oitenta peças cada hum. O Serasckier de Negroponte na tentado muitas vezes a senhorearse do Isthmo de Corintho, para franquear a entrada da Morea às tropas Otomanas, mas em todas ha sido rechaçado, & constrangido a retirarse sem o conseguir. Dizem q o Papa dará 1000. homens aos Venezianos, para se empregarem na guerra contra os Turcos. As Cartas de Andrinopoli de 12. de

A Mayo

Num. 2. 9

GAZETA DE LISBOA.

Sabbado 17. de Agosto de 1715.

ALEMANHA

POR cartas de Ratisbona de 8. de Julho se avisa, que o Ministro Deputado de S. A. Electoral Palatino apresentára naquella Dieta em 4. do dito mez hum memorial, em que se contem a representação de muytas contravenções feytas no Rhin superior contra a ultima paz concluida em Baden, na qual se confirma a que se tratou em Ryswyck no anno de 1697. desejando que a Dieta queira interessarse em que S.M. Imperial-hibilite em pedir a França a execução do dito Tratado, em favor do Senhor Electot Palatino seu amo. Consiste a sua queyxa, em que os Frances tem tomado por força posse de Seltz, & do Judgado inferior de Germersheim, desaficando violentamente daquelles lugares as tropas de S. A. El. Palatino, & pertendendo que estes pertencem ao districto de Hagueneu na Alsacia, cuja soberania fora cedida a França pelo Senhor Emperador, & pelo Imperio. Prova o dito Ministro o contrario, mostrando em como os ditos lugares forão sempre estimados com as suas dependencias ao Senhor Electot seu amo pelo direito antigo do Tratado de Ryswyck, & pelo antigo feudo delle, na mesma forma q os poseidos seus antecessores, em virtude da paz de Westphalia, & mostra juntamente, que os Principes seus antecessores, particularmente o Electot Carlos Luis havia possuido pacifica, & indisputavelmente a Germersheim, & Seltz ate o anno de 1680. em que lhe forão tirados pela Camera de Brisack, com oppressão das reuniões, o que se havia annullado pelo referido Tratado de Ryswyck. O segundo motivo da sua queyxa he o Priorado de Seltz, o qual S.Mag. Christianissima havia dado ao Collegio dos Padres da Companhia de Strasburgo, como parte da sua fundação, & pertendem manterse na posse delle, em virtude das palavras do Artigo 47. da paz de Ryswyck, que dizem, que os beneficios Ecclesiasticos collados no tempo da guerra, ficarem nos prefentes possuidores; sobre o que S.A.El. Palatina allega, que esta clausula se não deve entender no caso presente, porque a collação não era pessoal, que acabasse com a morte do possuidor, mas ficava incorporado para sempre com grande defraudo da sua Regalia, & assim devia serlhe restituido o dito Priorado, não obstante haverem os Padres da Companhia tido a precaução de alcançar a confirmação delle do Pontifice. A terceyra queyxa he a prohibição que o Governador de Alsacia fez a pagarem as embarcações Francezas, que possão pelo Rhin, o direyto que costumão pagar na Alfandega do Seltz da sua passagem, o qual havia sido confirmado ao Senhor Electot Palatino pela paz de Ryswyck; & os mesmos Francezes pertendem pagar até o principio desta ultima guerra. A quarta consiste em lhe haverem os Francezes tomado os Castellos de Petito-pierre, & Gutenbourg, que fazem parte da herança de Veldentz com o mesmo pertexto de ser situado na soberania de Alsacia, despojando os Officiaes de S. A. Electoral, tirandolhes as suas armas, & dispondo das suas rendas, por virtude de huma sentença do Supremo Tribunal da Alsacia em favor dos Principes de Birckenfeld, & de Salmbach, que com S.A. Elect. disputavão a mesma herança, havendo S. A. Elect. entrado na posse por ordem do Emperador em virtude de hua sentença do Conselho Aulico, onde a causa pende, & pertencendo somente ao Imperio o conhecimento della sobre o q S.Mag. tem declarado aos Electores de Colonia, & Baviera, que elle lhes não podia dar a mesma dos seus estados, sem receber os seus Ministros na Dieta, não sendo o Senhor Elector Palatino intimamente satisfeito sobre todos os pontos que lhe forão ocultados pela paz de Baden. - O Conde de Gergy Ministro de

B França

Literàriamente, quási tôda sem merecimento, não teve, nem podia ter, polìticamente, dadas as condições expostas, a menor influência ou prestígio. Constitui, porém, um valioso repositório de elementos e subsídios para a história pátria. Com êste fim a ela recorreram muitos, até dos que mais a desdenharam.

Redigiu-a, durante quási nove lustros, até Janeiro de 1760, José Freire de Monterroyo Mascarenhas, escritor ilustrado, a quem fôra concedido o exclusivo da publicação, mas que não mostrou ali a valia dos seus predicados literários.

Falecido êle, interrompeu-se a série da *Gazeta de Lisboa,* e publicou-se, por concessão do privilégio aos oficiais da Secretaria do Estado da Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no reinado de D. José, em Julho de 1760, o periódico intitulado—*Lisboa*—redigido pelo notável poeta Pedro António Correia Garção, um dos fundadores da Arcádia. Do mesmo modo que Monterroyo, não foi neste periódico, de pouca dura, que Garção revelou o seu talento. E, por motivos ainda não bem averiguados, decorridos dois anos, em Junho de 1762, era pelo Marquês de Pombal suprimida a fôlha. Não divergiu ela muito da sua predecessora, nem quanto a esta representa qualquer progresso.

XXIV.

LISBOA

COM PRI- VILEGIO

DE ELREY, N. SENHOR.

TERÇA FEIRA 15 DE JUNHO DE 1762.

ALEMANHA.

FRANÇA.

Morto D. José, a *Gazeta de Lisboa* reapareceu logo no começo do reinado de D. Maria I, em Agôsto de 1778. Nesta sua reaparição teve a redigi-la Félix António Castrioto, escritor fecundo, mas incorrecto, a cuja obra jornalística Filinto, Garrett, Silvestre Ribeiro e outros bons literatos não pouparam zombarias e críticas desfavoráveis.

Castrioto morreu em 1798, e em seguida a redacção da *Gazeta de Lisboa* andou por vários escritores, chegando, durante alguns meses da invasão francesa, a ser órgão de Junot e a dirigi-la Pierre Lagarde, em 1808.

Depois, o Dr. Francisco Soares Franco, que viria, nas Constituintes de 1821, a apresentar o primeiro projecto de lei sôbre liberdade de imprensa; Joaquim José Pedro Lopes, ferrenho absolutista e grande amigo de José Agostinho de Macedo; o miguelista Diogo de Goes Lara de Andrade; e, por pouco tempo, o liberal José Liberato Freire de Carvalho, além de outros de menos fama, foram seus redactores.

Cedeu o lugar à *Chronica Constitucional de Lisboa,* em 24 de Julho de 1833, terminando então a sua existência inglória, durante a qual se deram alguns casos picarescos.

Foi um dêles, que cito, para cortar, com uma nota humorística, a

monotonia da narrativa, o célebre anúncio, subrepticiamente introduzido na fôlha, da venda em hasta pública das «parelhas de bestas» que tinham puxado a carruagem de D. João VI, no dia em que regressou a Lisboa, por ocasião da *Vilafrancada*.

Essas «parelhas» eram, nem mais, nem menos, as dos fidalgos e oficiais militares que em Arroios se substituíram às muares de tiro daquela carruagem que conduziu o monarca e a rainha, levando-a à mão até à Sé Patriarcal.

O escândalo deu brado, e o redactor da *Gazeta*, de cuja boa fé se abusára, foi preso e demitido.

*

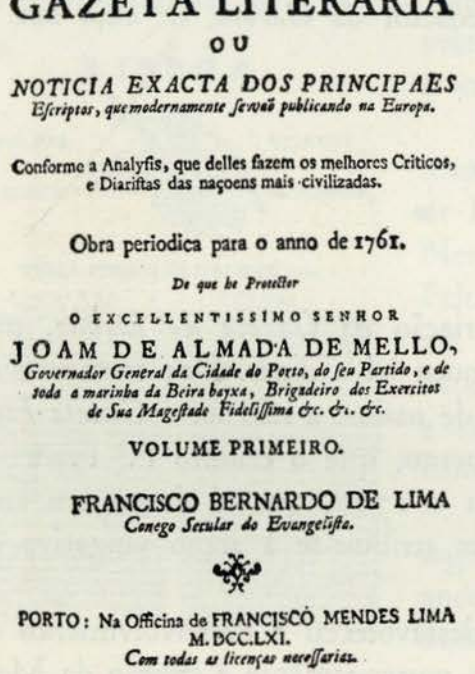
* *

Dos periódicos posteriores à criação da *Gazeta de Lisboa*, mas anteriores ao período pombalino, pouco há a dizer. Dos coetâneos de Pombal, nenhum teve importância de maior, a não ser a *Gazeta Literária*, publicação de muito merecimento, que o erudito P.e Francisco Bernardo de Lima redigiu de 1761 a 1762, que só durou um ano, e cuja morte prematura creio dever atribuir-se à acção vingativa do famoso Marquês.

A prova do modo como êste desfavoreceu o desenvolvimento da Imprensa periódica está no facto de, posteriormente à criação da Mesa Censória, em 1768, até à morte de D. José, em 1777, em 10 anos, ao que parece certo, não sòmente nenhum periódico se ter fundado de novo, mas também nenhum se publicar em Portugal! Nos registos que consultei, abre-se uma solução de continuïdade desde o aparecimento do *Diário Universal*, em 1764, até o de *Com privilégio real*, em 1778.

E que periódicos eram os do tempo de Pombal e os que se seguiram até fins do século XVIII? Bastará ler-lhes os títulos e sub-títulos, para se formar idéia da prudência e reserva com que se dedicavam a assuntos estranhos à política, e se abstinham de qualquer crítica a actos governativos. Eram publicações anódinas, como o *Occulto ins-*

truido (1756), as *Semanas proveitosas aos viventes racionais* (1759), o *Postilhão de Apolo* (1761), os *Ecos que a fama dá,* com «as peregrinas flores da Poesia Portuguesa em que vistosamente se esmaltam os jardins das Musas do Parnaso», como de si próprios diziam os tais *Ecos,* ou *O Sonho Lembrado,* com as paradoxais «semanas futuras dos annos passados».



GAZETA LITERARIA

OU

NOTICIA EXACTA DOS PRINCIPAES

Escriptos, que modernamente se vão publicando na Europa.

Conforme a Analyfis, que delles fazem os melhores Criticos, e Diariftas das naçoens mais civilizadas.

Obra periodica para o anno de 1761.

De que he Protector

O EXCELLENTISSIMO SENHOR

JOAM DE ALMADA DE MELLO,

Governador General da Cidade do Porto, do ſeu Partido, e de toda a marinha da Beira baixa, Brigadeiro dos Exercitos de Sua Mageſtade Fidelifſima &c. &c. &c.

VOLUME PRIMEIRO.

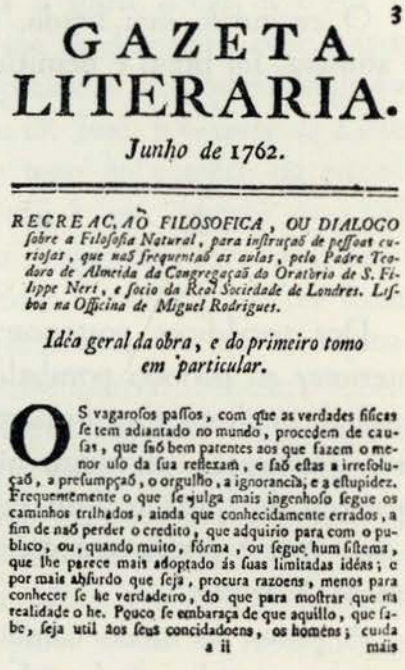
FRANCISCO BERNARDO DE LIMA

Conego Secular do Evangeliſta.

PORTO: Na Officina de FRANCISCO MENDES LIMA

M. DCC. LXI.

Com todas as licenças neceſſarias.



3

GAZETA LITERARIA.

Junho de 1762.

RECREAÇAÕ FILOSOFICA, OU DIALOGO ſobre a Filoſofia Natural, para inſtruçaõ de peſſoas curioſas, que naõ frequentaõ as aulas, pelo Padre Theodoro de Almeida da Congregaçaõ do Oratorio de S. Filippe Neri, e ſocio da Real Sociedade de Londres. Liſboa na Officina de Miguel Rodrigues.

Idéa geral da obra, e do primeiro tomo em particular.

OS vagarоſos paſſos, com que as verdades fiſicas ſe tem adiantado no mundo, procedem de cauſas, que ſaõ bem patentes aos que fazem o menor uſo da ſua reflexaõ, e ſaõ eſtas a irreſoluçaõ, a preſumpçaõ, o orgulho, a ignorancia, e a eſtupidez. Frequentemente o que ſe julga mais ingenhoſo ſegue os caminhos trilhados, ainda que conhecidamente errados, a fim de naõ perder o credito, que adquirio para com o publico, ou, quando muito, fórma, ou ſegue hum ſiſtema, que lhe parece mais adoptado ás ſuas limitadas idéas; e por mais abſurdo que ſeja, procura razoens, menos para conhecer ſe he verdadeiro, do que para moſtrar que na realidade o he. Pouco ſe embaraça de que aquillo, que ſabe, ſeja util aos ſeus concidadoens, os homens; cuida

a ii

mais

Inibidos de comentarem os factos, recorriam às alegorias; e não se lhes permitindo controvérsias sôbre matéria de administração, entretinham os leitores com frivolidades e devaneios imaginativos. Assim, pois, os periódicos, ou se mostravam principalmente noticiosos, como a *Gazeta de Lisboa,* o *Lisboa,* o *Expresso da Côrte,* o *Hebdomadário Lisbonense,* o *Mercúrio Histórico, Político e Literário,* e o *Correio Mercantil;* ou de difusão de conhecimentos utéis, de moral e filosofia, como o *Anónimo,* as *Tardes de Maio,* a *Gazeta Literária,* o *Paládio Português,* o *Diário Universal,* o *Jornal Enciclopédico,* as *Efemérides Náuticas;* ou cautamente satíricos e humorísticos, como o *Folheto de*

Ambas Lisboas, o *Almocreve das Petas,* o *Café Jocoso;* ou recreativos, como o *Jornal de Modinhas,* o *Passatempo curioso,* etc.

Não eram, pois, estas inofensivas fôlhas as que inquietavam Pina Manique, mas sim outros papéis, já eivados do virus revolucionário, e a que se referia o edital da Intendência, de 13 de Março de 1781.

*

* *

Só no primeiro quartel do século XIX, quer como reacção contra as invasões napoleónicas, quer, sob o influxo das idéias avançadas,

JORNAL
ENCICLOPEDICO
DEDICADO
Á RAINHA
N. SENHORA,
E DESTINADO
PARA INSTRUCÇAÕ GERAL,
COM A NOTICIA
DOS NOVOS DESCOBRIMENTOS
EM TODAS
AS SIENCIAS, E ARTES
Caderno 1 de Julho 1779.

LISBOA
Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impreſſor da Real Meza Cenſoria. Anno 1779.
Com licença da meſma Real Meza.

vindas de França e Espanha, nas lutas entre liberais e absolutistas, os jornais se apresentaram francamente políticos e de combate. Oliveira Martins chamou «apocalípticos» aos títulos de certos periódicos daquelas épocas de ferozes controvérsias. E dá como exemplo a *Trombeta Final.* Mas também eram orquestrais, como a *Sanfona,* o *Serpentão,* o *Rebecão,* a *Gaita,* a *Trombeta Lusitana* e o *Clarim;* ou ruidosos e barulhentos, como o *Zabumba,* a *Sega-Rega,* o *Xocalho,* a *Tuba da Verdade;* arrieirais e contundentes, como *O Zorrague* e o *Azorrague,* o *Açoite dos periodiqueiros;* ou tempestuosos, como *O Raio,* o *Relâmpago,* o *Trovão,* etc.

Por aqui se vê a que extravagância de fantasia levavam as paixões da política!

Nem só em Portugal, porém, se publicavam jornais portugueses. Os emigrados liberais mantiveram, especialmente em Londres, periódicos que muito concorreram para a vitória da sua causa, e que, para êste fim, alguém escreveu que valeram mais do que os decantados 7.500 bravos do Mindelo.

Começara o penúltimo século, segundo os registos bibliográficos de mais crédito, apenas com as seguintes fôlhas em publicação: *Gazeta de Lisboa, Com privilégio real, Ephemerides nauticas* e o *Correio Mercantil e Economico de Portugal*. Tinham cessado em 1800 o *Almocreve das Petas* e o *Mercúrio Britânico*.

Brito Aranha escreveu a tal propósito: «Nos primeiros anos do século XIX o movimento jornalístico foi diminuto e o desenvolvimento da tipografia também foi insignificante, nos primores da impressão. Em geral a impressão era má e o papel de má qualidade. Estavam em grande atraso as artes gráficas. De 1801 a 1820 houve ano em que o número das publicações periódicas não passou de 3 ou 4. No lapso indicado, excluam-se os anos de 1808 a 1809, nos quais aumentou muito, como era natural, o número de periódicos».

Foi êsse aumento devido à repulsa provocada pela primeira invasão francesa, que fêz afrouxar os rigores da censura, e provocou tal efervescência que, no mesmo dia 1 de Setembro de 1809, se fundaram em Lisboa quatro jornais — o *Novo Diario de Lisboa,* o *Journal de Lisboa,* o *Mappa Politico* e o *Mensageiro,* todos anti-napoleónicos!

Adrien Balbi, no tômo II do seu *Essai Statistique,* insere uma lista de 31 periódicos que em Junho de 1821 se publicavam em Portugal e no Brasil, ainda unidos no mesmo reino, sendo de 39 o número dos que Silva Pereira regista como fundados naquele mesmo ano. Por seu lado, Soriano informa:

«Nos fins de Novembro (de 1820) a Imprensa periódica havia já tomado um grande ascendente no público, saindo em Lisboa diàriamente os seguintes Jornais: *Gazeta de Lisboa, Diário do Govêrno, Minerva Constitucional, Mnemosine Constitucional, Português Constitucional* e o *Patriota.* Os não diários eram: *Amigo do Povo,* publicado às quartas-feiras; *Amigo do Príncipe,* às

terças e sextas; *Templo da Memória,* às têrças e quintas; *Astro da Lusitânia,* às segundas, quartas e sextas; *O Liberal,* às quartas-feiras; *O Pregoeiro Lusitano,* aos sábados; *Diálogo dos Cegos,* às terças e sextas; e finalmente *O Cidadão Astuto,* às segundas, quartas e sábados. Parece-nos que além dêstes haviam mais uns dois ou três».

A-pesar-de tôdas as precauções e providências da Intendência da Polícia, contra os «papéis ímpios e sediciosos», como lhes chamava, a propaganda liberal ia alastrando, e para ela concorreram poderosamente o *Correio Brasiliense,* do brasileiro Hipólito da Costa, o *Português,* de João Bernardo da Rocha Loureiro, e o *Campeão Português,* de José Liberato Freire de Carvalho, todos três impressos em Londres.

Entravam êles clandestinamente em Portugal, onde, segundo veio a descobrir-se, tinham, entre os seus muitos e mais interessados leitores, o próprio D. João VI!

Foram os três jornalistas citados, dos primeiros escritores portugueses que fizeram do periodismo político principal ou quási exclusiva profissão. Outros houve, seus contemporâneos, que também assinalaram, com efectividade, a sua passagem no jornalismo: o fecundo e virulento panfletário P.e José Agostinho de Macedo, no *Motim Literário,* no *Espectador Português,* no *Desaprovador,* no *Jornal Enciclopédico,* na *Gazeta Universal,* na *Tripa Virada,* na *Besta Esfolada* e no *Desengano;* o seu constante antagonista Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, no *Observador Português,* no *Correio da Península,* no *Português Constitucional,* etc.; o popularíssimo humorista José Daniel Rodrigues da Costa, no *Almocreve das Petas* e em outras publicações que se lhe seguiram, do mesmo género e com igual aceitação; o P.e Joaquim Ferreira de Freitas, por alcunha o *Padre Amaro,* título da fôlha em que, ao serviço de D. Pedro, defendeu a independência do Brasil; os Drs. Bernardo José de Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco Pereira, no *Investigador Português em Inglaterra;* e no Brasil, antes da separação de Portugal, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, José Bonifácio de Andrada e Silva, José da Silva Lisboa e o P.e Januário da Cunha Barbosa.

Em periódicos científicos devem lembrar-se os nomes de Cândido José Xavier e do Dr. Francisco Solano Constâncio, nos *Anais das*

Ciências, das Artes e das Letras (Paris 1818), e José Feliciano de Castilho e Ângelo Ferreira Diniz, no *Jornal de Coimbra.*

Ainda começaram, por essa época, a cultivar o jornalismo Rodrigo da Fonseca Magalhães e António Luiz de Seabra, e transitòriamente, no jornal político — *O Independente* — Manuel Fernandes Tomás e José Joaquim Ferreira de Moura, notáveis vintistas.

*
* *

Chegado ao têrmo da época *antiga* do periodismo português, muito longe me levaria historiar, pôsto que resumidamente, o que foi o jornalismo de 1821 a 1890.

A revolução de 1820, com a conseqüente convocação das Côrtes Constituintes, que em 1821 discutiram e aprovaram as bases da Constituïção que D. João VI veio a aceitar em 1822, e a rejeitar em 1823, trouxe a instituïção legal do novo regime regulador da Imprensa. Foi êste, durante algumas interessantes sessões, em que se fizeram ouvir, pró e contra, os mais eloqüentes membros do Congresso — Fernandes Tomás, Francisco Soares Franco, Ferreira de Moura, Bento Pereira do Carmo, Manuel Borges Carneiro, Agostinho José Freire, combatendo a censura prévia, e Joaquim Annes de Carvalho, o Bispo de Beja Luiz da Cunha de Abreu e Melo, Manuel Agostinho Madeira Tôrres, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, defendendo-a — o objecto dos primeiros trabalhos das Côrtes de 1821. Tal foi a urgência que se reconheceu na resolução do assunto! É, porém, certo que, durante os seguintes anos de absolutismo e de liberalismo, ficou apenas na letra, quer das mencionadas bases, quer da lei de 1821, quer da primeira Constituïção, da mesma forma que na da Carta Constitucional de 1826, a abolição da censura prévia, que só entrou na prática depois da lei de 22 de Dezembro de 1834.

Até então os absolutistas mantiveram-na, como era lógico, e os próprios constitucionais, que proclamaram o seu banimento, não deram execução ao que decretaram. Um dos mais cotados, o deputado vintista Inocêncio António de Miranda, Abade de Medrões, chegou

pùblicamente a confessar, no *Cidadão Lusitano,* que tinha sido prematura a concessão da liberdade de Imprensa, porque (escrevia êle em 1822) «os portuguezes tem os olhos ainda muito doentes para ver de repente tanta luz».

Nesse ambíguo regime de temor e de desejo de dar largas às regalias outorgadas, de mêdo e de ânsia de abolir a censura preventiva, se viveu durante os 12 ou 13 anos consecutivos ao das Constituintes.

Em seguida, porém, à lei de Dezembro de 1834, de acentuado cunho liberal, e que terminou, de vez e de facto, com aquela imposição, as publicações periódicas, que nesse ano se haviam fundado em número de 17, subiram a 54 no imediato, e a 67 em 1836. E a média manteve-se sempre muito superior àquele primeiro número até 1850, ano da lei de Costa Cabral alcunhada — «das rôlhas» — em que desceram a 15.

As oscilações da produção jornalística acompanhavam as da tolerância ou intolerância com que era tratada a Imprensa. Por isso o ano de 1866, em que foi promulgada a mais amplamente liberal de tôdas as leis portuguesas que a tem regulado, foi também aquêle em que, pela primeira vez, o número dos periódicos fundados de novo, nos doze meses, subiu à dezena dos 80, chegando a mais de 200, vinte anos depois.

É curiosa, para comprovar o que fica dito, esta nota das médias aproximadas do movimento anual da criação de periódicos durante os 7 decénios de 1820 a 1889, obtidas do mesmo modo que os números precedentes, pelas indicações de Silva Pereira nas suas resenhas jornalísticas.

1820 a 1829	24
1830 a 1849	34
1840 a 1849	35
1850 a 1859	39
1860 a 1869	67
1870 a 1879	90
1880 a 1889	184

*

* *

Quanto ao que chamarei a época *moderna* do jornalismo, ou seja à que se seguiu a 1821, escrevi eu na *Memória* que em 1898 apresentei ao Congresso Internacional da Imprensa, que se reüniu em Lisboa:

Reflectindo as vicissitudes por que passaram as liberdades públicas em Portugal, os periódicos deixaram de ter apenas a feição noticiosa com que principiaram e que lhes explica a origem e razão de ser, tornando-se essencialmente políticos e revolucionários. Não deixaram todavia de coexistir e desenvolver-se, a par dêstes, as revistas e publicações literárias e científicas, ressentindo-se, tanto aqueles como estas, depois do regresso à pátria dos emigrados liberais, da influência das fôlhas estrangeiras, que os homisiados portugueses haviam melhor conhecido em França, Inglaterra e Bélgica. É a fase que se acentua, principalmente depois de 1834, data a partir da qual a imprensa política recebe vigoroso impulso e adquire preponderância sem precedentes entre nós. Haviam-na fortificado as cruentas refregas da revolução e honravam-na nomes tais como os de Garrett, Rodrigo da Fonseca, os dois Passos, António Luiz de Seabra, Rebêlo da Silva — não só jornalistas eminentes, mas homens de Estado, que se tornaram célebres.

N.º 1. DEZEMBRO 16 1846

O ESPECTRO.

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos

ADVERTENCIA.

O *Espectro* vai substituir o *Ecco de Santarem*. Este ultimo titulo correspondia pouco á grandeza do objecto. A nossa doutrina acha *écco* em todo o paiz, e não parte sómente de Santarém, parte de todos os corações generosos em que estão radicados os principios da justiça, da liberdade, da igualdade.

O *Espectro* é a sombra das victimas que acompanhará sempre os seus assassinos e oppressores — é a *sombra mortis*, esse fantasma que não deixa o rico no seu palacio nem o pobre na sua cabana — é o innocente a clamar vingança contra o seu perseguidor — é o dedo invisivel da Providencia a escrever nas paredes da casa de Balthasar a sentença da sua morte.

O *Espectro* nem se assigna nem se vende. Assim foi o *Ecco de Santarem*. Distribue-se gratuitamente. Algumas almas bem formadas teem offerecido o seu auxilio para ajudar a publicação que não tem sido acceite.

LISBOA 15 DE DEZEMBRO.

A populosa Lisboa apresenta o aspecto da morte. As suas ruas como as da Sião acham-se desertas, os seus templos vazios, os seus espectaculos interrompidos, as suas transacções commerciaes paralisadas, os seus habitantes entristecidos, e um murmurio longinquo annunciando algum grande abalo social — esta confusão, esta coleuma que precede os grandes furacões, e que no *sauve qui peut* exprime o estado de consternação em que jaz submergida.

A insurreição bate a todas as portas, e escarnece as iras dos sultões — o despotismo já não ataca, recúa, tomou a offensiva, e retira na defensiva. Os exercitos ministeriaes bem municiados, bem providos de tudo tremem diante das forças populares que alcunham de *rotas*, a quem escaceou todos os meios, e ás quaes sómente sobra enthusiasmo, galhardia e amor da patria.

Portugal ou hade ser livre, ou hade ser conquistado.

Não ha uma terra sem tropa de linha que não proclame immediatamente a liberdade e a resistencia ao governo!

Este facto é caracteristico, e pedimos que delle se tome nota. A tendencia do povo é visivelmente para o progresso.

A insurreição não é conquista — rebenta espontaneamente apenas o povo fica desaffrontado da força oppressora.

Este fenomeno é singular, e determina o nosso grande caracter de nacionalidade.

A capital teme e treme. Ha aqui muito egoismo n'uns, muita indifferença n'outros, mas ha grande espirito de liberdade nas massas que a agiotagem não tem corrompido, ha muito voluntario armado com quem o povo póde contar, ha muito cidadão respeitavel cuja arma não se hade disparar contra os seus irmãos, ha muito patriotismo encoberto debaixo dessas corrêas cabralistas, muito coração ardente que só deseja ver chegado o momento da aproximação das forças populares para se unir a ellas e ajuda-las na nobre empreza de libertar o paiz.

O poder conhece esta verdade, sente-a, apalpa-a. O espirito publico revela-se em todos os actos individuaes: o edificio ministerial afflue-se e desmorona-se por todas partes.

Entre os principais periódicos desta época, o *Espectro* e a *Revolução de Setembro,* êste último fundado por José Estêvão Coelho de Magalhãis e Mendes Leite, são, pelo que respeita às fôlhas de propaganda política, os mais notáveis espécimes, do mesmo modo que o *Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense,* em grande parte redigidos aquêle por Alexandre Herculano e esta por António Feliciano de Castilho, dois dos maiores escritores portugueses dêste século, constituem modelos que fariam honra à imprensa periódica de qualquer país.

O *Espectro* e a *Revolução de Setembro* foram ambos redigidos por António Rodrigues Sampaio, que se notabilizou entre os nossos mais vigorosos jornalistas.

Caracteriza êste segundo período, não só a mais perfeita segurança dos processos jornalísticos, mas a veemência das paixões que as fôlhas traduziam com extraordinário ardor, sendo certo que só então começaram a ser tratadas, com mais desafôgo e elevação, as grandes questões políticas e sociais.

Pelo que respeita à parte material, é considerável o aperfeiçoamento nos sistemas de impressão e nos trabalhos de gravura que ilustram diversas publicações literárias.

É também de notar a multiplicação rápida dos jornais, cujo desenvolvimento o novo regime liberal, a-pesar-de alguns contraproducentes interregnos, era de molde a favorecer.

*

* *

Pelo que respeita ao jornalismo literário, publicou Andrade Ferreira no *Arquivo Pitoresco* (V. I, pág. 93-96) um artigo que abrange as publicações daquele género dignas de nota até à data em que escreveu — 1858. Ali se refere ao *Panorama,* fundado pelo «verdadeiro patriarca» de tal periodismo, Alexandre Herculano. Êste, junto com Castilho, já dera notável carácter filológico e arqueológico ao *Jornal dos amigos das letras.* Não cita, porém, o *Recreio* que Monteverde sustentou durante 8 anos, a partir de 1836.

O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

SOCIEDADE PROPAGADORA

DOS

CONHECIMENTOS UTEIS.

VOLUME PRIMEIRO.

LISBOA:

Alude ao *Arquivo Popular,* cujo título denuncia as suas modestas aspirações literárias e educativas; ao *Mosaico,* onde se iniciaram Rebêlo da Silva, Mendes Leal, Lopes de Mendonça, Andrade Corvo, Casal Ribeiro e outros, que mais tarde se tornaram célebres; e à *Época* e ao *Farol* fundado

com intuito de acerada crítica por Latino Coelho e António de Serpa. Data de 1841 a *Revista Universal Lisbonense,* dirigida por Castilho e colaborada pelos melhores homens de letras daquele tempo, e onde Garrett publicou as *Viagens na minha terra,* Corvo o romance *Um ano na côrte,* e Rebêlo da Silva a *Mocidade de D. João V* — o que bastava para torná-la inesquecível.

Scientifica, Litteraria, Agricola, Commercial,
Chronica Judicial, Artistica, e Gronomica de todo o mundo.

REVISTA UNIVERSAL.

N.° 1.

PREÇO DAS ASSIGNATURAS.

Quinta feira 1 de Outubro de 1841

A redacção da REVISTA UNIVERSAL acceita, agradece, e publica todo e qualquer noticia fidedigna e interessante, que lhe seja enviada, mórmente as de que possa resultar credito, instrucção, ou outro qualquer aproveitamento para Portuguezes.

Cura dos cereaes.

FRANÇA.

Mova sociedade de batatas.

FRANÇA.

Andrade Ferreira menciona a *Ilustração,* em que escreveram Herculano e Garrett, e cujo valor artístico se ressentiu do atraso da gravura entre nós, e a *Semana,* redigida por João de Lemos, Silva Bruschy, Aires Pinto de Sousa e Aguiar de Loureiro, e mais tarde Silva Túlio. Nela Camilo publicou grande parte dum dos seus primeiros romances — o *Anátema* — e também, numa daquelas suas espantosas incongruências, um artigo de cerrada crítica aos *jornais literários,* essa «mercancia (dizia êle) que atravessa as fronteiras do senso comum, sem pagar os direitos do completo desprêzo».

REVISTA

MILITAR.

Le guerre est une science pour les hommes de genie, un art pour les hommes de talent, un métier pour les ignorants.

FREDERIC LE GRAND.

TOMO I.

LISBOA

NA IMPRENSA NACIONAL.

1849

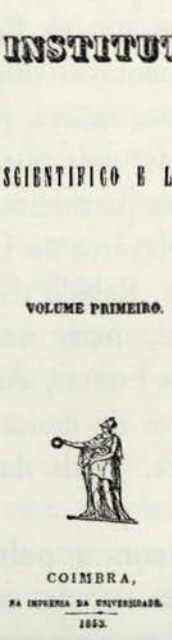
É dêsse tempo a *Revista Militar* (1849), hoje o mais antigo periódico dessa espécie existente em Portugal, e que tem sempre honrado a Imprensa do país, e o *Instituto,* de Coimbra (1852), também ainda existente, e mantendo garbosamente as suas nobres tradições.

O escritor a que me referi cita mais o *Ateneu,* a *Revista Popular,* o *Trovador,* jornal poético com João de Lemos, António e José de Serpa, Rodri-

gues Cordeiro, O'Neill, Pereira da Cunha, etc., a *Revista Peninsular,* a *Ilustração Luso-Brasileira,* o *Jornal de Belas-Artes,* os *Anais das Ciências e das Letras,* publicação da Academia; e o *Arquivo Pitoresco,* onde foi inserto o artigo.

Digna de citação era também a *Revista Literária,* do Pôrto, contemporânea e émula do *Panorama,* e onde escreveram Fr. Francisco de S. Luiz, Cunha Rivara, Inácio Pizarro, Pereira Caldas, etc.

Silvestre Ribeiro, que na *História dos Estabelecimentos científicos, literários e artísticos* incluíu uma resenha minuciosa dos periódicos de literatura, ciência e arte saídos a lume durante os reinados de D. Maria II e D. Pedro V, dá-nos notícia dêles até 1861. Assim, pois, lá menciona, entre muitos outros, a *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859) sob a direcção de Ernesto Biester, colaborada pelos mais distintos escritores de então, e ornada de retratos e outras estampas primorosamente litografadas.


O INSTITUTO,

JORNAL SCIENTIFICO E LITTERARIO.

VOLUME PRIMEIRO.

COIMBRA,
NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.
1853.

É na *Introdução* que Rebêlo da Silva assim define os intuitos da *Revista:* «criar uma publicação que participe a um tempo da seriedade do livro e da variedade do jornal, offerecendo uma galeria de quadros, em que as artes e as sciencias realcem o lustre proprio pela belleza do pincel».

*
* *

Nos 30 anos decorridos de 1861 a 1890, multiplicaram-se as publicações periódicas das mais variadas espécies. Impossível é dar o nome de tôdas elas, com os dos respectivos redactores e colaboradores. Em 29 anos fundaram-se umas 3.300, e quem tiver curiosidade de lhes conhecer os títulos, pode recorrer às resenhas citadas de Silva

Pereira, onde encontrará, quanto ao período moderno, nada menos do que 38 *Albuns*, 34 *Anais*, 52 *Arquivos*, 155 *Boletins*, 39 *Crónicas*, 27 *Recreios* e 164 *Revistas* aparecidas de 1821 a 1890. Destas últimas creio que a única ainda existente, mantendo-se com a mesma autoridade de sempre, é a *Revista de Legislação e Jurisprudência*, de Coimbra.

No *Arquivo Pitoresco* (T. I, pág. 102) publicou Luiz Filipe Leite um artigo, em 1857, sôbre *A imprensa política e a imprensa literária*, em que observava que «a falange dos campeadores da imprensa política vai engrossando, à proporção que nos arraiais literários tantas têm sido as deserções, que se acham em lamentável minoria».

Não me parece que a observação fôsse inteiramente exacta, porque, até então, como depois, afora um ou outro grande polemista, que quási exclusivamente se houvesse dedicado à imprensa partidária, como Rodrigues Sampaio, Mariano de Carvalho, Emídio Navarro ou Urbano de Castro, os outros, embora políticos, desde Garrett, Rebêlo da Silva, Andrade Corvo, Latino Coelho, Mendes Leal, até, mais modernamente, Pinheiro Chagas, António Enes, Rodrigues de Freitas, Anselmo de Andrade ou Oliveira Martins, para citar apenas os de maior fama, todos passaram pela imprensa literária ou científica, e ali deixaram assinalados os seus nomes.

Na segunda metade do século XIX, continuaram a publicar-se periódicos de especialidades, quer científicas, como os de matérias jurídicas, médicas ou farmacêuticas; quer industriais, comerciais ou agrícolas; quer militares ou marítimas; quer artísticas e literárias. Destas foi notável exemplo a *Grinalda*, do Pôrto, dirigida por Nogueira Lima, e que se manteve, de 1855 a 1869, publicando exclusivamente versos dos melhores poetas daquele tempo, e até de alguns escritores, que só em prosa vieram a celebrizar-se, como Ramalho Ortigão, que lá deixou algumas produções líricas, de que poucos talvez se lembram.

Coimbra foi sempre um foco de publicações literárias, principalmente poéticas, cuja enumeração se tornaria enfadonha. A *Folha*, que João Penha dirigiu, acompanhado do escol dos vates seus contemporâneos, ficou célebre nos anais do seu tempo.

E não escassearam, nos últimos decénios do século, as revistas, sem

exclusivismo de assuntos, à maneira das ilustrações estrangeiras, com valiosas colaborações artísticas. Foi uma delas a *Ilustração,* dirigida por um jornalista de raça — Mariano Pina.

*
* *

Aludi ao *Espectro* e à *Revolução de Setembro* como espécimes de jornais políticos de combate. Outros, porém, mereceriam ser lembrados, mas a enumeração seria longa e fastidiosa. Recordarei, porém, o *Patriota,* de Leonel Tavares Cabral, auxiliado pelo *Suplemento Burlesco* do espirituoso Bernardino Martins da Silva, apontados por Brito Aranha como dignos de nota pela sua acção nas pugnas partidárias de 1846-1847.

Outro escritor humorista, de estilo mordaz e simples, também político, José de Sousa Bandeira, começando com o *Azemel Vimaranense* em 1823, veio a celebrizar-se no *Artilheiro,* no *Periódico dos Pobres* e no *Braz Tizana,* que fêz época.

Ao citar os periodistas notáveis da segunda metade do século passado, seria injustiça esquecer Teixeira de Vasconcelos, que foi um dos melhores mestres do nosso jornalismo, tendo fundado, em 1863, a *Gazeta de Portugal,* e, em 1871, o *Jornal da Noite,* novidade no periodismo português.

Entre os numerosos periódicos de crítica, pelo ridículo e pela mordacidade, dos costumes e das personagens em evidência, destacam-se as *Farpas,* de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, que ficarão como modelos no género, e as publicações em que se afirmou uma arte, até então quási sem cultores em Portugal — a caricatura. Desde o *Binóculo* e a *Berlinda,* o *Calcanhar de Aquiles* e a *Lanterna Mágica,* até ao *António Maria* e aos *Pontos nos ii,* documentam elas a fecundidade dum génio artístico, grande em qualquer país — Rafael Bordalo Pinheiro, que teve como principais colaboradores literários Ramalho Ortigão, o *Ribaixo,* e Guilherme de Azevedo, o *Rialto* do *Album das Glórias.*

*
* *

Brito Aranha, que, além de insigne bibliógrafo, também foi jornalista, escrevendo, em 1901, uma revista do periodismo no século XIX, cita os seguintes jornais, que, por terem então já mais de 30 anos de existência, deram prova de que de algum modo se identificaram com a vida social do seu tempo, e nela exerceram influência, adquiriram prestígio e conquistaram leitores fiéis: em Lisboa, a *Revolução de Setembro* (1840), o *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana* (1836), o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas* (1835), a *Nação* (1847), a *Revista Militar* (1849), o *Jornal do Comércio* (1853), o *Diário de Notícias* (1865), o *Popular* (1868); no Pôrto, *O Comércio do Pôrto* (1854), e o *Primeiro de Janeiro* (1869); em Coimbra, o *Conimbricense* (1854), o *Instituto* (1852) e o *Tribuno Popular* (1856); em Valença, o *Noticioso* (1869); em Aveiro, o *Campeão das Províncias* (1859). Em Lisboa, pode citar-se, entre os mais antigos jornais ainda existentes, a *Voz do Operário* (1879), que alcançou elevadas tiragens e honra o operariado de que é órgão.

Fora do Continente, em S. Miguel, o *Açoriano Oriental* (1835) que é hoje o decano da nossa imprensa periódica; em Angra do Heroísmo, o *Angrense* (1836); na Madeira, o *Direito* (1857); na Horta, o *Faialense* (1857) e o *Atlântico* (1862); e em Ponta Delgada, a *Persuasão* (1862). Na Índia, o *Ultramar* (1859) e a *Índia Portuguesa* (1861).

*
* *

«O antigo jornalismo (notava um escritor francês, a propósito da revolução industrial operada por Emile de Girardin) era apenas um agente de propaganda, uma arma de combate; o novo jornalismo tornou-se ao mesmo tempo uma indústria, pela importância dos capitais nêle empregados e pela adopção de processos mecânicos consideráveis.»

Foi a Eduardo Coelho, em 1865, que, em Portugal, coube desempenhar o papel que Millaud, com o *Petit Journal,* desempenhou em França. O *Diário de Notícias,* jornal popular, de preço e estilo ao alcance de todos, moldou-se na fôrma do jornal de 5 cêntimos parisiense.

A vida, o movimento, o modo de ser da sociedade, em todos os seus múltiplos aspectos, começa então a reflectir-se nos jornais com a fidelidade e precisão com que a fotografia representa os objectos, ou o fonógrafo reproduz os sons. Pode dizer-se que começa a escrever-se em Portugal êsse grande livro de todos os dias e quási tôdas as horas, em cujas páginas volantes colabora por mil formas a reportagem de todo o mundo, e cujos serviços e vantagens Thiers encarecia num discurso célebre.

Espalhando-se e radicando-se por êste modo no público o hábito de ler jornais, as tiragens tornaram-se cada vez mais avultadas.

Daqui nasceu conseguintemente a necessidade de melhorar e tornar mais rápidos os processos mecânicos de impressão, que algumas emprêsas têm levado ao mais alto grau de aperfeiçoamento.

O jornal de Eduardo Coelho, que, ao mesmo tempo que proclamava e praticava a maior imparcialidade na forma de tratar os assuntos, se mostrava mais abundante e minucioso nas informações, mais popular e despretencioso na índole, de módico preço no custo, mais útil e eficaz no efeito e proveito dos anúncios, e até, quanto ao sistema de se oferecer ao público, o inovador do processo de venda ambulante que com tão bons resultados adoptou, tivera, de certo modo, precursores, como teve imediatamente imitadores.

O *Português,* de Garrett, jornal de grande formato que José Agostinho de Macedo depreciativamente alcunhou de «lençol de três pontas», já em 1825 aparecia a inculcar-se «sempre imparcial»; mas, subintitulando-se «*Jornal político*», levava o leitor a pôr de quarentena a prometida imparcialidade.

Desde a velha *Gazeta de 1641* que se dizia «das novas todas» de dentro e de fora do reino, que as notícias foram objecto de numerosos periódicos.

Numero 1. Anno 1843.

O CINCO REIS.

SABBADO 1 DE ABRIL.

PARTE OFFICIAL.

A reportagem, porém, em que tantos jornalistas ilustres como Teixeira de Vasconcelos, Eduardo Coelho, João Chagas, Alfredo Mesquita, para só falar dos mortos, se notabilizaram, só se desenvolveu e se tornou dominante nos jornais do último quartel da época *moderna,* chegando um dos melhores que se publicaram em Lisboa a adoptar o título de — *Repórter.*

Quanto ao preço, o jornal de 10 réis, de 1865, não era novidade, porque o título do *Jornal de Utilidade,* em 1841, era sotoposto a um desenho, em forma de moeda daquele valor, e o periódico que o continuou até 1846, passou a chamar-se — O Dez Réis, *Jornal de Utilidade Pública.* E já em 1843 aparecera uma fôlha intitulada — *O Cinco Réis* — que desbancava, na barateza, a precedente.

Mas, antes destas, *O Grátis* — *Jornal de Anúncios,* fundado em 1836, batera o *record* do desinterêsse, pois, querendo desforrar-se dum competidor que se atravessara, para análogo fim, com o título de *Corretor de Lisboa, Grátis,* tornou-se, durante dias, segundo declarou, «*jornal de anúncios gratuitos*».

Era o máximo! Mas, como de prever, esta bizarria para com os anunciantes e tal generosidade para

N.º 1. Quarta Feira 9 de Novembro 1836.

O GRATIS,

JORNAL D'ANNUNCIOS.

He simplesmente para não faltar á nossa palavra que hoje publicâmos o 1.º numero do GRATIS. Os ultimos acontecimentos politicos nos impedirão de occupar-nos d'elle particularmente, e são causa de que este 1.º numero apenas tenha 2 paginas em lugar de 4 que o jornal terá d'aqui em diante. Muitos annuncios se achão em nosso poder cuja publicação fica reservada para sabado proximo.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS.

N.º 1 Sahio á luz o 1.º numero do novo Jornal: — A Tuba da Verdade.

2. Sahio á luz a 1.ª 2.ª e 3.ª Carta de Manoel Pequeno ao seu Compadre Artilheiro.

Achão-se a venda nas lojas do costume.

3. Manifesto á Europa sobre a revolução de 9 de Setembro. Todo o elogio he inferior a tão sublime escripto do illustre Author da *Europa sem véo*, de outro *Manifesto aos Ministros da Corôa e á Nação*, e outras *Producções de hum verdadeiro Amigo do Povo!* Vende-se nas lojas do costume.

VENDAS DE PROPRIEDADES.

4. Venda por Acções

No dia 14 de Dezembro improterivelmente, com authorisação do S. M. o IMPERADOR D'AUSTRIA e perante as competentes Authoridades.

1.º Da grande Fabrica de ZNAIM, na Moravia, podendo render por anno 9 contos de réis; foi *legalmente* avaliada em 134 contos 736$184 réis.

2.º D'um magnifico Palacio em Vienna d'Austria.

3.º D'outro bellissimo Palacio — Estes 2 palacios podem render cada anno 30 contos de réis, e forão *legalmente* avaliados em 360 contos de réis.

Esta venda contem ao todo 16742 prémios, sendo os principaes, depois dos indicados, de 18 contos de réis, 6 contos, 3 contos, 2 contos e 400$000 réis, 1 conto e 440$000 réis, 1 conto e 200$000 réis, 960$000 réis, 720$000 réis, 480$000 réis, 360$000 réis, 555$000 réis etc. etc. O numero total de bilhetes he inferior d'uma 5.ª parte ao numero de bilhetes da venda precedente.

com os leitores, durou pouco, e, se assim não fôsse, o jornal é que não teria durado muito.

Ainda, dedicados à mesma especialidade de publicações, haviam saído em Lisboa o *Periódico de anúncios* em 1827, e o *Jornal dos anúncios* em 1835, e, neste mesmo ano, a *Fôlha de anúncios,* do Pôrto.

Vê-se que proliferaram, desde longa data, embora com limitado êxito, as fôlhas que exploravam esta fonte, hoje importantíssima, de receita dos jornais modernos.

Popular, como estas últimos fôlhas que citei, foi o *Periódico dos pobres de Lisboa,* diário cartista, criado em 1826, e redigido por António José Cândido da Cruz. Teve êle grande aceitação, e por isso despertou o apetite de o imitarem, o que fizeram o *Periódico para os pobres,* diário literário, político e comercial (1827) e o *Periódico do pobre* (1837), ambos de Lisboa, e o *Periódico dos pobres no Pôrto* (1834).

Quanto ao processo de venda ambulante, os antigos cegos papelistas, lentos apregoadores de relações e fôlhas volantes, foram substituídos pelos hoje chamados «ardinas», que, como todos sabem e ouvem, berram, dia e noite, os títulos dos jornais que sobraçam, e enchem, com a estridência dos seus pregões, as ruas por onde correm, leves e velozes, como se, à semelhança do mitológico Mercúrio, tivessem asas nos pés.

Não era novo nos jornais do terceiro quartel do século transacto o folhetim, em que já se notabilizara António Pedro Lopes de Mendonça, mas o verdadeiro desenvolvimento dessa secção, hoje das de maior atractivo para um diário, deve-se a Eduardo Coelho, quer por meio dos romances à maneira dos de Ponson du Terrail, então muito em voga no estrangeiro, quer pelos folhetins de crítica amena, confiados a Manuel de Roussado, Mariano Fróis, Júlio César Machado e outros escritores, mas em que o último nomeado se tornou, de todos, o mais célebre.

Foi também na época *moderna* que para os periodistas profissionais se abriu uma era de relativa prosperidade, e que o seu trabalho principiou a ter em Portugal remuneração menos mesquinha, consti-

tuindo para muitos exclusivo emprêgo da actividade. Porque, se a fundação de numerosas fôlhas, a partir de 1834, concorrera para tornar, em quantidade e qualidade, importante e influente a classe dos

1848 SEXTA FEIRA 1 DE DEZEMBRO. 2476

O GRATIS

JORNAL D'ANNUNCIOS E DO COMMERCIO.

THEATRO DE S. CARLOS.

52801 Sexta feira 1.° de Dezembro. (20.ª representação.) Opera—*Eram dois e agora são tres.* — Dança — A Walkiria.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS.

Mauricio, ou o Mancebo allucinado,

POR EUGENIO SCRIBE.

52802 Publicaram-se as folhas 3 e 4 deste lindo Romance. Vendem-se a 10 rs. cada uma por assignatura, e a 15 rs. avulso nas lojas de livros na Rua Augusta n.os 1, 3, 8 e 188, e na de Maximo á Boa-Vista, n.° 81.

DECLARAÇÕES.

52803 O Director do Hospital Hespanhol de S. Thiago, faz saber que todas as quintas feiras, desde as 11 horas da manhã em diante, estarão reunidos os Facultativos do mesmo Hospital, para *gratuitamente* serem consultados por quem os precisar.

52804 A venda da Propriedade na Rua da Bella Vista á Estrella, já annunciada para o dia 29 do corrente, fica transferida para domingo proximo 3 de Dezembro ao meio dia no mesmo predio, cujo consta de Loja, 1.° e 2.° andar, cavallarice, bom quintal e agua nativa.

OFFERECIMENTOS.

52805 Na Rua das Trinas do Mocambo n.° 204, ha uma Ama de leite novo — e tem abonação.

52806 A familia pequena, ou homem só, que queira um Criado aceado, com boas abonações, bom Cosinheiro, dará o seu nome e morada no Escritorio do *Gratis*, Travessa Nova do Amparo n.° 48 a 50.

52807 Na Rua Augusta n.° 162 — 1.° andar, ha uma Criada para Cozinha — tem abonação

52808 Um sugeito que fala varios idiomas, que sabe perfeitamente o serviço de meza, e quartos ao gosto de Pariz, e que tem viajado por Hespanha, França e Italia, possuindo bons certificados deseja empregar-se como Criado grave, ou outro qualquer serviço, quem o pretender, dirija-se á Travessa de S. Nicolão n.° 1 — *B.*

PEDITORIOS.

52809 Compra-se Acções da Nova Empreza Fabril (que foi de Azeitão) Rua dos Capellistas n.° 130 — Loja de Cambio.

52810 No Escritorio do Gratis, se diz quem precisa de uma Criada de 20 a 30 annos para todo o trabalho.

Hospital Nacional e Real de S. José.

52811 A Commissão Administrativa do mesmo Hospital manda fazer publico, que ha-de provêr alguns logares de Ajudantes das Enfermarias em individuos que tenham de 22 a 30 annos de idade, que saibam lêr, escrever, e contar, e provem por attestado de Facultativo do dito Hospital ter saude e robustez para o desempenho das obrigações correspondentes; e por attestado do seu Parocho que são de boa conducta e solteiros.

Os pretendentes entregarão, desde já, na Contadoria do dito Hospital os seus requerimentos com os ditos documentos, e ahi farão um pequeno exame daquelles principios, para os requerimentos poderem ser informados.

Outro sim manda declarar aos pretendentes que já entregaram requerimentos, tanto para os logares de Ajudantes como para os de Serventes, e que ainda pretendem os ditos logares, que se apresentem quanto antes na Contadoria do dito Hospital para prestarem esclarecimentos que são necessarios.

Contadoria do Hospital Nacional e Real de S. José 29 de Novembro de 184

O Contador,

Estevão Roberto Vergollino.

ALUGUEIS.

52812 Alugam-se juntas, ou separadas as lindas Casas da Travessa de Santo Amaro n.° 7 a 10 (Agradavel habitação) constam de bons quartos, Cavallarice, e vistosos quintaes.

jornalistas, estes a pouco mais aspiravam, ao escreverem para os periódicos, do que a fazerem dêles escala para cadeiras no parlamento, ou para cargos públicos que lhes dessem, por conta do Estado, o que, por sua própria conta, os jornais não podiam proporcionar-lhes.

*

* *

Com o aparecimento e desenvolvimento das revistas literárias, tor-

O GRATIS JORNAL D'ANNUNCIOS E DO COMMERCIO.

52813 No Escritorio do *Gratis* se diz, onde ha um Quarto mobilado, com comida ou sem ella.

NAVIOS A SAIR.

Para o Rio de Janeiro.

52814 Sahirá com a brevidade que for possivel A Barca Portugueza *Venus*, Capitão FRANCISCO URBANO DOS PASSOS, quem quizer carregar, ou ir de passagem, queira dirigir-se a Rafael Gavazzo, Corrector do Numero de Navios e Leilões correspondentes, na Praça do Commercio ás horas do costume, ou na Rua do Ferregial Debaixo n.° 18 — 3.° andar.

Lisboa 27 de Novembro de 1848.

LEILÕES.

VENDA EM LEILÃO

52815 Hoje 1 e ámanhã 2 de Dezembro ás 11 horas do dia, continúa na Rua das Portas de Santa Catharina n.° 38 de sedas, veludos, fitas, pentes de marfim, novelos, armarios da loja, balcão, um bom espelho de vestir, carteira, colxetes, fita de linho etc.

ARRENDAMENTOS.

52816 Arrenda-se a Casa da Rua de S. Bento n.° 173, ten. 1.° e 2.° andar, Cavallariça, e Cisterna — ultimo preço 120$000 rs., quem a pretender, procure o Dono na Travessa da Parreirinha n.° 9 *A* — 2.° andar.

52817 Quem quizer arrendar a Quinta do Senhor Roubado, perto de Odivellas, fale com o seu Dono, D. José da Cunha, no seu Palacio a Xabregas, todos os dias não santificados, desde as nove horas até ás duas da tarde.

52818 Na Rua do Arco da Graça n.° 18 — 2.° andar, arrenda-se uma bonita Casa com Quintal.

52819 Arrenda-se uma propriedade de Casas, na Rua Direita dos Anjos n.° 10, que tem bons commodos, e está acabada de renovar.

52820 A Propriedade de Casas na Rua d'Atalaya n.° 31, acabou-se de renovar, offerece bons commodos, e arrenda-se em conta.

TRESPASSES.

52821 Trespassa-se o Arrendamento dos Armazens, Casa, e grande quintal com Arvores de fructo, e grandes latadas de moscatel e ferral na Rua do Lonreiro n.° 12 *G*, com frente para cima do Chafariz na Rua Formoza — quem pretender arrendar, fale na loja da Rua Nova do Carmo n.° 7 — *A* — *B* — *C* —

VENDA DE PROPRIEDADES.

52822 Quem quizer comprar as Casas sitas no Terreirinho de Cintra, pertencentes a Raimundo Franco de Miranda, fale com José da Silva Mello, no Rocio n.° 91 — 2.° andar, em qualquer dia das 2 ás 4 horas da tarde.

VENDAS DIVERSAS.

52823 Na Rua Augusta n.° 172 continúa a vender-se Tapetes para sala, e Camape, Pannos para meza de diversos tamanhos e côres o Flanelas e outros objectos, a preços muit, commodos.

52824 Vende-se muito barato, uma porção de feiches de Varas de Castanho, proprias de parreira, e diversos misteres: feiches de Arcos de Páo de todas as qualidades, Liaças de Vimes. Juncos botoques de páo e bombas, Varejões, Madeira para carros, Pranchas de Nogueira, Castanho, e Aduella: — Boqueirão da Moita, á Ribeira Velha n.os 8 a 10.

52825 Na Loja de Pannos de linho Rua Augusta n. 183, á esquina da Rua dos Retrozeiros, recebeu ultimamente grande sortimento de Pannos de linho, Toalhas, Guardanapos, Linhas e Piugas, Estopas, Cobertores de lã e de algodão, juntamente doce de Coimbra e Elvas de differentes qualidades, e outros muitos objectos, que continúa a vender por preços muito commodos.

52826 Vende-se 17 Pipas, que tem servido a Azeite Doce — Rua de S. João da Praça n.° 50 *B*.

LISBOA: 1848. — TYPOGRAPHIA DO GRATIS
Calçada dos Barbadinhos o St.ª Apolonia;

naram-se freqüentes as ilustrações, por meio da litografia ou das várias espécies de gravura.

É certo que a primeira notícia ilustrada que se me deparou em

periódico, foi a da *Gazeta de Lisboa* de 1 de Agôsto de 1716, referente a um caso teratológico raro — duas crianças recemnascidas, ligadas pela cintura e com um só ventre. Acompanha-a uma grosseira estampa gravada em madeira.

Silva Pereira testemunha, em nota manuscrita do *Dicionário Jornalístico,* que foi o *Armazém Interessante e Recreativo* (1807) o «primeiro jornal que introduziu a estampa litografada no nosso país».

Os frontispícios e cabeçalhos de muitos periódicos antigos, além de significativas epígrafes, eram ornamentados com desenhos adequados à sua índole ou propósitos. Assim, por exemplo, o do *Lagarde Português,* fôlha anti-napoleónica, figurava uma águia de pernas para o ar, como alusão epigramática às derrotas, em Portugal, das tropas de Junot, que, como se sabe, usavam, a encimar as hastes das bandeiras, aquela ave simbólica.

Mais tarde, já na época *moderna,* começaram a aparecer os ilustradores de profissão.

Nogueira da Silva escreveu no *Panorama* (T. XVI, 1.º da 5.ª série) em 1866, que a gravura nasceu entre nós com aquela revista, e «foi seu primeiro cultor Bordalo Pinheiro», cujos ensaios em gravura em madeira «não são de muito relêvo para a apreciação absoluta». E acrescenta: «porém à luz da história da nossa arte sobressaem pelo grande mérito da iniciativa». Referia-se a Manuel Maria Bordalo Pinheiro, pai dos grandes artistas Rafael e Columbano.

Criou êle um discípulo e auxiliar em Baptista Coelho. Ambos colaboraram, embora com pouco êxito, na *Ilustração* (1845), na *Revista Popular* (1848) e no *Arquivo Pitoresco* (1857), onde também aparece o próprio Nogueira da Silva e Pedroso como desenhadores e gravadores, e só como gravador Alberto — o Caetano Alberto, que viria a criar uma das revistas ilustradas de mais aprêço e de mais longa duração que houve em Portugal — *O Ocidente* — colaborado por muitos dos nossos melhores escritores. Caetano Alberto teve, durante muitos anos, como seu émulo na gravura, outro artista distinto, de origem espanhola — Francisco Pastor.

O *Universo Ilustrado e Pitoresco* (1859) foi um repositório interessante de boas litografias de C. Legrand e A. Michellis, o qual,

desde 1845, deixara no *Jardim das Damas,* que se subintitulava — *Jornal do tom* — numerosas litografias coloridas de figurinos, como se não fariam melhor no estrangeiro. Também na *Semana,* as deixou a preto, sôbre o mesmo assunto e com a mesma perfeição.

As primorosas estampas de Silêncio, as águas fortes de Sousa, as gravuras de Anunciação e de Metrass, e até do rei D. Fernando, enriqueceram as páginas da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil.*

As ilustrações, porém, nas quais também se notabilizaria Manuel de Macedo, não passavam ainda então, usualmente, das *revistas* ou *arquivos,* e não se empregavam como elemento elucidativo da reportagem quotidiana. Foi o *Século,* fundado em 1880, que, anos depois, introduziu essa inovação, hoje comum nos mais bem redigidos diários de Lisboa e Pôrto.

*
* *

Eis, de relance, como que de fugida, pela escassez do tempo para tratar devidamente do assunto, o que me foi possível dizer àcêrca do nosso jornalismo nos primeiros dois séculos e meio da sua existência, de 1641 a 1890.

Quanto aos últimos 50 anos, fiel ao que declaro na obra a que me referi, sôbre a história da imprensa periódica portuguesa, com esta me não ocuparei no que respeita ao que considero a época *contemporânea.* Não só, por muito chegada a nós, ela é suficientemente conhecida, mas também acho cedo de mais para a apreciar e criticar. Uma grande árvore ou um grande edifício só se vêem bem e no todo, quando se olham a distância.

Limitar-me-ei, pois, a recordar que principia êsse período com o decreto de 29 de Março de 1890, que, justificando a providência com os excessos e desmandos dos jornais políticos, suprimiu o júri nos julgamentos dos crimes de abuso da liberdade de imprensa, o que se reputou ser contra esta o mais grave dos golpes que lhe podiam ser vibrados.

Vieram depois as leis gerais, ainda no tempo da monarquia, de 7 de Julho de 1898 e de 11 de Abril de 1907; e já em república, a

de 28 de Outubro de 1910, e, mais tarde, por ocasião e motivo da grande guerra dos quatro anos, os decretos sôbre censura prévia, apreensão, redução de páginas, preço mínimo de venda, etc.

Em vigor está ainda o decreto n.º 12.008, de 29 de Julho de 1926, com o qual, segundo o relatório do decreto n.º 17.895, de 29 de Janeiro de 1930, se «pretendeu apenas dignificar o exercício (da liberdade de imprensa) colocando-o à altura das profissões mais nobres». O mesmo estadista, porém, que dava esta explicação encarecedora dos intuitos do decreto de 1926, nos relatórios dos decretos n.ºs 19.140, de 19 de Dezembro de 1930, e 19.256, de 17 de Janeiro de 1931, afirmava ser indispensável publicar outra lei «que corresponda melhor do que a vigente às necessidades e circunstâncias actuais».

O certo é que, presentemente, ao mesmo tempo que aos jornalistas se lhes exalta e prestigia a profissão, concedendo-lhes regalias especiais, constituindo-os em sindicato e dando-lhes representação na Câmara Corporativa, à imprensa, por um lado, aplica-se-lhe o regime — curiosa antinomia de dois vocábulos homógrafos! — da licença (permissão) como preventivo contra a licença (abuso), e por outro, atribuindo-se-lhe «uma função de carácter público», confia-se-lhe o honroso papel de auxiliar dos governantes no que respeita aos assuntos de interêsse nacional. Assim é nobilitada e lhe é reconhecido o préstimo pela Constituïção vigente.

Ainda como fecho desta súmula de prescrições legais, recordarei, pelo seu alto significado, alguns considerandos que precedem o decreto que já citei, de Janeiro de 1930. Nunca, do meu conhecimento, em diplomas oficiais de tal natureza, se exprimiu tão eloqüentemente, em relação à imprensa, «o aprêço especial por essa instituïção, de sobra justificado (são as próprias palavras do relatório) pelo seu carácter eminentemente social».

Nesses considerandos observava o legislador: — que o trabalho do jornalista se realiza em condições que explicam, e em muitos casos desculpam, certos abusos de seus agentes;

— que tais abusos são na maior parte das vezes produto de juízos precipitados resultantes de opressivas exigências de tempo, mais do que da intenção objectiva de delinqüir;

— que no actual regime de publicidade jornalística mal se compreendem abusos de liberdade de imprensa, atingindo serviços públicos ou os seus serventuários, suficientemente defendidos;

— que o carácter singular dêstes delitos exclui no geral dos casos a má fé do agente, muitas vezes determinado até por intuitos nobres;

— que a acção disciplinar de um Govêrno equilibrado e forte deve aliar a inteligência à energia , e ter sempre em vista, para não pecar de paixão, o aspecto social dos delitos.

E concluía esta defesa de certos senões do jornalismo, a qual poderia vitoriosamente opor-se a tantos exagerados requisitórios que contra êle se formulam, por «esperar que a imprensa defenda com amor e dedicação crescente os superiores interêsses nacionais, obedecendo pronta e fielmente ao supremo imperativo patriótico».

Estas palavras de esperança, com que o Ministro da Justiça de então, como era próprio do seu mister e cargo, ministrava justiça à imprensa jornalística do seu país, não a tem esta desiludido ou frustrado. Antes ainda não deixou de dar-lhe confirmação e realidade o exemplar patriotismo da sua atitude.

Claro está, porém, que tanto os considerandos do relatório, como as considerações que êles sugiram, só se aplicam aos jornais e aos jornalistas dignos dêstes nomes. Porque aos outros de que o redactor da *Revista Universal Lisbonense,* há um século, escrevia que «procuram como a gralha de penas postiças, figurar entre as obras de consciência, de entendimento, de boa vontade, de zêlo na civilização, de amor para com as coisas da Pátria», a êsses dizia o grande Castilho que «deveria a lei mandar-lhes rasgar na cara as suas fôlhas no meio da praça pública, e talvez até o vestido e a gravata, que na sociedade europeia se costumam haver por distintivos do homem decente». Palavras tão verdadeiras hoje, como há cem anos!

* * *

É tempo de regressar à velha *Gazeta,* cujo aparecimento, há três séculos, inspira comemorações que devem ser gratas a quantos pelo jornalismo se interessam. Foi ela a causa ocasional desta longa e fatigante digressão pela história da imprensa periódica portuguesa.

Observarei, para terminar, que não se celebra agora a criação dum grande e poderoso órgão do periodismo mundial, dêsses que diàriamente resultam do trabalho de alguns centos de pessoas, e se destinam a alguns milhares de leitores. Não! Essa fôlha, cujo tricentenário se festeja, exígua em tudo, no tamanho, no âmbito da influência e da divulgação, mal apresentada na composição, na impressão e no papel, que se não recomendava pelo aspecto, nem deleitava pelas louçanias do estilo, nem se impunha pela profundeza da erudição, não é para causar espanto ou deslumbramento aos que estão habituados às maravilhas da imprensa moderna. Mas essa velharia de hoje, que foi novidade em tempos de antanho, representa, como Eugène Du Bief escreveu a propósito da *Gazette de France,* «o germe sagrado duma vegetação imensa»; o primeiro passo, ainda mal firme e pouco assente, numa estrada de longo e acidentado curso; o balbucio de quem, ainda tímido e titubeante, viria a ter voz sonora e forte para se fazer ouvir e ecoar às mais longínquas distâncias. Por isso mesmo, essa três vezes secular *Gazeta* da Restauração, na sua quási humildade, no seu poeirento e amarelecido parecer de objecto arqueológico, é para venerar agora, como se venera uma relíquia de passadas eras. E a nós, os que somos ou fomos jornalistas, cumpre mais particularmente reverenciá-la com as honras e homenagens devidas a um modesto, mas precioso legado, que ficou sendo um dos monumentos escritos que mais e melhor nos recordam o ressurgimento da Pátria, depois de sessenta anos de inumação em vida.

ALFREDO DA CUNHA

OS JORNAIS MANUSCRITOS DO SÉCULO XVIII

UMA das mais importantes fontes para a história da vida lisboeta nos últimos anos do reinado de D. João V são os jornais manuscritos que se publicavam na capital e, especialmente, o *Folheto de Lisboa* (1740-1743) e o *Mercúrio de Lisboa* (1744--1745). Não se exercendo sôbre estas publicações a censura a que estavam sujeitas as fôlhas impressas, tudo se podia dizer; dava-se livre curso a todos os escândalos, a todos os boatos e a tôdas as murmurações, ouvidas quer nas «recâmaras de damasco do Paço», quer nos soalheiros da cidade; e, com efeito, desde a reportagem dos crimes que se cometiam, até às informações oficiosas da côrte e da cúria patriarcal, desde os anúncios e comunicados a tanto por linha, até às notícias da sociedade e às indiscrições mundanas, de tudo se encontra nesses arqui-avós setecentistas da hemerografia moderna, tão interessantes, também, para a história do jornalismo em Portugal.

Agora, que se celebra o tricentenário do primeiro periódico português, vem a-propósito recordar essas gazetas manuscritas, no intúito não só de dar a conhecer certos factos mais ou menos curiosos pelo seu aspecto anedótico, mas também de demonstrar que o jornalismo actual, respectivamente aos métodos de informação, não se afasta muito daquele que praticaram os redactores do *Mercúrio de Lisboa,* do *Folheto de Lisboa* ou do *Mercúrio Histórico,* jornais cuja leitura deliciou a coscuvilhice lisboeta dos meados do século XVIII.

Começarei por algumas notícias referentes à Rainha D. Mariana de Áustria, reveladoras de pormenores domésticos da vida do Paço. O *Folheto de Lisboa,* de 6 de Janeiro de 1742, anuncia que a Rainha foi roubada: «A 7 de Dezembro se passou ordem a todos os ourives do ouro para que estivessem de aviso, porque havia faltado à Rainha Nossa Senhora o seu serviço de ouro de mesa, com tôdas as peças que lhe pertenciam, e se lhes podia ir vender a algum, para o reterem e entregarem o ladrão». A redacção não é excelente; mas, como se vê, as medidas policiais não diferem daquelas que hoje se adoptam em casos semelhantes. O ladrão da baixela não apareceu e pôs-se pedra no assunto; houve, ao que parece, presunções de que o serviço teria sido vendido ou empenhado com consentimento da própria D. Mariana de Áustria. Na verdade, o mesmo jornal, no seu n.º 28, de 14 de Julho, refere que a casa da Rainha se encontrava em dificuldades financeiras, e que D. João V, já hemiplégico, antes de seguir na primeira jornada para as Caldas, lhe dera «uma ajuda de custo grande e prometera desempenhá-la em recolhendo à côrte». Pelo n.º 5, de Janeiro dêsse ano, conhece-se o incidente com o embaixador de França, que, «encontrando-se com a Rainha Nossa Senhora, não se apiou do seu côche, pelo que foi mandado sair da côrte, sem se lhe aceitar a desculpa de que ignorava o cerimonial». Pelo n.º 32, de 11 de Agôsto de 1742, sabe-se que numa nau de guerra holandesa chegaram mais algumas açafatas alemãs para a Rainha, «por não ter mais do que duas desta nação, já velhas e achacadas». Não diz o *Folheto de Lisboa* se elas eram tão «exemplarmente feias» — na expressão do desembargador Brochado — como as damas que a acompanharam na sua viagem para Portugal. Outro periódico, o *Mercúrio de Lisboa,* de 8 de Agôsto de 1744, conta que, tendo Mariana de Áustria, por ser dia onomástico do Patriarca, ido visitar a igreja de S. Domingos, as regateiras a rodearam, mandando parar o côche e queixando-se à Rainha «das vexações que lhe fazia o administrador da Cazinha com as condenações da Almotaçaria». Eis um episódio da Lisboa joanina que daria uma excelente aguarela a um artista pintor.

As notícias acêrca do Rei não são menos interessantes. Dizem respeito a presentes dados e recebidos por D. João V; às prodigali-

dades do monarca respectivas à Igreja Patriarcal; aos esplendores e misérias da côrte; e a certas pessoas mais ou menos ligadas a afectos íntimos do soberano. O *Folheto de Lisboa,* n.º 35, de 31 de Agôsto de 1742, alude ao magnífico presente de louça do Japão oferecido pelo Rei ao Núncio apostólico, então monsenhor Odi, que morava no palácio do Cunhal das Bolas, ao Bairro Alto, e que, ano e meio depois, recebia das mãos de D. João V o barrete de cardial. O *Mercúrio Histórico,* n.º 39, de 31 de Agôsto de 1743, diz-nos que o Rei gastou 6.000 cruzados num peitoral para o Cardial Patriarca, fíbula de ouro cravejada de diamantes e rubis, para servir no ofício do dia do nascimento de Nossa Senhora. Mas «a Índia e o Brasil davam para tudo». Só a frota do Rio de Janeiro, chegada no dia 7 de Março de 1745 (lê-se no n.º 11 do *Mercúrio,* publicado no dia 13 do mesmo mês), «trazia 430.685$780, em ouro em pó, para El-Rei». Além disso, D. João V não presenteava apenas; era também opulentamente presenteado. O *Mercúrio de Lisboa,* de 12 de Dezembro de 1744, publica a seguinte notícia: «Um jesuíta, agente de El-Rei na cúria romana, mandou-lhe um relicário de prata com relíquias de 873 santos (quási tôda a côrte do Céu) postas por ordem das ladainhas; no dia de cada santo aparece um resplendor de prata por fora de cada relicário». O mesmo jornal, de 4 de Janeiro dêsse ano, diz que os cavaleiros de Malta, chegados a Lisboa, foram, em dois côches da Casa Real, levar a Sua Majestade os falcões que lhe mandara o grão-mestre da Ordem, Êste presente de gerifaltes, que o prelado de S. João de Jerusalém costumava enviar todos os anos aos reis de França e de Espanha, tornara-se extensivo ao Rei de Portugal, desde que fôra eleito grão-mestre, em 1722, D. António Manuel de Vilhena. Às vezes, porém, ofereciam ao monarca jóias falsas, segundo se infere da seguinte notícia publicada no *Folheto de Lisboa,* n.º 45, de 10 de Novembro de 1742: «Sua Majestade mandou entregar, por mão do cardial da Mota, o grande diamante que no ano passado veio na frota de Pernambuco, ao mesmo religioso carmelita que o havia trazido, e se diz que está julgado ser cristal». A Basílica patriarcal preocupava a cada momento D. João V, cuja generosidade não conhecia limites em se tratando da Igreja, — «porque era feminina», como dizia certo diplomata,

pensando, maliciosamente, na vida mundana do soberano. No dia 5 de Dezembro de 1742, segundo conta o *Folheto,* n.º 49, de 8 do mesmo mês, «desembarcaram em Lisboa dois diáconos gregos para prègar o Evangelho em língua grega na Igreja Patriarcal, à semelhança do que se praticava em Roma, tendo recebido antecipadamente 2.000 cruzados de ajuda de custo». No dia 25 de Março de 1745 (informa o n.º 13 do *Mercúrio,* de 28 do mesmo mês), «apareceram pela primeira vez na Basílica patriarcal os principais à imitação cardinalícia, com chapéus, soli-deo, barrete, meias e sapatos vermelhos, e só em peças e cortes de sêda gastou Sua Majestade para cima de 80.000 cruzados». O n.º 16 da mesma fôlha, de 18 de Abril, chegou a noticiar que o Rei decretara o tratamento de «Alteza eminentíssima» ao cardial patriarca; mas a informação foi desmentida no número seguinte. Encontrei em dois exemplares do *Folheto de Lisboa,* de 30 de Junho e de 3 de Novembro de 1742, referências a parentes de pessoas muito queridas do monarca: a primeira diz respeito ao perdão concedido por D. João V «ao padre frei Francisco de Portugal, religioso domínico, irmão da senhora Flor da Murta» (como se sabe, D. Maria Clara de Portugal, casada com D. Jorge de Meneses, a «dona de branco e verde», que dos braços do Conde de Vimioso passara para os do Rei); a segunda alude ao «sapateiro valido Bento Fernandes», parente ou aderente da célebre madre Paula, cujo filho, José Fernandes Brasil, fôra morto à facada por um escrevente dos armazéns da Índia e Mina.

As notícias de roubos, mortes e assaltos à mão armada enchem os jornais manuscritos do tempo. Eram já então, como hoje, muito apreciadas dos leitores. Transcrevo algumas locais do *Folheto* e do *Mercúrio,* que nos dão a medida da carência de segurança pública nas ruas de Lisboa, nos últimos anos do reinado de D. João V. «Os ladrões nesta côrte são tantos, que ninguém pode sair de noite fora de sua casa, nem ainda às Avé-Marias» (*Folheto,* n.º 2, de 9 de Janeiro de 1740). «Os ladrões andam de dia e de noite investindo a gente, de maneira que ninguém ousa sair fora em sendo Avé-Marias; um dêles roubou, na igreja, o vaso do lavatório da comunhão, que era de prata, fingindo que ia comungar» (*Folheto,* n.º 6, de 1 de Janeiro de 1740). Os próprios lacaios, mochilas e sota-cocheiros do

Paço davam o exemplo da violência e do crime: «Dois criados da Casa Real mataram um homem que os queria impedir de violentar uma mulher» (*Folheto,* n.º 28, de 14 de Julho de 1742). Em geral, os criminosos eram vàdios, andavam embuçados, contra o que determinavam os alvarás, e exerciam a mendicidade: «Depois que se publicou a lei novíssima, se têm prêso muita gente por abusarem da proïbição dos capuzes com que andavam ocultos muitos vàdios; no domingo passado, 15 do corrente, se deu ao mesmo tempo pelas portarias dos conventos, e se prenderam grande número dêles, que andavam ao caldo» (*Folheto,* n.º 16, de 21 de Abril de 1742). Muitos, prêsos por ladrões e faquistas, «eram galegos, que nesta côrte degeneraram a sua fidelidade em ladroíce» (*Mercúrio,* n.º 22, de 30 de Maio de 1744). «Em Salvaterra — diz a mesma fôlha, n.º 31, de 1 de Agôsto seguinte — fôram presos oito portugueses, por fazerem moeda falsa da prata que iam roubar às igrejas». As medidas de repressão, a-pesar-de enérgicas, davam pouco resultado. «Armaram-se no Rocio duas formosas polés, pintadas de verde, para quem furtar um cruzado; alguns ladrões assaltavam, pediam a bôlsa, e tiravam apenas dezanove vinténs» (*Folheto,* n.º 19, de 12 de Maio de 1742). Como não bastassem os tratos de corda, os ladrões, depois de apoleados, «iam ao Limoeiro a marcar com ferro em brasa» (mesmo jornal, n.º 27, de 7 de Julho). Dois anos depois, o *Mercúrio* dá notícia de uma nova série de assaltos e de roubos: «Ladrões a cada canto; naus para a Índia carregadas; marcavam-nos, apoleavam-nos, açoitavam-nos, e, depois, metiam-nos nas galés, ou os degredavam, ou os soltavam; às vezes, na polé, ficavam maltratados por se quebrar a corda» (n.º 19, de 9 de Maio de 1744). A-pesar disso, os crimes continuaram, em 1745, figurando entre as vítimas o próprio Marquês de Abrantes, que, assaltado por ladrões no Largo do Corpo Santo, quando recolhia de noite a casa no seu côche, teve de defender-se a tiros de pistola (*Mercúrio,* n.º 9, de 27 de Fevereiro de 1745). A fome era negra; as condições económicas da vida portuguesa agravavam-se cada dia; havia muita religião, mas pouca educação; e o desprestígio criado à magistratura judiciária pelas demasias e violências de certos fidalgos contribuía para a indisciplina social crescente. A seguinte notícia do *Mercúrio de Lisboa,* de 6 de

Fevereiro de 1744, é significativa: «Parece que, por causa da prisão de um José Lino Vermueli, ordenada pelo desembargador Bacalhau, o Duque estribeiro-mor, que o protegia, deu uma desconpostura e várias bengaladas no desembargador». Que sucedeu — preguntar-se-á — depois de semelhante desacato à justiça, na pessoa de um dos seus magistrados mais escrupulosos? Nada. O Duque foi para o Paço, o Vermueli para a rua, e o Bacalhau para a cama.

O noticiário elegante do século XVIII pouco difere do actual: pedidos de casamento, assinatura de escrituras, «púcaros de água», bênçãos nupciais, partida e chegada de diplomatas, doenças, necrológios, e — o que hoje não se verifica ou, pelo menos, não vem nos jornais — profissões de religiosas e beija-mãos de noivas fidalgas. Dar-lhes-ei um exemplo de cada um dêstes tipos de notícia. Um pedido de casamento: «O Principal Moura pediu a senhora D. Josefa de Noronha, filha dos marqueses de Anjeja, para casar com seu irmão Conde de S. Tiago, Lourenço António da Silva e Sousa» (*Mercúrio de Lisboa,* n.º 1, de 2 de Janeiro de 1745). Uma assinatura de escrituras: «Assinaram escrituras de casamento o sr. Marquês de Anjeja, D. Pedro José de Noronha, e sua prima D. Francisca Rita de Noronha, filha dos Marqueses de Marialva, em cujo oratório se celebram amanhã os esponsórios» (o mesmo jornal, n.º 9, de 27 de Fevereiro de 1745). Nada mais simples, como se vê. Um beija-mão de noivas, no Paço: «Ontem foram chamadas ao Paço as senhoras damas de honor, o que até agora se não praticava, para assistirem ao beija-mão das quatro noivas, mulheres de D. José de Meneses, do Marquês das Minas, do Conde de Óbidos e do primogénito do Marquês de Alegrete» (mesmo jornal, n.º 37, de 12 de Setembro de 1744). O «púcaro de água» realizava-se, não no dia do casamento, como agora, mas por ocasião das escrituras ante-nupciais, ou nas visitas de parabéns que se seguiam à cerimónia esponsalícia. É colorida e graciosa, como uma miniatura francesa do tempo, a seguinte notícia do *Mercúrio* (n.º 48, de 30 de Novembro de 1743) acêrca do enlace do primogénito do senhor de Fonte Boa, D. Miguel de Melo e Abreu, com a prima, que depois foi uma das «belezas oficiais» da côrte de D. José: «Na terça-feira da semana passada concorreram as senhoras a casa de D. António

José de Melo, a darem os parabéns à senhora D. Mariana Josefa de Bourbon, sua irmã, pelo casamento ajustado com seu primo D. Miguel de Melo e Abreu, o qual se achou presente ao primoroso púcaro de água que a mesma senhora lhe deu, sempre em pé ou de joelhos (o noivo, é claro), lucrando por prémio daquele sacrifício a prenda de uma fita que sua tia senhora D. Luíza Josefa de Mendonça tirou da futura noiva para lhe dar, e que êle recebeu com grandes rendimentos. De noite a foi (naturalmente o noivo à noiva) acompanhar até ao Paço, onde não falta todos os dias. A primeira vez que a aia da mesma senhora lhe trouxe (ao noivo, bem entendido) a resposta de um recado, lhe deu um aderêço de valor, guarnecido de 12 topázios com laços de diamantes». A redacção parece-me lamentável; mas o quadro é delicado, e oferece-nos, pelo contraste com as formas áridas, breves, utilitárias, quási grosseiras do amor moderno, motivo para substanciosas reflexões.

As notícias de partidas e chegadas não se publicavam, como hoje, a benefício de tôda a gente que se lembra de tomar banhos ou de beber águas minerais fora de casa. Em geral, só se noticiava a ida dos monarcas «para ares» e a chegada dos diplomatas acreditados na côrte. Quando D. João V fazia as jornadas das Caldas para tratamento da sua hemiplégia, as fôlhas manuscritas noticiavam a partida e não desprezavam os mínimos pormenores. O *Folheto de Lisboa,* n.º 28, de 14 de Julho de 1742, diz-nos, por exemplo, que «o côche de Sua Majestade era puxado a vinte bestas», o que, realmente, mesmo para um monarca, são bêstas de mais. As informações respectivas às viagens dos diplomatas caracterizavam-se pelo laconismo: «Partiu para Londres, no paquebote, o Conde Arraque, embaixador da Rainha da Hungria» (*Mercúrio,* n.º 18, de 2 de Maio de 1744). Têm especial interêsse as notícias de doenças e de mortes, porque através delas conhecemos o estado sanitário da capital, e porque a sua redacção se reveste, às vezes, de formas extrêmamente pitorescas. Sabe-se que em Agôsto de 1743 (n.º 32 do *Folheto)* houve em Lisboa muitos casos de varíola: «Acha-se doente de mal de bexigas a sr.ª D. Catarina de Mendonça, viscondessa de Barbacena, em cujo aposento nem entram suas cunhadas com temor do contágio»; e que,

em Fevereiro de 1744 (n.º 8 do *Mercúrio*), grassava com intensidade a gripe: «Continuam os defluxos, e muitas mortes causadas por êles». É nestes têrmos que o *Folheto*, n.º 35, de 31 de Agôsto de 1743, dá conta da moléstia de que sofria uma das senhoras mais distintas da côrte: «A senhora D. Maria de Noronha, mulher do Armeiro-Mor, com quem está na sua quinta da Mortela, padece uma queixa estranha, como é andar para trás quando quere andar para diante». A pobre senhora devia ser uma parkinsoniana, apresentando o tipo de marcha braquibásico com retropulsão, quere dizer, com tendência ao recúo, o que não é freqüente. Os leitores ingénuos do século XVIII haviam de supor, pela singular descrição do noticiarista, que a mulher do Armeiro-Mor, aliás da mais pura costela de ouro do reino, era um caranguejo.

A notícia dos óbitos redigia-se em três linhas. Era honra em geral reservada às pessoas bem nascidas, que careciam de necrológio para ficar bem mortas. Poucas vezes se especificava a doença; o que nunca deixava, porém, de mencionar-se, era o estado de sucessão da casa. Duas notícias do *Mercúrio de Lisboa*, respectivamente de 19 de Julho de 1744 e de 20 de Novembro de 1745, a primeira acêrca da morte da Condessa de S. Lourenço, com 18 anos, a segunda acêrca do passamento do filho primogénito do Conde de Sarzedas, com 16: «Morreu com 18 anos a Condessa de S. Lourenço, D. Ana de Melo e Silva, que casara com o filho segundo dos marqueses de Anjeja, D. José de Melo. Ficou-lhe um filho para sucessão de sua casa». «Morreu ontem, na quinta de Palhavã, D. Luiz Bernardo da Silveira da Silva Teles, filho herdeiro da casa dos Condes de Serzedas, de uma febre maligna. Estava noivo da filha dos Marqueses de Távora, e tinha 16 anos. A Condessa D. Tereza Marcelina da Silveira, sua mãe, padeceu na noite um grande acidente por causa da morte do filho; acha-se viúva do Conde D. António Luiz de Távora e, ainda que crescida em anos e molestada, dizem casará logo para ver se poderá dar sucessão à sua casa, por não passar para a do Louriçal». Não pude averiguar a idade da nobre senhora, nem sei se ela sempre se teria dado ao incómodo de contrair segundas núpcias. Estes noivados do sepulcro são às vezes inesperadamente fecundos; não, de-certo, quando é idosa

a noiva, mas, pelo contrário, quando é o marido que está com os pés para a cova. As profissões de religiosas — outra espécie de morte, que, no século XVIII, parece não ter sido inteiramente desagradável — mereciam registo breve na hemerografia manuscrita do tempo. O *Mercúrio de Lisboa,* de 7 de Agôsto de 1745, noticia, nestes têrmos discretos, o acto de profissão de uma filha do Duque de Cadaval: «No dia 5, em Nossa Senhora da Luz, no mosteiro das religiosas carmelitas (cláusro fundado pela Infanta D. Maria, a mais bela figura portuguesa do néo-platonismo feminista da Renascença), professou a senhora D. Isabel de Melo, filha do Duque de Cadaval, com assistência da côrte. Prègou o sr. D. António Caetano de Sousa». Se o ilustre teatino, autor da *História Genealógica da Casa Real,* era tão prolixo prègando como foi escrevendo, com certeza a côrte, ao ver amortalhar-se em vida aquela pomba branca do Senhor, não chorou, — dormiu.

Passemos à publicidade. É, talvez, o que de mais curioso e de mais sugestivo encerram os periódicos manuscritos de que me ocupo. Manifestamente, tratava-se de comunicados pagos, base administrativa destas fôlhas noticiosas. Escôlho, dentre muitos outros, quatro anúncios: o de um professor de francês; o de um cirurgião dentista; o de um espanhol que declara ter descoberto a cura do cancro; e o de um agente oficioso de dispensas matrimoniais e de outras graças de Roma. O *Mercúrio de Lisboa,* n.º 31, de 4 de Agôsto de 1750, diz: «João Baptista Doumeau, francês, morador no fim da Rua da Figueira, no terceiro andar das casas pintadas de verde que pertencem ao capitão Manuel Pereira das Lagoas, oferece-se para ensinar francês aos casquilhos». Com efeito, os «turinas», «faceiras» e «casquilhos» — isto é, os elegantes lisboetas do meado do século XVIII — estavam eivados de francesia, e (a julgar pelas indiscrições dos médicos do tempo) não era o do sr. Doumeau o pior «mal francês» de que se queixava a mocidade dos últimos anos de D. João V. A *Gazeta de Lisboa* (jornal não citado ainda), de 26 de Maio de 1750, publica o seguinte anúncio, que nos revela os progressos da cirurgia e da prótese dentária há três séculos: «João du Four, cirurgião dentista aprovado nesta côrte, adverte ùltimamente que se retira para a sua

pátria, e oferece, enquanto não parte, o seu préstimo a todos que dêle necessitarem; advertindo que tira dentes e raízes com muita ligeireza; que põe dentes artificiais, com os quais se faz o mesmo uso para que servem os da natureza; que segura os dentes abalados com um fio de ouro, e os deixa firmes; que os limpa com perfeição, com instrumentos inventados de novo. Vive na escada da casa de pasto de Mr. Brunet, na rua que vai da Boa Vista para a Esperança, da parte esquerda. Faz viagem pelo S. João dêste ano». Por seu turno, o *Folheto de Lisboa,* n.º 23, de 2 de Junho de 1742, diz-nos — o que às vezes sucede também na Imprensa actual — que um benemérito descobriu a cura das neoplasias malignas; êsse benemérito, porém, não é um médico, mas um capitão de cavalos chegado de Madrid no propósito de cavalgar a credulidade lisboeta: «Na rua dos Condes mora um capitão castelhano, que cura todo o género de tumores externos sem tirar sangue nem fazer inflamação, e todo o género de cancros. Aos pobres pelo amor de Deus. Tem já curado, com feliz sucesso, 56 pessoas». Finalmente (comunica-nos o suplemento à *Gazeta de Lisboa,* de 28 de Maio de 1750), Vicente Fargini, morador na Rua das Flôres, agenciava pelo custo da dataria a remessa de dispensas matrimoniais e outras graças da cúria romana». Convém acentuar que semelhantes graças eram bastante caras. Cinco anos antes, o *Mercúrio Histórico* (n.º 15, de 10 de Abril de 1745) fixava preços: «O conde de Aveiras, Francisco Teles da Silva, casou com a sr.ª D. Constança Manuel, filha dos condes da Atalaia e sua herdeira. A dispensa custou 900$000 em Roma, por ser pedida pelo Patriarca; não o sendo, custaria 12.000 cruzados». Naturalmente, por intermédio da agência Fargini tornava-se mais dispendioso ainda o prazer de casar com as primas, com as sobrinhas, e, às vezes, com as tias; mas, na verdade, as grandes tolices devem fazer-se em família.

Os repórteres do tempo de D. João V não eram discursivos e divagadores, como os de hoje. Davam as notícias em têrmos breves, sem o luxo de pormenores que acompanha, na Imprensa do século XX, o relato dos desastres e dos crimes. Vejamos, por exemplo, dois acidentes de trânsito em Lisboa: o atropelamento de um mulato por um côche, na Rua dos Douradores; e uma sege que desarvorou pela

Calçada do Quebra-Costas, às Pedras Negras. Diz o n.º 27 do *Folheto de Lisboa*, de 7 de Julho de 1742: «Passando no mesmo dia (3 de Julho) o côche do principal Almeida no princípio da Rua dos Douradores, rodou por cima de um mulatete e lhe lançou logo os miolos da cabeça fora». Diz o n.º 30 do *Mercúrio de Lisboa*, de 25 de Julho de 1744: «Ontem caminhava pelas Pedras Negras uma bêsta, guiando (talvez, com efeito, fôsse a bêsta que guiasse) uma sege com duas môças irmãs dentro; espantou-se no mais alto da Calçada do Quebra-Costas, que é muito íngreme e vai dar aos Torneiros; caíu para baixo, e a sége se voltou diabòlicamente por cima da bêsta, fazendo-se em pedaços, saindo as mulheres uma mal ferida, outra com um braço desmanchado; e a bêsta, trambolando de costas, foi dar com a cabeça na pedra de umas obras, que ali estão fazendo, e ficou logo morta; e a sege se não pôde tirar senão aos pedaços». Àparte a redacção, que não me parece famosa, estas pequenas notícias não são destituídas de interêsse. Se os côches, as pesadas «estufas» de viagem e as clássicas liteiras, com os machos às varas, marchavam em geral devagar, os florões, os estufins e as seges andavam depressa, apresentando além disso o inconveniente de se equilibrarem mal nos correões e nos rodados altos. Por isso, e porque os cocheiros, sota-cocheiros e sègeiros de boléa bebiam com convicção, os desastres eram relativamente freqüentes nas ruas de Lisboa. Entretanto, devemos reconhecer que a arte de matar por atropelamento está hoje bastante aperfeiçoada. Mata-se muito mais gente, com muito mais rapidez, geralmente sem dôr, com rodas de borracha que são muito mais suaves, e as elevadas estatísticas dos acidentes de trânsito — índices de civilização — constituem motivo de orgulho das grandes cidades modernas.

As brigas e desafios, quando se tratava de pessoas de distinção e, sobretudo, quando se oferecia matéria capaz de aguçar a curiosidade e o escândalo, mereciam mais largas referências aos redactores. Como se sabe, era nos conventos e nos teatros que os fidalgos portugueses do tempo de D. João V — seguindo o exemplo do rei — procuravam as suas aventuras. Os casos de galantaria monástica não chegavam, em geral, aos jornais; mas as diabruras de amor dos páteos

da comédia nunca deixavam de ser registadas, mormente quando havia espadas fora (os pequenos «quitós» dourados do século XVIII), e corria sangue. A seguinte notícia do *Folheto de Lisboa* — n.º 23, de 9 de Junho de 1742 — constitue um modêlo excelente de indiscreção e de malícia jornalística: «No mesmo dia 6 de Junho, achando o Marquês de Alegrete em casa de sua dama (que é uma espanhola, que foi criada das damas da comédia) ao sobrinho do embaixador de França, se descompuseram de palavras, e, chegando a meter mão aos espadins, deu o Marquês uma estocada no francês, a que acudiram várias pessoas; e, apartando-os, logo cuidaram em como se havia de desmentir êste caso». Na verdade, a melhor forma de o desmentir — singular candura! — era noticiá-lo. Ignoro se semelhante incidente, em que se encontraram envolvidos um francês, um português e uma espanhola, teve conseqüências políticas e chegou a ser tratado por via diplomática. Creio que não. Nesta espécie de negócios de Espanha (e não foram de pequeno volume, desde a Margarita até à Escamilla, desde a Gamarra até à Josefa Vaca, os interêsses das cómicas espanholas em Portugal) estava manifestamente indicada a política de «não-intervenção».

Os «casos de rua» que os repórteres de cabeleira nos oferecem nas suas fôlhas manuscritas, não são apenas desastres, crimes e desordens. Há também, com freqüência, informações interessantes para a história pitoresca de Lisboa nos últimos anos do reinado de D. João V. Duas notícias, que aparto dentre muitas, deixam-nos adivinhar a alegria do povo quando os sinos da igreja do Loreto tocaram pela primeira vez, e mostram-nos a sumptuosidade de que o Cardial Patriarca se rodeava — por expressa determinação do rei — ao encaminhar-se do Paço para o *Te-Deum* de S. Roque. Com efeito, diz o *Folheto de Lisboa,* n.º 37, de 14 de Setembro de 1743: «Já se puseram os sinos no carrilhão da tôrre de Nossa Senhora do Loreto, e tocaram com grande harmonia vários minuetes e contradanças». E o *Mercúrio de Lisboa,* n.º 3, de 18 de Janeiro de 1744, noticia: «Sua Eminência o Cardial Patriarca foi numa cadeirinha ao *Te-Deum* de S. Roque. El-Rei, sabendo, mandou-lhe duas cadeirinhas, achando bem que êle fôsse dessa maneira ao *Te Deum,* mas que devia levar diante vinte

e quatro moços vestidos de veludo vermelho, o que Sua Eminência fêz». Se, por acaso, Sua Eminência passou alguma vez pelo Chiado quando os sinos do Loreto tocavam os seus minuetes profanos, é muito natural que os vinte e quatro moços tivessem acompanhado a cadeirinha em passo de dança.

Muitas citações podia fazer ainda. Estas, porém, bastam para dar a impressão rápida do que são e do que valem, como documentos para a história da sociedade portuguesa, os jornais manuscritos do século XVIII.

JÚLIO DANTAS

Uma reportagem há 57 anos. Grupo de enviados de jornais de Lisboa e Porto, no Bom Jesus do Monte, durante a viagem do Rei D. Luiz I ao Norte do País. Da esquerda para a direita: no primeiro plano, sentados no chão: Augusto Lobato, Eduardo Schwalbach e João Chagas. No segundo plano, sentados: João Baptista Borges, Luís de Araújo, Eugénio de Castilho, José Parreira e Fernando Maia. No terceiro plano, de pé: António José Alves, Firmino Pereira e o aguarelista Casanova

(Página gravada e impressa em Negravura L.da)

O JORNAL E O TEATRO

O REPÓRTER

O TEATRO : — *Você perceberá muito de jornalismo, mas de teatro não percebe nada.*

O JORNAL : — *E você perceberá muito de teatro, mas de jornalismo não percebe nada.*

Da mesma família e não se conhecem um ao outro.

ENTRE o Teatro e o Jornal há uma relação interior e uma diferença exterior. Dá-lhes vida o mesmo sangue: bifurca-os o curso dos seus intentos. O Jornal alveja o leitor; o Teatro alveja o espectador. O Jornal faz-se para ser lido; o Teatro faz-se para ser ouvido. Vêm ambos da mesma raiz; mas não são irmãos, são primos. E nesta consanguinidade, se o exercício do Jornal pode cooperar muito na obra do Teatro, também o chamado *carpinteirismo* do Teatro muito pode auxiliar a confecção do Jornal .

Têm pontos equivalentes os dois, desde o artigo editorial a jogar com o momento culminante da peça até às *fioriture* literárias que correspondem às *toilettes* das actrizes: — o fecho dos actos e o fecho dos artigos; a pequena notícia que às vezes provoca um alvorôço e a *rábula* quando despedida a tempo; a acção, o movimento e o imprevisto; artigos curtos e cenas curtas; enfim uma série de encontros e paralelismos a tôda a hora surpreendidos. Em verdade, porém, se diga que a prática jornalística serve mais o Teatro do que a prática do Teatro serve o Jornal.

E sem que nos seus ombros cintilem as dragonas de general, quem

é que, por sua intimidade com o público, se torna indispensável ao leitor e ao mesmo tempo ilumina o caminho ao autor dramático e lhe desvenda o segrêdo espiritual das personagens? Sem dúvida alguma o Repórter, qualquer que seja o meio em que opere. O escol de cada classe social não passa sem ler o artigo de fundo, mas uma grande parte do público, principalmente o feminino, só excepcionalmente o lê, preferindo-lhe a notícia, a reportagem. Jornal sem repórter, por mais bem escrito que seja, ou morre à nascença ou goza vida efémera; sem mulher, peça de Teatro raríssimas vezes consegue vingar.

Sem repórter ou sem mulher, o relógio não anda.

*
* *

No minarete da sua mesa de trabalho, dando a saber acontecimento de vulto, o Repórter, se tem garra leonina, engrandece-se e engrandece o Jornal. A sua pena tão depressa é cinzel como bisturi; agora caústico, logo lenitivo; chora e ri; enroupa e desnuda; avulta e afunda; ora condena, ora absolve; e ao passo que distribue luz e côr pela païsagem, dedilha tôda a gama da ductilidade inherente à expressão e ao pensamento, e com a sua garra aguçada aferra o leitor que lhe sai das mãos inteiramente dominado.

Mas por que processos obteve o Repórter êste êxito? Pela transformação do Jornal em tablado, pelo preparo das cenas e das situações, pela movimentação das personagens, pelo diálogo incisivo, pela graduação do interêsse, pelo lance imprevisto ou pela peripécia cómica, enfim pelo recurso a efeitos teatrais quási sempre seguros para a condução e fecho dum acto... ou duma notícia.

Cai o pano; finda a leitura: — «Autor! Autor!» «Bela notícia!».

.....

Deixa a mesa do trabalho e volta à sua peregrinação diária: — «Olhar direita! Olhar esquerda! Passo acelerado! Marcar passo! Em frente!», e em todos estes movimentos com seus respectivos instantâneos, o Repórter aparece-nos, sem dar por isso, um criador da tecno-

grafia cénica e como instrutor da recruta preparatória do autor dramático.

E mais nada êle pode fornecer ao Teatro, talvez me digam. Puro engano! Mais, muito mais: — uma eloqüente erudição colhida no seu dia a dia, quer em altas ante-câmaras, quer em tenebrosos tugúrios, umas vezes subindo pela escada de Jacob às sumptuosas tôrres da glória, outras vezes descendo pela mão de Lucífer os sórdidos degraus de horripilantes misérias. Com a traça dêste seu *curriculum,* fotógrafo e radiógrafo, fica senhor da grande peça *Êste mundo* e dos actores que a representam, e pode oferecê-la ao dramaturgo e ao comediógrafo como peça-*mater* e fonte perene para as suas produções.

Mais ainda! Mais ainda! Se pela noite escura, no seu vaivem incessante, topa o Barril do Lixo da Vida, afeiçoa a pena em gancho, veste o sarcasmo de Juvenal e vai *in mente* glozando entre risos, como se tivesse nas mãos caveiras de Yorikes, tudo o que atira cá para fora: — penachos depenados, togas de largas mangas, miolos com bicho, *travesti* maculados, máscaras em fanicos, muita lã de camêlo e pechisbeque, muito pechisbeque com que, por ouro, foi iludido muito papalvo, e que de pechisbeque nunca passou.

Ah! Repórter, Repórter, que ruma de subsídios, na tua faina perscrutadora, podes levar para o Teatro, e se Deus te dá talento dramático, como tu próprio podes vir a ser um grande autor!

Duma cajadada matavas dois coelhos.

*

* *

Mas apenas enfronhado na tua missão, sem outros propósitos, nem tentando rasgados vôos, o teu papel é tão valioso como simpático. Por tua mão entram no Jornal e são transmitidos ao público os sucessos principais do dia, cujos pormenores investigaste com diligência e destreza para que a tua notícia se imponha pela factura, pela verdade dos factos e pela visão do que os determinou. Depois, o artigo de fundo, se o caso merecer essa honra, a porá em relêvo, censurando, aplaudindo ou tirando ilações. Se, porém, do artigo brota uma flôr, foi a tua notícia que lhe serviu de haste.

Ah! meu amigo, obreiro galardoado por teus próprios merecimentos, zela com arreganho a tua dignidade profissional, torna-te rebelde à exploração de sentimentalismos mórbidos e refractário impenitente à detracção, por mais fundo de verdade que se lhe possa lobrigar, e serás sempre o esclarecedor da justiça e o látego da injustiça, o clarim anunciador das vitoriosas campanhas que interessam a vida nacional, a bandeira de tôdas as innovações, o pronto-socorro a tôdas as desgraças que se te deparem no caminho, expondo-as ao público com o brilho da tua pena e a piedade do teu coração e recolhendo em troca a bênção de todos os infelizes por quem a tua mão se estendeu.

Se por um lado és o colaborador inconsciente do Teatro, se lhe podes servir de guia, lição e espelho, conscientemente, e só por ti, desempenhas no Jornal e na sociedade um lugar cuja responsabilidade, valor e influência moral são indiscutíveis.

*
* *

E agora, meu companheiro de outros tempos, eu te conto porque me serviste, em parte, de tema para êste artigo que há muito te devia. Porque foi como repórter que comecei a rabiscar nos papéis, ao lado de Barbosa Colen e de João Chagas, chegando a conquistar — injustamente bem o sei — o título de Príncipe dos repórteres, e dali, num lance de audácia, saltei para o Teatro, onde até as más línguas me assinalaram alguns triunfos que jamais esquecerei como a morto que... não morreu.

Assim, cumpri um dever de antiga camaradagem e justifico a razão destas linhas. *Finis coronat opus* na sua melhor acepção. E crê-me sempre

Teu amigo

EDUARDO SCHWALBACH

Sêlo em branco dum apêrto de mão.

10 de Novembro de 1941.

Jornal e Jornalismo

NÃO se pode, evidentemente, comparar a influência moral e a difusão das pequenas fôlhas volantes, semi-clandestinas, de há três séculos e a prodigiosa repercussão universal do jornal moderno. Não há talvez, entre as instituïções forjadas pelo génio do homem, evolução mais lenta do que a do jornal. A sua história é a história da libertação do espírito humano.

Pode dizer-se que foi dêsses reduzidos e amarelecidos pedaços sôltos de papel, toscamente impressos, de que nos resta pálida imagem, que saíram as maiores fôrças morais do Mundo e, sob êsse ponto de vista, a própria génese da Idade Moderna.

Foi do jornal que nasceu êsse poder fluídico, flutuante, singular e inexprimível que se chama — a opinião pública. Foi o jornal o criador dum sentimento, nas suas reacções sociais, desconhecido da Antigüidade e mesmo da Idade Média — a consciência duma solidariedade humana. Essa solidariedade existiu, é certo, no homem antigo, mas numa forma exclusivamente religiosa. Foi a descoberta da Imprensa, primeiro, o jornal, depois, que a tornaram política e activa — do homem para com o homem.

Desenvolvendo até ao extremo — dispersando sob um aspecto, organizando sob outro — o instinto natural da curiosidade, o jornal foi sem dúvida o maior agente, o maior propulsor do espírito inventivo. Suprimam o jornal do Mundo: a história humana (não é ousado

afirmá-lo) teria sido outra e a própria civilização moderna ficaria despojada de tudo o que constitue a sua expressão dinâmica, a sua comunicabilidade, o seu rítmo. O clima do Mundo seria diverso — a tal ponto que pode definir-se o homem moderno: o homem que lê o jornal. É o jornal que cria a sensação de «vida exterior» — indispensável a todo o sentimento de vida interior do nosso tempo.

*
* *

De tôdas as criações do jornal, o jornalismo, que é a profissão e o culto do jornal, foi a última. O jornal europeu pode ter, mais ou menos, três séculos. O jornal português pode tirar nessa data, se quiserem, com a comemoração que vai celebrar, a sua respeitável certidão de idade. A verdade é que, filho do jornal, o jornalismo, como vício e virtude, é nosso contemporâneo. E nenhuma influência dá mais e melhor a definição e o símbolo da época em que vivemos do que a criação psíquica e social que esta idéia e esta palavra exprimem.

O jornalismo — função e obra do jornal — foi o maior agente moral da nossa civilização. Tôda a nossa vida foi moldada à sua imagem. Foi o jornalismo que fundou, no Mundo, com o imenso desenvolvimento que obteve do meado do século XIX em diante, uma mentalidade nova. Tôdas as invenções modernas se puseram ao seu serviço: o telégrafo, o telefone, a fotografia, a T. S. F., o avião.

O jornalismo, tornando-se um hábito social e uma máquina do Estado, alargando inverosìmilmente os seus domínios à ciência, à arte, à notícia, à política, ao desporto, deu ao pensamento não apenas a mobilidade e a vitória do Espaço, mas uma expressão original e singular. O homem de hoje pensa *jornalìsticamente,* quere dizer, pensa pela dispersão quotidiana que o jornal imprimiu à vida.

A capacidade da existência humana ampliou-se em proporções desconhecidas. No interior do seu gabinete, ao canto do seu fogão, no leito, no combóio ou na oficina, através do jornal, o homem moderno recebe o contacto do que se passa no Mundo inteiro. Sentado ou confortàvelmente deitado no seu quarto em Liverpool ou em Estremoz, na

Noruega ou na Suíça, sabe o que se passou horas antes em Singapura ou no Cairo.

E se outras descobertas e outros prodígios vieram completar, sem ofuscar, a missão da Imprensa — (a *Rádio,* por exemplo) a verdade é que foi ainda o espírito criado pelo jornal que moldou essas novas realidades. A *Rádio,* transmitindo os acontecimentos, dando o jornal falado — o que faz senão jornalismo?

O desenvolvimento da curiosidade humana, levado ao paroxismo, foi certamente o grande inspirador do imenso movimento de invenções científicas e industriais que caracteriza, em todos os domínios, os últimos cinqüenta anos. Foi o inspirador dêsse movimento e o seu extraordinário divulgador. O jornal deu ao homem de ciência, não apenas o clima, o estímulo de «encontrar» — mas deu-lhe, como deu ao homem de letras e ao artista, essa forma de glória fulgurante e imediata, que é própria da nossa época.

Quantos anos levava um inventor, um literato ou um pintor a ser célebre em outros tempos? Em regra, trabalhava para a consagração póstuma, escrevia para um grupo, pintava para uma escola. Hoje é-se célebre em vinte e quatro horas: é-se célebre, instantâneamente, no Mundo inteiro. Um artigo de Octave Mirbeau fêz a fortuna de Maeterlinek dum dia para o outro. O autor do *Peleas e Melisanda* pode desdenhar da Imprensa. Sem o jornal, êle ainda seria hoje um poeta provinciano de Gand — com a probabilidade, é certo, de ser imortal dentro dum século. Mas creio que a essa tardia consagração êle prefere a actualidade da sua glória.

Actualidade — eis outra palavra que o jornalismo criou e que só o jornalismo explica. A actualidade é um fenómeno colectivo que apenas conheceram o último quartel do século último e o nosso século. O sincronismo da vida e de espírito que a palavra «actualidade» exprime provém do jornal, ou, melhor, da modalidade mental que a palavra «jornalismo» traduz.

Foi o jornalismo — o jornal impresso ou o jornal falado da *Rádio,* que é filho legítimo do primeiro — que determinou êste facto de incalculáveis aspectos: um cidadão de Baltimore, da Oceania e um habitante do Perú, comovendo-se simultâneamente ou pouco menos

diante da mesma tragédia, sentindo-se enlevados diante do mesmo acto heróico, ou revoltando-se perante o mesmo delito, extasiando-se pela repercussão da mesma obra-prima.

Tôdas as grandes maravilhas da Civilização e do Espírito modernos encontraram o seu sentido, a expansão que as consagrou ou a sua plena significação no poder e acção do jornalismo e do clima social que êle criou. O jornal é o ar *espiritual* que o homem civilizado de hoje, sem dar por isso, respira. Mesmo que não leia jornais, êle vive no seu influxo, recebe o seu ambiente, move-se na sua esfera.

O jornalismo é a forma mais viva, mais trepidante e mais universal do espírito moderno. Formou uma nova forma de pensar — e essa é a sua grande conquista, a maior de tôdas.

AUGUSTO DE CASTRO

NO TRICENTENÁRIO DO JORNALISMO PORTUGUÊS

A invenção das letras móveis na arte tipográfica por Guttenberg foi no século XV o ponto de partida de profunda revolução intelectual pela divulgação do livro e expansão do pensamento.

A êsse factor se deveu em boa parte a época do Renascimento, de tão viva efervescência intelectual, que teve o seu intenso reflexo no período notável, entre todos, da nossa história, a que presidia a Dinastia Avizense.

Como era de prever, a facilidade de compor e imprimir excitou a curiosidade das inteligências.

O natural desejo de saber abrangia as vicissitudes da vida interna das Nações e dos acontecimentos externos nas lidas internacionais.

Além do livro, como era satisfeito êsse desejo com a necessária freqüência e regularidade?

Surgiram *Relações, Fôlhas soltas,* consagradas principalmente às relações externas, em época em que a funda agitação dos espíritos suscitara entre nós o maravilhoso movimento restaurador de 1640 e mantinha lutas homéricas, cujos cronistas ocupavam os púlpitos, com António Vieira à frente. O Rei favorecia a propaganda.

Relações, Fôlhas soltas eram sobejamente lidas, até darem lugar à periodicidade regular de *Gazetas,* principalmente consagradas às lutas externas nos campos de batalha.

Tudo era publicado com autorização do Govêrno sob a vigilância suspicaz do Desembargo do Paço e outras estações censórias.

Deixemos aos eruditos, entre os quais avulta o sábio investigador, académico e mestre de jornalismo Dr. Alfredo da Cunha, a fixação de datas, de autorias, de aparecimentos e precedências de Relações eventuais e Gazetas periódicas.

Aceitemos como facto comprovado a aparição do primeiro periódico português sob a forma de *Gazeta* por autorização de El-Rei D. João IV em Novembro de 1641, em que se outorgou o respectivo privilégio a Manuel de Galhegos.

Vem após a *Gazeta, o Mercúrio Português para bem servir o público da Europa com novas certas da guerra entre portugueses e castelhanos.*

Foi o claro espírito de António de Sousa Macedo, que, durante quatro nos, de 1663 a 1666, presidiu à redacção do periódico que saía no fim de cada mês e dava notícias.

Houve assim no século XVII dois periódicos: a *Gazeta,* estrictamente noticiosa e o *Mercúrio Português,* de feição política.

Respigadas e aceitas como certas estas notas eruditas, contentemo-nos com algumas reflexões morais acêrca da missão da Imprensa e do modo por que a exerce, justificativo, em muitos casos, do célebre epigrama do fabulista, de que a língua é o maior bem e o pior mal, que existe, juízo que víramos surgir nos escritos de Salomão, o moralista bíblico dos *Provérbios* e das *Parábolas.*

Quis o acaso que há cêrca de 46 anos eu iniciasse a acção jornalística abraçada com paixão numa crise em que a maior parte do jornalismo português era influenciado pelas fôrças secretas hostis à tradição religiosa e política nacionais.

Como se manifestava a inferioridade moral da instituïção!

Superficialidade dos escritos, que rebaixava o nível moral do leitor; ausência de escrúpulos e submissão inteira à parcialidade política e sectária; exploração da curiosidade mórbida do público pelo desenvolvimento dado às narrativas de crimes.

Era isto na maioria dos casos o jornalismo português, instrumento dócil dos interêsses partidários.

É em todos os tempos, o perigo do jornalismo, a tentação a que raros resistem, menosprezando a máxima: chegar pela verdade à liberdade.

Que dignidade, que rosário de benemerências, pelo contrário, as do jornalismo, quando toma a sério a denominação de sacerdócio e assim procura cumprir a sua missão desinteressadamente!

Que a comemoração do terceiro centenário do jornalismo português determine um exame de consciência e o propósito firme da dignificação patriótica!

J. FERNANDO DE SOUSA

LUME VIVO

O público encontra-se diante do jornal, da rádio e do cinema que lhe falam das coisas que se passam e lhe alargam o espectáculo da vida, dando-lhe o tamanho não dos continentes, mas dos acontecimentos.

— Que me importa a cordilheira dos Andes, se a minha curiosidade se não interessar por ela?

A guerra de Tróia tem uma existência histórica assaz enfumada. A-pesar disso, vive há pelo menos 3.000 anos: é maior que a terra onde se feriu e regista-se nos cérebros de milhões de crianças.

A quem se deve tal prodígio?

À palavra humana que se faz canto, discurso, história, lenda, diálogo e narração animada. O tédio sufocaria a humanidade, se não fôsse a notícia que corre, a imagem que deslumbra e a música que suprime a geometria e inaugura a melodia.

Noutras épocas, o púlpito enchia os corações. No verbo do prègador respirava a humanidade.

As tribunas multiplicaram-se quando a prédica se desluziu, avolumando-se o cuidado das questões terrenas. Deus subiu para mais alto, o homem desceu.

Deu-se, porventura, um corte de relações?

Não: determinaram-se polos na fragilidade das coisas, pois o corpo e a alma quiseram entender-se, separando-se, sem trair os seus deveres de colaboração. A alma preguntou:

— A que distância estou do céu?

Por sua vez, o corpo disse consigo:

— Que importância tem a terra para o meu tormento?

No fundo, bem no fundo, estas duas interrogações persistem, como através da torrente se conserva a pedra que vai rolando.

A teologia responde à alma, o jornalismo ao corpo.

No tempo de Ezequiel, Deus falava pela voz do profeta. O firmamento explicou-se, então, quási aos ouvidos dos israelitas, atónitos.

Que nos revelava a Sabedoria incriada?

A necessidade de reavivar no nosso ser o amor do Bem e da Verdade.

Eram os profetas de Israel verdadeiros jornalistas, conforme Renan sustenta?

Mensageiros da Eternidade, intemporais por isso mesmo.

Ora o jornal é o operário do tempo: a grão a grão, reúne numa ou muitas páginas a poeira dos acontecimentos universais. O cinema é o jardim patente das formas efémeras, das rosas que duram um alvor; a rádio a epopeia e a brevidade dos sons.

Amigos ou inimigos — o jornal, o cinema e a rádio?

Servem a mesma causa — nutrir a fome e a febre de maravilhoso que se observa nas multidões. Cada qual, porém, incita a seu modo as necessidades que satisfaz. Podemos saciar-nos de comer e de beber, mas o gôsto das novidades — escritas, faladas ou cantadas — não se limita tão fàcilmente.

O jornalista, como o padre perante o crente ou o médico perante o enfêrmo, tem de compenetrar-se do valor da sua missão — informar, esclarecer e educar. O jornal-baluarte, o artigo-catapulta, a verrina-truculência pereceram.

Dentro das possibilidades da decomposição e recomposição que a evolução oferece, o jornalismo caminha, renovando-se, «electrificando-se», velocitando-se e estabelecendo ordem, lógica e clareza na actualidade distúrbida das idéias e dos factos.

Para êle sucumbir ou definhar, seria necessário que o homem se contentasse com a sua própria sombra, abandonando o resto.

Que foi Robinson Crusoë, na sua ilha, senão um jornalista que descobrira um assunto sem igual?...

12 de Novembro de 1941.

JOAQUIM MANSO

ESCOLAS GERAIS

O jornalismo nunca fêz mal ao escritor. O abandonado Zola, nos seus tempos de pontífice, aconselhava, em *Une Campagne,* aos jóvens homens de letras a deitarem-se de cabeça no jornalismo, que, como os banhos frios para as crianças, fortalecia os dotados de saúde e condições para a vida, e eliminava os fracos. Êle mesmo foi exemplo e demonstração do axioma.

Anatole France deixou nada menos de 4 volumes compostos das críticas — *Vie Litteraire* — publicadas no *Temps,* sem que o cinzelador incomparável da língua francesa se ressentisse da passagem hebdomadária pelas colunas de um quotodiano.

Em Portugal e nosso tempo temos Camilo, Manuel Pinheiro Chagas, cuja obra de puro jornalista —, que hoje ninguém lembra e todavia ocupa dois têrços da produção do glorioso polígrafo — o não impediu de escrever *A Morgadinha,* e Schwalbach, que viveu como ninguém na imprensa diária, e produziu obras primas do nosso teatro de alta comédia, e novos autos vicentinos.

É notório.

Talvez não seja tão sabido que Oliveira Martins e Fialho, já nos píncaros da nomeada, foram redactores do *Repórter.* Não se faz hoje idéia do que fôsse o autor do *Portugal Contemporâneo* e do *Nun'Alvares,* à banca da redacção. Mas se se folhear a colecção do *Repórter* ver-se-á o que foi o sensacional, assombroso serviço telegrá-

fico, com os telegramas do estrangeiro comentados pela erudição de Oliveira Martins.

Quanto a Fialho, rebeldia em carne viva, não aqueceu o lugar. Certa noite deixou ficar em cima da mesa uma única página de original: o pedido de demissão. Contraste impressionante: Eça de Queiroz, colaborador, anos e anos seguidos, da *Gazeta de Notícias,* do Rio de Janeiro, em cujas páginas Ramalho Ortigão alternava com o camarada das *Farpas*.

Da minha geração: Carlos Malheiro Dias, que viveu sempre e junto da imprensa, foi tão grande ou maior jornalista como ou de que romancista; Júlio Dantas sustenta, vai em trinta anos, a colaboração do *Correio da Manhã*, do Rio, a do *Primeiro de Janeiro,* do Pôrto, além da da *Nation,* de Buenos Aires e dos rodapés do *Comércio do Pôrto;* Augusto de Castro, teatrólogo e cronista, só interrompeu o seu fulgurante jornalismo durante a actividade na diplomacia.

Onde e quando houve maior jornalista e mais fecundo, mais profissional do que Rui Barbosa?

Então se formos à galeria dos estadistas, um sim outro também foram periodistas: António Alvas Martins, o famoso Bispo de Viseu, director do *Nacional,* diário portuense, onde deu batalhas com o seu sangüíneo e vitorioso estadulho de polemista; António Rodrigues Sampaio, Mariano de Carvalho, Emídio Navarro, José Maria de Alpoim; e dos mais modernos, o conselheiro Aires de Ornelas, que tinha apaixonado culto pela Imprensa. E estrangeiros? Clemenceau, Loyd George, Gambetta, Cavour, primeiro ministro do *Rissorgimento,* Mussolini.

Não admira, certo e sabido que o tronco da árvore geneológica dos jornalistas foi Júlio César e que o primeiro periodista português se considerou D. João IV.

Os próprios poetas não desdenham a Imprensa.

D'Anunzio, o grande D'Anunzio do *Alcione,* da *Merope,* do *Fons Vitae* e das *Canzoni della Gesta d'Oltremare,* D'Anunzio, que foi principalmente um grande Poeta, estreou-se na vida literária com frenética e fecundíssima actividade jornalística, onde deixou celebrizados dois pseudónimo — *Ducca Minimo* e *Capitan Fracassa*.

E jamais a Itália teve maior artista das belas letras nem maior ressurgidor e estatuário da língua, que enriqueceu a ponto de abranger dois volumes o dicionário danunziano.

Olavo Bilac foi um cronista hebdomadário pontualíssimo. Vi-o muita vez escrever a sua crónica da semana para a *Bruxa,* dirigida pelo João de Sousa Lage.

João de Barros, o poeta das *Algas* e do *Anteu,* ainda hoje faz jornalismo no nosso *Diário de Lisboa.*

Há os inadaptáveis, bem sei.

Um dêsses foi Guerra Junqueiro. A sua prova de inadaptabilidade está tôda nesta anedota, que vou contar. Passou-se na redacção do primitivo *Correio da Manhã,* dirigido por Manuel Pinheiro Chagas. Jornal político, partidário mesmo, sem capitalistas, era uma emprêsa pobre, desprovida de meios para pagar colaboradores. Freqüentado pela pléiade literária da época, centro de cavaco, ali se reünia tôda a gente que tinha talento e a quem as incompatibilidades políticas não fechavam a porta. Um escrevia um eco, outro uma crónica, êste a gazetilha, aquêle a crítica da peça ou do livro, a impressão de S. Carlos ou de S. Bento. E essa variedade, assegurada ao acaso por um batalhão de periodistas voluntários, comandados pela pena adulta de Pinheiro Chagas, fêz do *Correio da Manhã* um jornal brilhantíssimo que demarcou uma das fases em que o brilho — averiguadamente periódico — do jornalismo lisboeta ficou assinalado na tradição.

Ora, entre os freqüentadores, tão quotidianos como a fôlha, contava-se Guerra Junqueiro, o Junqueiro dandy, o Junqueiro deputado, o Junqueiro dos *Vencidos da Vida* e da *Musa em Férias.* Certa noite, o Poeta entrou na redacção a bramir indignações contra um carroceiro que vira a bater desalmadamente com o cabo do chicote na pobre alimária.

Pinheiro Chagas preguntou-lhe:

— Você está muito indignado, Junqueiro?

— Estou.

— Mesmo muito?

— Ao rubro!

— Então, olhe, tem aqui papel e tinta: sente-se, escreva um eco, e desanque o desalmado à sua vontade.

Guerra Junqueiro sentou-se à banca. Pinheiro Chagas foi à sua vida. Junqueiro meditou, esboçou uma linha de prosa; rasgou. Pegou noutra tira de papel; tentou novo comêço. Não lhe agradou; riscou. Recomeçou. Ainda, não. ...Reflectiu um pedaço e pareceu, enfim, ter encontrado o caminho. Puxou mais para êle o bloco das tiras de papel, molhou a pena... Mas desta vez nem uma letra lançou no papel e, como nesse momento Pinheiro Chagas reaparecesse, Junqueiro levantou-se da secretária, e atirando com a caneta para cima da mesa, disse:

— Não sou capaz de fazer a tal notícia que você quere. Só se fôr em verso.

Esta inadaptação explica-se: Junqueiro nunca foi feliz prosador. Não se limitava a escrever verso: pensava em verso.

Não tinha, pois, que fazer no jornalismo senão para o enriquecer de quando em quando com qualquer iluminura arrancada a um dos seus poemas.

O prosador é outra coisa, carece de outra e mais vasta técnica.

É ao jornalismo que o escritor fica devendo essa técnica, a sobriedade, a simplicidade, o poder de comunicação, o poder de síntese, faculdades construtivas. Tanto que se conhece às léguas o escritor que passou pelo jornalismo: nas faculdades de movimento e de contensão, na faculdade de criar interêsses e teatralização do tema, na eliminação dos desnecessários pormenores, nas qualidades de impressionalidade, na clareza, na exposição rectilínea da idéia, em tudo quanto pode fazer um escritor senhor da sua principal ferramenta — a linguagem e a arquitectura da concepção, a vida dos temas, a atmosfera, a perspectiva, tudo quanto torna viva a escrita e a emoção e pessoal o estilo, já independizado das influências deslumbradoras.

À mocidade, que, por predisponência ou até por precisar de amanhã saber servir-se da arma poderosa que é escrever, o deseje aprender, a todos é de aconselhar um estágio na imprensa quotidiana. Não se compreende o homem de govêrno ou mesmo simplesmente o homem dirigente que não saiba manejar a pena. Um advogado sem

faculdade de expressão oral não se entende, mas quando a tenha será sempre côxo se não souber escrever. Qual o homem culto que dispense e a quem não faça falta o conhecimento da arte de escrever, isto é, a faculdade de se defender, de comunicar com o seu semelhante, de lhe transmitir a Verdade ou a Beleza?

E a escola não é o livro, não pode ser a literatura: tem de ser e é o jornalismo.

Quanto deve Churchill e a Inglaterra aos anos de jornalismo que o seu actual primeiro ministro tem em cima do lombo! As suas notas, de formidável poder comunicativo, de incontestável beleza sintética, não se escrevem só porque as deusas madrinhas se acercaram do nosso bêrço.

O Churchill, estadista de 1940, é filho do jornalista e do cronista de guerra de 1914.

É nesta escola, que êle cursou e onde o grande Franklin forjou as armas para a campanha da independência da América, que deve matricular-se a mocidade literária e política que se destina a governar amanhã. Porque... porque até para aprender a guardar segredos políticos, diplomáticos e mesmo segredos de amor, não há como o hábito profundo de saber, dia a dia, segredos de Estado, e de assistir às grandes amarguras e às tristes mesquinharias dos homens! E em meio algum se está tão em contacto com a vaidade, com a insignificância, com as falhas, com os ridículos, com os defeitos, com as chagas e também com as cintilações da alma humana como no jornalismo. Ali vai ter tudo: a ambição e a subserviência, o drama e a farsa, a pobreza asseada e nobre, a opulência desprezível, os grandes e os medíocres, os interêsses inconfessáveis e o civismo incontestável, e tudo quanto pode fazer apetecer e descontentar da vida.

Mas isto mesmo é uma escola para os que têm de dirigir a pena ao longo de um romance, de um conto, de uma peça ou de um poema, ou hajam de dirigir um organismo oficial e até a nau do Estado!

Em suma: o jornalismo é escola para dirigentes... e para dirigidos também. Porque a Imprensa participa de campo de batalha e de claustro de mosteiro. Habitua à luta destemida e ensina à reflexão

instintiva e constante. Apetrecha para as responsabilidades do mando e do comando, com todos os assomos de independência e de destemor, e prepara para a compreensão do voluntariado renunciante, da reflectida entrega da dedicação sem sombras de receio de que o deminuam.

No fragor do trabalho e na aquietação das madrugadas, o jornalismo tem fulgurações de combate e magoados silêncios professos.

Como não ser isto tudo o jornalismo, se lá dentro funcionam as Escolas Gerais da vida! Pelo contacto universal dos assuntos ali se aprendem tôdas as ciências; pelo contacto obrigatório com o público ali se professa a suprema ciência de conhecer o Homem.

Como não ser assim se estas afamadas Escolas Gerais se construiram no planalto real donde se avista integralmente a vida, com a sua farândola de atribulações e de festejamentos, de alegrias, de lutos, de banquetes e de fomes, trevas, sacrifícios, luz, lágrimas, graça, imortalidade, humanidade, Pátria!

Escola para dirigentes, porque está apto a dirigir seja o que fôr, quem — sabe Deus ao cabo de quantos anos e quanto trabalho! — adquiriu a maestria de dirigir os corséis da inspiração.

Escola para dirigidos, porque cada número de jornal é um triunfo admirável de harmonia, em que cada um dos homens, que para essa obra concorreram, se apagou com a superioridade de se humildar, pequenina ou grande voz a contribuir para a triunfante beleza do canto coral.

JOAQUIM LEITÃO

HOMENAGEM AOS PRECURSORES

AINDA Paris não possuia uma oficina de compor e já na vetusta, denegrida e plácida cidade de Leiria gemiam os prelos, imprimindo no grosseiro papel do tempo as *Poesias* do Infante D. Pedro. Porque foi o burgo que o Lis banha escolhido para albergar a primeira tipografia portuguesa? Bastas vezes tenho feito a mim mesmo esta curiosa pregunta. Leiria não era, por certo, nessas recuadas eras, como de resto nunca o foi, um centro escolar e cultural de primeira ordem. Nos meados do século XV mal bruxeleariam por lá as luzes duma instrução rudimentar e escassa.

Deve ter sido um indecifrável decreto do acaso, semelhante a tantos outros, que concedeu à cidade erguida sôbre as ruínas da antiga Callippo a honra de iniciar os portugueses nos segredos e nos deslumbramentos da letra de fôrma, ainda então de tal modo incipiente, que, comparando-se com os de hoje êsses primitivos processos de compor e de imprimir, se fica como que atónito. Êsse acaso, todavia, outorgou à terra natal de Rodrigues Lôbo, o príncipe dos bucólicos, tão propícia aos devaneios dos poetas, às harmonias dos músicos e às caprichosas combinações de côres e de tons dos pintores, um pergaminho que o tempo nunca conseguirá destruir.

Foi nesse povoado idílico, de suaves païsagens e de modesta existência, que se instalou o primeiro foco de irradiação literária e de expansão civilizadora, que surgiu em Portugal. Foi no burgo arcaico,

a cuja vida serena e sempre igual o castelo mais belo dêste País preside, que se ouviram pela primeira vez em terra portuguesa os ruídos sêcos das matrizes, pacientemente compostas e húmidas duma tinta eterna, batendo de encontro à matéria inerte, que havia de guardar para sempre os frutos preciosos dos génios consagrados à sublime arte de escrever.

Conheci ainda minuciosamente a ruasita estreita e sombria, situada à beira da imponente igreja da Misericórdia, chamada *da Tipografia*. Nos meus longínquos e saüdosos tempos de estudante, morei mesmo muito perto do sítio onde se dizia que a primeira tipografia portuguesa funcionara. E devo declarar que, nessa altura da minha vida, em que os sonhos, as ilusões e as esperanças não sabiam o que eram tristezas e desenganos, e em que certa fantasia doirada e ingénua fazia da minha mocidade uma perpétua aleluia estridente, já me dava que pensar ser vizinho das sombras dos primeiros tipógrafos que neste País alinharam, com volúpia e perfeição, os humildes, os obscuros, os miraculosos chumbos, inventados pela beneditina paciência de Guttemberg. E instintivamente comparava os velhos alfarrábios, carregados de capitais floridas, de vinhetas e cercaduras góticas, saídos dessa oficina, afogada pelo tempo num impermeável esquecimento, com os banais e áridos e antipáticos compêndios com que me ajoujava uma pedagogia negróide, mais própria para cansar do que para espevitar as sempre despertas inteligências juvenis...

Era o destino, que me marcara à nascença, já a exercer os seus tirânicos malefícios. Aquela rua da Tipografia, sem tipografia nenhuma a justificar-lhe o nome, intrigava-me, pelo menos, tanto como certas personagens do *Crime do Padre Amaro,* lido a ocultas, assíduas freqüentadoras da hospedaria da San Joaneira, localizada por Eça de Queiroz ali perto. E quando sentei praça neste destemido, irreverente e tantas vezes heróico exército do jornalismo, que tem os seus quartéis em todos os países, que se bate em tôdas as regiões do globo, que se apoderou dos povos e do mundo para lhes dar uma consciência e os guiar até à definitiva conquista dos seus direitos e à plena consumação dos seus deveres; quando me vi, numa noite escura como breu, junto do cadáver dum homem, que um combóio

acabara de esmagar, para dizer aos leitores do *Século* como aquilo tinha sido, lembrei-me, sem querer, das caprichosas volutas em que se perdia a minha imaginação sempre que passava pelo sítio onde nascera a Imprensa Portuguesa e a essa amiga evocação me apeguei para vencer a primeira batalha travada pela minha esbraseada ânsia de viver no infinito campo de luta que o jornalismo rasgava diante de mim.

Dobrei êsse escarpado cabo tormentoso sem avarias irreparáveis. E de então para cá tenho procurado dar ao jornalismo tudo o que êle me tem pedido, seguro de que não há fôrça maior do que a sua, convencido de que não existe outro poder de renovação universal, digno de se comparar com o seu. Servir essa fôrça prodigiosa, alimentar com a sua inteligência, com a sua sensibilidade e com o seu desinterêsse êsse poder sempre em acção é honra tamanha, que muitos a ambicionam e cobiçam e poucos a conquistam e alcançam. Ser jornalista é praticar uma profissão de tanto prestígio que até as suas vítimas a respeitam, por a temerem. O jornalista não é, nas sociedades cultas, um intrometido ou um elemento perturbador. É um orientador quando discute, aprecia e esclarece os grandes problemas sociais, morais e políticos, que requerem a sua colaboração. É um criador de beleza imortal quando se debruça sôbre a Natureza para lhe desvendar os segredos, os encantos e as graças aliciantes. Se sabe corporizar a dôr, quási a anula, emprestando-lhe todo o fogo do seu talento e do seu coração. Cria sentimentos de que ninguém suspeita se desce aos abismos da miséria em busca, para as salvar, das almas em botão que por lá aguardam o momento glorioso de abrir para a vida as suas pétalas de neve. E sabe morrer nas guerras monstruosas, ao embrenhar-se nas vagas de fogo e de morte, que quere ver de perto para as descrever com verdade e paixão.

Não há sensação mais grata ou mais repousante do que ver estampados num grande jornal o pensamento que nos absorve, o ideal que nos queima, as concepções de arte, de política e de justiça, que vivam no cérebro dum intrépido lutador dos jornais. Às vezes tem-se a estonteadora impressão de que tudo se curva e se submete ao titã que impele e impulsiona a vida do fundo, todo imerso em

mistério e em penumbra, do sacrosanto tabernáculo, que é o seu gabinete de trabalho.

Sem a Imprensa, a civilização teria sido uma tímida crisálida, incapaz de romper o seu espesso casulo. Sem servidores capazes de todos os sacrifícios e aptos para tôdas as renúncias, essa mesma Imprensa nunca poderia ter cumprido a sua missão. Comemora-se agora, comemoramos nós, os jornalistas, o aparecimento do primeiro periódico que se publicou em Portugal. Estamos em face dos precursores. Temos diante de nós, a sorrir-nos e a confraternizar connosco, as sombras amigas dos tipógrafos que em Leiria compuseram o primeiro livro impresso em português e as dos jornalistas que fundaram a nossa profissão. Saúdo-os enlevado e agradecido, porque foram êles, afinal, que me abriram as portas desta fulgurante catedral que é a Imprensa, onde tenho queimado os mais belos círios das minhas esperanças e onde tenho visto consumir-se as mais belas horas da minha vida.

ADELINO MENDES

OS BASTIDORES DA ENTREVISTA

NO tempo em que o cavalo de batalha do jornal era a entrevista, o arre-burrinho do chefe da Redacção era o pobre diabo que tivesse manifestado jeito para a fazer. Compreende-se. O crime, o desastre, a crise, a revolução não se inventam: têm de acontecer; a entrevista, pelo contrário, é como o ar e a água da fonte: está sempre à mão, basta ir buscá-la a qualquer parte.

Entrevistava-se Todo o Mundo e Ninguém, sôbre Tôdas as Coisas e sôbre Coisa Nenhuma. Um senhor que tivesse desovado um almanaque, outro senhor que tivesse ido passear de burro a Cacilhas eram inevitàvelmente convidados: o primeiro a *dizer como trabalhava;* o segundo a contar *as suas impressões*. Para valorizar a entrevista exageravam-se os méritos do entrevistado: qualquer bigorrilha era *um vulto de excepcional destaque,* qualquer matoide *um moço cheio de talento.* Assim as forjavam reputações e inchavam nulidades, que as mais das vezes pagavam o benefício com um coice, negando descaradamente que tivessem dito isto ou aquilo, se as suas tôlas afirmações corriam risco de levantar borbulha.

Eu tive a infelicidade de remar nesta galé, e nem vocês calculam quantos dissabores sofri, quantos marmelos crus fui constrangido a engolir. Vou recordar dois casos — dois episódios de bastidor — extraídos do 2.º volume das minhas memórias, porque eu já estou na

idade em que os homens começam a ser atormentados por um dêstes três achaques: a calvície, o mêdo do Inferno e a mania de escrever memórias...

*

* *

Tinha havido uma revolução, e fôra chamado a formar govêrno João Chagas, ministro de Portugal em Paris. Eu trabalhava na extinta *República*. Já nesse tempo, a-pesar-de patriota, ou talvez por isso mesmo, eu andava de todo alheio às intrigas do chavascal político, e portanto lìricamente persuadido de que à sombra pura de um ideal nunca se poderia abrigar o vulto escuro duma insídia. Quando António José de Almeida me encarregou de entrevistar João Chagas, eu recebi o encargo com prazer. Sorria-me a idéia de ouvir aquêle homem: não o político, que eu desconhecia, mas o jornalista, o mestre da crónica literária, que eu profundamente admirava.

João Chagas, não sei se sabem, tinha carradas de talento, mas talvez não tivesse nenhum se fôsse obrigado a arrecadá-lo no mesmo saco da vaidade. Considerava-se o Máximo, o Divino, o Único. Recebeu-me no salão do Avenida Palace com uma sobranceria desconcertante.

— Que deseja?

Eu também tinha bastante vaidade nos meus vinte anos, no meu talento negativo e na minha cabeleira positiva. Respondi, com equivalente desenvoltura:

— Conhecer o seu programa de govêrno!

Nos olhos de Chagas fulgurou a cólera. Compreendi que o grande homem ia procurar humilhar-me, confundir-me, dar-me lições, brincar comigo como o gato brinca com o rato.

— Que idade tem o senhor?

Respondi.

— Há quantos anos anda nisto?

Respondi.

— E imagina então que eu trago aqui na mala um programa do Govêrno para despejar no seu jornal como quem despeja na panela um pacote de sopa Juliana?

— Eu não imagino coisa alguma, retorqui. Presumo apenas que se V. Ex.ª aceitou o encargo de formar o novo gabinete foi porque tinha na cabeça as suas idéias, os seus planos, os seus projectos de govêrno.

E, para deitar água na fervura, ajuntei umas palavras de lisonja, umas sinceras alusões ao fulgurante espírito do escritor. Êle, porém, não desarmou; mostrou-se ainda mais cruel. E eu, já ressabiado, cheio de sangue na guelra, atirei-lhe com esta:

— Pois se não tem planos, nem idéias, nem projectos, diga-me duas banalidades, que eu cá arranjarei duas colunas!

Disse isto, e julguei que o grande homem me ia bater. Pois, não! Com grande espanto, vi-o sorrir. Chagas lembrou-se de que era diplomata? Impressionou-se com a minha ousadia? Ou quis apenas preparar uma desforra severa? Não sei. Certo é que, muito calmo, quási paternal, declarou o seguinte:

— Muito bem. O senhor, que é capaz de fazer duas colunas com duas banalidades, será capaz de fazer uma coluna com uma palavra?

— Sou, sim, senhor.

— Então, aí tem o meu programa de govêrno: «Pacificação». Vá-se embora e faça uma coluna.

Prometi e cumpri. No dia seguinte, a *República* trazia a entrevista com João Chagas — a duas colunas — sem alusão ao incidente e sem a menor ponta de veneno. Passaram-se anos. Chagas voltou ao seu lugar em Paris. Um belo dia caí-lhe em casa, levado nas asas dum avião, como companheiro de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Chagas recebeu-me cordialmente. Conversámos. Percebi que não me reconhecera. Resolvi avivar-lhe a memória:

— Eu sou aquêle jornalista assim... assim...

E êle nem me bateu nem me insultou. Pelo contrário. Tratou-me com uma gentileza que é, ainda hoje, uma das mais doces recordações da minha ingrata carreira de jornalista entrevistador.

*
* *

O segundo episódio passou-se com Guerra Junqueiro. Tinha havido também a consabida revolução. Manuel de Arriaga encarregara Pimenta de Castro de formar govêrno, e o *Século,* jornal em que eu trabalhava, publicou nas *Informações* duas linhas aparentemente inofensivas: a notícia duma conferência entre o Presidente e o Poeta.

Guerra Junqueiro recebeu das mãos do criado do Hotel Central o meu cartão de visita e fêz-se esperar longos minutos. Eu ardia em desejos de o escutar. Que maravilhas de verbo iriam tombar daquela bôca de oiro sôbre o meu ouvido peludo? Apareceu finalmente, envolto num roupão castanho, com um barrete claro na cabeça. Sentou-se e mandou-me sentar a seu lado, sem proferir palavra. Eu comecei a expôr o meu objectivo: dizer aos leitores do *Século* o que se teria passado naquela entrevista do autor dos *Simples* com o Presidente da República. Junqueiro continuava calado. Manifestamente, meditava. A sua catadura era sombria.

Por fim, saíu-se com esta:

— Quere então ouvir-me para *O Século?* Quere ver se eu confirmo a velhaca insinuação do seu jornal, de que o republicano Guerra Junqueiro transige com o ditador Pimenta de Castro? Então escreva lá: A República expulsou o padre Cabral e deixou ficar o Silva Graça; fechou o Quelhas e deixou aberta a redacção do *Século.*

Respondi textualmente:

— Se V. Ex.ª deseja que a sua frase não fique inédita, queira arranjar-lhe outro meio de publicidade. Eu nem a escrevo no *Século* nem a conto na «Brasileira».

Prometi e cumpri — até hoje. Agora aqui estou a revelar a frase. Infelizmente nem com ela goza o Junqueiro, nem com ela sofre o Silva Graça, a não ser que leiam isto no outro mundo, onde, em tal caso, Deus defenda das unhas aceradas do jornalista as apostólicas barbas do Poeta...

ROCHA JÚNIOR

SIMPLES ALVITRES

SERIA excelente que o tricentenário do primeiro jornal português pudesse assinalar-se pràticamente por alguns benefícios nacionais ligados à vida da nossa Imprensa, ao seu indiscutível patriotismo, ao seu vasto poder de iniciativa e realização.

Esclareço o meu pensamento lembrando exemplificativamente que dois problemas importantes da nossa maneira de ser social e da nossa maneira de ser cultural poderiam agora estudar-se a fundo por parte da nossa Imprensa, a-fim-de se lhes dar as soluções que a ela tanto interessam e à Nação tanto convinham.

O primeiro problema, de carácter social, consistiria em substituir, em grande parte ao menos e nas maiores cidades, talvez por meio de viação mecânica acelerada, o *ardina,* isto é, o pequeno espalhador de jornais que realmente *arde,* e às vezes se queima completamente, em longas correrias, na idade em que uma organização social digna do nome devia assegurar-lhe a educação e instrução escolares, o divertimento físico são, o descanso higiénico — enfim, os direitos sagrados da infância numa sociedade orientada por homens cônscios dos seus deveres.

Outro problema que muito interessa à colectividade e que a Imprensa, e principalmente a grande Imprensa, pela sua própria natureza suscita, e pode portanto contribuir em primeira mão para que se resolva, é a defesa da Língua Nacional, defesa da correcção

sintáctica e da vernaculidade, luta contra o solecismo e o barbarismo, para que se não insinuem e instalem no subconsciente de centenas de milhares de leitores.

Um entendimento entre os principais diários no sentido de se organizar em bases eficientes a respectiva revisão lingüística, seria outra maneira fecunda de festejar os 300 anos de idade da Imprensa Portuguesa.

Dois simples alvitres cujo pequeno valor se desculpará pela sinceridade da intenção.

Lisboa, 10 de Novembro de 1941.

AGOSTINHO DE CAMPOS

MISSÃO DA IMPRENSA

QUAL a missão exacta da Imprensa na vida actual? Eis uma coisa imensamente discutida e que, todavia, me parece muito simples e muito clara.

Para uns, à Imprensa devem ser reconhecidas tôdas as liberdades — visto a considerarem apenas fiel espelho da vida que corre. Cabe-lhe, pois, o cómodo papel de reflectir as imagens do mundo — sem reflectir sôbre elas. Se estamos numa época de velocidade e intensidade, em que as figuras, os acontecimentos se atropelam e mal dão tempo a uma breve tentativa de ordenação — como há-de a Imprensa ser outra coisa do que o vertiginoso arquivo desta vertigem?

Para outros, a missão da Imprensa é precisamente o contrário. O seu papel consistirá em arrumar a casa em desordem, em dar ao público uma visão segura e disciplinada daquilo que à volta se acumula e se baralha num tumulto anárquico. Desde que a nossa era se caracteriza pelo excesso de tôdas as sensações e pela efemeridade de todos os espectáculos, desde que, na frase expressiva de Paulo Morand, «se vive dez vezes mais depressa, mas talvez dez vezes menos conscientemente» — trata-se de aproveitar a fôrça da Imprensa no sentido de fazer dela uma espécie de *retardador,* que permita ao homem deter-se e meditar acêrca do seu caminho e do seu destino.

Em ambas estas teses haverá, talvez, certa porção de verdade, mas creio necessário conjugá-las para se chegar à verdade integral. De facto, a Imprensa deve ser espelho flagrante da vida que passa. A sua primeira finalidade é, sem dúvida, a *informação.* Acima, porém, da informação (que só ganha em ser diversa e completa),

exerce a Imprensa um real ascendente sôbre a maioria dos espíritos e pertence-lhe, por isso, um nítido papel social de *orientação*. Informar, orientar: — em duas únicas palavras, um programa inteiro.

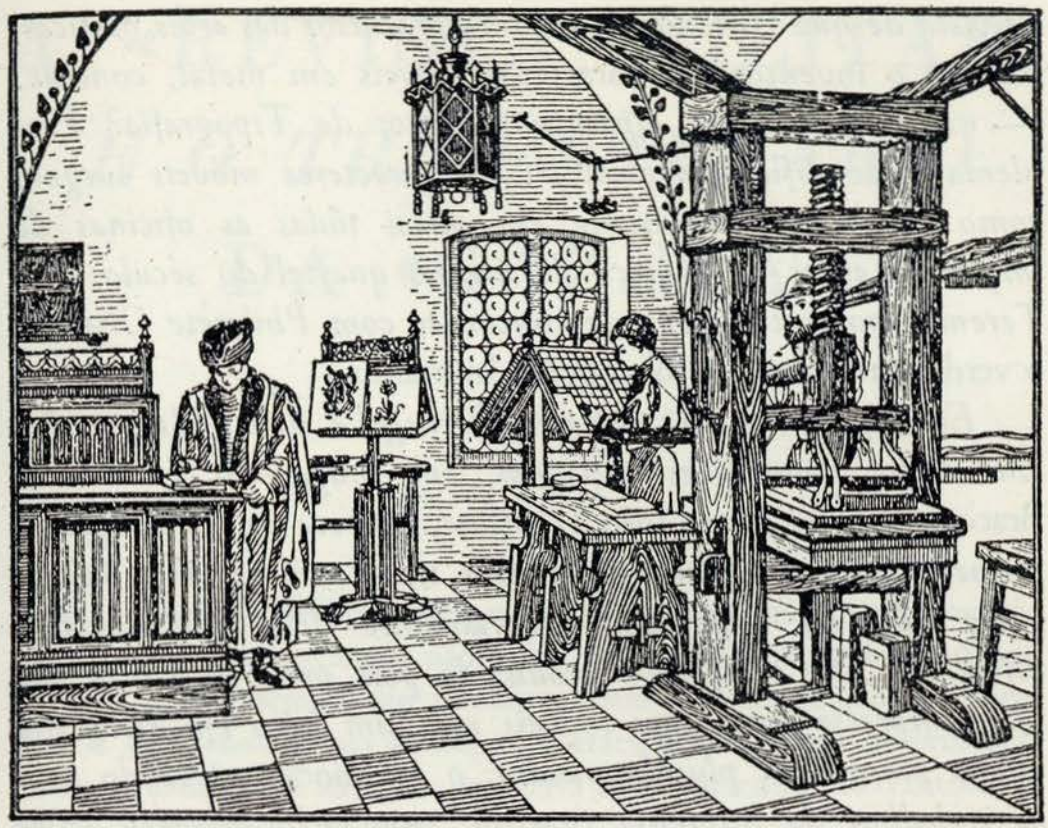
Irei mais longe. O programa tem de ser formulado assim: *informar para orientar*. A mera informação episódica e indiscriminada é, muitas vezes, perigosa — porque deixa quem a recebe em plena hesitação e estonteamento, como o viajante perdido numa encruzilhada. A orientação que desdenha ou esquece as realidades e se confina numa abstracta zona de idéias puras — é perigosa também, pois não fornece as normas necessárias para um juízo idóneo e eficaz. Se, porém, após a informação vier a orientação, isto é, se o esfôrço de compreender e de marcar directrizes fôr baseado no amplo conhecimento do real, na *adesão ao real* (como se diz em filosofia), a Imprensa terá cumprido totalmente a missão de que está investida.

*
* *

E assim a missão da Imprensa poder-se-á condensar numa imagem acessível e simpática. Quanto a mim, o jornal deve ser, para cada um de nós — o companheiro de cada dia. Para isso, será preciso que nêle encontremos aquela unidade de pensamento e aquela sinceridade de expressão que habitualmente nos inspiram confiança em certas pessoas. Quando temos um amigo e o conhecemos bem, sabemos qual o ponto de vista sob que aprecia os acontecimentos e os homens e a maneira como exterioriza o seu ponto de vista. Um jornal, equivale a êsse amigo, que informa ou orienta, melhor: que informa *e* orienta — com uma coerência e uma lealdade sem falhas. Só assim exercerá sôbre nós a influência que ambiciona — visto só assim ter, na verdade, o direito de a exercer.

Em resumo: espelho, sim — e, ao mesmo tempo, mentor. Ou apenas, segundo a fórmula que já usei porque a prefiro: amigo. Um amigo que, depois de atrair a nossa atenção, conquiste em absoluto a nossa confiança.

JOÃO AMEAL



Oficina tipográfica nos fins do século XV

A TIPOGRAFIA

UM autor português contemporâneo (1) *ao estudar em profundidade a «baralhada e confusa» história da Tipografia, depois de apontar as diferentes teses existentes sôbre o aparecimento da «famosa e divina arte», como lhe chamaram os humanistas, e de apresentar o ponto*

(1) Eleutério Cerdeira, in «A Imprensa» — *História de Portugal*, 1932.

de vista de que Gutenberg, embora precursor das artes gráficas, não foi o inventor dos caracteres móveis *em metal, conclue:* — «*Mas ¿quem foi afinal o inventor da Tipografia? Problema assaz difícil de resolver. Os caracteres móveis surgem como que espontâneamente em quási tôdas as oficinas de impressão antes do comêço do último quartel do século XV. Teremos portanto talvez de concordar com Philarète Chasles:* o verdadeiro inventor foi o génio humano».

Em 1480 ou 1481 entra em Portugal a Arte de Impressão. Em 1494, com a estampagem, em Braga, do Breviarium Braccarense, *feita por João Gherline, aparece no nosso país a primeira oficina de impressão com tipos móveis. É o início, entre nós, da Tipografia pròpriamente dita — admitida a dúvida de que o trabalho produzido pelo prelo de Leiria não fôsse impresso com tipos móveis mas sim feito em xilografia ou na presumível plumbogravura, o mesmo acontecendo com os trabalhos da imprensa israelita, cujo ciclo decorreu entre 1487 e 1496.*

A «REVISTA MILITAR» *E O TRICENTENÁRIO* DA «GAZETA»

A *Revista Militar,* integrada por sentimento e por tradição na vida nacional, não podia ficar alheia ao apêlo do Sindicato Nacional dos Jornalistas para a comemoração do tricentenário da *Gazeta,* nossa avoenga veneranda, que soltou os primeiros brados quando a Pátria se preparava para defender bravamente a sua independência ameaçada.

A aparição da primeira fôlha jornalística é um acontecimento histórico de imensa grandeza: é o nascimento da Imprensa, o mais poderoso propulsor da vida nacional, a maior fôrça de expansão das idéias, o mais forte elo de ligação das almas.

O Sindicato Nacional dos Jornalistas, comemorando a data histórica de 1641, em que a *Gazeta* pela primeira vez veio a lume, evoca êsse magnífico passado que foi o bêrço glorioso em que a Imprensa portuguesa se criou.

Não teve longa vida a *Gazeta,* — uns dez anos, se tanto! — mas estou em crer que nenhum jornal português foi jàmais lido com a ansiedade que os nossos antepassados dos dias da Restauração sentiam ao percorrer as suas linhas!

Não foi longa a vida da *Gazeta,* é certo, mas o que não morreu foi a idéia, à qual outros periódicos vieram dar o alento preciso para poder desabrochar neste esplêndido presente de publicidade pelos jornais, pelos boletins, pelas revistas, que aumentam de dia para dia,

porque tôdas as modalidades da vida social carecem de um órgão para a troca de idéias, sem o qual o progresso não é possível.

A *Revista Militar* é um dêsses órgãos de classe, de feição peculiar que a distingue profundamente dos outros periódicos militares. A sua vida é já tão longa que, se não estamos em êrro, a Revista é hoje o decano das publicações militares congéneres de todo o mundo e o mais velho dos periódicos portugueses do continente. Em Janeiro passado entrou ela no 93.º ano da sua publicação, que tem mantido inflexível e ininterruptamente até hoje, sempre dentro do seu programa, embora por vezes tenha tido de lutar com grandes dificuldades. Sem assomos de descabida vaidade julgamos poder afirmar que a *Revista Militar* tem sabido honrar a Imprensa Portuguesa.

Contemos em breves palavras a sua fundação e as principais fases da sua vida. Em 1848 um grupo de oficiais de tôdas as patentes e de tôdas as armas, em que predominavam a artilharia e a engenharia, constituiram-se em emprêsa para a criação de um periódico militar, cuja falta era muito sentida, e no dia 1 de Janeiro de 1849 o exército e a marinha reviam-se no primeiro número da *Revista Militar*. Corporação numerosa, com uma percentagem notável de oficiais de grande cultura — quantos dêles honram a história das ciências e das letras pátrias! quantos são glórias dos nossos fastos militares! — o exército e a marinha receberam com júbilo e alvorôço a aparição de um órgão que, postas de parte as questões pessoais e políticas, lhes permitia a troca de idéias sôbre matéria profissional, tanto mais que uma tentativa no mesmo sentido, feita alguns anos antes. — *O Jornal Militar*, — baqueara.

Entre os vinte e seis fundadores da Revista, oficiais da maior consideração no exército, contava-se um jovem tenente de engenharia, tipo acabado de gentil-homem, que havia de vir a ser um dos mais notáveis estadistas de Portugal de todos os tempos e ao qual o país ficou devendo muitos anos de fecunda paz e de assinalado progresso em todos os ramos de actividade, incluindo a militar, — António Maria Fontes Pereira de Melo.

As suas grandes faculdades e qualidades, já ao tempo de certo evidenciadas, fizeram que fôsse êsse o escolhido, — se é que não

foi êle a alma de tudo, — para guiar os primeiros passos da *Revista Militar*. É dêle e de Fradesso da Silveira o original da circular, — guardada na casa da Revista como relíquia preciosa, — dirigida ao exército para lhe dar conta do empreendimento, e da sua pena é também o admirável artigo de apresentação, inserto no primeiro número da Revista em Janeiro de 1849.

Uma vez lançada e acolhida entusiasticamente pelo exército como velha aspiração realizada, que realmente era, entusiasmo que transparece das suas páginas, a Revista, só em campo, publicada primeiro mensal e depois quinzenalmente, foi singrando por anos sucessivos sem nunca se desviar do caminho que os fundadores, pela pena de Fontes, lhe traçaram.

Decorreram assim quarenta e nove anos até que em 1903, havendo já então em publicação vários periódicos militares, — oito, se não estou em êrro, — todos com existência atribulada, o falecido general Sebastião de Sousa Teles, que ao tempo geria a pasta da Guerra, propôs a fusão dos que a quisessem aceitar, ficando os periódicos fundidos com subsídio do Ministério da Guerra para com mais desafôgo e mais brilho se poderem desempenhar da sua missão. O pensamento de Sebastião Teles, que foi um dos mais ilustres escritores militares portugueses, era dotar a Imprnsa militar com um órgão à altura dos similares dos exércitos estrangeiros, mas nem todos o compreenderam.

Juntaram-se então à *Revista Militar* três periódicos que com ela aceitaram o convite do ministro — *Revista do Exército e da Armada, Portugal Militar* e *Revista da Administração Militar* — e assim entrou a Revista numa fase nova, que ainda dura.

O que principalmente caracteriza esta nova modalidade da *Revista Militar* — a cuja transformação presidiu o eminente e sempre lembrado general José Estêvão de Morais Sarmento, — é a aproximação do exército e da marinha que se estreitou mais, no sentido de se aproximar daquela confraternização de oficiais de terra e mar que em todos os países se procura e se promove por todos os meios, por se julgar indispensável para a defesa nacional. Actualmente na presidência da assembleia geral da Revista está o senhor almirante Pereira

da Silva, antigo Ministro da Marinha, e o senhor almirante Botelho de Sousa, major-general da Armada, é vice-presidente da Direcção. Demais, dos quarenta e oito membros da Emprêsa, sete são oficiais de marinha e os restantes do Estado-Maior e das diferentes armas e serviços do exército.

Pela Emprêsa, que é de pura dedicação profissional, sem qualquer interêsse material, pois os lucros, quando os há, redundam em benefício da Revista, têm passado os mais distintos oficiais das duas corporações militares, exército e marinha.

Além dos sócios efectivos conta a Revista nos seus fastos quatro honorários, a saber: os generais Sebastião Teles, promotor da fusão, e Alves Roçadas, herói das campanhas de África, o almirante Augusto Osório, instituïdor do prémio de colaboração que tem o seu nome, e o senhor general António Óscar de Fragoso Carmona, nobre Chefe do Estado, antigo colaborador da Revista, à qual foi sempre muito afeiçoado em tôda a sua longa carreira militar e a cujas sessões solenes tem bondosamente presidido nos últimos anos.

No intuito de promover quanto possível no exército e na marinha o gôsto pelo estudo das questões de carácter profissional, a Revista tem promovido a criação, com carácter permanente, de prémios pecuniários de colaboração, entregues anualmente em sessão solene, de ordinário muito concorrida. Êsses prémios são actualmente três, a saber: «Prémio almirante Augusto Osório», o mais antigo, instituído e dotado pelo falecido almirante do mesmo nome, para galardoar o melhor artigo publicado na Revista durante o ano; o «Prémio David Branquinho», instituído pela Administração Militar em homenagem ao seu saüdoso director e só para oficiais daquele serviço, e, por último, o «Prémio Moçambique», criado e custeado pelo Govêrno da Colónia para galardoar o melhor artigo sôbre assunto de carácter militar que lhe diga respeito. A distribuïção dos prémios é feita anualmente em sessão solene a que, como disse, se tem dignado presidir o Senhor General Carmona. É o dia de festa da Revista, dia em que vêm às suas salas as mais altas patentes militares, muitos oficiais das duas corporações e convidados de alta categoria social.

Resta-me dizer que a Revista é condecorada com a Grã-Cruz de

Santiago da Espada, pelos seus persistentes e importantes serviços à instrução, e mereceu à Academia das Ciências de Lisboa a concessão das Palmas Académicas.

Estes galardões, que representam a consagração do seu constante labor de noventa e três anos de publicidade, são os seus pergaminhos.

Termino com as mais calorosas saüdações da *Revista Militar* aos ilustres promotores das comemorações do tricentenário da *Gazeta*. A Revista, que se tem sempre associado às grandes manifestações nacionais, que até promoveu uma que logrou relêvo excepcional — a da Guerra Peninsular, e que ainda há pouco dedicou muitas das suas páginas às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração, não podia deixar de aderir de alma e coração a uma evocação que é também uma justa homenagem à Imprensa.

GENERAL TEIXEIRA BOTELHO
Presidente da Direcção da *Revista Militar*

RODRIGUES SAMPAIO
E OS SEUS JORNAIS

ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO, musculoso, forte, de boa sombra, português à antiga, estômago de avestruz, clava de hércules, estivera para ser frade. Era filho de lavradores pobres da aldeia de S. Bartolomeu do Mar, vizinha de Espozende, e ali nasceu a 25 de Julho de 1808. Estudou as primeiras letras na sua aldeia com um bom cura e depois recebeu as lições dos carmelitas e, à beira dêles, inclinava-se para a tonsura. De repente preferiu entrar no seminário; freqüentou teologia, em Braga, e ia ser ordenado sub-diácono quando a autoridade eclesiástica resolveu não o admitir ao sacerdócio. Fêz-se, então, guerrilheiro da Imprensa ao lado do admirável periodista, padre Inácio José de Macedo, redactor do *Velho Liberal do Douro,* publicado nos tempos calamitosos de 1826 a 1828.

Não se tratava dum dêsses energúmenos que à sombra da batina procuravam tripudiar mas de exemplo de fé e boa conduta cristã como provam os sermões que prègou no Brasil. Prêso na Tôrre de S. Julião da Barra, desde 1829 a 1833, teve tempo de meditar nos percalços que a independência acarreta. Quando o soltaram, já o discípulo tomara os remígios das asas com que devia voar muito alto. Estava ao lado de outro sacerdote, o abade de Valbom, José António do Carmo Velho de Barbosa, redactor principal da *Vedeta da Liberdade,* de que era proprietário José Azevedo Gouveia Mendanha. De

tal maneira se identificara, o reverendo, com a sua fôlha, que lhe chamavam «O Padre Vedeta».

O periódico era um paladino progressista, apaixonado e vibrante, que, durante cinco anos, apregoou o seu credo. Depois, teve a sorte de tantas outras fôlhas que nas rajadas da política redemoínham e se somem, como os ímpetos do vento atiram para o mistério as fôlhas das árvores nos invernos violentos.

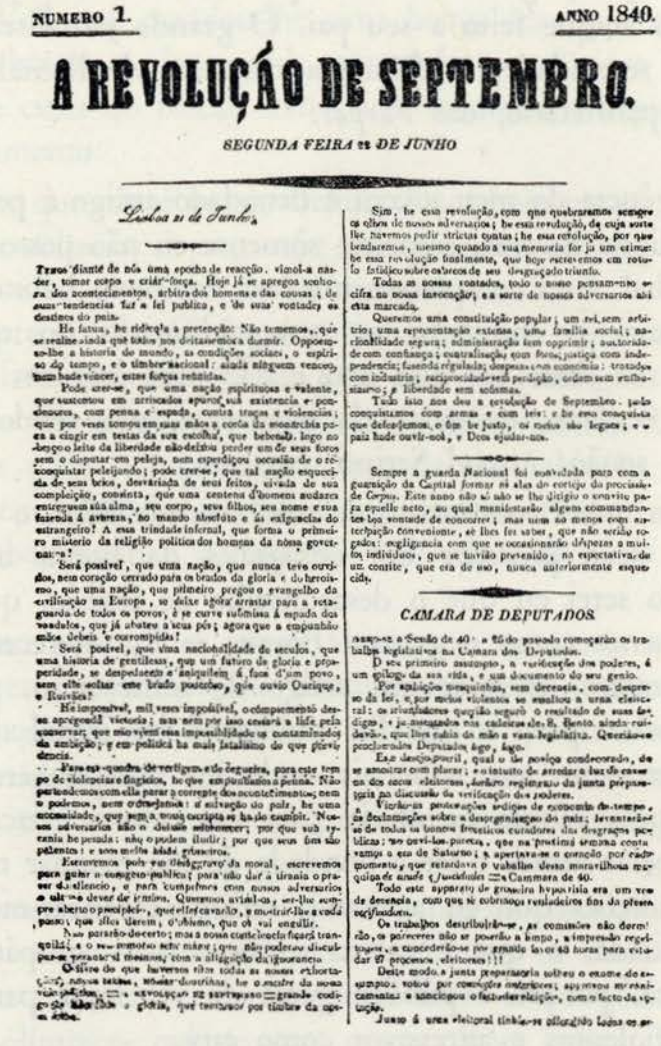
A vida de Rodrigues Sampaio, estranha à Imprensa, não faz parte dêste estudo rápido, porque só a personalidade do jornalista interessa pôr em foco.

Em 22 de Junho de 1840, José Estêvão, que conhecia o polemista da *Vedeta da Liberdade,* quis tê-lo a seu lado na *Revolução de Setembro,* cujo primeiro número saíu em 22 de Junho dêsse ano. Dezóito meses depois, chamavam-lhe «O Sampaio da Revolução», como o seu mestre fôra o «Padre Vedeta». Há nomes que não se podem separar do ofício a que se dão com alma; apelidos que a própria fé na obra que produzem se colam aos labores. Não se concebem uns sem os outros. Assim era Sampaio, em relação ao seu periódico, e quando um homem se incarna em trabalhos daquele jaez não é possível separá-los jàmais.

O cabralismo desencadeou-se com a fúria dum ciclone; derrubou todos os obstáculos, menos os que lhe opunham os revolucionários cujo estandarte era a *Revolução de Setembro.* Ordenada nova habilitação do jornal, Rodrigues Sampaio recusou obedecer à ordem ilegal. As portas da redacção e da tipografia foram fechadas mas a gazeta aparecia como se estivesse a ser feita na sua sede. Durante onze meses e quatro dias, não se conseguiu descobrir onde era composta e impressa nem sequer a forma da sua distribuïção. Os tribunais deram razão ao jornalista que voltou a combater.

Ao deflagrar do golpe de Estado de Saldanha, em 1846, Sampaio desapareceu. Foi publicar, clandestinamente, o *Eco de Santarém,* o *Estado da Questão* e o *Espectro,* que apareceu de 16 de Setembro de 1846 a 13 de Julho de 1847. Era temível o panfleto em cujas páginas o altivo jornalista, verberava, na mais áspera linguagem, os agravos do poder.

A côrte apontá-lo-ia como insultador da rainha D. Maria II; o seu partido receava-lhe a audácia; restavam-lhe as amizades pessoais e o valor da sua pena. Poderia possuir um jornal mas Sampaio era muito honrado para se conluiar com quem lho oferecia e tão pobre que não lhe seria fácil tentar sòzinho a emprêsa.



NUMERO 1. ANNO 1840.

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO.

SEGUNDA FEIRA 21 DE JUNHO

Lisboa 21 de Junho.

Espadaúdo e gordo, lento de andada, comia, bebia e pensava à antiga portuguesa. Era generosíssimo a ponto de nem sempre ter de seu alguns mil réis ao canto da gaveta porque dava muitas esmolas. Enchera-se de desdém; refugiava-se no seu trabalho como um monge na cela. Quando o desafiavam, ou encolhia os largos ombros se o

adversário não tinha categoria, ou retalhava-o sempre com o mesmo sorriso a torcer-lhe os lábios grossos. Guardava os jornais em que o atacavam e chamava-lhes «os seus venenos»; de vez em quando, lia-os e ria-se porque via os ferozes inimigos em contradições.

Respondia em todos os campos. Uma noite, apareceu-lhe um jovem titular, que julgando vencê-lo pela sua idade, exigia a rectificação de certo ataque feito a seu pai. O grande jornalista, disse-lhe, com a maior serenidade, conforme a narrativa de Ramalho Ortigão — o notável panfletário, das *Farpas:*

— A exigência do meu jovem e denodado amigo é perfeitamente justificada e digna do meu respeito; sòmente eu não posso satisfazê-lo dum modo cabal. Está completamente fora dos meus hábitos de jornalista retratar-me, e enquanto ao arrependimento do que escrevo guardo-o para os casos em que erro e não para êste em que escrevi puramente a verdade, demonstrada e patente, não tendo sôbre êste ponto a dizer senão: «quod Scripsi, Scripsi».

Se por um nobre sentimento de solidariedade filial, o meu amigo entende que deve proceder em desagravo da honra ofendida de seu pai, e não serei eu que o desaconselhe de fazê-lo, quatro caminhos, exactamente como o general Boum, se lhe oferecem para me combater. Primeiro, escrever um artigo de contestação, para o que tem aqui papel e pena e que lhe publicarei no jornal de amanhã; segundo, chamar-me aos tribunais onde eu comparecerei para ser descomposto pelo rábula escolhido para êsse efeito; terceiro, tomar um desfôrço pelas armas e ter a bondade de me mandar testemunhas e as suas condições que eu aceitarei; enfim, espancar-me, em sítio público da cidade, o que é talvez o meio mais simpático para a opinião pública, porque o público gosta de ver levar para o tabaco os escritores violentos e agressivos como eu».

Estas expressões deviam ser para os jornalistas, autênticos mandamentos.

«Opto por êste último expediente, que me parece, com efeito, o melhor. Vou esperá-lo na rua. Até logo», volveu o titular.

«Dez minutos apenas para concluir o artigo que aqui estou fazendo

e sou todo do meu nobre amigo. Até já...» — redarguiu o «Sampaio da Revolução».

E como «a mocidade não tem anos para obrar sem reflectir», segundo a frase, escrita a sério, por um jornalista de capêlo em matemática, que floresceu mais tarde, o janota foi esperar o jornalista na Calçada do Combro, onde a redacção estava instalada no edifício do Correio Velho, e mandou-lhe uma bengalada, que o colosso desviou com o braço, e, de seguida, tomando o audacioso pela cintura, atirou-o para cima do balcão duma loja fronteira e explicou ao dono do estabelecimento:

— «Olhe que não é um malfeitor; é um bom rapaz. Trate-o bem. E se quando voltar a si preguntar por mim, mande-me chamar ali à *Revolução* que eu cá virei a baixo outra vez».

Finalmente, El-Rei D. Luiz, como se tivesse esquecido, a súbitas, o que capitulara de insultos a sua mãi, admitiu Rodrigues Sampaio nos Conselhos da Coroa com a categoria de Ministro do Reino, em 26 de Maio de 1870. Impunha-o a espada de Saldanha ante a qual pareciam ter-se sumido os melindres régios. Esteve dois dias no ministério; abandonara-o porque não tolerava a ditadura que o marechal exercia.

Voltou ao poder, por várias vezes, até que, em 25 de Março de 1881, presidiu ao Govêrno. Continuava a ser o mesmo jornalista que trabalhava com amor e afinco, a trôco de quarenta mil réis mensais, mas os adversários julgaram-no, desta vez, inhibido de os tosar e caíram-lhe em cima com a audácia de púrrios contra fundibulário cativo.

Daí a pouco, sentiam-se atingidos, como de costume, e, um dêles, ante aqueles artigos sem assinatura, verberou o chefe do Govêrno por responder aos jornalistas em vez de tratar dos negócios do Estado.

Sereno, olímpico, radioso com o seu ofício, volveu lapidarmente:

— «Boa bêsta, que pela espora conhece o cavaleiro».

Era assim o pontífice do jornalismo português, que avulta na história da sua profissão com a sua maneira, audaciosa, serena, forte e bondosa; honrado obreiro, pobre e digníssimo. Faleceu, em 13 de Dezembro de 1882, em Sintra, onde veraneava, deixando por

alguns meses, a sua moradia da Rua de S. Bento, em cuja fachada a admiração e o culto deviam inscrustar uma lápida.

Rodrigues Sampaio, para a geração de ontem, mesmo morta, era o adversário que faria gastar muito dinheiro em arnica para pensar feridas e deixara esmurradas muitas reputações. Os descendentes artérios conservavam os rancores. Para a gente de hoje Sampaio é incompreensível.

Tais razões impossibilitam a lápida votiva, embora esteja escrita a homenagem ao seu nome à esquina duma rua e na tabuleta duma escola.

ROCHA MARTINS

O PADRE SENA FREITAS

JORNALISTA

QUANDO se fizer a história do jornalismo no século XIX e princípios do século XX, entre os grandes vultos que puseram a pena ao serviço das eternas verdades salvadoras e dos interêsses eternos da Pátria, teremos de colocar em lugar de relêvo o Padre Sena Freitas.

Sacerdote cultíssimo como poucos do seu tempo, orador de palavra apostólica e fluente; conferencista com qualidades intelectuais que lhe davam prestígio perante as assembleias mais exigentes, missionário infatigável que não se envergonhava de romper a batina de lazarista pelos atalhos das aldeias serranas ou por entre os matos das florestas do Brasil; apaixonado pregoeiro da caridade entre os pobres, através da Obra Vicentina, que fêz a glória mais pura de Ozanam; catequizador de crianças e simples de coração, o Padre Sena Freitas foi também jornalista vigoroso, que deu à Imprensa grande parte da sua vida agitada de pensador.

A obra literária que nos deixou, além de honrar a sua consciência altiva de soldado das falanges de Israel, é contínua e fremente exaltação do verdadeiro jornalismo português. Maior em extensão do que as suas alocuções, discursos e sermões publicados em livro, é a colectânea, sob tantos aspectos preciosa, dos seus artigos, onde refulge

a alma íntegra de um homem sem teias de aranha no cérebro e palpita a bondade radiante de um cristão atento às angústias, aspirações e misérias da sua hora.

O JORNALISTA DE IDÉIAS

Numa época revôlta, como foi o último quartel do século XIX, o Padre Sena Freitas, remando heròicamente contra tôda a futilidade romântica, de inspiração nìtidamente anárquica, procurou, acima de tudo, fazer larga sementeira de idéias.

Ao confusionismo tumultuário, em que tantos talentos se esfarraparam em vão, opunha êle, sem covardias de lacaio nem desalentos de pèssimista, a serena afirmação dos princípios religiosos, sociais e patrióticos.

Porque amava a Igreja, prègava a Fé; porque amava os homens, defendia tôdas as fraquezas inermes do interêsse das prepotências e do orgulho das classes impenetráveis ao espírito do Evangelho; porque amava o seu país, combatia tenazmente tôdas as ambições e desrespeitos contra a independência nacional. A tendência geral na Europa era para assaltar, de qualquer maneira, o campo da inteligência. A Revolução de 89 continuava a lavrar, como fogo subterrâneo. A França mandava-nos Renan em cada correio. E a política, esquecida da sua mais nobre função, consagrava, sem reservas, tôdas as tranquibérnias, imaginando preparar o futuro com rusgas de energúmenos. O Padre Sena Freitas erguia-se resoluto, confiante na vitória da razão e do bom-senso. Se as liberdades e os direitos da Igreja sofriam o ataque dos facínoras, não passava um instante sem que a voz do apologeta católico, vibrando, comovida, como a de Lacordaire, ou clamando, indignada, como a de Veuillot, se lançasse, em reptos indomáveis, sôbre o rumor das mentalidades retardatárias, desharmónicas, entontecidas.

O Dogma, para Sena Freitas, não era abstracção, era vida. E a Verdade ardia-lhe nas veias, como se lhe andasse misturada no próprio sangue. Por isso a respirava por todos os poros.

Apontemos: «O jornal é a arma formidável empregada pela revo-

lução e pela impiedade, para descristianizar a sociedade moderna; para subvertê-la, roubando-lhe não só a crença, mas o próprio lote da consciência e da razão. A esta arma é fôrça opôr ou contrastar outra exactamente semelhante na forma, senão nos meios: a arma do jornal católico. Outra qualquer na hora presente, é improfícua, impotente».

O POLEMISTA NO PARAPEITO

Todo o semeador, para que a seara vingue, há-de ter os olhos nas ervas daninhas e nos bichos destruïdores.

Espalhando, com gesto amplo, o trigo da verdade, o Padre Sena Freitas não podia abandonar o terreno, voltando costas ao inimigo. O profundo conhecimento dos homens e das circunstâncias advertia-o da necessidade de estar alerta, no parapeito da fortaleza espiritual a que subira, por vocação e temperamento. Camilo Castelo Branco foi o primeiro a adivinhar-lhe a garra e o vôo. E Sena Freitas, inabalável arquitectura de linhas austeras no púlpito, no templo e na sala de cultura, transforma-se, quando preciso, no leão de arremetidas implacáveis, sempre de pé ao caírem dos vendavais mais violentos. Não poupava, como Jesus, as petulâncias do farisaísmo nem a corrupção dos vendilhões do Altar. A pena da sua mão, então, não escrevia. Fuzilava. Não era estilete. Era espada. Experimentaram-lhe a vibração e a lógica: António Enes, quando fêz delirar plateias ineptas com as zarguncha das demolidoras da peça de teatro *Os Lazaristas;* Emílio Navarro, quando o seu «dente clerófago», pretendendo aniquilar, num infeliz momento de desvairo, a reputação das congregações religiosas, «mordeu nas vítimas indefesas com um açodamento de abutre»; o padre apóstata Guilherme Dias, quando resolveu rebater a teologia do Cardeal D. Américo, Bispo do Pôrto; Guerra Junqueiro, logo a seguir à publicação de *A Velhice do Padre Eterno;* Gomes Leal, depois de exibir o seu satanismo nas páginas blasfemas do *Anti-Cristo;* e tantos outros de diversa categoria.

Ninguém venceu o Padre Sena Freitas. As pedras que lhe atiraram, da sombra, alguns adversários, jamais atingiram o seu carácter destemido.

SEMPRE NOBRE E LEAL

Mas Sena Freitas sabia quanto devia à sua inteligência e à sua qualidade mais alta — de padre. Partindo ídolos ou sacudindo podridões, não perdia o equilíbrio das nobres atitudes nem comprometia os imperativos da Lei. Muitas vezes confessa que, ao pulverizar na praça pública os erros dos homens, visa apenas os erros, não os homens que erram. Guiado pelas normas da caridade intelectual, faz justiça a todos os talentos, tem piedade de tôdas as loucuras e espera o primeiro encontro pessoal com os vencidos para estender-lhes a mão com estima. Compreende e perdoa agravos. Admirável exemplo de polemista, êste polemista audaz que golpeia na cabeça, sempre sem mêdos, a Asneira Nacional, mas não renuncia nunca à sua própria dignidade nem à dignidade das causas por quem peleja! *A Autópsia da Velhice do Padre Eterno,* a *Crítica à Crítica,* as *Lutas da Pena,* são trabalhos de enérgica argumentação cerrada, a que não falta, porém, nem tolerância nem lealdade. Basta lembrar o gesto impressionante que teve, certa manhã, com Guerra Junqueiro, numa livraria de Lisboa. O padre e o poeta, velhos adversários, encontram-se, cumprimentam-se, conversam, discutem amigàvelmente e trocam os cartões.

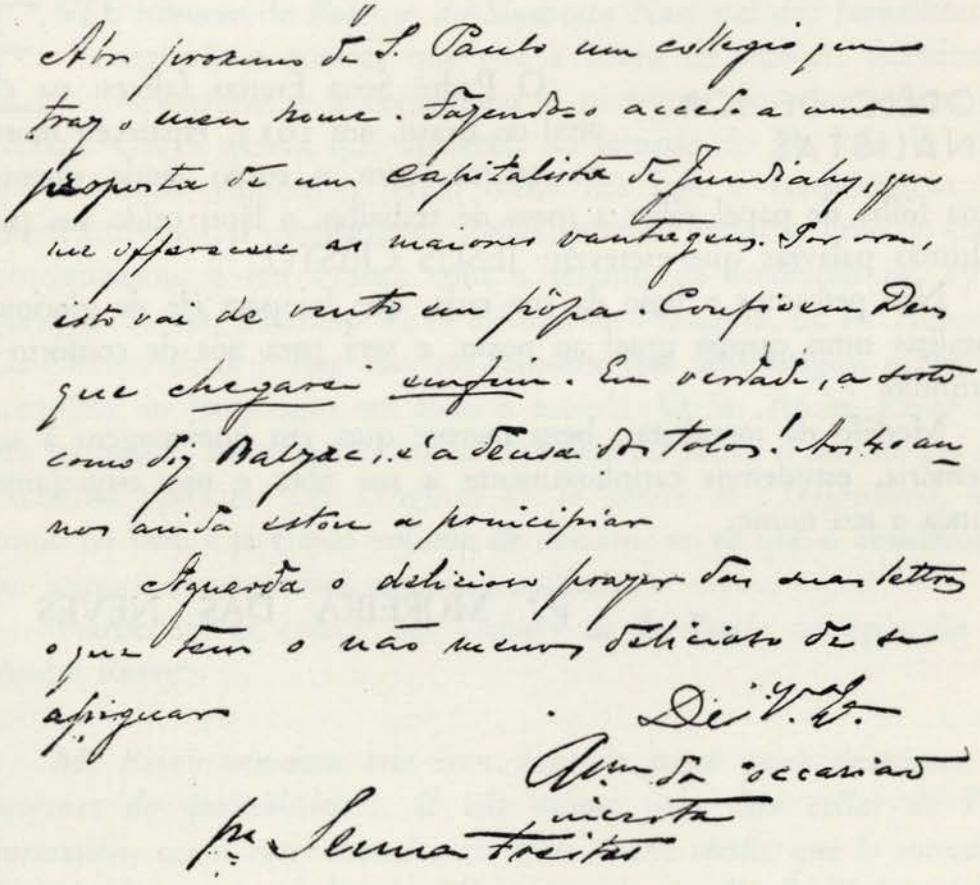
O CRONISTA DE VIAGENS

Sena Freitas foi um impenitente corredor de mundos. Terminado o curso de preparatórios no Seminário de Santarém, seguiu para Paris, onde concluíu os estudos eclesiásticos e se ordenou. Depois, Portugal, Brasil, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Itália, Palestina... Hoje, a prègar na pequena freguesia de Abragão (Penafiel); amanhã em Estocolmo ou no Cairo, em comunhão permanente com as mais variadas civilizações. Amigo íntimo de Camilo, ao fazer-lhe a biografia, lamenta que o grande Torturado de Seide não tenha a paixão de viajar.

Viajar, para Sena Freitas, era ler para aprender: «o globo terrestre é um livro, as viagens são a sua leitura, e as nossas impressões as notas ligeiras tomadas à margem».

Já em 1877 publicava no *Comércio do Minho* uma série de cartas sôbre a peregrinação que fêz a Roma no ano anterior. *Stambul ou Itinerário de uma viagem a constantinopla* são 17 cartas amenas, encantadoras, dirigidas ao Dr. Alfredo da Cunha e publicadas no *Diário de Notícias,* de Junho a Setembro de 1908. *Por água e terra* é outro volume de crónicas de viagem sôbre a Suíça. Em *Observações Críticas e Descrições de Viagem,* saídas a lume no Rio de Janeiro em 1888, continua a história do seu espírito, como êle próprio diz, feito analista das coisas e das almas, através do Brasil, Ilhas Britânicas, Argentina e Uruguai.

A linguagem é da mais tersa, mais límpida e mais fulgurante da moderna literatura portuguesa.



Final de uma carta do Padre Sena Freitas dirigida a Camilo

ESPÍRITO DE CAMARADAGEM

O Padre Sena Freitas era um coração aberto, tão afável como intemerato. Tinha admiradores em todos os sectores da vida intelectual e social, tanto em Portugal como no estrangeiro. Entre os seus admiradores devotados, não lhe faltavam amigos íntimos com quem falava ou se correspondia.

Camilo considerava o Padre Sena Freitas o amigo mais seguro, que nunca o deixava só, principalmente naqueles momentos de sarcasmo incontido e de amargura interior, em que não raro se queimava, como num inferno. Em Lisboa, no Pôrto, no Rio de Janeiro, como em Paris ou Londres contava o Padre Sena Freitas velhas dedicações, que jamais esmoreceram. E ainda hoje, há quem se lembre, com a mais funda saüdade, da sua figura alta, desempoeirada e ágil.

MODÊLO DE JORNALISTAS

O Padre Sena Freitas faleceu na capital do Brasil, em 1913. Apareceu morto no quarto, com o corpo ainda quente, uma fôlha de papel sôbre a mesa de trabalho, o lápis caído aos pés. Últimas palavras que escreveu: JESUS CRISTO.

Não percamos a lição da sua vida, que foi para êle de gloriosas batalhas num campo igual ao nosso, e será para nós de confôrto e estímulo.

Modêlo de jornalistas, bem merece que, em homenagem à sua memória, estudemos carinhosamente a sua obra e não esqueçamos nunca o seu nome.

P.e MOREIRA DAS NEVES

JORNALISMO

ÊSTE número do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas* é, segundo o convite que tive a honra de receber, «destinado especialmente a comemorar a passagem do tricentenário da *Gazeta*. Ora a gazeta que apareceu no reinado de D. João IV não era de modo nenhum o jornal como nós hoje o consideramos. O jornal entre nós, o «verdadeiro» jornal apareceu com o triunfo do constitucionalismo e em França com o triunfo da revolução de 1789 (veja-se *Histoire Politique de la Révolution Française,* de A. Aulard). *Os Cahiers de la Presse* dão, no conjunto dos seus artigos, a história completa do jornalismo em todo o mundo. O Sr. André Ravry dá, em particular, informações muito interessantes sôbre o assunto no seu excelente opúsculo *Les Origines de la presse et l'Imprimerie*. Aí, como no belo e já citado volume de Aulard, se vê que o absolutismo foi sempre incompatível com o jornalismo.

Transcrevo da crítica nos *Cahiers de la Presse* ao opúsculo de André Ravry:

M. Ravry remonte très loin dans le passé pour découvrir les origines du journalisme... Il eût mieux valu dire celles de l'information, car si cette dernière est bien «aussi vieille que le monde», le journalisme, c'est-à-dire la diffusion professionelle de l'information, est de date relativement récente.

Em Portugal o verdadeiro jornalismo nem se iniciou ainda. Temos tido grandes vocações jornalísticas naqueles a que se tem chamado «grandes jornalistas». Mas só foram grandes na «forma». Nunca o foram na essência. Faltou-lhes a educação moral e cívica. Faltou-lhes o «carácter». E daí o terem criado uma corrente de descrédito para o jornalismo, acusado, não sem algum fundamento, de desorientador e desmoralizador da Nação.

Um dia, estando eu em Coimbra, — já o tenho contado — encontrei o conselheiro Dias Ferreira, homem eminente por vários títulos e com quem tinha muitas e boas relações.

— Então agora é que vai?

— Vai o quê?

— A sua adesão à república.

— Quem lho disse?

— Dizem-no todos os jornais. V. Ex.ª deve ter lido.

— Não, meu amigo, não. Arranja você outros portugueses? Se arranja, pode a república dar alguma coisa. Se não arranja, não dá nada. Os republicanos não fazem diferença nenhuma dos actuais monárquicos. São todos os mesmos portugueses.

Dias Ferreira, embora duma forma indirecta e talvez inconscientemente, punha assim o grande problema da reforma da mentalidade portuguesa, problema sempre despresado desde o advento do constitucionalismo. Foi o grande e indesculpável êrro dos constitucionais. Com a admirável clarividência do seu lucidíssimo espírito, escrevia Alexandre Herculano, em 1841, que a ignorância nos conduziria ao absolutismo ou a uma «democracia insensata e feroz», acrescentando que a instrução pública, «para a qual governantes e governados olham *com vergonhoso desprezo,* envolve nada menos que as causas da futura servidão ou da futura liberdade». Ora sendo certo, segundo o filósofo alemão Leibnitz, que basta um século para com a educação se mudar a face de um país, nós, na frase expressiva e pitoresca de Dias Ferreira, teríamos arranjado outros «portugueses», na data em que estamos, se desde 1841 até hoje, isto é, no espaço de um século, não vivêssemos no vergonhoso desprezo que estigmatizava o glorioso Alexandre Herculano.

O testemunho de Le Bon tem sido invocado por todos os parvos intelectualizados da nossa parvónia a favor do analfabetismo. A verdade é que se Le Bon, aliás erradamente, nega as vantagens morais da instrução, «nem sequer admite» que se discutam as suas vantagens materiais. Isto, em mais do que uma das suas obras. Na *Psychologie des Foules,* que é uma das mais conhecidas, escreve «*que nunca ninguém sustentou que a instrução bem dirigida* não possa dar resultados práticos muito úteis senão para elevar a moralidade, *pelo menos para desenvolver as capacidades profissionais*».

«Ce n'est pas certe, et personne ne l'a jamais soutenu, que l'instruction bien dirigée ne puisse donner des résultats pratiques fort utiles, sinon pour élever la moralité, au moins pour développer les capacités professionelles».

Não é preciso mais nada. Eu demonstro larga e profundamente o êrro de Gustavo Le Bon no meu volume das *Cartas de Longe,* intitulado *Em Defesa da Instrução do Povo,* o melhor livro que eu escrevi, na parte em que Le Bon afirma que a instrução não influe no carácter do indivíduo. Mas basta-nos o que atrás fica transcrito da Psicologia das Multidões *(Psychologie des Foules).* Se é *fora de dúvida, se nunca ninguém sustentou o contrário, que a instrução bem dirigida dá* resultados práticos *muito úteis, pelo menos* para desenvolver as capacidades profissionais, calcule-se o que nós perdemos, para a economia e para o progresso do país com êsse século de profundo abandono que vai de 1841 a 1941! Sim, porque ninguém dirá que a instrução fôsse «bem dirigida» durante êsse longo período. Teríamos hoje muitos maiores progressos na agricultura, na indústria, no comércio e na própria vida privada dos cidadãos onde as criadas, em geral duma estupenda boçalidade, produzem enormes prejuízos! A riqueza pública estaria mais desenvolvida. Seriam mais felizes os operários e seriam mais felizes os patrões. E o próprio carácter, em que pese a Le Bon, estaria mais fortalecido. E eu dou um exemplo, entre muitos. Portugal teve dois grandes jornalistas na segunda metade do século XIX: Emídio Navarro e Mariano de Carvalho. Foram muito tempo honestos e durante êsse tempo gozaram da consideração pública, viveram aureolados.. Por fim deixaram-se perverter pelo meio que era péssimo

e morreram desprestigiados e achincalhados, o primeiro, o homem das «lamas do Tejo», o segundo, o homem da «outra metade». Não resistiram às seduções da riqueza. Contava-se que Navarro respondia cìnicamente às censuras dos amigos, «que durante a sua pobreza honesta, metia as mãos nos bolsos e não encontrava senão cotão». Mariano, durante o mesmo período brilhante do prestígio e da honra chegara a andar, e era certo, com as calças rôtas. Pregunta-se: se não vivêssemos num país de analfabetos, se em cada família entrassem jornais, como hoje na Suécia, na Noruega, na Finlândia, etc., se a tiragem dos seus diários fôsse quatro ou cinco vezes maior e portanto os seus vencimentos redactoriais bastantes para êles fazerem face a tôdas as suas despesas sucederia o mesmo? Não. Para resistir às seduções do prazer, e, até, às exigências do necessário, é preciso possuir a austeridade dos santos. E santos há poucos. São muito raros.

Depois da guerra, seja quem fôr o vencedor, a transformação do mundo é completa. Que ninguém pense o contrário. E nós temos que nos preparar para essa transformação se quisermos manter a independência nacional. Impõe-se, primeiro do que tudo, uma profundíssima reforma no nosso ensino primário, secundário, superior e técnico, em harmonia com as exigências da vida e com a justiça social. O degradante espectáculo da infância e do homem abandonados não pode continuar. A saúde do corpo tem de ser tratada a par da saúde do espírito. O jornalismo não pode continuar a ser o que êle foi na segunda metade do século XIX e princípios do século XX. Não foram jornalistas, foram serventuários dos chefes e dos bandos políticos. Todos, em geral, tanto os monárquicos, como os republicanos. Não orientaram nem moralizaram a vida pública. Desorientaram e desmoralizaram tudo. Os progressistas na oposição achavam mal tudo quanto faziam os regeneradores; os regeneradores tudo quanto faziam os progressistas; os republicanos tudo quanto faziam os monárquicos. Mas, no poder, adoptavam tudo quanto tinham achado mau na oposição com revoltante descaro, com a mais pervertida impudência.

O jornalismo, para o grande papel que lhe pertence no mundo novo, tem de ser culto, muito culto, e orientar-se pelos interêsses

colectivos e não pelo interêsse abjecto dos homens políticos e das facções.

Tenho esperança de que assim será, porque superior à vontade dos homens, forçando-os ao bom caminho, será a fôrça dos acontecimentos. Não morrem milhões de homens no campo da batalha, não se sofrem as terríveis calamidades de uma guerra atroz para ficar tudo na mesma.

HOMEM CHRISTO

A IMPRENSA PORTUGUESA DE HOJE

NO momento em que se comemora o Tricentenário do primeiro periódico português, não se me afigura descabido fazer algumas considerações sôbre os seus actuais descendentes — os jornais portugueses dos nossos dias.

Poucas publicações, em qualquer época ou em qualquer país, terão vindo a lume com mais belo, mais nobre, mais patriótico fim do que aquêle que motivou o aparecimento do fundador da Imprensa periódica em Portugal. Com efeito, a velha *Gazeta* apresenta-se ao país em 1641 tendo como objectivo principal, senão exclusivo, contribuir para consolidar a restauração da nossa Independência. Por essa nobre causa nasceu e, na sua defesa, no combate por ela, afincadamente se empenhou, até ao momento da almejada vitória.

Semelhante ascendência — seja-me lícito dizê-lo — traz aos seus herdeiros responsabilidades morais de tal ordem, que desnecessário será enaltecê-las.

Porque é assim, julgo curiosa e com cabimento a seguinte pregunta: — Porque forma se comporta a Imprensa portuguesa dos nossos dias — descendente de um periódico com tão nobres pergaminhos, herdeira de uma tão rica herança?

Nas considerações que se seguem procurarei, resumidamente, apresentar alguns subsídios que habilitem a uma resposta à pregunta.

Materialmente, os jornais do nosso país não vivem desafogados.

Pelo contrário, grave é, em muitos casos, a situação das suas administrações. As receitas — venda de exemplares e produto da publicidade — são hoje, como antes da guerra, por fôrça das circunstâncias, escassas. Por um lado, em comparação com as estrangeiras, temos pequenas tiragens. Para isso concorrem, entre outras causas, a falta de instrução do nosso povo, contra a qual o Estado Novo hoje se empenha com afinco; a sua fraca capacidade de compra, mesmo para um artigo extremamente barato e que lhe é vendido com uma margem de lucro insignificante; e o péssimo costume, que a fraca capacidade de compra está longe de explicar inteiramente, e que só em Portugal existe, de se trocarem e emprestarem jornais, servindo assim o mesmo exemplar a inúmeros leitores. Lá fora, em cada casa, regra geral, cada membro da família tem o seu diário ou diários preferidos e compra várias edições por dia. Entre nós, há, quando muito, um periódico em cada lar e, muita vez, um periódico em cada prédio.

De baixo a cima ou de cima a baixo, o jornal percorre andar por andar, lado esquerdo e lado direito! O mesmo diário, no barbeiro, é lido por tôda a clientela e, na província, o periódico do clube da terra é disputadíssimo! Imensas pessoas lêem, pois, o mesmo exemplar e por isso, pelas razões apontadas e ainda por alguns outros motivos, as nossas tiragens são bastante limitadas. Por outro lado, as tabelas de publicidade são baixas e não é fácil elevá-las por forma a serem suficientemente remuneradoras. Quanto às despesas, são pesadas. Para verificar que assim é, basta atentar na circunstância de que tanto maior é a tiragem de um jornal, menos as despesas se fazem sentir, visto que estão cobertas pela receita de maior número de exemplares. Além disso, se exceptuarmos o papel e as tintas que variam, tôda a preparação, organização, e manufactura do jornal — informação, arquivo, redacção, administração, fotografia, gravura, tipografia, esteriotipia, etc. — custam o mesmo, quer se tirem mil, quer se tirem centenas de milhar de exemplares.

São pobres, pois, os jornais portugueses de hoje e, quanto a recursos materiais, estão bem longe dos grandes diários estrangeiros. Mas só nesse ponto. Outros há em que os igualam e, sob muitos aspectos, colocam-se bem acima, bem destacados, da maioria dêles.

No ponto de vista técnico, pode afirmar-se que a Imprensa portuguesa está a par da mais adiantada Imprensa estrangeira. Fazemos bons jornais, jornais modernos, com boa apresentação gráfica e bem redigidos. Excepcionalmente, um ou outro periódico estrangeiro será mais luxuoso, mas está defendido por uma expansão muito maior e custa bastante mais caro.

No ponto de vista moral, na sua isenção, na forma desinteressada como acarinha todos os assuntos, nacionais ou colectivos, tôdas as grandes ou pequenas causas justas, a Imprensa portuguesa destaca-se das imprensas dos demais países e coloca-se, em relação a elas, num plano muito superior. Com efeito, a Imprensa estrangeira, salvo raras excepções, quási não publica uma linha além da sua informação que, duma maneira ou doutra, não tenha contra-partida material.

Faz-se a propaganda dêste ou daquele país, amigo ou não, mediante certa, determinada e elevada subvenção e sem hesitação dir-se-á o contrário se esta cessa. O facto, por corrente, já quási nem choca os espíritos. Primo de Rivera, por exemplo, gastou milhões de pesetas em França com a propaganda da Espanha. Um dia acabou com as subvenções. Pois os jornais que o tinham elogiado, que enalteceram a sua obra e a grandeza do seu país, passaram imediatamente a atacá-lo em violentíssimas campanhas, acusando-o dos maiores crimes, sem o mínimo pudor!

A defesa dos interêsses, legítimos ou ilegítimos, duma companhia, a preconização de um monopólio escandaloso, o enaltecimento duma iniciativa, o elogio dum escritor, dum poeta, dum arquitecto, tudo isto se pode obter na maioria dos órgãos da Imprensa estrangeira, desde que, prèviamente, se pague na secção de publicidade a avultada soma estipulada. Assim se mantêm, lá fora, campanhas, se publicam artigos de fundo, notícias e crónicas, dependendo o seu maior ou menor relêvo apenas das disponibilidades e desejos dos clientes.

Em Portugal, o quadro é completamente outro — honra nos seja feita. Em primeiro lugar, o conhecimento que temos das emprêsas jornalísticas existentes permite-nos afirmar que elas, sistemàticamente, recusam a publicação de quanto não esteja em harmonia com as normas e directrizes do jornal. Depois, faz-se entre nós uma distinção nítida

entre matéria redactorial e publicidade. Esta, quando assume a forma de redigida, fica sujeita às alterações que a redacção entenda dever fazer-lhe, só saindo, assim, como notícia aquilo que a emprêsa entenda poder publicar.

Esta atitude é tanto mais de salientar quanto é certo que, como já frisámos, a Imprensa portuguesa é pobre e os grandes jornais estrangeiros são ricos. Pois, a-pesar disso, ela abdica de receitas que os colossos estrangeiros não hesitam em explorar em larga escala.

Com a maior isenção, os jornais estão patriòticamente ao lado do Govêrno, prontos a colaborar em todos os grandes empreendimentos, na propaganda de tôdas as manifestações públicas, orientando e aconselhando o povo, ajudando-o a discernir o bom do mau juízo, quer em matéria de política externa, quer interna, proclamando o caminho traçado pelos dirigentes. Com a maior isenção, os nossos jornais zelam e pugnam pelos interêsses dos portugueses, acarinham os seus desejos e fazem-se eco das suas reclamações justas.

Não há um acto político, religioso, artístico ou espiritual elevado a que a Imprensa portuguesa não tenha dado o melhor do seu concurso, emprestando-lhe o seu entusiasmo, o seu fogo, o poder da sua expansão e fôrça, e contribuindo para o seu êxito.

A Imprensa em Portugal, pode afirmar-se, tem concorrido decididamente para o desenvolvimento de tôdas as actividades nacionais, já dando-lhes a sua publicidade, já auxiliando tôdas as iniciativas dignas, já promovendo exposições, concursos, conferências, etc. A educação física, as artes, as letras e as ciências muito lhe devem, dado o carinhoso tratamento que dela recebem, sempre dentro dum espírito da maior isenção.

É uma Imprensa nobre e honrada, que se esforça por colaborar na obra de ressurgimento do país e por bem servir o povo português.

Em conseqüência do que resumidamente fica apontado, creio poder dizer-se, em resposta à pregunta atrás feita, que a Imprensa Portuguesa é em tudo digna descendente da gloriosa *Gazeta* da Restauração, cujo Tricentenário tão justamente se comemora.

JOÃO PEREIRA DA ROSA

DEPOÏMENTO
de um jornalista, soldado da campanha do centenário

EM 20 de Agôsto de 1925, nas colunas do *Diário da Tarde,* fiz um apêlo aos jornalistas portugueses chamando-lhes a atenção para o facto de se irem contar em breve 300 anos sôbre o aparecimento do primeiro folheto que eu considerava a expressão inicial da idéia jornalística em Portugal, e no dia seguinte o *Jornal do Comércio,* decano da Imprensa Portuguesa, acorria a aplaudir o meu artiguelho sôbre a *Relação Universal,* de 1626, fazendo considerações bibliográficas e citando a Carta Régia, de Janeiro do ano seguinte, criadora da censura à Imprensa. Cinco dias depois, num outro artigo que ocupava, com a reprodução do frontispício da *Relação* de Severim de Faria, a terceira página do saüdoso *Diário da Tarde,* voltei à estacada, comentando, descrevendo e interpretando êsse curioso folheto de 32 páginas, molde das Gazetas e dos Mercúrios, que tinha já, em formação inicial, tôdas as características de um jornal: — o «artigo de fundo», o «eco», a nota política, os *faits-divers* da informação, a reportagem das festas, o necrológio, a crónica elegante, a correspondência do estrangeiro, tudo o que hoje, titulado, entrelinhado, com separações de asteriscos e de filetes, apartado por colunas, destacado pelo corpo do tipo, se fornece aos leitores, cada vez, naturalmente, mais exigentes.

Como quem descreve o Mundo em pequena tábua, a *Relação*

Universal de 1626, impressa por Geraldo da Vinha, ordenada por um Francisco de Abreu que não era outro senão Manuel Severim de Faria, cheia de *particularidades e curiosidades,* contando o sucedido *em Portugal, e mais províncias do Occidente e Oriente, de Março de 1625 até todo Setembro de 1626,* não foi senão a forma embrionária das gazetas, como estas o foram dos jornais do nosso tempo; e elas mesmas — as Relações — já apuramentos e aperfeiçoamentos dos Diários e Fôlhas Volantes aparecidos durante o quinhentismo na Alemanha e na Flandres, relatando guerras, monstruosidades, cataclismos, descobrimentos, novidades de sensação que saíam fora da craveira do acontecimento vulgar.

Em 31 de Agôsto do ano seguinte (1926) o *Diário de Notícias,* rompendo o silêncio que se fizera em redor do meu apêlo, lamenta-o, e atira, de novo, ao terreiro do indiferentismo, a ideia da lamenta-o, e atira, de novo, ao terreiro do indiferentismo, a idéia da *Diário da Tarde* disparei nova catapulta, felicitando-me pelo auxílio, e alvitrando, a-pesar da hora tardia, a publicação de um número especial colaborado por todos os jornalistas de Lisboa e a organização de uma exposição de jornais, onde entraria a reprodução fac-similada da *Relação* de 1626 para a qual então obtivera de um ilustre bibliófilo, já falecido agora, a quantia necessária para o custeio da impressão e do papel.

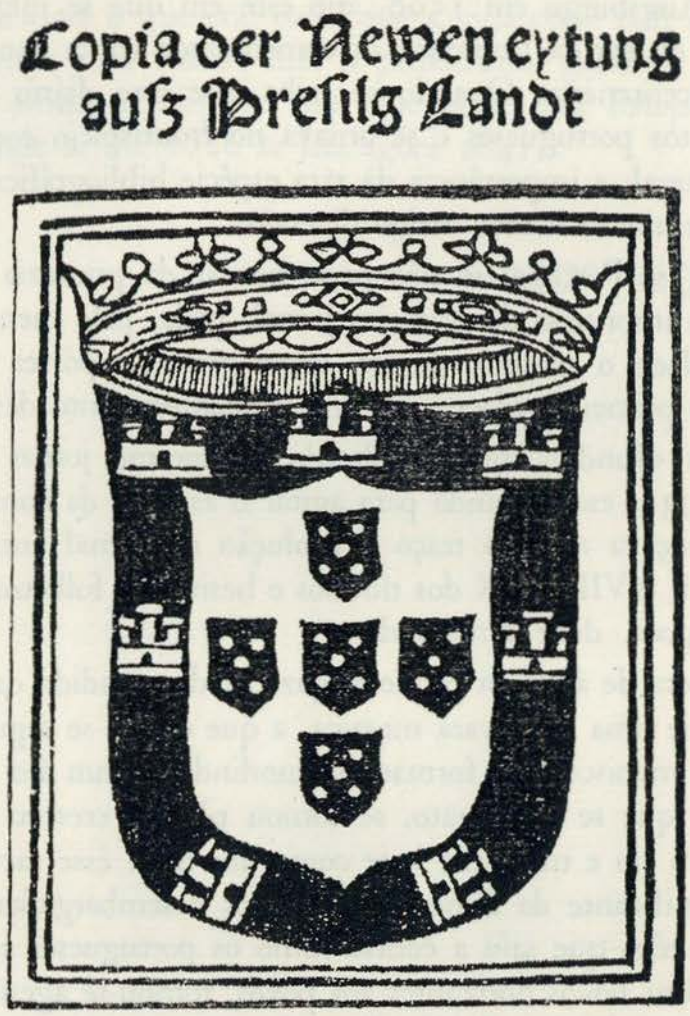
De novo se fêz silêncio à roda do meu alvitre.

Desanimei; desisti.

Tempos depois, o ilustre jornalista sr. Dr. Alfredo da Cunha, divergente do meu parecer e advogando a data de 1941 para a comemoração, dado que impugnava a qualidade de gazeta ao folheto de Severim de Faria e a dá à *Gazeta* de 1641, considerando-a o primeiro jornal português, fêz-se, com a sua persistência admirável, o seu amor pela profissão e os seus vastos conhecimentos, paladino da Emprêsa, e, defendendo a idéia em várias ocasiões, conseguiu dar-lhe realização, cercando-se de magníficos auxiliares, e levando consigo o apoio do Grémio da Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas. Bem haja pelo seu devotado esfôrço. A sua brilhante sementeira de tanto tempo frutifica agora. Ainda bem.

Em *O Século* de 15 de Junho dêste ano, escrevi:

«Não vale a pena, já agora, discutir a prioridade desta *Relação* (a de 1626) atribuída ao chantre Severim de Faria e defender as suas



Frontispício do *Novo Diário das Terras Desconhecidas*, impresso em Augsburgo em 1508

primeiras características de jornal. Estas poderiam até atribuir-se a publicações anteriores ao século XVII».

E isto escrevi, porque na Exposição de Stuttgart de 1938, foram categorizadas de jornal as fôlhas volantes e os diários do século XVI,

com um critério idêntico àquele com que eu classificara de gazeta o folheto de Geraldo da Vinha, e foi posto em lugar de honra no certame germânico, como espécie que melhores características reünia de divulgador de notícias, o *novo diário das terras desconhecidas,* impresso em Augsburgo em 1508, ano êste em que se julgou iniciada a contagem da era da Imprensa ali comemorada trinta anos depois do seu quarto centenário. Quando se saiba que êsse diário tratava dos descobrimentos portugueses e se ornava no frontispício com o escudo real de Portugal, a importância da rara espécie bibliográfica decuplica.

E eu terminava o meu artigo dizendo:

«Assim, se Portugal se não pode honrar da primazia sôbre todo o mundo da impressão do primeiro jornal, pode, pelo menos, jactar-se de lhe ter dado o assunto, de ter, como grande repórter da Europa, informado o primeiro redactor, do maior acontecimento dêsse tempo.»

Em um «fundo» meu, publicado no mesmo jornal em 10 de Junho de 1932, escrito ainda para agitar o assunto da comemoração e em que esboçava a largo traço a evolução do jornal entre nós, nos séculos XVII, XVII e XIX dos tímidos e hesitantes folhetos às grandes fôlhas de agora, disse rematando-o:

«Essa gota de água (a primeiro gazeta) desprendida da rocha viva pelo toque de uma nova vara mosaica, a que outras se seguiram, alongando-se os meniscos até formarem, fundindo-se, um fio de água; o fio de água que se fêz regato, se tornou ribeiro, cresceu em caudal, mudou-se em rio e tumultua hoje como um mar; êsse facto aparentemente insignificante da fôlha taxada, pelos desembargadores da Relação, em 20 réis, que saíu a contar como os portugueses retomaram a Baía, veio abrir novos horizontes aos povos, tornou-se agente primacial do Progresso, e deu asas à idéia livre, fazendo-a transpor o tempo e o espaço. Êste grande mar, fecundo e tumultuoso de vibrações, que é o jornalismo, fortificado por múltiplos sacrifícios, majestade de realeza popular, indestrutível, porque assenta num trono de reivindicações alcançadas à custa de sangue, de lágrimas e de sofrimentos, deve por seu turno entronizar essa balbuciante *Relação Universal,* raiz do seu tronco forte e da sua copa frondosa, a cuja sombra protectora se abrigam os fracos e os perseguidos. A mais de três séculos do seu natal pro-

missor, não é muito que nós saüdemos essa fôrça generosa que a oratória banal chamou *alavanca do progresso*».

Hoje já não escrevia isto, porque em nove anos o Mundo tem mudado muito. A idéia da Imprensa modificou-se e já nem sequer pode tornar a ser o que era, dado que a vida corre tam depressa que nem há tempo para voltar; mas o pensamento geral do meu escrito mantem-se ainda, e não faz mal que onde está *Relação* se ponha *Gazeta* e onde se diz 1626 se leia agora 1641.

MATOS SEQUEIRA

DAS «RELAÇÕES» E DA «GAZETA» DE 1641 AO JORNALISMO DO SÉCULO XX

AQUILO a que podemos chamar a arqueologia do jornalismo português — tem os seus estudos feitos. Êles não serão definitivos, êles não serão completos. Mas são já (se não quisermos ser muito exigentes) suficientes. Inocêncio da Silva, Silva Pereira, Sousa Viterbo, Silva Túlio e o sr. Dr. Alfredo da Cunha, para de outros escritores não falarmos, carrearam materiais, e sobretudo concatenaram elementos, dando-lhes cronologia e ordenação discriminativa. Estudar não é adivinhar; os lapsos e incertezas não podem ser eliminados pela simples boa vontade.

A história do jornalismo português padece de «vácuos»; êles não são, porém, tantos que habilitem a afirmar que «se está ainda no princípio».

Com efeito — a primeira publicação que se pode considerar o mais antigo periódico de jornalismo, ou jornal, é a «*Gazeta* em que se relatam as novas todas, que ovve nesta corte, e que vieram de varias partes no mez de Novembro de 1641», gazeta aparecida a público depois de 5 de Dezembro daquele ano.

É certo que antes da *Gazeta* houve várias *Relações* impressas, nomeadamente as duas de Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, que apareceram em 1626 e 1628, extractos, afinal, de algumas das suas trinta e uma «relações» manuscritas do códice 241 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

A primeira das *Relações* impressas abrange os meses de Março de

1625 a Setembro de 1626, a segunda os meses (com repetição) desde Março de 1626 a Agôsto de 1627. (Tudo isto é sobejamente conhecido, e repete-se para efeitos de raciocínio).

Aquelas *Relações,* como outras antecedentes de que há referência e são documento suficiente as «novas gerais», não podem porém, ser consideradas periódico ou jornal, pois nem tiveram exactamente o carácter periódico ou jornal, pois nem continuïdade, nem, em rigor, se destinavam ao público, nem possuíam actualidade, relativa que fôsse, nem interdependência entre si, pois uma se intitulava *Relação universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias..., etc.,* e a outra *Relação do que sucedeu..., etc.*

Eram talvez um germe de jornalismo, mas tal o foram as fôlhas volantes, os folhetos, as notícias avulsas, as relações, as novas, etc., que vinham mesmo do século XVI.

As *Relações* eram — definimos nós — «memórias» para uso próprio e de amigos. O Sr. Dr. Alfredo da Cunha, através dos seus eruditos trabalhos desta arquologia, é o paladino da *Gazeta — 1641* como avó do jornalismo português, e foram daquela opinião Herculano, Inocêncio, Sousa Viterbo, Teixeira de Vasconcelos, Fonseca Benevides, Teófilo Braga, Cunha Rivara, Brito Aranha, e outros. Apenas Leite de Vasconcelos, não em definitivo, e Silva Pereira, inicialmente, se pronunciaram pelas *Relações.*

*

* *

Menos como resumo insuficiente do que como ligeiro tema de arquivo para êste *Boletim,* no mês do terceiro centenário da *Gazeta* — cumpre dar um quadrozinho cronológico dos primeiros periódicos, deixando as *Relações* de fora, e reportando-nos apenas às publicações mais destacadas e vividas.

A *Gazeta* durou desde Dezembro de 1641 a Setembro de 1647, com vários lapsos de publicação (todo o ano de 1643, por exemplo) ou por proïbição real ou por qualquer outra circunstância. Era mensal.

O seu redactor, que seria o primeiro jornalista português segundo o conceito de muitas pessoas — quem foi? Manuel Galhegos, pro-

prietário da *Gazeta* por privilégio? Frei Francisco Brandão, que foi cronista-mor do reino? Fique a interrogação em suspenso. Queremos lembrar, porque não tem sido muito dito, que Manuel Galhegos, muito chegado a D. João IV, foi homem de valor literário, poeta, que já havia (1635) dedicado um poema ao Duque de Bragança quando êste casou, e que publicara (1641) uma *Relação* do que se passou na feliz aclamação de D. João IV.

À *Gazeta* sucedeu, mas só em 1663, o *Mercurio Portuguez,* que durou até Dezembro de 1666 (número aparecido em 67), «com as novas da guerra entre Portugal e Castela», do qual foi redactor (hoje diríamos director) o erudito António Sousa de Macedo.

O século XVII — não nos deixou mais nada em jornalismo.

Surge depois a *Gazeta de Lisboa,* de José Freire Monterroio Mascarenhas, a qual, nesta fase, foi desde 17 de Agôsto de 1715 a 1760, intitulando-se, porém, no primeiro número *História Anual, cronologica e política do Mundo e igualmente da Europa.* Continua naquele último ano dirigida por António Correia Garção, para suspender em 1762. Reaparece em 1778, pertencendo aos oficiais da secretaria dos estrangeiros e da guerra (como no tempo de Garção), sendo em 1794 dirigida pelo Padre Agostinho de Macedo. Nas invasões francesas o próprio Intendente das polícias, Lagarde, tomou a sua redacção.

De 1820 em diante e até 1868, ano em que passou a chamar-se definitivamente *Diário do Govêrno,* o jornal, que fôra a simpática gazeta de Monterroio, sofreu sucessivas alterações no título, efeitos das transformações da política da Nação.

Em rigor, a *Gazeta,* desde que suspendeu em 1760, deixara de ser o jornal para o público, com relativa autonomia, tal como nós todos o entendemos. Tornou-se a fôlha oficial, ainda que servida com noticiário do estrangeiro.

* * *

O jornalismo português — e eis o que queremos dizer — só depois de 1834 começou a ser grande, liberto, tanto quanto possível, do bridão da côrte e das «licenças», dos ecos do Govêrno e das autoridades.

O jornalismo cresceu. Foi político e revolucionário, sectário e violento, partidário e também oficioso — mas foi belo em tantas manifestações, das quais foram padrão o *Espectro* (1846 e 47) e a *Revolução de Setembro,* de Rodrigues Sampaio, que durou 51 anos, de Junho de 1840 a Março de 1892.

O jornalismo diário ou o periodismo jornalístico das idéias teve na segunda metade do século passado períodos de intensa beleza, com chispa de génio e imperfeições naturais da humana condição, não isento, pois, de pecados, mas opulento de virtudes, rico de carácter, estimulante e nobre. Acusado tantas vezes de dissolvente no seu todo, só porque em certos períodos a paixão se sobrepôs à reflexão — êle deixou um sulco de brilho, que perdurou nas primeiras décadas do século que corre, e ainda reluz sem o vigor antigo, mas sóbrio e forte.

O jornalismo noticioso, directo ao público, aquêle se esquiva à luta dos partidos não fugindo à exposição das idéias, mas tendo o «facto», o «acontecimento», a «notícia» por fulcro, e do qual os nossos grandes jornais de hoje, favorecidos pelo progresso mecânico e pelo desenvolvimento do ambiente, são os continuadores —, começou em 1826, tìmidamente, com o *Periodico dos Pobres,* a 10 réis, que durou até 1847, já a vintém. O *Dez réis,* depois *Jornal de Utilidade Pública,* foi de 1841 a 1846. Houve mesmo um jornal que se intitulava *O Cinco Réis* (alguns meses apenas de 1843) — destinados às magras bôlsas do povo. Reconhecia-se a necessidade do órgão popular, noticioso e crítico, do qual, em 29 de Dezembro de 1864, o *Diário de Notícias* foi a coluna definitiva, logo seguido pelo *Século* (1881), embora êste fôsse de nascimento político-ideológico, e pelos diários do Pôrto.

O jornal diário — era uma necessidade da vida social; «o pão de cada dia» não podia ficar circunscrito às mesas do lar. Quando apareceu o primeiro quotidiano *Diário Lisbonense,* em Maio de 1809 (durou até Maio de 1813), Lisboa teve a sua alimentação diária da notícia. O próprio anúncio — que as *Gazetas* oficiais do Govêrno cultivaram — faz parte do dia a dia. É um condimento e — visto bem — um índice.

Em rigor — as «relações» e as primeiras «gazetas» previram a

notícia, adivinharam que ela é que é o jornalismo vibrante, directo e real. A exposição das idéias — não é outra coisa senão notícia das razões de que cada homem é portador. A divulgação das iniciativas e a propaganda dos meios de atingir um progresso social — não são mais do que notícia das necessidades de um povo.

No século XIX — dissemos — o jornalismo cresceu. E teve uma extraordinária retumbância e alcance nas publicações periódicas literárias, principalmente na *Revista Universal,* de Castilho, e no *Panorama,* de Herculano. A influência destas publicações (e o jornalismo grande, diário, deu por sua vez, sobretudo em Lisboa e no Pôrto, um grande impulso às letras, artes e ciências); a influência daquelas publicações foi enorme na sociedade portuguesa e na cultura em geral.

*

* *

Consideramos o jornal a mais nacionalista de tôdas as instituïções de um povo. O seu nacionalismo é, mesmo, a única razão da sua existência. Os jornais-grande indústria, êsses mesmo, se não forem nacionalistas não têm nada que fazer na sua terra.

A primeira relação era nacionalista através das notícias de tôdas as partes. A *Gazeta,* de 1641, servindo o Reino restaurado, e transmitindo as novas da guerra com Castela — servia Portugal.

Na política, a mais brava e incontinente, residem também o sôpro patriótico, a aspiração de uma nação; as idéias são processos de servir a Pátria e de nobilitar os seus naturais, pelo robustecimento das consciências.

Entendemos que aquêle nacionalismo não pode, na imprensa, sobretudo, estar alheio ao mundo exterior, às sugestões da cultura e do pensamento de além-fronteiras. E julgamos que êle não pode ser jacobino, isto é: intolerante, hermético, com fronteiras nas almas e correntes de ferro nas idéias. O excesso de nacionalismo é o regresso ao isolacionismo, incompatível com o nosso tempo, e corre perigos iguais aos do internacionalismo desbragado.

O jornal é o fiel de uma balança, e excessos, se os teve, se os

tem — erros, desvios, irreflexões episódicas — êles nada contam, nem pesam, ante o mundo dos benefícios que espalha.

A *Gazeta* de 1641 — foi uma precursora tímida, incerta, oportunista; o século XVII não chegou a acertar o passo. O século XVIII começou a abrir clareiras, a despeito da vigilância sôbre a *Gazeta* setecentista, de formação oficiosa.

O século XIX — correu a grande cortina. Desde o episódico *Cinco Réis* ao *Diário de Notícias* (para citar apenas um jornal representativo) — a Nação palpitou no acontecimento e no anúncio, na polémica e na crítica, na notícia e na crónica, na reflexão e na irreflexão, pelo pensamento e pela forma, tanta vez pelo sacrifício e pela virtude.

NORBERTO DE ARAÚJO

PERO VAZ CAMINHA

O PRIMEIRO «REPÓRTER» PORTUGUÊS

«E neesta maneira, Senhor, dou aquy a Vosa Alteza do que neesta vosa terra vy» — concluia, de Pôrto Seguro, «da vossa ilha de Vera Cruz», na sexta-feira primeiro de Maio de 1500, a sua carta a D. Manuel, o escrivão-feitor da armada de Cabral, Pero Vaz Caminha, transmitindo-lhe a nova do «achamento» do Brasil.

Ainda que cronistas e escrivães nos tenham anteriormente relatado sucessos que ou presenciaram ou lhes narraram, pelo estilo e letra já em 1923, numa conferência que realizei no Teatro de S. Pedro, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio de Coelho Neto e de Carlos Malheiro Dias, reivindicava para o companheiro do descobridor das Índias Ocidentais o título de «primeiro repórter português» na ordem cronológica mas também na fidelidade de reprodução dos acontecimentos. Ainda que não hajam de procurar-se motivos de orgulho nas raizes genealógicas do nosso *repórter,* podemos afoitamente pôr de banda a atribuïção lendária a D. João IV de relator da *Gazeta* e até as outras que concedem a Fr. Francisco Brandão e Manuel de Galhegos o papel que se pretendeu consignar ao iniciador da dinastia brigantina.

Pero Vaz Caminha, até prova em contrário, é o primeiro *repórter* português. Nêle se reünem a verdade da narração, a simplicidade expressiva dos dizeres, o sentido da responsabilidade do encargo, o espírito agudo de observação, que sem êle a Relação do Pilôto Anónimo

seria papel descolorido, monótono, de tão miúda pormenorização que o sabor descritivo lhe desfalece no contraste.

Êste *repórter* teve vagos continuadores, é certo; mas que os houve e que, *por vezes,* ao que parece, atraiçoaram as naturais directrizes do seu antepassado, autentica-o a carta real de Janeiro de 1627, considerando que «em algumas (relações de novas gerais) se fala com pouca certeza e menos consideração, do que resultam graves inconvenientes». Junto do redactor das fôlhas avulsas aparece logo a polícia do Estado, assentando os pés nas pègadas que êle deixou.

Mas quantos sacrifícios ignorados, quanto instinto do que mais tarde havia de ser a profissão, se encontram nos relatos, sobretudo das guerras com a Espanha que encarniçaram os anos sucessivos à Restauração! Quem animava a fé na independência, quem incendiava o ardor dos patriotas, quem, sempre anónimo, ajudava a cimentar a segunda fundação da nacionalidade, se não o *repórter?* Empunhando a pena de pato ou a caneta de tinta permanente, o *repórter* tem sido em Portugal, talvez mais do que em muitas outras partes do Mundo, o colaborador persistente e anónimo, plebeu de raça e nobre de mester, que a todos os transes nacionais tem oferecido a sua sinceridade, o crepitar do seu amor profissional exclusivo, as humildes provações de tôdas as horas. Os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha sabem quem são os seus grandes *repórteres,* que o acontecimento por avantajado também lhes avantaja os nomes e incha a cifra nos cheques dos honorários. Na nossa terra, medida a palmos, o verdadeiro *repórter,* aquêle que é base, corpo e alma dos jornais de grande informação, êsse nasce e morre anónimo, como nasce e morre pobre. Honestidade de processo, risco pessoal para a boa execução do seu trabalho, desprêzo de comodidades, honra na conduta, disciplina na fileira com os camaradas, nenhuma ambição que o leve a invejar as vestes de gala, as festas luzidas, os adjectivos ressoantes ligados aos apelidos. A vida — há tantas provas disso, felizmente! — essa coisa preciosa que se chama a vida, não conta quando a alegria pessoal da conquista duma notícia pode reclamá-la. Gastam-se os nervos, a paciência torna-se calhau roliço à fôrça de passarem sôbre ela as cascatas das vaidades, a luz dos triunfos não o cega, o ruído das aclamações só o arrebata

até a hora em que traduz no papel o espectáculo que se lhe oferece. O coração do *repórter* tem de impressionar-se com as lágrimas da criança ou da viuva, com a massa sangrenta do corpo do trabalhador que o desastre mutilou; a sua vista penetra muitas e muitas vezes tenebrosas intimidades; ouve os gritos despedaçadores das almas em frangalhos. À sua mesa, como o disco de gramofone, mas não maquinalmente como êle, reproduz o que viu e ouviu. Não tudo, é certo, mas apenas porque assim o recomendam o pudor e o respeito pelo próximo. E quantas e quantas vezes os outros, passado o transe, ainda maldizem o *repórter* ou fingem desconhecê-lo!

Ao atribuir ao *repórter* português um antepassado como Pero Vaz Caminha, não quis dar-lhe carta de nobreza que não fôsse a da verdade e da dignidade da narrativa. Quem sinceramente amar a sua profissão de jornalista há-de preferir, sem dúvida, a qualidade de *repórter* a outra mais espectaculosa com que tanta boa gente se orna sem razão nem motivo.

ACÚRCIO PEREIRA

DO ADJECTIVO LAUDATÓRIO NOS JORNAIS PORTUGUESES

UM jornalista estrangeiro que conhece razoàvelmente a nossa língua e os nossos costumes, culto, sensato e viajado, dizia-me em tempos que não sabia de outra Imprensa que fôsse, como a nossa, tão pródiga em adjectivar laudatòriamente todo o bicho careta a que, por qualquer circunstância, tenha de se referir.

E, de facto, assim é. O adjectivo laudatório tomou o aspecto alarmante de doença endémica nos jornais portugueses. Perdeu-se em absoluto a noção das proporções e raro é o dia em que nos diários não se topa com um sujeito medíocre cujo nome vem pomposamente adjectivado.

De tal modo se banalizou o adjectivo laudatório que não podemos hoje, em boa verdade, avaliar da consideração que as pessoas nos merecem pelo tratamento mais ou menos elogioso que as folhas lhes concedem.

Distinto, ilustre e *notável* empregam-se nos jornais portugueses com uma facilidade incrível para adjectivar quantas nulidades mais ou menos campanudas carecem de recorrer à publicidade das gazetas. De tal sorte que para êste ou para aquêle escritor de maior projecção nas letras pátrias já não podemos lançar mão, por insuficientes, daqueles adjectivos, mais coçados que trazeiro de macaco, e temos de recorrer a outros porventura menos poídos mas cujo brilho começa também a empanar-se.

Insigne, eminente e *excelso* conservavam ainda, até há pouco

tempo, uma tal ou qual propriedade de emprêgo. O seu uso, porém, começa a alargar-se de tal modo que em breve teremos algumas dezenas de *insignes* poetas, uma centena de *eminentes* romancistas e pelo menos duas dúzias de *excelsos* polígrafos.

Já não quero falar da facilidade com que se emprega o adjectivo *grande* para designar não uma pessoa ou coisa de invulgares dimensões, mas o talento incomensurável de algum dos nossos contemporâneos que não passa, tantas vezes, duma inteligência mediana, diante da qual os aduladores se colocam em adoração idólatra.

Dêste abuso condenável resulta uma espantosa confusão de valores, de que beneficiam certos arrivistas e videirinhos cujos méritos são diàriamente louvados em letra de Imprensa. E assim se inventam as falsas reputações, que constituem uma verdadeira praga a expungir dos jornais portugueses. Há exemplares curiosíssimos que todos nós conhecemos pela sua insuficiência mental e que o grande público tem na conta de autênticas notabilidades, tal é o elogio sistemático que os jornais fazem da sua inteligência e dos seus actos. Eu sei, por exemplo, dum conferencista que nunca escreveu uma linha das suas conferências e que tem falado de cátedra dos assuntos mais complexos e menos acessíveis à sua incultura universal.

Também conheço o forçado das letras que lhe escreve, a trôco duns patacos, os discursos mais ou menos besuntados de ciência balofa que êle impinge a um auditório sonolento e que ajudaram a fazer a sua reputação de pessoa entendida em assuntos económicos.

Pois um belo dia, — isto aconteceu — numa roda de amigos, o nosso homem defendia com tanto calor uma idéia expendida numa das «suas» conferências que se esqueceu de que estava na presença do letrado que lha escrevera e que armara em opositor, para se divertir. E como o «conferencista» se irritasse com a súbita oposição do amigo, voltou-se para êle e exclamou com a maior e a mais perigosa das inconsciências:

— O senhor não percebe nada disso!

— Como não percebo, retorquiu o outro, se fui eu que lhe escrevi a conferência?! Se a idéia não é sua, é minha! E eu posso atacar quando me der na real gana as minhas próprias idéias...

Há uma obra de higiene moral a tentar na Imprensa portuguesa: a usura do adjectivo laudatório, como medida profilática contra os charlatães que infestam a nossa sociedade e que não ilustram, de modo algum, a época em que vivemos.

Compete aos profissionais da Imprensa iniciar uma campanha de moralização contra o uso imoderado do adjectivo laudatório nos jornais em que trabalham.

Se debaixo de certos aspectos temos feito, na verdade, sensíveis progressos, pelo que diz respeito a esta fraqueza dos nossos periódicos, o abuso tem-se acentuado de tal modo que já não deve haver para aí cão nem gato que se possa gabar de que não houve, pelo menos, uma fôlha que o tenha adjectivado de ilustre...

Se a velha *Gazeta,* cujo tricentenário celebramos, voltasse a êste mundo, corava de vergonha.

NORBERTO LOPES

BREVE NOTÍCIA
DA IMPRENSA CATÓLICA

A história da Imprensa católica portuguesa está ainda por fazer. Não podem estas linhas, por todos os motivos, passar de simples enunciado do tema, limitado aliás aos jornais diários do Continente e a alguma iniciativa editorial mais relacionada com êles. Reduzido a esquema, aí fica êste capítulo da história da nossa Imprensa de opinião, à espera do contributo que queiram dar-lhe os veteranos do jornalismo.

Não falando nos jornais de feição conservadora, que não hesitavam em defender oportunamente a Igreja, como o velho órgão legitimista *A Nação,* parece que a primeira fôlha católica aparecida em Lisboa foi o *Domingo* (12 de Maio de 1855 — 23 de Maio de 1857), publicação semanal dirigida pelo P.e José de Sousa Amado. Sucedeu-lhe o *Bem Público* (6 de Junho de 1857 — 23 de Junho de 1877), que teve como redactor principal José Maria de Sousa Monteiro e foi talvez, no dizer de Fortunato de Almeida, «o mais famoso de todos os jornais religiosos de Portugal até os princípios do século XX». Nêle colaboraram decididos combatentes, como o Marquês de Valada, o P.e Sousa Amado e o Dr. Fernando Pedroso.

Depois do célebre caso das Trinas, explorado pela Imprensa anti-religiosa para vivos ataques à Igreja, fundou-se em Lisboa, sob os auspícios do Episcopado e com o auxílio do Núncio Apostólico,

Mons. Jacobini, o *Correio Nacional* (1 de Fevereiro de 1893 — 3 de Fevereiro de 1906). Foi êste o primeiro diário católico da Capital. Saía à tarde. Dirigiu-o a princípio o Conselheiro Ferreira Lôbo; mais tarde, foi um dos seus principais directores o Cónego Dr. Manuel Anaquim. Trabalharam na redacção o Dr. Azevedo Enes e o sr. Conselheiro J. Fernando de Sousa.

A 6 de Fevereiro de 1907, apareceu o *Portugal,* diário católico da manhã, que teve como directores o Sr. Conselheiro Fernando de Sousa e o P.e José Lourenço de Matos, de quem escreveu o Dr. Artur Bivar que «foi, até o fim da Monarquia, o homem mais admirado pelos conservadores e mais odiado pelos inimigos da ordem». O jornal chegou a alcançar grande tiragem e tinha a melhor aceitação no Paço. Acabou juntamente com a Monarquia.

Veio depois *A Ordem,* que se publicou desde 2 de Fevereiro de 1916 até 13 de Fevereiro de 1919, primeiro sob a direcção do Dr. Camossa Saldanha, e depois sob a do Sr. Conselheiro Fernando de Sousa. A 25 de Março de 1920, apareceu *A Época,* à qual, em 1927, sucedeu *A Voz,* ambas de feição monárquica, dirigidas pelo Sr. Conselheiro Fernando de Sousa.

Organizado em cumprimento de instruções da Santa Sé o Centro Católico Português, teve êste como órgão na Imprensa *A União,* que começou a publicar-se como semanário em 1920 e veio a transformar-se em revista de documentação católica. Divergências suscitadas a propósito da doutrina e acção do Centro, alhearam dêste campo *A Época,* alguns anos antes de suspender a sua publicação. Entretanto, já a causa católica estava representada por um diário que, sem ser órgão do Centro, lhe prestou todavia franca e valiosa colaboração.

A 15 de Dezembro de 1923, tinham reaparecido como diário católico da manhã as *Novidades,* fundadas a 7 de Janeiro de 1885 por Emídio Navarro e suspensas desde 1913. Está feita a história da primeira fase da sua publicação, em que se salientou, como de especial interêsse para os católicos, a defesa das Irmãs Hospitaleiras Portuguesas, por ocasião da campanha anti-religiosa de 1891. Na fase actual, têm tido as *Novidades* a colaboração das primeiras figuras

do pensamento católico no nosso país; basta citarmos a dos professores universitários Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira, Dr. António de Oliveira Salazar, Dr. Manuel Trindade Salgueiro, Dr. Mendes dos Remédios, Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Dr. Serras e Silva, Dr. Pacheco de Amorim, Dr. D. António Pereira Forjaz, Dr. Providência Costa, Dr. Raúl Machado, Dr. Manuel de Paiva Boléo. Estão naturalmente ligadas ao movimento da Acção Católica e representam a causa dos católicos na Imprensa diária. Vai-se escrevendo todos os dias a sua história, e só alguns episódios se poderiam agora contar.

O Pôrto antecipou-se a Lisboa numa grande iniciativa de Imprensa diária. Constituída em 1870 a Associação Católica, breve se preparou o ambiente para a fundação de um jornal. A 1 de Agôsto de 1872 aparecia *A Palavra,* que tanto devia brilhar sob a direcção de Roberto Guilherme Woodhouse, do erudito Conde de Samodães e do incansável Manuel Frutuoso da Fonseca. Muitas vezes êste jornal teve de defrontar as iras dos inimigos da Igreja, nos últimos decénios da Monarquia. Conta Júlio de Oliveira que já em 1881, por ocasião do centenário do Marquês de Pombal, por causa de um artigo que irritou os «liberais», esteve a redacção prestes a ser invadida por uma multidão chefiada por Borges de Avelar, Guilherme Gomes Fernandes e outros. Entrou uma comissão a exigir satisfações, e um dos cabecilhas assomou à varanda para dizer ao público: «Dêste ninho de abutres onde nos encontramos, queremos informar a população liberal do Pôrto de que amanhã tôdas as satisfações lhe serão dadas». Assim desagravada, a multidão dispersou aos morras aos jesuítas e aos vivas à liberdade.

Em 1901, excitados os liberais com a exploração do caso Calmon na Imprensa jacobina, sustentou Manuel Frutuoso da Fonseca violenta campanha contra os inimigos das Congregações religiosas, que lhe valeu ataques em plena rua. Foi então que se lhe deparou a dedicação do industrial portuense Francisco Gonçalves Cortez, que dotou o jornal com aperfeiçoamentos materiais que lhe conquistaram o primeiro lugar entre os jornais do Norte. Proclamada a República,

empenhou-se logo *A Palavra* no ataque às disposições tomadas contra os católicos pelo Govêrno provisório. Era uma voz incómoda, com enorme repercussão. Anunciavam-se assaltos. Francisco Cortez tinha previsto a defesa. Na noite de 14 de Fevereiro de 1911, a multidão invadiu a rua onde estava instalado o jornal. Fecharam-se as portas e, durante uma hora, redactores e tipógrafos travaram combate com os assaltantes, chegando a defender-se a jactos de água a ferver e a tiros de espingarda. Não puderam os atacantes forçar a defesa, mas o número de 15 de Fevereiro devia ser o último. A pretexto de ordem pública, o Governador civil impôs a supressão do jornal, e *A Palavra*... «tinha vivido».

Três meses antes da queda da Monarquia, aparecera no Pôrto outro diário católico da manhã, intitulado *Correio do Norte*. Como *A Palavra* estava demasiado ligada à política de João Franco, o jornalista Abúndio da Silva dirigia o novo jornal num sentido de pura defesa religiosa, acima das questões de partido e regime. Nem assim evitou o seu desaparecimento, alguns dias antes do ataque à *Palavra*.

A 7 de Junho de 1914, começou a publicar-se no Pôrto a *Liberdade,* diário católico da manhã, tendo como redactor principal o Sr. Dr. Francisco Veloso e como editor e administrador o Sr. Dr. Carneiro de Mesquita. Desde 20 de Agôsto assumiu a direcção o Sr. Dr. Alberto Pinheiro Tôrres. Deixou de publicar-se em 1919, por terem sido destruídas as suas instalações quando caíu a chamada Monarquia do Norte. Sucedeu-lhe *O Debate,* em 1 de Junho dêste ano, sob a direcção do Sr. Dr. Artur Leite de Amorim. Teve vida efémera; no entanto, na madrugada de 7 de Julho de 1919, ainda suportou um assalto de «liberais», do qual saíu ferido a tiro o redactor Mário Carregal. Num dos primeiros números do *Debate,* Frei Gil da Soledade (Dr. Artur Bivar) abria a sua secção «A nossa língua», com estas palavras que servem para a história: «A Parca implacável que ceifou na flor da vida a *Liberdade,* cortou também o fio dos dias à *Ordem,* sua irmã de Lisboa. Ficou desde então Portugal sem *Ordem* e sem *Liberdade*. Deus, que não dorme, fêz surgir o esperançoso casal de sucessores que são: *O Debate* e *A Época*».

Como se não confirmaram as esperanças do jornalista, o Pôrto ficou até hoje sem nenhum diário católico.

Braga teve desde 2 de Janeiro de 1854 a *Atalaia Católica,* publicação religiosa de que era proprietário e editor José Maria Dias da Costa e que durou um decénio. Sucederam-se diversos semanários, alguns dos quais conseguiram sobreviver à queda da Monarquia.

Em Janeiro de 1911, o P.e José Joaquim Pereira Vilela fundou os *Ecos do Minho,* bi-semanário católico que, em Abril de 1914, passou a diário. Suspenso em Fevereiro de 1919, em virtude dos acontecimentos da Monarquia do Norte, reapareceu logo a 15 de Abril com o nome de *Diário do Minho.* Tem sido êste jornal sucessivamente dirigido pelos Srs. Joaquim Pereira Vilela, Carlos Barbosa, Dr. Artur Bivar, P.e Domingues Basto, P.e Silva Gonçalves, Cónego Dr. Avelino Gonçalves e P.e Magalhães Costa que é o actual director.

Em Coimbra, são de mencionar as iniciativas editoriais associadas à vida do glorioso Centro Académico de Democracia Cristã. Organizado por estudantes universitários, como reacção contra a perseguição religiosa de 1901, o C. A. D. C. começou a publicar, em Janeiro de 1905, a revista *Estudos Sociais,* auxiliada pela dedicação de muitos entre os quais sobressaíram o Dr. Leite de Amorim, o Dr. Francisco Cotrim Garcez e o Dr. Álvaro Diniz da Fonseca. Mais tarde, surgiu o *Imparcial,* semanário de combate brilhante onde se adestraram penas para o jornalismo diário. Revista e semanário são hoje representados, respectivamente, pelos *Estudos* e pelo *Correio de Coimbra.* Começou êste jornal a publicar-se em 18 de Março de 1922, sob a direcção do Sr. Dr. Diogo Pacheco de Amorim. Colaboraram na fundação, além de outros, os Drs. Gonçalves Cerejeira, Lemos de Oliveira, Herculano de Carvalho e Cónego João de Campos Neves. De 21 de Março de 1925 a 30 de Outubro de 1926, foi director o Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos; depois o Dr. Herculano de Carvalho até 2 de Dezembro de 1939. Desde esta data, o jornal é dirigido pelo Sr. Dr. Aristides de Amorim Girão, e prestam-lhe

colaboração alguns professores universitários e escritores católicos conimbricenses.

Merece, enfim, especial referência uma notável iniciativa de concentração dos semanários católicos, realizada na Guarda nos últimos anos da Monarquia. A 26 de Novembro de 1905, constituía-se naquela cidade a Emprêsa Véritas que, tomando conta de *A Guarda,* publicação iniciada no ano anterior em forma de folheto, a converteu em semanário com oito páginas. Volvidos dois anos, começa *A Guarda* a desdobrar-se em semanários ilustrados e òptimamente redigidos. Saem da Véritas: *Associação Operária,* para Lisboa; *União,* para Santarém; *Avante,* para a Póvoa de Varzim; *União Nacional,* para Braga; *Deus e Pátria,* para Barcelos; *Alerta,* para Bragança; *Jornal de Lousada,* para Lousada; *Sul da Beira,* para Castelo Branco; *Ecos do Lis,* para Leiria; por fim, *Boletim da Cruzada,* para Lisboa.

A proclamação da República interrompeu esta actividade editorial. O próprio semanário inicial, várias vezes suspenso, emigrava para outras terras onde ia aparecer com o nome de *Guarda Avançada, Velha Guarda,* etc. Pode dizer-se que esta «guarda» nem morreu nem se rendeu. Restabelecida a calma, foi sucessivamente dirigida pelos Drs. José Crespo, Joaquim Dinis da Fonseca e, desde 1922, Dr. Luiz Mendes de Matos. Mantém-se também pròsperamente a Véritas, cujo fundador, Mons. Cónego Fernando Pais de Figueiredo, receberia em 1923 o encargo de fundar em Lisboa a *União Gráfica* e a nova série das *Novidades,* de que é director.

Quando entrarem na história os últimos vinte anos da Imprensa católica portuguesa, talvez se devam referir à Guarda a organização, a Coimbra o espírito, ao Pôrto e a Braga os primeiros ensaios.

P.e MIGUEL DE OLIVEIRA

Da Profissão

PARECE ser idéia por algumas pessoas assente e um tanto divulgada a de que o jornalismo é uma profissão de falhados. Tomar assim, com esta frieza, uma asserção um tanto disseminada pode ser tido por algumas pessoas como sinal de mau gôsto — mas a êsses se responde desde já que, se o provérbio manda que se não fale de corda em casa de enforcado, justo é que se deduza a recíproca: que se pode muito bem falar de corda em casa de quem não teme a fôrca... Pela parte que me toca, sinto-me particularmente à vontade, pois, munido de um «canudo» que o Estado me atribuíu para o exercício de certa profissão, dêle nunca fiz nem tentei fazer o menor uso, limitando-me a esta nobre e mesquinha arte de escrevinhar tudo o que calha, o que nos apetece ou o que nos desapetece, num apêgo constante a êste perdularismo que é factor comum de todos nós, jornalistas: saborear o nosso próprio anonimato, para repousio da tarefa de distribuir coroas de glória a todo o bicho-careta desejoso dêsse fátuo bem...

Em boa verdade, dentro de um jornal, um jornalista é apenas isto: uma peça dessa complicada máquina de cujo rigoroso funcionamento depende, em cada dia, o melhor ou pior alimento espiritual de muita gente — de quási tôda a gente. Por certo, já se sabe: há quem possa comer muito e há quem tenha que se contentar com a malga de caldo. Seja como fôr, mesmo para os de tripa-forra, o jornal é pelo menos o café com leite de cada manhã. E é justamente por isso, porque nós temos o direito de chegar a tôda a parte, porque nós realmente passeamos por tôdas as ruas, porque penetramos em tôdas as

salas, em todos os gabinetes, porque nos fazemos ouvir sem que nos vejam — que nós nos podemos permitir êste supremo requinte, verdadeiro prazer de grandes senhores: viajar incógnitos pela vida...

Isto tudo não levará a uma grande descoberta, mas leva mesmo assim a uma recordação que neste momento nos serve: a da influência do jornalista na vida social. Ninguém se furtará, claro está, a assinalar esta influência — nem os que a sofrem, nem nós, os que a exercemos — mas devemos ter orgulho nisso? Talvez. Talvez mesmo nem valha a pena pôr o *talvez* — porque devemos, realmente, ter e manter êsse orgulho, mas não com o orgulho conformado e passivo de fidalgo que contempla os seus domínios hereditários, que êle recebeu e que êle desfruta sem mais preocupações, antes com o orgulho consciente, não dos direitos, que isso pouco vale, mas das responsabilidades que cabem inalienàvelmente ao exercício dêsses direitos. O jornalista, com efeito, pelo alto significado da missão que deve desempenhar (preferíamos poder escrever: desempenha...), tem de se impor pelas suas próprias virtudes — e essas virtudes serão de ordem intelectual e moral. No domínio intelectual — cada um de nós tem de ser uma espécie de enciclopédia viva: saber alguma coisa de tudo — a data de um acôrdo diplomático, o estilo de certo sinfonia, a tonelagem do cruzador que vai ao fundo, quanto petróleo produz o Iraque, quantos «goals» marcou o Peyroteu... Há, por certo, a especialização: mas nunca será um jornalista completo aquêle que se entronizar no pedestal da sua especialidade e, pretendendo fazer-nos crer que sabe muito bem tomar à sua conta certo assunto e revirá-lo no mais lúcido comentário, desdenhar aqueloutro tema como indigno da sua atenção. Para isso, porque a profissão é exercida sem que nenhum título ou preparação especial sejam exigidos, cada um compreenderá, em sua própria consciência, sem que seja preciso buzinar-lhe a atenção, o dever de apurar a sua cultura. Hoje, um repórter tem de estar a postos para tudo: para descrever o incêndio na fábrica de qualquer coisa, para recolher e reproduzir as opiniões desta ou daquela sumidade que o *Clipper* pegou ou largou, para comemorar num relâmpago a obra premiada na Academia. Dir-se-á: é exigir muito em troca de muito pouco. Exactamente. A objecção colhe — mas é preciso que

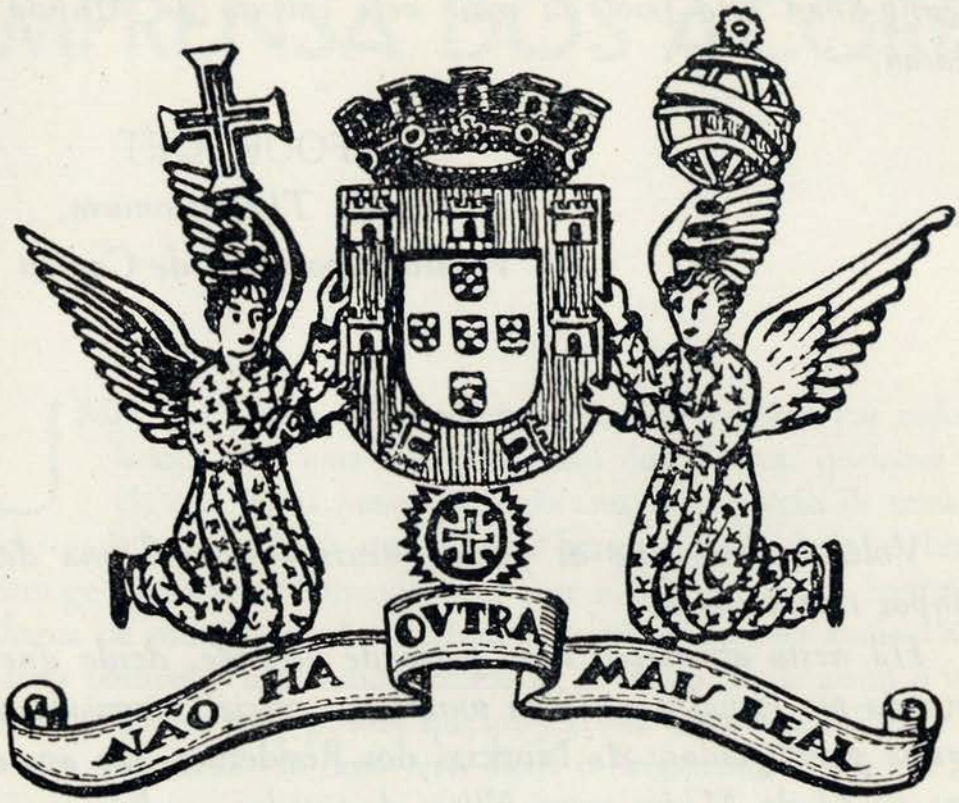
não colha. O nobilitamento da profissão é tarefa que incumbe ao próprio profissional. As honras contruí-las-emos nós: os proveitos devidos a essas honras serão conseqüência necessária, caïrão como fruto maduro.

Um aspecto que nos parece muito digno da nossa atenção é êste: o da separação absoluta, rigorosa, entre as funções, por assim dizer, redactoriais e administrativas, jornalísticas e publicitárias. Quere dizer: o verdadeiro código do jornalista vedar-lhe-ia ingerir-se em assuntos de publicidade. Nós sabemos que há publicidade de várias categorias, a do anúncio à Pai Adão, com tarjas e filetes, com letras grossas e ornatos de vário gôsto; e a outra, a de alto bordo e «letra miudinha» — que esta tem de ser redigida e que, como dizia um dos mestres do ofício, se tôda a gente pode escrever *para* os jornais, só nós, jornalistas, sabemos escrever *em* os jornais. A solução não seria difícil. Bastava que, junto da secção administrativa das emprêsas jornalísticas houvesse um ou vários redactores que de mais nada se ocupariam. Êles não perderiam, evidentemente, o seu título ou a sua categoria profissional, mas ocupar-se-iam apenas de redigir publicidade. Mas aos outros jornalistas, aos que fizessem parte dos quadros das redacções, seria interdito o trato de assuntos do mesmo género. Isto não quere dizer que o jornalista — alguns há que o fazem — que se dedique também a assuntos dessa índole perca a sua independência. Mas precisamos todos de sentir bem — e precisamos que tôdas as outras pessoas o sintam igualmente a nosso respeito — que essa independência não sofrerá em qualquer emergência a mais leve ameaça de deminuïção. Outro tema, afinal, que teria de ser tratado relacionando-o com o condicionalismo económico profissional...

E a que vem isto tudo — se era de Gutenberg que mais viria a-propósito falar, neste momento em que se trata de celebrar o centenário da nossa primeira *Gazeta?* O passado só nos interessa como ponto de partida. Hoje, vamos em plena marcha. É do presente que se trata. E tratar do presente é preparar o futuro.

Ninguém virá dizer, por certo, que o jornalismo é ofício sem futuro...

JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS



MACAU

FOI por Macau que a Civilização Ocidental penetrou na China. ¿Não é a ela que os terrtórios vizinhos devem o facto de terem produzido tantos homens ilustres? ¿Poderias tu, minha querida China, orgulhar-te do teu Sun-Yat-Sin se não houvesse num extremo da Sub-Prefeitura de

Heung-Shan êste farol da mais bela cultura do Mundo — Macau?

A. FOURQUET
Bispo de Thémissonium,
Vigário Apostólico de Cantão

Voltaire disse que os jornais «existiam na China desde tempos imemoriais».

Há nesta afirmação uma parte de verdade, desde que se entenda por jornal uma fôlha puramente oficial, reservada para alguns previligiados. As Notícias dos Residentes *que apareceram na Idade Média eram fôlhas destinadas, exclusivamente, aos governadores das províncias. A* Gazeta de Pequim, *fundada no século XVII vendia-se ao público mas era igualmente oficial.*

A verdadeira Imprensa só começou no século XIX e sob influências estrangeiras. Assim, os primeiros jornais apareceram em Macau, cidade portuguesa, em 1817; depois em Hong-Kong, ilha inglêsa, em 1853; e em Xangai, na concessão europeia, em 1857.

In *Le Journal* por *Georges Weill*

IMPRENSA DOS AÇORES

UMA ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados. Mas uma das nove ilhas dos Açores, qualquer que ela seja, é, na maior parte do ano, uma porção de terra por todos os lados cercada de mar — e de bruma. O mar isola. A bruma restringe horizontes. Limitado pelo mar e pela bruma, o homem, à míngua de mundo exterior sofrìvelmente vasto, procura então alargar o mais possível o seu mundo íntimo. E lê muito. Ilude assim o isolamento. Convive com pessoas que nunca virá a conhecer. Passeia por cidades que nunca viu nem verá. Ilude o isolamento, iludindo-se a si próprio. Mas enriquece-se extraordinàriamente. E não deixa de ser curioso que numa ilha como S. Jorge, no meio de uma païsagem de cedros, pastagens e neblinas, um homem que do meio daquela païsagem jamais saiu nos pregunte naturalmente, como que falando de gentes e coisas familiares:

— Gualdino Gomes ainda aparece tôdas as tardes pela «Brasileira» do Chiado?

De uma outra vez foi no canal entre S. Miguel e a Terceira, num barco de escassa tonelagem com que as ondas jogavam por uma noite sem estrêlas. Um poeta ilhéu que nunca esteve em Lisboa e que as exigências do quotidiano transformaram imprevistamente num próspero comerciante de madeiras, preguntava-me se Aquilino Ribeiro permanecia fiel à porta da Bertrand...

Devo também aqui uma referência justa ao meu bom amigo Gabriel de Santa Bárbara, admirável espírito de contradição, legitimista ferrenho desde 5 de Outubro de 1910 — e assinante imperturbável de tôdas as revistas de cultura do Integralismo Lusitano, a come-

çar pelo número um da *Nação Portuguesa;* — o meu bom amigo Gabriel de Santa Bárbara, que depois de andar um dia inteiro a corta-mato pelos baldios à procura de um bezerro ou de uma vitela, chega a casa e vai à estante buscar um clássico latino, se o vapor não chegou na véspera e o correio não trouxe um pacote com *A Voz* de uma quinzena...

Lê-se realmente muito — nos Açores. E assim se explica que, sendo nove as ilhas, sejam seis os diários que nelas se publicam: dois em Ponta Delgada; dois em Angra; dois na Horta. Também assim se explica que nos Açores se publique o mais antigo jornal português e mesmo até — segundo se afirma — o mais antigo da Europa depois do muito venerável *Daily Mail.*

A publicação de *O Açoriano Oriental* iniciou-se em Ponta Delgada a 18 de Abril de 1835. Compunha-se a tipografia «de um pequeno prelo de escritório, que levou de Coimbra para a ilha o médico António Ferreira Borralho e em que se imprimira naquela cidade *A Voz da Razão* em 1822 — e de uma pequena quantidade de tipo gasto e em péssimo estado, com que se imprimiu *O Açoriano Oriental* até ao número oito, em mau papel almaço» — (Oliveira San-Bento). «Fundado em 1835, nele foram registados, além de muitos outros factos notáveis, o casamento de D. Maria II com o príncipe D. Augusto; a morte dêste; os esforços do Duque de Palmela, ministro dos Estrangeiros, para obter de Espanha a praça de Olivença; referências às guerrilhas do *Remexido* no Algarve, no mesmo ano de 1835; o casamento de D. Maria II com D. Fernando e a revolução de Setembro de 1836; a sedição dos Marechais em 1837; a revolução da Maria da Fonte em 1846; a morte de D. Maria II; a aclamação de D. Pedro V; a epidemia da *colera morbus* e a inauguração do telégrafo eléctrico em 1856...» — (M. Ferreira de Almeida).

O primeiro director de *O Açoriano Oriental* foi Manuel António de Vasconcelos, eleito deputado por Ponta Delgada no mesmo ano em que se fundou o jornal e por Lisboa no ano imediato.

Sendo, porém, o mais antigo dos jornais portugueses em publicação, *O Açoriano Oriental* não é a primeira gazeta para que gemeram os prelos no arquipélago açórico.

«Foi no ano de 1829 que chegou à cidade de Angra do Heroísmo a primeira máquina tipográfica que houve nos Açores, mandada vir da Inglaterra pela Regência, em nome de D. Maria II.

ANNO XXXIV PONTA DELGADA SABBADO 18 DE ABRIL DE 1857 NUMERO 1230

O ARCHIPELAGO

Administração.

Assignatura do Typographia de MACEDO.
Por 15 numeros 600
— Ausentes pago os srs. assignantes
— Por linha 20
para os não assignantes 30
Communicados e correspondencias a preços convencionaes.

Sessões e Audiencias.

Relação dos Açores quartas e sabbados
Tribunal do Direito, segundas e quintas — Commerciaes, tercas e sextas — Contenciosas quartas e sabbados — Conselho de Districto quartas, quintas — camara Municipal

Disposições Postaes

Os Correios chegam das ilhas
As segundas, quartas, sabbados de manhã e voltam a seus destinos a uma hora da tarde dos mesmos dias.
A correspondencia e para o estrangeiro deve ser assignalada

Calendario da semana proxima

ABRIL TEM 30 DIAS

PONTA DELGADA 13 DE ABRIL.

Um nosso collega de Angra, o «Terceira», n'um supplemento ao seu numero 422 a 26 de março, previne o povo angrense de que o perseguem illudindo os jornaes não allusões á situação, em quanto o instigam contra as medidas de fazenda propostas pelo sr. Fontes de Mello.

Diz aquelle jornal

«Acautelae-vos concidadãos nossos; repelli as insinuações d'essa opposição, q' pertende empolgar o poder pela intriga, pela calumnia insidiosa, e por meios menos licitos e justos. Acautelai-vos d'ella, que só pertende servir-se de vós para a auxiliardes nos seus intuitos subversivos da ordem e tranquilidade publica. Acautelae vos, que não é o espirito de bem que a dirige, mas a ambição do mando e o desejo de ser poder.

«As novas medidas de fazenda apresentadas ao parlamento pelo nobre ministro que dirige esta importante pasta, não vem gravar o povo com novos impostos nem tornar mais penosa a sua situação.

«O nobre ministro depois de propor economias em varios ramos do serviço publico em mais de mil contos de reis, pertende equilibrar, quanto possivel, a receita com a despeza, extinguindo o «deficit» asserma que os seus antecessores lhe deixaram; e, para este fim, não augmenta só as contribuições prediaes ás duzentos e pomuros, que pode ás classes as abastadas e ricas os recursos que só agora só eram pagos pelos pobres.»

Eis ahi só que pertende o ministerialismo desmentir.

O povo não fica gravado com novos impostos, e ao estado pode-se-lhe mais nos tres mil contos por anno que todos hão de brotar dos seus seccos.

As economias do governo são de mil contos de reis, cousa porque o mesmo governo não ticha dado nada, pois só as avaliou em 800 contos, se pesse que o paiz os não viera sem a mesada.

Só os interessados deste ministro é que criaram o deficit do orçamento. O actual governo não creou Tasses, nem comprou armamentos, e tambem reservas, com o thesouro pedindo a 15 por cento de juro. O actual ministro não quiz a tornar apparatoso o ministerio dos negocios estrangeiros, esse luxuoso não que nos vio custar a bagatella de 130 contos pela cada anno.

Não augmenta a contribuição predial mas pede mais 100 por cento sobre o imposto de viação, que onera todas as contribuições directas.

E as classes ricas que vão pedir os recursos que agora são pagos pelos pobres, e os novos tributos onerem as carnes verdes e seccas, o vinho, o arroz, o sabão, o azeite, e outros liquores, a cerveja, o vinagre e os azeites.

O pobre povo não comia daquelles alimentos, e por tanto não percisa começar a soffrer as com elles. Se a gente de pouco meios quizesse temperar a panella com toucinho ou azeite, ou comer a sua colher de arroz, não poderia fazel-o porque o governo em vez de tornar accessiveis difficulta-lhes aquelles generos.

A carne não estava o povo habituado, e sujeira com mais 20 reis em kilo, é certo que não tomará indigestão com ella.

Os ricos é que hão de pagar os novos impostos de consumo, porque são elles que compram a vacalho o toucinho, as carnes, o vinagre, o azeite e o vinho e os mais artigos especificados.

Os pobres nem um real pagam de taes impostos, porque é tal a sua miseria, que lhes aprouvem por esse todos aquelles generos.

Que brasileiro não resolve dentar-se dizer? Tentemos, o jornal diz.

Muitos, realmente, pobre povo. E' acontecer de melhor sorte, que o defeito, que os governos «economias» dos orçamentos dão com quanto pobre de que quem o exige.

Abençoado governo, e illegitimos defensores que elle tem, que para o fim que elles se tem não deixa sujeitar que os aperte o povo quando lhe diz que á braço o que elle está cançado de saber que é sofrimento.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO HENRIQUE FERREIRA DE PAULA MEDEIROS NA SESSÃO DO PRIMEIRO DE MARÇO.

Perdão ao sr. presidente, ainda queria ir mais longe, desejava que viessemos até de graça. Que gloria não resultaria ao sr. presidente, e esta respeitavel assembléa se todos nós nesta occasião, dessemos uma prova irrecusavel da nossa

COMMUNICADO.

PONTA DELGADA 12 DE ABRIL.

MONCHER AMI ET COMPERE. —

— Mais uma victima na roda, não dos trabalhadores, mas de um desgraçado espectador, que caindo, bateo com a cabeça em um poncho, e foi-se! Este infeliz era o empregado particular do escriptorio do escrivão o sr. Leão, por nome João José da Silva. Enterrou-se.

— Tambem passou deste mundo de miserias para a eternidade um ajudante da enfermaria de medecina do hospital da cidade, por nome Jacintho Candido, victima das febres que grassarem nas visinhanças da Mãe de Deus. Sepultou-se.

— Diz-se, que se envenenara um dos Magrissos! Foi se. Ha uma facilidade de obter entre nós veneno, que parece mais se matam homens com elle q' ratos.

— Corre que espera ser despachado para tabelião das Capellas o sr. João Alberto Chaluppa.

— Tivemos a semana passada na nossa cidade, o sr. D. Miguel de Bragança, filho que se dizia bastardo do sr. ex-infante

do mesmo nome, ha pouco fallecido. Este sr. era um dos passageiros que vendeu o vapor ita liano que nos deu o prazer de nos visitar a semana passada, conduzindo alem dos passageiros que levava mais 12.917 coiros seccos, 6:010 peles de moviihos. 677.487 libras de sebo, e 104 fardos de lã.

— Como v. m. já saberá, foi arrendado o theatro ao sr. Barbosa Fortuno, mas tal vez o que ainda não lhe dissecem, o por quanto, e n'este caso fique sabendo que alem d'outras condições a beneficio do theatro, tem de pagar pelo anno theatral

9005000 reis em moeda corrente. Diz-se que da actual companhia ficarão na empresa do sr. Barbosa os srs Ribeiro e Guerreiro e as srs.' Elisa e Amelia Barros.

— Li compadre, «no Diario de Noticias» que a condecoração dada ao sr. Clemente Joaquim da Costa, fora a da commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição da Villa Viçosa. Parabens.

— Pôr ser, por hoje, encassa e morá dos novidades. fezo esta desejando-lhe saude e felecidades o seu compadre e amigo.

Ambrosio.

«E o primeiro jornal que viu a luz naquela cidade foi o órgão oficial *Chronica da Terceira* redigido pelo académico Simão José da Luz e outros, entre os quais o célebre tribuno José Estêvão Coelho

de Magalhãis. O seu primeiro número é de 17 de Abril de 1830 e o último de 27 de Março de 1831.

«A êste semanal seguiu-se outro, também órgão oficial da Regência, intitulado *Chronica — semanaria da Terceira,* cujo primeiro número é de 3 de Abril de 1831. Os últimos três números desta publicação (39, 40, 41 e suplemento) foram impressos em Ponta Delgada, na imprensa do Govêrno, e assim têm a prioridade na Imprensa periódica micaelense, tendo sido publicados em Maio e Junho de 1832.» — (Osório Goulart).

Note-se que o aparecimento do primeiro periódico açoreano deve ter passado quási despercebido em Angra. No dia 17 de Abril de 1830, Eduardo Montufar Barreiro apenas escreve, no seu precioso diário da Emigração e da Regência:

«17 — Apareceu defronte da Praia a fragrata do bloqueio.»

E no dia seguinte:

«18 — Tornou a aperecer pela manhã a fragata, porém defronte de Angra.»

Notícias que certamente figuraram no segundo número da *Chronica da Terceira* — bem como esta que também extraio do diário de Montufar Barreiros, esplêndido repórter:

«25 — Embarcou o Conde de Ficalho para o Rio de Janeiro no brigue *Eleonor,* levando despachos da Regência, e as credenciais para o Conde de Sabugal, nomeado Embaixador junto de D. Pedro, Imperador do Brasil.»

Quanto à Horta, principiou a publicar o seu primeiro jornal, intitulado *O Incentivo,* a 10 de Janeiro de 1857. Tinha por director João José da Graça, que regressara pouco antes da América do Norte com grandes idéias e um pequeno prelo.

A 18 de Janeiro de 1843 saiu em Ponta Delgada o primeiro número do *Agricultor Michaelense.* Era o primeiro jornal agrícola que se publicava em Portugal.

Finalmente, a 1 de Julho de 1869, apareceu o primeiro jornal diário dos Açores — o *Diário de Notícias,* de Ponta Delgada. Acabou em Janeiro de 1870. Mas logo a 5 de Fevereiro dêsse ano aparecia, também naquela cidade, outro jornal diário — o *Diário dos*

Açores, que continua a publicar-se, hoje sob a direcção dos irmãos Drs. Carlos e Manuel Carreiro, jornalistas moços e modernos, dos quais o primeiro não há muito que entrevistou Salazar: — creio que a única entrevista até agora concedida à Imprensa açoreana por Salazar.

Outro diário que se publica em Ponta Delgada é o *Correio dos Açôres,* jornal que vai no seu vigésimo segundo ano e foi fundado pelo Dr. José Bruno Carreiro, jornalista vigoroso e homem de letras, hoje afastado por completo do jornalismo e consagrando-se apaixonadamente aos seus estudos anterianos. O actual director do *Correio dos Açôres* é o Dr. Carreiro da Costa, ao mesmo tempo jornalista, ilustrador, poeta, prosador muito original — e tudo isto com pouco mais de vinte anos.

Em Ponta Delgada publicam-se, além dos dois diários, dois semanários: *O Açoriano Oriental* de que já tratámos e de que é hoje director o sr. Ferreira de Almeida; — e «A Ilha», semanário político e literário «ao serviço da Terra em serviço da Nação», dirigido pelo Dr. Agnelo Casimiro, escritor brilhantíssimo.

Os dois diários de Angra são *A União,* que vai no seu quadragésimo oitavo ano, e *A Pátria,* mais nova — onze anos apenas. «A União», que teve por fundador Vieira Mendes, é dirigida, hoje, pelo Rev. Dr. Manuel Cardoso do Couto, homem culto e jornalista desassombrado. Até há pouco era o correspondente de «A União» em Lisboa o General Fernando Borges, terceirense ilustre, que, nas vésperas de vapor para as ilhas, a 7 e 22 de cada vês, ia sempre para o «Martinho» escrever, com exemplar pontualidade, as suas correspondências.

A Pátria é o órgão da União Nacional em Angra, sendo dirigida pelo Dr. Cândido de Pamplona Forjaz — belo temperamento de jornalista político. Foi *A Pátria* o primeiro jornal açoreano que protestou contra o modo como aos Açores se referiam altas figuras norte-americanas...

Em Angra vive o homem que mais jornais com certeza tem fundado no arquipélago — o simpático editor Manuel Joaquim de Andrade. A êle se deveram, entre tanto outros, a *Estrêla de Alva,* em que, se me não engano, Vitorino Nemésio publicou os seus primeiros

versos, as suas primeiras prosas, e a *Cruzada Nova,* em que para sempre me tomei dêste vício do jornalismo...

São o *Correio da Horta,* dirigido pelo sr. Constantino Magno do Amaral, e *O Telégrafo,* dirigido pelo sr. Manuel Emídio Gonçalves, os dois diários da Horta. Tem *O Telégrafo* quarenta e oito anos de publicação; onze anos o *Correio.* Nota pitoresca: abaixo do título, proclama o *Correio* que é o «diário de maior expansão no distrito», mas *O Telégrafo,* por sua vez, afirma que é o «jornal mais antigo e de maior expansão no distrito»... Confesso que não sei qual dos dois terá maior expansão no distrito, mas ambos, dos seis diários que existem, são fora de dúvida, os de menor expansão no arquipélago, onde as tiragens mais elevadas pertencem aos cotidianos de Ponta Delgada, dos seis, ainda, os maiores e os de mais variada colaboração.

Outros jornais: em S. Miguel, na Vila Franca do Campo, publica-se *O Autonómico,* um pequeno semanário; outro semanário se publica na ilha do Pico, vila das Lagens, *O Dever,* que tem como director um polemista notável e prosador cativante — o Rev. Xavier Madruga; finalmente, na ilha das Flores, vila de Santa Cruz, publica-se o mais ocidental dos jornais portugueses, o *semanário independente As Flores,* dirigido pelo sr. António Joaquim de Braga Júnior. É êste um pequenino jornal que vai no número 610 e no décimo segundo ano; a sua assinatura custa mensalmente 1$00 na ilha, mais o porte de correio para fora da ilha, custando, para a América do Norte, *dollars* $01,50. Os anúncios custam $50 por linha de corpo 10 ou espaço, beneficiando os assinantes de um abatimento de $20.

E se nos lembrarmos de que êste jornalinho é a última afirmação — geogràficamente falando — de uma antiga e nobre cultura marcada pelo signo do espiritual; se nos lembrarmos de que defronte da minúscula gazeta florentina — defronte, embora a respeitável distância — está o *New-York Times;* se disso nos lembrarmos, temos fatalmente de considerar com certa emoção *As Flores,* o mais ocidental dos jornais portugueses ,o mais ocidental dos jornais da Europa...

DUTRA FARIA

LEGENDA

ACÊRCA DOS JORNAIS ILUSTRADOS PORTUGUESES

ESTÁ por fazer a história do jornalismo português em muitos dos seus aspectos. E o «jornalismo gráfico», o jornalismo dos «bonecos», é talvez um dêles. Mas não serei eu que poderei resumir, nesta meia dúzia de linhas, a sua evolução, nem sequer, dada a precipitação com que as escrevo, desdobrar perante o leitor algumas das admiráveis espécies que a nossa exposição do Jornal e da Revista comportará e que valem, por si mesmas, um longo estudo. Limito-me portanto a corresponder ao pedido do director do *Boletim*, enviando-lhe uma «Legenda» de gravura ou de ilustração, ligeira como êste próprio jornalismo exige.

*
* *

A mais alta expressão dos nossos jornais ilustrados está, para mim, nalgumas páginas de Rafael Bordalo Pinheiro. Para a sua época dourada e calma, o improvisador que desenhava nos mármores do Martinho, — lento, gordo, um brilho macilento na face morena, rabiscando nervosa e incessantemente, ao sáltitar da pena nos dedos ossudos e cheios — foi uma grande figura. As páginas sangrentas dos

Pontos nos II e do *António Maria* eram esperadas em Lisboa como uma guloseima apetitosa da cidade. O Chiado parava para as comprar. O Parlamento cochichava. E a côrte, nesses dias, aparecia mais pálida em S. Carlos. O Teatro, a Política, o Mundanismo, resumiam-se, cada semana, no rendilhado dessas iluminuras espontâneas, cheias dum pitoresco exuberante, e onde não havendo rigor de desenho — havia verdadeiro génio de repórter. Há «croquis» duma sala de «première» que dão todo o ambiente duma época — dos bicos de gás aos «beaux palmiers», às «draperies», aos «mantelets» de chez M.me Fladry, aos «cancans» das «chorus girls» do circo de Price e do Sousa Bastos, às boas parelhas inglêsas e às cartolas dos ministros, — de «sapatos de verniz» — como dizia o Eça.

A *Paródia,* que substituíu o grande hebdomadário português, com a colaboração de Celso Hermínio, e depois o *Suplemento Humorístico do Século,* onde fêz uma longa obra Manuel Gustavo, não atingiram, a meu ver, a altura das primeiras páginas, retumbantes de escândalo e de crítica, do «António Maria». Sem a pretensão de citar todos, ou mesmo apenas os principais dos desenhadores-críticos, recordo Leal da Câmara, ainda felizmente vivo, como a nossa mais flagrante encarnação do último jornalista irreverente, quando o lápis livre era, como a pena, uma arma de franco-atirador. Dos desenhadores «sérios» tiveram os jornais portugueses farta colaboração, mesmo sem contar com a passagem fugidia de grandes nomes como Columbano e Soares dos Reis.

E prefiro falar dos desenhadores a falar dos jornais — porque raros foram aqueles jornalistas gráficos que se conservaram muito tempo no mesmo periódico, excepção feita de *O Século,* onde a larga visão de Silva Graça trazia o seu jornal a par com tôdas as innovações, e conservava largos anos desenhadores como Roque Gameiro e, depois, fotógrafos, como Benoliel.

Alberto de Sousa e, modernamente, Martins Barata, Stuart Carvalhais e a inimitável Raquel, com Valença — «ancien style» — e Santos Silva (Alonso), Rocha Vieira, Ilberino, Alves e Amarelhe, êste na caricatura de teatro — são, em minha opinião, os mais destacados e pessoais dos desenhadores que trabalham ou trabalharam no nosso

jornal, embora haja muito mais de mérito comprovado. Uma nova camada — a que o desenhador suíço Fred Kradofer imprimiu escola — fazem a ilustração publicitária com talento e bom gôsto. Nesse grupo de modernos há certamente vários nomes que ficam. Recordo, entre outros, Bernardo Marques, Botelho, Paulo, os irmãos Rocha — Bernardo e Paulo são já mais ilustradores e pintores do que jornalistas — como o foram e são, António Soares, Barradas e Almada, que foi no entanto o primeiro a dar, ao desenho de pena dos jornais, um original e renovador espírito moderno. Também Raúl Lino havia dado já à ilustração, no período hesitante dos primeiros decénios do século, uma orientação moderna, e Cottinelli Telmo concedera ao jornalismo infantil, a divagação de alguns semestres, criando um espírito novo nos periódicos gráficos para crianças, com o seu inolvidável *ABCzinho*.

*
* *

Parece-me justo evocar nesta «Legenda» a figura inconfundível dum dos nossos maiores jornalistas, que trabalhou nas publicações ilustradas, — jornalista em tudo, até na desgraça — Reinaldo Ferreira, criador do *Repóter X*, que foi, depois do *Domingo Ilustrado* e do *ABC*, o mais recente êxito de jornalismo gráfico popular. Reinaldo Ferreira, que eu vi quási descalço em Madrid, que conheci rico em Paris e a quem tive de emprestar umas calças para que pudesse sair de casa em Barcelona, (calças que êle quási dobrou ao meio!) era um dos temperamentos mais exuberantes e férteis que passaram pelas redacções de Lisboa. Estou a vê-lo, pequeno, sardento, os olhos verdes e brilhantes — olhos que a doença mudou, no fim da vida — a entrar na redacção da *Capital* com os primeiros linguados onde rabiscava uma notícia sensacional sôbre o vôo do aviador Sallés, na Amadora — o primeiro avião que o público viu, — e a pedir ao Manuel Guimarãis um vale de 10 tostões — para irmos os dois às iscas de S. Roque... Sinto-me velho a escrever isto que se passou ontem!

*
* *

Quem pudesse folhear com tempo as colecções dos jornais gráficos e visse os milhares de revistas que não passaram dos primeiros números, sentiria quanto foi sempre difícil fazer vingar em Portugal uma publicação ilustrada. Quantos sonhos, quantos programas rotundos e generosos, quantas directrizes estabelecidas com grave seriedade e logo alteradas pela pelintrice da Administração, quantas arremetidas não faliram às primeiras sobras amarrotadas e às primeiras devoluções dos recibos de cobrança! Lembra-me agora a tentativa duma dessas revistas que eu próprio fiz, e que se chamava, sibilinamente, *Sphinx*. Do corpo director fazia parte o actual Ministro das Colónias, e dela era director artístico Cottinelli Telmo, o arquitecto de Belém. Era uma autêntica babuzeira, graças a Deus, e morreu ao 2.º número.

No entanto, sem a revista gráfica, os documentos da história *ficam* incompletos. O *Panorama,* a *Revista Universal,* o *Arquivo Pitoresco,* o *Ocidente* e depois a *Ilustração Portuguesa,* o *Xuão,* o próprio e picaresco *Pimpão,* os *Ridículos,* veteranos das publicações do género, o *Sempre-Fixe,* são História — como História será mais tarde, o *Domingo Ilustrado,* o *Notícias Ilustrado* de ontem e o *Século Ilustrado* de hoje, jornais estes que trouxeram para Portugal entre sorrisos incrédulos e pela nossa mão, os modernos processos da gravura em cobre. E, por vezes, a revista ilustrada, história literária é. Quanto vale actualmente a colecção de *Os Serões,* admirável de interêsse em todos os seus números? E a *Atlântida,* de Pedro Bordalo e João de Barros? E a *Terra Portuguesa,* esplêndido repositório de etnografia, hoje raríssimo, e tantas, tantas outras publicações? Nos próprios jornais desportivos, nos jornais femininos, nos jornais infantis — a História fica mais e melhor documentada do que nos arquivos espectaculares. E são os repórteres fotográficos os grandes historiadores modernos da imagem. A lentidão com que o *Ocidente* ou o *Arquivo Pitoresco* anunciavam a *linda vista do nosso prestimoso e hábil colaborador Sr. Silva, por êle desenhada com as primores do seu lápis e gravada pelo nosso insigne amigo*

Sr. Pastor foi substituída pela fórmula sintética *cliché Ferreira da Cunha*. E hoje o jornalismo português tem um grupo de rapazes que fazem fotografias para as gazetas, e cujos trabalhos não são inferiores aos dos seus colegas estrangeiros. No Pôrto, Tavares da Fonseca e Mesquita são, entre outros, bons «Kodaks», e em Lisboa, Salgado, Vaissier, Marques da Costa, Armando Silva, os irmãos Novais, Serra Ribeiro, o Benoliel, filho, o Franco e alguns mais que me escapam, formam o quadro dos jornais na pesca quotidiana do «boneco».

Talvez sem darem por isso êles registam uma História que escapa à mais fina malha de qualquer Censura, ou à eloqüência de qualquer política. E tanto o jornalismo gráfico é um elemento essencial que o próprio Estado o procura fixar e manter. O Secretariado da Propaganda Nacional edita presentemente uma revista, *Panorama,* por sinal primorosa de arranjo gráfico, que ficará como o documento oficial da imagem de hoje. Mais ainda do que o jornalismo diário — a revista ilustrada é a projecção do seu país de origem. Estrangeiro observador que não conheça o português e que mal aflore a uma «gare» nacional — basta-lhe a mancha, os assuntos, o gôsto, a côr das capas das nossas revistas, para aquilatar, infelizmente, de muitas coisas boas e más acêrca do nosso país... De tantas coisas que nem vale a pena enumerá-las...

LEITÃO DE BARROS

MANUEL ANTÓNIO DE VASCONCELOS

FUNDADOR DE «O AÇOREANO ORIENTAL»

AO comemorar-se o tricentenário da *Gazeta* vem a propósito recordar a personalidade do fundador de *O Açoreano Oriental,* o mais antigo periódico português actualmente em publicação.

Manuel António de Vasconcelos se chamou êsse pioneiro do jornalismo açoreano.

Não obstante ter sido o terceiro dos doze filhos do sargento-mor e morgado Manuel Joaquim de Vasconcelos e de sua mulher, D. Gertrudes Vicência da Câmara, veio a herdar os bens vinculados de seu pai, por o primeiro génito ter sido uma senhora — D. Maria Augusta de Vasconcelos, casada com o capitão Teodoro José Botelho de S. Paio — e o segundo, que havia recebido também o nome de Manuel, ter falecido pouco depois de nascer.

Estes pormenores familiares visam focar desde já um dos aspectos do carácter de Manuel António, combinando-os com a informação, ainda há dias reproduzida num semanário da província, de que êle «desherdou-se de mótu-próprio em benefício dos irmãos, antes de vir a lume a lei da desvinculação».

Nasceu Manuel António de Vasconcelos, em 5 de Fevereiro de 1796, na ilha de S. Miguel, no velho solar dos Vasconcelos da Bretanha. Estes, no dizer do falecido Marquês de Jácome Correia, não eram ricos, mas eram «activos e empreendedores, levando as suas

iniciativas à prosperidade e ao progresso nas múltiplas formas de artes mecânicas, políticas, agrícolas, e neste exemplo do jornalismo, que foi flagrante na história social desta terra, pela innovação do elemento literário na propaganda assídua das idéias, como pela associação do veículo moralizador com a expansão industrial e comercial — efeitos que imediatamente resultaram da organização do *Açoreano* ao serviço da economia política, criado com capital reünido por acções».

Manuel António de Vasconcelos, empreendedor, inteligente e culto, não foi, porém, apenas o fundador e redactor do *Açoreano*. Dotado de invulgar habilidade manual, e só com o seu esfôrço e sem mestres, foi o primeiro tipógrafo da ilha de S. Miguel e criador de artistas desta especialidade. Sem conhecimento prático — informa Breno de Vasconcelos — de como se manejavam os tipos, adquiriu uma pequena imprensa que o Dr. António Ferreira Borralho, médico municipal em Ponta Delgada, levara de Coimbra em 1831.

Manuel António de Vasconcelos
(1796-1844)

Saíu o primeiro número do *Açoreano* em 18 de Abril de 1835 — duas simples páginas de 315 × 210 mm., tendo como editor um irmão de Manuel António — José Maria da Câmara de Vasconcelos — e a sede «no cimo da Rua da Lombinha dos Canos», na cidade de Ponta Delgada.

Da imperfeição material da iniciativa não tinha Manuel António dúvidas. Eis algumas palavras suas a tal respeito, em carta, até agora inédita, dirigida a seu patrício, parente e amigo, o Dr. Jacinto Luiz do Amaral Frazão e Vasconcelos (1785-1872), residente em Lisboa, escrita quatro dias depois de aparecer o primeiro número do *Açoreano:*

«...remetendo-lhe o 1.º n.º duma fôlha que eu e um irmão meu assinado nela como editor empreendemos publicar a-fim-de prestar algum serviço, ainda que pequeno, à nossa Pátria. O estado de imperfeição desta miserável publicação por si mesmo descobre a imperfeição da arte: foi trabalho de curiosos e sem os necessários aprestos; o tempo o irá melhorando, e por isso julgo ter direito a uma desculpa».

O segundo número, em 26 do mesmo mês, saíu bastante melhorado, com quatro páginas, de formato um pouco menor na altura. Um açor voante ornamentava-lhe já o cabeçalho nesse segundo número e se tem mantido, embora não seguidamente, até agora.

Se os recursos materiais eram deficientes, outro tanto não sucedia quanto ao entusiasmo que animava a emprêsa, e as dificuldades foram pouco a pouco vencidas.

Carácter íntegro, sempre incorruptível através de tôdas as contingências da nefasta política que então dividia os portugueses, o programa que Manuel António se impôs, e foi estampado no primeiro número do *Açoreano,* reflecte o pensamento de um verdadeiro homem de bem:

1.º — As acções privadas do cidadão serão religiosamente respeitadas.

2.º — A censura dos actos prejudiciais ao público será sempre tratada com urbanidade e decência.

3.º — Nenhum artigo que envolva imputação a pessoa será publicado no *Açoreano* sem que o seu impressor seja prèviamente empossado de documentos comprovativos, pois a justiça social lhe proíbe o arriscar-se a ser instrumento de calúnias ou mal pensadas imputações.

4.º — Os artigos comunicados terão lugar segundo a ordem da sua recepção, tendo sempre a preferência os artigos do *Açoreano.*

5.º — Os artigos de natureza defensiva comunicados ao *Açoreano,* em desagravo a imputações nêle feitas, obterão a preferência, mesmo aos artigos próprios, para que se não retarde um momento o desagravo ao cidadão ofendido.

Eleito deputado às Côrtes, partiu para Lisboa em 1836. Na capital não interrompeu os seus trabalhos jornalísticos. Grande amigo de José Estêvão, com êle colaborou na redacção do jornal *O Tempo,* que iniciara por essa altura a publicação.

Escritor e orador, e sobretudo homem de boas e puras intenções, a sua acção no Parlamento, a-pesar dos defeitos próprios das instituïções que defendia, impô-lo à consideração e respeito de todos. Dêle disse Rodrigo da Fonseca: «Não pode duvidar-se de que o senhor deputado que me precedeu é talvez a cabeça mais bem organizada desta Câmara».

Em 9 de Fevereiro de 1843 encontrava-se ainda em Lisboa, pois aqui, nesse dia, dirigiu ao referido Dr. Frazão e Vasconcelos uma carta que conservamos, mas deve ter regressado pouco depois a S. Miguel, onde veio a falecer em 10 de Outubro do ano imediato.

FRAZÃO DE VASCONCELOS

GUEDES DE OLIVEIRA

POUCO mais de nove anos se passaram sôbre a morte do saüdoso e brilhante jornalista portuense Guedes de Oliveira. Nesta vertiginosa época de egoísmos que insensibilizam, poucas serão as pessoas que se recordem já dêsse belo e inquieto espírito que, desempoeiradamente, do alto da sua *Tribuna Livre* apreciara os acontecimentos e as figuras da sociedade portuguesa, sob a sua facêta irónica, humorística e demolidora.

Guedes de Oliveira — um esquecido, como de resto outros tantos valores da nossa terra — foi uma personalidade de notável merecimento.

Nesta breve notícia não vou referir-me à sua categoria de profissional de Imprensa que, ao longo de meio século de assídua actividade em períodos áureos do jornalismo português, assinou milhares de artigos de todos os géneros, — doutrinário no editorial, apaixonado nas campanhas, cintilante na crónica literária, gracioso no comentário ao *fait-divers,* profundo na crítica de teatro, alegre na apreciação das lides tauromáquicas, divulgando conhecimentos culturais nas impressões de arte ou de viagem.

Não vou apontar os seus trabalhos como professor e director da Escola de Belas Artes do Pôrto, onde documentou a sua larga cultura, conseguida pela perseverança no estudo aliado a uma inteligência clara, de fácil assimilação e desenvolvimento.

Guedes de Oliveira marcou o seu lugar, especialmente, como escritor e jornalista humorista, humorista à maneira de La Fontaine ou de Molière. Poderia ter adoptado, com justeza, a divisa *Faire rire les honnêtes gens* ou a arlequinesca legenda *Castigar ridendo mores.*

Deve haver ainda quem se recorde dêsse famoso *Calendário Histórico,* que, diàriamente, publicava em *O Primeiro de Janeiro,* — secção que era um comentário alegre e pitoresco a vultos do passado servindo de pretexto para atingir figuras da sua época.

As suas *Gazetilhas,* que tinham, por vezes, a intenção de panfleto contundente, eram «tiros» que não falhavam os alvos, inserindo legendas risonhas a determinados ridículos da Humanidade.

No Teatro, o espírito de Guedes de Oliveira, debruçado atentamente sôbre a Vida, subiu numa maré alta. Desde a peça *Por dentro e por fora* à revista *Ali... à preta!* — que se manteve cinco anos em cena e foi um caso único em palcos portugueses, — que profusão de notas irónicas, de *charges* alegres, de *blagues* pitorescas não brotaram, em cataratas caudalosas, da sua inteligência pronta e cheia de vivacidade!

Podia a expressão bonacheirona de Guedes de Oliveira nem sempre ser risonhamente comunicativa, à semelhança de Courteline ou de André Brun, que foram dois humoristas de aspecto sorumbático. Mas, muitas vezes, a sua fisionomia iluminava-se, quando, como um contorcionista, brincava com o trocadilho e era espontâneo em ditos que desconcertavam. Não perfilhava aquêle aforismo, — «nem tôdas as verdades se dizem». Achava, antes, que elas se deveriam dizer... brincando.

Se, por vezes, teve a ironia simpática de Anatole, foi quási sempre caustico como Fialho. Atacava o ridículo, provocando fàcilmente o riso, certo de que era uma fôrça moral. Rafael Bordalo Pinheiro com o seu lápis irreverente e Guedes de Oliveira com a sua pena cintilante — temperamentos que atravessaram desempoeiradamente a sociedade portuguesa como irmãos de idéias e de acção — foram dois grandes caricaturistas, que, sorrindo, se desforraram de certos ridículos da Humanidade.

Nesta comemoração do Tricentenário do primeiro periódico português, evocamos, com saüdade, a memória de Guedes de Oliveira, que, tão honesta, nobre e brilhantemente, serviu o Jornalismo, sob múltiplos dos seus aspectos.

MÁRIO DE FIGUEIREDO

JORNAIS
E JORNALISTAS DA MADEIRA

SOMOS ainda do tempo em que tôdas as manhãs, sob a porta dos habitantes mais pacíficos do Funchal, os dois jornais *rotativos* da terra faziam passar o fogo das suas paixões e a tremenda violência dos seus sarcasmos! Por êsses anos, razoàvelmente distantes, o *Direito* e o *Diário Popular* arvoravam, com a galhardia característica da época, o estandante regenerador e a flâmula progressista. Continuando uma tradição que tinha já muitas décadas, os dois velhos jornais dominavam a vida local, no ritmo que então tôdas as coisas tinham: um ritmo tão lento que hoje quási se nos afigura impossível, mas que possuía inegàvelmente uma vibração peculiar.

Quando primeiro os lemos, alguns nomes se ilustravam já, nesse nem sempre ameno jornalismo provincial, pela sua ilustração e pela destreza com que, como se costuma dizer, manejavam a pena. A verdade é que o jornalismo constitucional dos últimos anos não deslustrava literàriamente o passado da Imprensa da Madeira e, conquanto o espírito da época não fôsse positivamente construtivo, muitas páginas brilhantes deixou a assinalá-lo. Dois jornalistas distintos, entre vários, marcaram o seu lugar na tribuna da Imprensa da Madeira: o Dr. José Leite Monteiro, que foi um notável jurisconsulto, e João José Vieira, cujos dons eram largamente apreciados, pelo que poderemos chamar o público progressista.

Mas, na época a que nos referimos, uma tentativa se fêz no

Funchal para transformar a Imprensa e dotá-la dos novos meios que noutros lugares tinham já operado a modificação, pelo menos material, dos jornais, dando-lhes uma vida mais animada e compatível com as exigências de um público que progressivamente se modernizava. Merece a tentativa ser aqui assinalada, porque, no seu tempo, a publicação do *Heraldo da Madeira* constituiu um avanço considerável na arte de fazer jornais. Não só o *Heraldo* oferecia aos seus leitores um aspecto gráfico mais actual, como lhes dava normalmente uma colaboração luzida e valiosa. Teve o jornal por director, até o fim, um escritor ilustre, cuja passagem pela Imprensa inconfundìvelmente se destacou: João dos Reis Gomes. Mas não era apenas a pessoa do seu director que chamava para o jornal a atenção do público. Os seus colaboradores habituais eram dos mais distintos e, entre êles, no *Heraldo* ganharam as suas esporas de ouro o Padre Fernando Augusto da Silva, Alberto Artur Sarmento e Jaime de Campos Ramalho. Foi uma notável pléiade de jornalistas e escritores que ficou com o seu nome na história literária da ilha.

Falando dos esforços de renovação que se produziram depois da tentativa do *Heraldo,* seria grave omissão não mencionar o aparecimento do *Diário da Madeira,* cujo primeiro director foi Francisco Bento de Gouveia, um verdadeiro temperamento jornalístico, com um grande sentido da função da Imprensa e das suas possibilidades. A publicação do *Diário da Madeira,* talvez no ano de 1911, corresponde à introdução na Madeira da primeira oficina de fotogravura. Mas por então ainda o primeiro cuidado dos jornais consistia na informação telegráfica de Lisboa, fonte de tôdas as surprêsas e acontecimentos emocionantes! Foi assim que conquistou a sua reputação de incomparável informador telegráfico Henrique Tristão da Câmara, que até ao fim representou o *Diário da Madeira,* em Lisboa.

Alguns jornalistas se assinalaram no período que se seguiu à proclamação da República, tanto na Imprensa local como na do continente, vindo dois dêles, mais tarde, a dirigir o *Diário da Manhã,* em Lisboa: os Drs. António Pestana e Pestana Reis.

Mas, cingindo-nos às actividades locais, temos de mencionar a mais completa tentativa que se fêz no Funchal para modernizar a

Imprensa, à qual se impunha dar um aspecto mais vivo e arejado, um serviço de informação mais amplo e completo, reportagens vibrantes, enfim, uma animação que nem sempre caracterizava o jornalismo madeirense, demasiado prêso às pequenas preocupações locais. Com alguns sacrifícios se lançou em 1923 o *Jornal da Madeira* que, nos breves anos da sua existência, trouxe à Imprensa do Funchal aspectos diferentes e novas modalidades necessárias. Nas suas colunas se revelou um jornalista de pujante talento, Armando Pinto Correia, que uns anos depois viria a ligar o seu nome à nossa história política, como ajudante e íntimo colaborador do General Gomes da Costa. Não seria justo esquecer, neste breve e imperfeito balanço, um outro jornalista distinto, o Padre Eduardo Pereira, cujo apurado engenho ficou indissolùvelmente unido à ordeira revolução *técnica* que representou o *Jornal da Madeira*.

Hoje não correm os tempos propícios à vida dos jornais e as condições do mundo não favorecem, mormente em terras pequenas, emprêsas do género. Todavia, mantem-se na Madeira uma actividade jornalística relativamente considerável, à frente da qual figura, com uma juventude por muitos títulos simpática, o velho *Diário de Notícias*, que o Dr. Alberto de Araújo dirige com o talento e a devoção que desde há muito impõem o seu nome.

L. V. DE C.

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA IMPRENSA PORTUGUESA NO ULTRAMAR

ENTRE os vários factores que permitem aquilatar da posição social dum povo, nenhum melhor do que a sua Imprensa pode servir de índice. O jornal e a revista reproduzem fielmente a mentalidade local e, embora possam receber colaboração de qualquer outra origem, até êsse conjunto pode traduzir as exigências ou as predilecções da clientela que essas publicações servem.

O desenvolvimento e o prestígio da Imprensa dum país são assim o reflexo dos seus recursos espirituais, económicos e políticos. Localidade que não mantenha um jornal, pode bem considerar-se aglomerado populacional insignificante, de gente egoísta e ignara; país sem «Imprensa especializada», explorando vários ramos técnicos ou preocupações sociais, igualmente demonstra atraso e até certo desacôrdo com as exigências contemporâneas.

Admitindo êste raciocínio, pode ajuïzar-se do adiantamento dum território e da sua população, através das suas publicações literárias, científicas, noticiosas ou recreativas, utilizando as artes gráficas, cuja perfeição, por sua vez, também assegura civilização. Boa Imprensa é, pois, sinal de vitalidade; liberdade de Imprensa é significado de compreensão cívica; expansão jornalística, reünindo estes dois aspectos, corresponde a uma afirmação de apreciável equilíbrio mental e político.

Por isso em tôdas as nações a Imprensa tem, mais ou menos, cooperação oficiosa, fortalecendo o apoio popular. Não é esta a opor-

tunidade para analisar até que ponto êste factor é real em Portugal, embora se tenha reconhecido a Imprensa como «função pública»; atribuindo o assunto para uma tese que poderia ser apresentada a um esboçado congresso projectado para o próximo ano.

Não divagamos mais, portanto, sôbre o valor e o papel da Imprensa, visto que o objectivo dêste artigo é apresentar resenha acêrca da vida e do desenvolvimento da Imprensa no nosso Império Colonial.

O ORIENTE, BÊRÇO DA IMPRENSA ULTRAMARINA

A difusão da Imprensa no Ultramar português anda ligada a dois fastos históricos de assinalada repercussão além-mar: a implantação do constitucionalismo e do regime republicano. Só depois de 1820 se editaram jornais e revistas nos territórios portugueses no Oriente e em África. Reporta-se aos últimos quarenta anos a evolução jornalística e gráfica nas colónias.

A Índia foi o berço da Imprensa ultramarina. No seu território surgiram os primeiros jornais, pois a primeira publicação noticiosa, com aspecto gráfico, foi a *Gazeta de Goa,* cujo primeiro número tem a data de 22 de Dezembro de 1821, moldada no padrão das gazetas que nessa época se produziram na Mãe-Pátria.

Tratava-se dum órgão oficioso em que figurava como redactor o físico-mor da Índia portuguesa, António José de Lima Leitão, para publicar, semanalmente, «as deliberações do Govêrno, o cadastro mensal da receita e da despesa do Tesouro Público, do Senado da Câmara, da Santa Casa da Misericórdia e outras notícias nacionais e do estrangeiro». Manipulava-se na Imprensa Nacional de Nova Goa (1).

---

(1) Foi a Companhia de Jesus que introduziu, no século XVI, a primeira tipografia na Índia Portuguesa, na velha cidade de Goa, atribuindo-se-lhe também a instalação duma máquina de fundição de tipos, na qual se manufacturaram caracteres do abecedário tamul e doutras línguas orientais, de que se utilizavam nos seus trabalhos de propaganda pelo Sul da Península industânica. (*A Evolução do Jornalismo,* por António Maria da Cunha, in «Índia Portuguesa», ed. of. 1923).

O segundo jornal que se publicou na Índia Portuguesa intitulava-se *Crónica Constitucional de Goa,* notòriamente político, redigido por José Aniceto da Silva.

MACAU

Meses depois surgia em Macau, em 21 de Setembro de 1822, o primeiro periódico que na cidade se publicou em idioma nacional: *A Abelha da China*. Era redigido pelo mestre do Convento de S. Domingos e impresso na Tipografia do Govêrno. Semanário político, o seu aspecto gráfico, composto a duas colunas, era sensìvelmente o mesmo adoptado nesse tempo para estas publicações.

Publicou-se a *Gazeta de Goa*, a que nos referimos como primeira edição gráfica nacional no Ultramar, até 29 de Agôsto de 1826, e *A Abelha da China* até 27 de Dezembro de 1823, com o seu 67.º número, seguindo-se-lhe a *Gazeta de Macau*, que iniciou a sua publicação em 3 de Janeiro de 1824 e terminou em 1826. Da *Crónica de Macau*, publicação quinzenal que lhes sucedeu, saíram também 45 números — desde 12 de Outubro de 1834 até 18 de Novembro de 1836.

Em 9 de Junho de 1836 começou a publicar-se em Macau o primeiro bi-semanário colonial, intitulado *Macaísta Imparcial*, assim saindo até 5 de Julho de 1837, passando depois a hebdomadário, com o subtítulo *Registo mercantil*.

Curiosíssima nos parece a reprodução dum período do editorial do primeiro número do *Macaísta Imparcial*, que foi impresso e publicado por Félix Feliciano da Cruz, na Tipografia Feliciana:

Macau, ainda antes que os estrangeiros em Cantão publicassem jornaes, teve os seus; e agora vamos dar á luz este, que talvez não merecerá tantos encomios, como tiveram aquelles por Balbi; nem tanta acceitação do Publico; porém, a imparcialidade que prometemos guardar, a fiel narração das noticias politicas, domesticas, das entradas e sahidas de passageiros e navios; a certeza da publicação em todas as segundas e quintas-feiras; e tudo o mais que tende a fazer estimável uma folha, que não se cinge a partido algum que não seja o das Leys, nos dá esperanças de que o Publico acceitará o nosso trabalho.

Parece que o público não correspondeu muito bem às intenções do editor, que suspendeu a publicação do seu jornal em Julho de 1838.

BOLETINS OFICIOSOS

No ano em que surgiu o *Macaísta Imparcial,* 1836, o Govêrno português, pela pasta de Marinha e Ultramar, decretava que nas províncias ultramarinas (Decreto de 7 de Dezembro dêsse ano, art. 13) se imprimisse um *Boletim,* que teria como redactor o secretário do Govêrno.

Coube também à Índia a prioridade do cumprimento da determinação oficiosa. Em 7 de Dezembro de 1837 iniciou-se a publicação do *Boletim do Govêrno do Estado da Índia,* redigido pelo secretário do Govêrno, ao tempo, António Mariano de Azevedo, coadjuvado pelo cónego Caetano Peres e Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda. Primeiro semanal, depois bi-semanal, assim se publicou até 1869, passando depois a denominar-se, simplesmente, *Boletim Oficial.* Editou-se três vezes por semana até Maio de 1882 e, diàriamente, (com excepção dos dias feriados e santificados), até 30 de Novembro de 1887.

Só depois da Índia foram editadas noutras colónias publicações oficiosas semelhantes. Primeiro em Macau, em 1838 (1); depois em Cabo Verde, 1842; em Angola, 1845; em Moçambique, 1854; em S. Tomé e Príncipe, 1857; e na Guiné, em 1880 (2).

Os boletins dos governos das províncias ultramarinas compreendiam uma parte oficial e outra noticiosa, onde eram insertos documentos históricos, estatísticos, crónicas noticiosas, avisos oficiais e particulares, anúncios e comunicados dos residentes, prestando por isso estimável serviço ao público que, em muitas emergências, outra publi-

---

(1) O *Boletim do Govêrno de Macau* iniciou a sua publicação em 5 de Setembro de 1838, sendo impresso na Tipografia Macaense, de S. Wells Wilhans, destinando-se «ao aparetimento das ordens, peças oficiais e tudo o mais que fôsse de interêsse público, bem como dos documentos mais importantes existentes nos respectivos arquivos». («O Jornalismo em Macau», Gabriel Fernandes, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* 1888-89).

(2) O *Boletim de Macau* abrangia também Timor, pois êste território constituíu, como é conhecido, um «distrito autónomo», sob a influência do Govêrno de Macau, até à implantação do regime republicano em Portugal e criação do Ministério das Colónias. Teve vários títulos: *Boletim do Govêrno da Província de Macau, Timor e Solor, Boletim do Govêrno de Macau e Timor,* etc.

cação não tinha além dessa. Como anotámos, o Boletim da Índia chegou a publicar-se, durante um período, diàriamente, o que nesse tempo se poderia considerar um *record,* sabido que em Lisboa a *Gazeta,* só depois de 158 anos de publicação, passou a ser diária (a partir de 1 de Julho de 1809).

ANGOLA

Julgamos que o primeiro jornal que se publicou em África foi o *Aurora,* em Luanda, em 1855, *A civilização da África Portuguesa* serviu de título a outro jornal angolano que se editou, com a rubrica de «político, industrial e noticioso», pelo ano de 1866.

Estimaríamos poder fazer-lhes mais desenvolvidas alusões, mas dêstes periódicos não existem exemplares, pelo menos, ao fácil alcance em rápido bosquejo. Fizeram o «seu tempo», satisfizeram os ímpetos literários e políticos dos seus editores e redactores, quási todos em efémera publicidade. Vestígios deixados são apenas da sua passageira existência, numa época em que não era obrigatória a remessa de exemplares aos arquivos e bibliotecas, anulando por êsse facto qualquer pesquisa.

Um dos jornais de mais prolongada edição foi em Angola *O Mercantil,* que teve início em 1869. Num dos exemplares (dos poucos que recolheu e arquivou a Biblioteca Nacional de Lisboa), datado de 1887, averigua-se que era propriedade de José Pinto da Silva Rocha e que alcançara o 18.º ano da publicação.

Outros periódicos se lhe seguiram com denominações sugestivas: *O Cruzeiro do Sul* e o *Meteoro,* em 1873; *A União Áfrico-Portuguesa,* em 1882 e o *Farol do Povo,* em 1883.

Todos estes jornais foram editados em Luanda, mas Mossâmedes, como burgo de colonização europeia, teve o seu primeiro jornal, ao que averiguámos, em 1882, intitulado *Jornal de Mossâmedes.*

MOÇAMBIQUE

A Imprensa de Moçambique surgiu depois da de Angola. O seu jornal mais antigo deve ter sido o *Progresso,* editado na cidade de Moçambique, em 1868, ao tempo capital da colónia.

Em 1872 iniciou a sua publicação, também na mesma cidade, o *África Oriental* e, um ano depois, o *Jornal de Moçambique,* que se publicou durante alguns anos. Dêste periódico, gràficamente manufacturado na Imprensa Nacional e sujeito às contingências do expediente, limitadíssimo, da tipografia governamental, que de certo modo influíu na regularidade da sua edição, colhemos um período dum artigo em que se trata o problema de solução ainda hoje difícil — a regularidade de comunicações marítimas entre Moçambique e a Mãe-Pátria. Escreveu-se, a êste tempo, e vão decorridos 67 anos:

«*O Govêrno da Metropole vai dar uma phase inteiramente nova ao nosso Commercio. A carreira que elle vai estabelecer com os vapores da companhia «British India» produzirá uma transformação completa na vida economica da Provincia. Aquella companhia colonial, que tem uma esquadra de 50 vapores, mandando-os aqui, pôr-nos-ha em comunicação com os principais portos de todo o Oceano Indico, do Mar Arabico, do Golpho Persico e dar-nos-ha da Metropole noticias e transporte de mercadorias, todos os meses, regularmente, podendo nós enviar, em troca, os nossos productos com a mesma regularidade*».

Quelimane foi lugar de algumas edições jornalísticas de antanho. Citaremos *O Africano,* editado em 1877, propriedade de João António Correia Pereira; o *Quelimanense* em 1882, propriedade de Mariano Henriques Nazaré; *O Vigilante,* em 1883; o *Clamor Africano,* em 1886 — que se publicou, pelo menos, até 1894. Em 1894 e 95 publicou-se também o *Eco da Zambézia,* que indicava ser composto e impresso pelo seu proprietário major José Peixoto do Amaral.

Só em Dezembro de 1888 saíu em Lourenço Marques (1) a primeira gazeta local, denominada *Distrito de Lourenço Marques,* de publicação semanal, tendo como directores e redactores: António José de Araújo, Joaquim José Lapa, Artur António Mateus Serrano, Jacinto Honório José de Moura, João Armando José Longle e Damas-

(1) Elevada à categoria de cidade por Decreto de 10 de Novembro de 1887.

ceno Isaac da Costa. Suspendeu a publicação com o n.º 55, de 28 de Dezembro de 1889.

Em 1890 foi editado *A Situação,* propriedade da Emprêsa Tipográfica Portuguesa de Lourenço Marques, dirigido por Artur António Mateus Serrano, que fôra redactor do *Distrito de Lourenço Marques.*

Sob a direcção de Pedro Chichorro, publicou-se em 1892 um semanário intitulado *Comércio de Lourenço Marques,* propriedade da firma Baptista de Carvalho & Irmão. Publicou-se até Dezembro de 1893.

Sucedeu-lhe outro semanário, com a denominação de *O Futuro de Lourenço Marques* editado pela firma Leão Cohen & Companhia, sendo directores e redactores: Eduardo Noronha, Dr. Agnelo Ferreira, Dr. Luiz de Sousa Nápoles e Dr. José Maria Ernesto de Carvalho e Rêgo. O primeiro número saíu em 12 de Julho de 1894 e o último em Maio de 1895, pois êste jornal foi suprimido por uma portaria do Comissário Régio António Enes.

Não permite o espaço disponível desenvolver mais longa história acêrca do jornalismo colonial. Estas notas ora publicadas servirão de fundamento a estudo mais completo, a outro fim destinado. Temos, pois, de passar ao apontamento referente às outras colónias portuguesas.

CABO VERDE

Cabo Verde verificou o aparecimento do seu primeiro jornal na cidade da Praia (onde presentemente nenhum periódico, além do *Boletim* governamental, se publica), em 1877. Intitulava-se *Independente* e tinha como redactor F. Pinto Coelho.

No seu primeiro editorial revelava doutrina liberal, como se infere do seguinte período:

«...*Luctando, acalenta-nos a grandeza e a santidade dos augustos principios de egualdade, da liberdade e da fraternidade; e qualquer que seja o martyrio que a calumnia nos reserve, a magestade e pureza das nossas ideias hão de perpetuar-se com a Justiça da nossa causa, com a*

sublimidade d'esta, que será penhor segurissimo ás garantias e previlegios que n'esta lucta comquistaremos para a futura redempção do Povo».

Mais tarde, em 1879, publicou-se na mesma cidade o *Correio de Cabo Verde,* e, em 1880, um jornal comercial, industrial e noticioso, com o título *Imprensa.* Outros se seguiram, como se verificou por quási tôdas as colónias.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Em S. Tomé e Príncipe foi por 1870 que surgiu o *Equador,* com rubrica de «jornal literário, agrícola e científico», admissível como sendo o primeiro periódico duma terra onde, presentemente, também nenhum jornal de iniciativa particular se publica.

GUINÉ

Teve também a Guiné, presentemente sem qualquer jornal, o seu primeiro periódico em 1883 com o título de *Fraternidade.*

TIMOR

De Timor não temos rumor nem vestígio de ter-se publicado qualquer jornal. A única edição gráfica que ali se mantém é o *Boletim Oficial* do Govêrno, manufacturado na Imprensa Nacional, depois da emancipação da colónia da governação de Macau.

Durante algumas décadas se sucederam as edições, no Oriente e na África, de muitas gazetas noticiosas, políticas e literárias em língua portuguesa, por vezes também editados nos territórios limítrofes das colónias portuguesas ([1]). Assim chegamos à segunda etapa da Imprensa colonial portuguesa.

([1]) Em Bombaim publicou-se, em 1831, o *Mensageiro Bombaysense,* e, em 1835, o *Investigador Português,* que supomos terem sido os mais antigos

PRIMEIROS DIÁRIOS COM OFICINAS GRÁFICAS PRIVATIVAS

Quando se verificou em Portugal a proclamação da República, já no Ultramar alguns jornais, ao tempo publicados, mantinham doutrinas nìtidamente republicanas.

O advento do novo regime teve particular influência na difusão da Imprensa. A criação do Ministério das Colónias, um maior interêsse pelos territórios ultramarinos, a intensificação da sua valorização, o desenvolvimento da colonização, contribuíram bastante para uma renovação de processos e melhoria do ambiente social.

Tudo isto tornou possível maiores cometimentos. No despontar do século XX surgiu na Índia o primeiro jornal diário, editado por iniciativa particular: *O Heraldo,* que publicou o seu primeiro número em 22 de Janeiro de 1900.

Há quarenta anos uma edição diária, em meios de restrita expansão e acolhimento, representava quási uma temeridade. Talvez por ser a Índia o território nacional ultramarino onde certa camada de habitantes foi sempre mais culta, ou ainda pelo conhecido capricho e «chauvinismo» dos nossos compatriotas indianos, a iniciativa vingou e tem-se mantido até à actualidade. Messias Gomes foi o director do primeiro diário português de além-mar, coadjuvado por alguns europeus e indianos, que se associaram à iniciativa. Podemos citar, entre êsses, o médico Dr. António Maria da Cunha que, após oito anos, editava na mesma cidade de Goa, onde se publicava *O Heraldo,* outro diário com título semelhante: *Heraldo.* Dêste novo jornal foi por muito tempo redactor principal o general médico Dr. Costa Álvares, que pode considerar-se um propulsor da Imprensa indiana.

Qualquer dos dois diários indianos se publicam ainda, embora o mais antigo registe algumas fases de interrupção.

---

jornais editados no nosso idioma no território inglês, precursores de muitas outras edições jornalísticas que, até à nossa época, ali têm sido produzidas.

Também na China e no Japão, nomeadamente em Hong-Kong, têm sido editadas publicações em português. Citaremos, entre outras, a edição, em 1846, de *A Voz do Macaista,* semanário político editado por Manuel Maria Dias Pegado.

Outros diários foram editados no território português da Índia, porém já desaparecidos: *A Era Nova,* o *Diário de Goa,* o *Eco da Índia, O Comércio,* etc.

Na Índia publicam-se presentemente vários jornais bi-semanários, semanários e quinzenários, em Goa, Margão, Salcete, etc. Mencionaremos, pela sua antigüidade, *A Índia Portuguesa,* fundada em 1861, e que sob a direcção de Pio Costa e José Erasmo Carvalho, se publica duas vezes por semana em Margão.

EVOLUÇÃO E PROGRESSO DO JORNALISMO EM ÁFRICA

Foi em Angola — depois da Índia — que se publicou o primeiro diário em língua portuguesa.

Após o advento da República começou a publicar-se em Luanda um semanário, que teve acentuada influência na evolução jornalística da colónia: o *Independente,* fundado pelo advogado Dr. Simões Raposo, e que se publicou até 1923, já sob a direcção e propriedade do signatário dêste artigo, seu redactor desde o início. Êste jornal acabou em Angola com o amadorismo jornalístico, constituindo quadro redactorial, remunerando a colaboração e mantendo, com sentido privativo, um redactor correspondente em Lisboa — o Dr. Câmara Reis, que regularmente, por telegramas e crónicas, mantinha os leitores ao facto do que na Metrópole se passava (1).

Também Pereira Batalha, com um semanário de grande formato e ilustrado — *A Província* —, contribuíu bastante para os novos horizontes da Imprensa angolana.

Em 1923, sucedendo-se ao *Independente* e aproveitando a sua organização administrativa, Adolfo Pina fundou em Luanda *A Província de Angola.* Depois de breve publicação, primeiro semanal e

(1) O *Independente* deixou de publicar-se por se ter proïbido aos funcionários públicos serem proprietários, directores e editores de jornais nas colónias onde serviam, sendo portanto abrangido por essa disposição o seu proprietário-director.

depois hebdomadária — a sua edição passou a diária. Exactamente como sucedera na Índia, o emprendimento teve seu cunho arrojado, mas Adolfo Pina, talentoso, empreendedor e dispondo de raras faculdades jornalísticas, conseguiu corporizar a sua tentativa. Deve-se-lhe a fundação do primeiro jornal diário nacional na África Portuguesa.

A emprêsa dêste jornal (que tem 18 anos de existência, com moderna apresentação, ilustrado e de copiosa informação telegráfica de assuntos nacionais e estrangeiros), dispõe de excelentes oficinas gráficas que lhe têm permitido editar alguns números especiais de acentuado prestígio, mantendo ainda uma edição dominical, literária e de actualidades, tècnicamente bem orientada pelo actual director de *A Província de Angola,* António Correia de Freitas, presentemente o mais antigo jornalista residente na colónia.

Na mesma cidade de Luanda publica-se mais um diário, vespertino, em continuação doutro que se editou com a denominação de *Última Hora,* da mesma emprêsa — muito oportunista no noticiário, dirigido por Guilherme Ribeiro Pereira e que se intitula *Diário de Luanda.*

O Jornal de Benguela, fundado em 1914 por Manuel de Mesquita, seu proprietário e ainda assistente colaborador, é o mais antigo semanário que em Angola se edita. Na mesma cidade, Gastão Vinagre mantém galhardamente a publicação doutro semanário: *O Intransigente.*

Noutras cidades angolanas são também publicados vários jornais. Citaremos, em primeiro lugar, *O Lobito,* dirigido por Carlos Mimoso Moreira, que sai duas vezes por semana, com copiosa informação regional. Em Nova Lisboa, *A Voz do Planalto* é também um semanário prestante, sob a direcção do Dr. Miguel Nepomuceno, com assistência dum muito antigo profissional da Imprensa angolana, Norberto Gonzaga Martins. Em Sá da Bandeira, Felipe Coelho dirige outro jornal bem redigido — *Notícias da Huíla.* Mossâmedes tem tido também vários jornais, embora de irregular publicação.

Em Luanda publica-se ainda um semanário nacionalista denominado *Comércio,* dirigido por Joaquim Faria; *O Apostolado,* semanário católico que se publica na capital angolana há seis anos, sob a direcção

do padre Reis Lima; e várias revistas de especialidades, técnicas e recreativas, marcando interêsses e predilecções citadinas — que traduzem índice evolutivo sob o aspecto social e cultural. Eis o que se oferece dizer, em síntese, sôbre a actual Imprensa de Angola.

A transferência da capital da colónia de Moçambique, da cidade dêste nome para Lourenço Marques, entre outras manifestações de notável influência, repercutiu-se na expansão jornalística. Aos antigos jornais dependentes dos acidentes industriais das tipografias particulares, surgiram modernos periódicos, com oficinas privativas e moldes actualizados na sua confecção redactorial, utilizando, como os jornais angolanos, o refôrço da colaboração metropolitana para completar o rendimento local.

Na capital se publica, vai para alguns anos, um bem apresentado jornal diário, intitulado *Notícias,* de que é proprietário e director o capitão Manuel Vaz. Iniciado em 1926, pode considerar-se um propulsor do progresso citadino, nas suas campanhas, comentários e serviço prestado à população com o seu noticiário.

O seu director representou a Imprensa Colonial portuguesa no Congresso Internacional da Imprensa que se realizou em Paris, por ocasião da Exposição Colonial de 1930.

Por sua vez, o *Lourenço Marques Guardian* e o *Beira News,* ambos de publicação tri-semanal e bi-lingues, com secções em português e em inglês, o primeiro editado há cêrca de 37 anos na capital de Moçambique e o segundo na cidade da Beira (1), preenchem um lugar dignificante na Imprensa regional e dispõem de apreciável expansão, não só no território, como nas colónias circunvizinhas.

Além dêstes três jornais publicam-se, em Lourenço Marques: o *Brado Africano,* detentor de tradições indígenas, fundado em 24 de Dezembro de 1918, pelo africano João Albasini, já falecido; *União,*

---

(1) O primeiro jornal publicado na cidade da Beira foi o *Comércio da Beira,* cujo primeiro número saíu em 1892.

da U. N.; *Moçambique,* órgão da Liga de Defesa e Propaganda da Colónia, iniciado em 1931; *Eco dos Sports, Lusitânia, Oriente, Rádio Moçambique,* etc. Deixamos para o fim a alusão merecida à prestigiosa iniciativa que representa a edição oficial dum documentário gráfico, de primorosa apresentação, que se denomina *Moçambique,* do melhor que se edita, em género de revista de propaganda colonial, em língua portuguesa e em território nacional.

Em Cabo Verde, na cidade de Mindelo, publica-se, sob a direcção de Ribeiro de Almeida e Raúl Ribeiro, um jornal denominado *Notícias de Cabo Verde,* órgão regionalista independente de propaganda e informação local.

EXTREMO ORIENTE

Cabe fazer referência ao diário de Macau — *A Voz de Macau.* Fundado em 1931, êste jornal, dirigido pelo capitão Domingos Rosa Duque, é bem um arauto nacionalista no Extremo Oriente (1). Mantém uma desenvolvida informação telegráfica dos acontecimentos nacionais e estrangeiros, registando quotidianamente as ocorrências locais. Edita também um suplemento, especialmente destinado a acontecimentos desportivos.

Na colónia publicam-se ainda algumas revistas; um quinzenário, *Religião e Pátria* e um mensário, *Boletim Eclesiástico.*

*
* *

Admitimos que, para alguns leitores, esta resenha contenha novidades. Não há muitas semanas, personalidade de acentuada posição

---

(1) Devemos a êste nosso prezadíssimo confrade alguns preciosos subsídios para êste artigo e outro trabalho de maior fôlego, que nos apraz nesta oportunidade agradecer.

Anteriormente ao diário *A Voz de Macau* tinham sido publicados na cidade dois jornais semelhantes: *O Diário de Macau,* em 1925; *A Pátria,* em 1928.

social nos confessou a sua surprêsa por lhe dizermos que, presentemente, se publicam seis diários no Ultramar e algumas dezenas de jornais com publicação semanal, bi-semanal e trimensal.

Cidades coloniais de população inferior, em número, a outras da Metrópole, possuem boas gazetas, de apreciável valor informativo e até certo ponto publicitário. A actual anormalidade de transmissão postal entre a Metrópole e os territórios do Império Colonial Português, afectando a regular recepção dos jornais europeus, tem influído bastante para os residentes em África e no Oriente se interessarem pelos periódicos locais, que lhes fornecem noticiário muito mais actualizado, proporcionando o desenvolvimento dêstes.

Não pode deixar de reconhecer-se, portanto, a influência que esta Imprensa tem nos meios que serve e vem a-propósito fazer justiça à sua característica patriótica, numa zelosa defesa dos interêsses nacionais e acentuada preocupação pela valorização dos territórios ultramarinos.

MIMOSO MOREIRA

PROFISSIONAIS DO JORNALISMO

ALEXANDRE HERCULANO escreveu, certo dia, no *Panorama,* o elogio das *Gazetas* antigas que tinham por objecto principal dar notícias da guerra com Castela e continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis e variedades curiosas.

Em comentário acrescentou:

«*Tudo nelas era narrado com tal concisão e simplicidade que seria de imitar pelos periodistas modernos*».

Eis um ponto de vista impossível de aceitar nos nossos dias.

Em 1755, no trágico dia um do mês de Novembro, a um sábado, produziu-se em Lisboa um dos mais espantosos acontecimentos de todos os tempos — o terramoto. Em tôda a Europa se publicaram «fôlhas volantes» com o registo apressado do sucedido. Voltaire, Zimmermann, e muitos outros escreveram poemas, ensaios e tragédias sôbre o sismo.

Apareceram medalhas alusivas, surgiram romances por tôda a parte e em Portugal também foi notável, pelos anos fora, o número de publicações de vário género inspiradas no horrível pesadêlo.

Caso vasto e apaixonante para o repórter — ¿como se ocupou dêle a Imprensa da época?

A *Gazeta* do dia 6, publicada a menos de uma semana da catástrofe, limitou-se a esta nota de impressões:

«*O dia primeiro do corrente ficará memorável a todos os séculos, pelos terramotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem nas ruínas os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares*».

E pronto...

Não se suponha, no entanto, que a insuficiência impressionante de informação era característica exclusiva da Imprensa portuguesa.

Sessenta anos depois, em França, sucedia coisa semelhante.

Napoleão fugira da Ilha de Elba e a 20 de Março, naquele ano de 1815, entrava em Paris, entre as aclamações delirantes da multidão.

Há um arrepio no congresso de Viena, onde ainda se não calcula a queda da águia, cem dias depois, em Waterloo. O acontecimento apaixona o mundo perturbado de incertezas e de intranqüilidade. No entanto, em Paris, o *Moniteur*, recorda Bainville, limita a sua notícia a estas duas linhas pobres e medíocres de esclarecimento e de objectividade: «*O Rei e os Principes partiram esta noite. S. M. o Imperador chegou esta tarde*».

E nada mais...

A Imprensa esperou ainda muitos anos que Stanley descrevêsse no *New-York Herald* as suas palpitantes e aventurosas peripécias de «enviado especial».

A *reportagem*, fulgor e definição do jornalismo moderno, jornalismo destinado a um mundo que adquiriu com o choque das idéias e a explosão brusca dos acontecimentos uma sensibilidade mais ansiosa, só apareceu, efectivamente, mais tarde.

À «concisão e à simplicidade» antigas e aconselhadas por Herculano, juntou-se o «gôsto do sensacional», tendência que é, no dizer dum observador germânico, «o romantismo dos homens de acção».

*

* *

Surgiram então os trabalhadores profissionais do noticiário, da pequena e da grande reportagem, caçadores de sensações e perseguidores da vida nos seus mistérios, nas suas encruzilhadas, no torve-

linho dos seus despistes, na vibração dos seus entusiasmos, no murmúrio dos seus monólogos íntimos.

Quantas vezes, ainda hoje, êles exercem as suas funções entre as suspeitas e a incompreensão de muita gente!...

Olham-se êsses homens de gola levantada que saiem quási ao amanhecer dumas casas onde se ouve, constantemente, o retinir de muitas campainhas eléctricas, o martelar de máquinas de escrever, coisas que rangem e fazem tremer as paredes, no dizer de Erick Kastner, como se êles fôssem elementos duma reünião de conjurados, morcegos de associações secretas, fantasmas que passassem a noite no capricho de organizar visões de pesadêlo. Êles cruzam nas ruas escuras, ao alvorecer, com os últimos pares de foliões emborrachados que regressam duma noite de bebidas e intimidades num *dancing* de tangos tristes.

Procuram na modéstia dum quarto andar sem aquecimento, no alto duma escada sem luz, algumas horas de repouso merecido. Dentro de minutos, entre o prato das torradas e a chávena do café com leite, o leitor encontra, no bocejar do seu estremunhamento, fiel, infalível, seguro — o jornal.

Para isso um grupo de homens trabalhou dia e noite, correndo ansiosamente, primeiro, queimando arrastadamente, depois, em longas horas de cabeça curvada sôbre fôlhas de papel, energias intelectuais, nervos — saúde.

São êsses homens — os jornalistas — os verdadeiros procuradores da multidão. Pelo seu punho ela escreve nas páginas dos diários o registo das suas memórias e das suas ansiedades, dos seus arrebatamentos e das reacções dos seus casos. Ela tudo entrega ao jornalista: — a confidência dos seus pecados e a confissão dos seus delitos; a narrativa das suas ambições e o capricho da sua inconstância, os seus males, os seus infortúnios, as suas queixas e os seus aplausos.

Todos aqueles homens que envelhecem cedo, moídos pela febre duma vida intensa e esgotante no labor das redacções, esvaziam sempre a taça do seu destino — brindando pela multidão. Isto lhes dá vaga consciência de servidores dum saboroso ideal que os distingue como uma casta à qual cabem prazer e sacrifício que a mais ninguém

compete e ninguém mais exerce com o espírito meio boémio, meio romântico de quem vive a vida em suave intenção de enternecimento amoroso.

Ribeiro Couto acentuou no seu belo depoïmento: «*Por todos os bairros da cidade os mercieiros prosperam enquanto os «rapazes dos jornais» envelhecem no artigo, na reportagem, na notícia — pobres*». É que presos do seu ideal, entregues totalmente a esta profissão ingrata, árdua, extenuante mas atraente e tentadora, os homens da reportagem deixam-se queimar, gastar, vivendo só para os seus sonhos pequenos, para as suas ilusões, para as suas lutas íntimas, conduzidos sempre pela doce harmonia duma «música interior» que só êles escutam e só êles gozam.

Construtores de reputações e produtores de popularidade e de prestígio; cumprindo, ao mesmo tempo, na sua alta missão nacional, o serviço das causas mais nobres e das iniciativas mais úteis; sacrificados a todos os estranhos condicionalismos de oportunidade e de circunstância, os trabalhadores do jornalismo, empolgados pela vertigem dos factos que registam e comentam, esquecem-se freqüentemente, de si próprios.

Uma vez por outra caiem até na situação assinalada pelo escritor brasileiro: — «*O pior é que os «rapazes de jornal», de vez em quando, também se devoram entre si... Quem se diverte muito com isso é o bom comerciante ali da esquina*»...

Seria óptimo que êles se lembrassem com justo orgulho, neste momento, que o seu bloco — uma fôrça ao serviço dedicado da Nação — por não ter exclusivas preocupações de sentido económico ou industrial e por se situar antes, expressivamente, no plano superior da missão ideal da Imprensa, constitue a mais representativa, directa e pura definição do jornalismo português.

LUIZ TEIXEIRA

ANTIQUALHAS E CURIOSIDADES

AS PRIMEIRAS DETERMINAÇÕES OFICIAIS CONTRA OS «ABUSOS DA IMPRENSA» (1)

COMBINAM todos os autores de história literária que os *papéis volantes, relações* e *notícias avulsas* foram *les origines du journal.* Ora entre nós houve dêstes impressos muito antes da *Gazeta* de 1641.

Borges Carneiro, no seu *Resumo Cronológico das Leis,* tômo II, pág. 72, aponta uma carta régia com a seguinte inscrição: *C. R. para a censura das Gazetas.* Por nos parecer que êste documento vinha por extracto incompleto, recorremos à Tôrre do Tombo, e aí no livro da *Correspondência do Desembargo do Paço,* de 1627-1628, fl. 19, se acha lançado o seguinte: «Por carta de Sua Magestade de 26 de Janeiro de 627. — De alguns annos a esta parte se tem introduzido n'essa cidade escrever e imprimir relações de novas geraes; e porque em algumas se falla com pouca certeza e menos consideração, do que resultam graves inconvenientes: ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias, e que antes de as dar se revejam e examinem com particular cuidado. — *Christovam Soares*».

Está conforme com o traslado que Borges Carneiro deu no citado *Resumo,* com a diferença que não lhe pôs a assinatura de *Christovam Soares.*

A «relação de novas geraes» que daquele tempo se conhece, é a do nosso

---

(1) Silva Túlio — Introdução ao 1.º vol. do *Brinde aos senhores assinantes do* Diário de Notícias — 1866.

clássico Manuel Severim de Faria, publicada em 1626, com o título de *Relação universal do que succedeu em Portugal e mais provincias do occidente e oriente, de março de 625 até todo o setembro de 626.* Publicada em Lisboa, e outra até Agôsto de 1827, impressa em Braga.

Dizendo, porém, a citada carta régia, que o uso de escrever e imprimir tais *relações,* se havia introduzido *de alguns annos a esta parte,* referindo-se ao ano de 1627 em que foi datada, é claro que não aludia só à de Severim de Faria, publicada em Lisboa no ano antecedente, porém a outras *alguns annos* mais antigas.

E note-se que êste documento não se pode pôr em dúvida como os decretos de 19 de Agôsto de 1642 e 2 de Novembro de 1643, citados por João Pedro Ribeiro no seu *Indice Chron.,* tômo VI, págs. 7 e 10, pelos quais El-Rei D. João IV — «proïbe imprimirem-se *gazetas* gerais, com notícias do reino ou de fora dêle, em razão da pouca verdade de muitas e do estilo de tôdas» — porque estes não aparecem em nenhum registo e daquele outro temos o original na Tôrre do Tombo.

Além disso, havendo já o alvará de 4 de Dezembro de 1576, para que se não imprimissem livros sem licença de El-Rei, e sem primeiro serem vistos e aprovados na mesa do Desembargo do Paço, disposição que passara para o liv. 5, tit. 102 das Ordenações do Reino promulgadas em 1603, infere-se que, não estando as *relaçes* ou *notícias avulso* compreendidas na letra da Ordenação, porque não eram *livros,* como hoje o não são os *jornais,* que têm legislação especial, foi necessário decretar que tais *relações* ficavam também sujeitas à censura, podendo-se esta considerar como a primeira lei que houve em Portugal contra os abusos da Imprensa, que então começava a engatinhar e a balbuciar, e que mais cedo andaria pelo seu pé, se a carta régia felipina não viesse enguicá-la, retendo-a nas encolhas da censura do Desembargo do Paço, por mais de 12 anos, até se emancipar com a independência do reino em 1640. Daqui por diante, além da *Gazeta* mensal, a Imprensa foi um dos mais poderosos auxiliares da gloriosa campanha da Restauração, em que Portugal, por sucessivas e assinaladas vitórias obrigou a Espanha, por um tratado de paz, depois de vinte e oito anos de guerra, a desistir das vãs pretensões à coroa conquistada por Afonso Henriques. .

Como a Imprensa costuma ser a trombeta que derruba as Jericós do despotismo, é provável que os *papéis volantes* que Felipe IV mandava passar pelas fôrças caudinas do Desembargo do Paço, fôssem os excitadores dos tumultos de 1623 em Lisboa, e de 1637 em Évora, contra o domínio castelhano, prenúncios temerosos da revolução de 1640.

Como quere que seja, essas *relações* foram os avoengos da *Gazeta,* cujo primeiro número data de Novembro de 1641, com seis páginas de quarto, e continuou até 1647, com maior ou menor número de páginas, segundo a afluência de notícias, e vendendo-se regularmente por 10 réis.

OS PRIMEIROS VENDEDORES DE JORNAIS (1)

Havia na antiqüíssima paroquial de S. Jorge uma irmandade de cegos, em que apenas eram admitidos doze irmãos com vista, para os guiarem e para os mesteres da confraria que os pobres cegos não podiam exercer. Eram estes os que com o seu moço ou o seu cão, apregoavam os *papéis noticiosos* pelas ruas e tinham armários ou tendas de livros usados, com os folhetos novos a *cavalo em barbantes*. Assim se isentavam estes infelizes da mendicidade a que a cegueira os condenava. E parece que esta indústria era bem rendosa, porque teve muitos *atravessadores* com vista; e tantos que faziam sombra aos cegos... porque estes se queixaram ao Marquês de Pombal, alegando que vivendo na miséria por serem pobres, além da sua cegueira, impeditiva de poderem em outro exercício, que não fôsse a venda dos papéis, adquirir o sustento quotidiano, o corregedor do cível da cidade, que era o conservador da sua irmandade, não mandava prender os transgressores do privilégio que a irmandade obtivera da real protecção; pois andavam muitas pessoas com vista, e alguns cegos sem serem irmãos, vendendo impressos pelas ruas, e outros tinham posto tendas de livros e papéis, privando a irmandade dos lucros que lhe pertenciam por provisão régia.

Que nas demandas que se viam obrigados a intentar contra os transgressores padeciam muitas delongas, o que procedia de serem cegos e miseráveis, e por isso menos atendidos que os transgressores, alguns dos quais *eram poderosos*. Que faziam no seguimento das causas despesas a que a sua pobreza não podia suprir. E por estas razões pediam a Sua Majestade que o dito corregedor, sem ordem nem figura de juízo contencioso, fizesse executar o privilégio da irmandade do Menino Jesus. Era êste o patrono que os cegos haviam elegido, e não a sua Santa Luzia, lembrados, talvez, do nosso ditado: «Quando Deus não quere santos não rogam». Em vista da alegação que fica extractada se passou uma provisão régia datada de 4 de Março de 1571, pela qual foi confirmado o privilégio que tinha a irmandade dos cegos de só êles poderem apregoar e vender pelas ruas livrinhos, folhinhas, *gazetas, relações, suplementos* e outros *papéis avulsos impressos,* e que o corregedor passasse mandado geral para que se fizesse tomadia em todos os livros e papéis que fôssem vendidos por quem não pertencesse à irmandade dos cegos.

Ora esta irmandade dos cegos *papelistas* (assim os chamavam), data de 1604. Portanto o uso de se imprimirem e venderem notícias pelas ruas, é antiqüíssimo entre nós. O último cego *papelista* da irmandade, Manuel

---

(1) Silva Túlio — Introdução ao 1.º vol. do *Brinde aos senhores assinantes do* Diário de Notícias — 1866.

Marques da Silva, faleceu em 1863. O célebre livreiro João Henriques, da Rua Augusta, também já defunto, foi moço de cego. Estas antiqualhas são importantes para a história da Imprensa em Portugal, e para que se saiba que nossos avós eram tão amigos de notícias como nós outros, e que se lhas sonegavam por falta de liberdade de imprensa, iam para o Alto de Santa Catarina, Sequeiro das Chagas, Cotovia, Vale Verde, arcos do Rossio e adro de S. Domingos (passeios favoritos do nosso Camões), caracol do Carmo, Jôgo da Pela, campo de Santo Bárbara, Largo da Graça, Penha de França, taboleiro da Sé, arco das Pazes, Terreiro do Paço, Côrte Real, Remolares, e outros tais paradeiros, onde se abria praça de novidades para os licitantes que a horas certas ali concorriam (as tardes então davam para tudo), permutando as notícias do reino e as estrangeiras pelas gazetas que muitos levavam na algibeira. Raros eram os cafés, então, e nesses não entrava gente de gravata lavada.

A PRIMEIRA SECÇÃO ESPECIAL E EXCLUSIVA PARA O NOTICIÁRIO (1)

Foi a *Revista Universal Lisbonense,* redigida pelo sr. A. F. de Castilho desde 1841 até 1845, a que entre nós criou o verdadeiro, o genuíno, o proveitoso *noticiário.* Foi o primeiro jornal que abriu uma secção especial e exclusiva para as notícias. Se nunca se haviam coligido com tanta abundância também jàmais houvera quem as redigisse com tão enfeitiçado e maravilhoso artifício! O eminente poeta e prosador punha ali todos os encantos do seu estilo, tôdas as agudezas do seu espírito, as graças ora amenas, ora picantes do seu talento ático, do seu génio festivo e amorável.

.....

Com o exemplo da *Revista* foram os jornais alargando o campo das notícias, até que se tornou o pratinho obrigado para os leitores. E tanto que em 1851 tivemos de inventar a palavra *noticiário* para título de uma das secções da *Semana,* porque o de *notícias diversas, crónica, locais,* e outros que se usavam, não eram bem expressivos. O têrmo vingou porque foi geralmente adoptado pelos jornais e já passou para o dicionário da língua. O noticiário é hoje o melhor visco para engaiolar assinantes. E por isso os jornais

---

(1) Silva Túlio — Introdução ao 1.º vol. do *Brinde aos senhores assinantes do* Diário de Notícias — 1866.

são obrigados a ter passarinheiros de notícias, que andem à caça das mais recônditas e que venham ainda quentes, porque esta volataria não é como a perdiz que se pode levar à bôca com a mão no nariz.

MATERIAL TIPOGRÁFICO EMPREGADO NA «GAZETA»

Do livro *Lourenço de Anvers, primeiro impressor da* Gazeta *cognominada da* Restauração, do sr. Casimiro Augusto de Morais, transcrevemos os seguintes períodos sôbre as características do material tipográfico empregado no primeiro periódico português:

«Os caracteres tipográficos empregados na *Gazeta* e analisados minuciosamente por minhas próprias mãos foram os *elzevires,* nome duma ilustre família de impressores e livreiros holandeses, da qual foi cabeça Luiz Elzevir ou Elzevier, fundador duma tipografia em Leyde, por volta de 1580. O tipo *elzeviriano* foi desenhado pelo famoso pintor e gravador a água-forte, discípulo de Rubens, António Van Dick, que floresceu nos tempos áureos dos célebres livreiros, tendo nascido em Anvers (Antuérpia) em 1599 e falecido em 1641, muito novo, apenas com 42 anos de idade! O fundidor que produziu os *tipos* para os celebrados livreiros foi Sanlecque que, por tal motivo, ganhou grande nomeada, tendo as suas edições marcado pela elgância e perfeição. Mais tarde, tendo-se obliterado um pouco êste *tipo* de letra, Th. Beaudoir, fundidor tipográfico também, ressuscitou, em 1860, o mesmo desenho antigo, tornando-o mais característico, denominando-o *elzevir,* em homenagem àquele impressor. E como o *ponto tipográfico* foi criado por Fournier, o Novo, só em 1737, e modificado, mais tarde, em 1755, assim se explica a irregularidade de fundição dos *tipos* anteriores a essa data.

Dão-nos prova dessa irregularidade a espessura e altura das letras empregadas no frontispício e texto da *Gazeta,* quer na sua caixa alta, quer na baixa, como nos itálicos e cercadura ali empregados por Lourenço de Anvers. O interior ressente-se da mesma imperfeição e irregularidade, o que pode ser confrontado pelo exame cuidadoso das publicações nossas conhecidas *Gazeta Literária* de 1761 e 1762 e do *Jornal Enciclopédico* de 1779, ao tempo já subordinadas ao *ponto tipográfico.* A sua composição, obedecendo a uma certa medida em cíceros, contém abreviaturas nos finais de linha para evitar as divisões (-), e as deficiências da sua impressão são desculpáveis, visto ter sido feita a simples prelo manual! Já naquele tempo se usavam, no início do texto, as letras capitulares»!

A companhia do papel do prado

fundada em 1889

acompanhou desde o início da sua laboração o desenvolvimento da Imprensa portuguesa. Durante mais de trinta anos forneceu aos nossos grandes diários o papel que êles necessitavam para a sua impressão.

Em 1898 instalou na sua fábrica do Prado uma máquina destinada exclusivamente à produção de papel de jornal, em bobinas, atendendo assim às necessidades da grande Imprensa, como fornecedora do «Diário de Notícias», «O Século», «O Primeiro de Janeiro» e o «Jornal de Notícias».

O Sindicato Nacional dos Jornalistas, ao registar as tradições da Companhia do Papel do Prado ligadas à Imprensa portuguesa, presta também o seu público testemunho de homenagem àquela Companhia e afirma o seu maior reconhecimento pela dedicada colaboração que dela tem recebido. Sem o seu valioso auxílio não nos seria possível manter a publicação dêste BOLETIM.

REGISTO

IMPRENSA BRASILEIRA

AS nobres tradições do jornalismo brasileiro enraïzam-se nos fundamentos históricos da Imprensa portuguesa. Cabe aos jornalistas dos dois países a alta missão da universalidade do idioma comum que, na expressão exacta de Herbert Moses, «ninguém melhor nem mais constantemente propaga».

O ilustre Presidente da Associação Brasileira de Imprensa ao definir de maneira admirável as relações entre os profissionais dos dois jornalismos de língua portuguesa afirmou-nos: — *Somos irmãos de sangue, de espírito e de sacrifício.*

No momento em que se comemora o Tricentenário da *Gazeta* o Sindicato Nacional dos Jornalistas presta homenagem aos jornalistas do Brasil — *operários da mesma oficina* — arquivando nas páginas do seu *Boletim* as seguintes palavras que o Presidente Getúlio Vargas lhes dirigiu em 12 de Julho de 1934 ao inaugurar a Casa do Jornalista Brasileiro:

> *Nunca será demasiado encarecer a importância do vosso papel no desenvolvimento da cultura popular. Vossa missão, entretanto, é a mais delicada, a mais difícil entre quantas desempenham os homens de pensamento no Estado contemporâneo.*
>
> *Entendida, como deve ser, a profissão do jornalista confina com o exercício de um sacerdócio. A crítica dos actos do*

poder, o exame das leis, a análise dos sucessos da vida quotidiana exigem serenidade de juízo, conhecimento exacto da matéria em julgamento, amor desinteressado da verdade. O jornalismo, nos países como o nosso, onde ainda perdura percentagem dolorosa de analfabetos, não deve converter-se em arma para saciar paixões, mas cumpre que seja sempre uma tribuna de ensinamento equilibrado e seguro.

Grande mestra dos povos modernos, a Imprensa é o manancial em que êles se desalteram, em que vão beber os elementos essenciais ao cultivo da inteligência e do carácter. A palavra do jornal pode ser efémera, pode luzir apenas um minuto e desaparecer na voragem dos dias. Mas permanece indelével o rasto que ela deixa no espírito.

A Imprensa, por bem dos fados, soube sempre cumprir o seu dever nos passos graves da nossa história. Sempre esteve nas cogitações do Govêrno Provisório amparar os jornalistas, dando-lhes garantias que nunca lhes foram dispensadas, melhorando-lhes as condições intelectuais e materiais. Classe desprotegida, relegada e esquecida, era justo que recebesse dos dirigentes da República um prémio ao seu esfôrço, um estímulo que facilitasse o seu labor.

Que essa Casa do Jornalista seja, pois, a primeira realização da grande obra que, futuramente, se completará com uma escola de periodismo aparelhada para instruir os servidores da Imprensa brasileira em todos os segredos do seu mister. Que essa instituïção se transforme num centro de estudo e de cultura, numa oficina de trabalho, em proveito da comunhão nacional.

Do livro *História e evolução da Imprensa Brasileira,* de Licurgo Costa e Barros Vidal, editado pela Comissão organizadora da representação brasileira à exposição dos Centenários de Portugal, transcrevemos também, gostosamente, a seguinte passagem muito elucidativa:

«Dando um balanço rigoroso aos benefícios prestados pelo

Presidente Getúlio Vargas aos jornalistas brasileiros encontramos dados objectivos que documentam de maneira insofismável a sua estima por êles.

Vejamos as medidas mais importantes de S. Ex.ª nesse sentido:

a) — lei da limitação das horas de trabalho (cinco) com gratificação para as horas de actividade fora dêsse horário;
b) — direito dos associados da Associação Brasileira de Imprensa se inscreverem nas Caixas de Aposentadoria:
c) — crédito de seis mil contos para a construção da **Casa do Jornalista;**
d) — criação da Carteira Profissional dos jornalistas;
e) — concessão de créditos pela Caixa Económica para a construção de casas para os jornalistas;

/ CARLOS MALHEIRO DIAS /

EM Outubro de 1899, num panfleto vibrante — «*A Peste* — aspectos morais da epidemia nacional», o ilustre escritor e jornalista Joaquim Leitão defendia com vigor a generalização da crónica e a dignificação literária do folhetim nos jornais portugueses que «por uma economia sórdida ou por uma ignorância revoltante» iam invariàvelmente «pescar no lôdo da literatura estrangeira o recheio dos seus rodapés».

E Joaquim Leitão, exigindo originais de autores portugueses, insistia: — «Querem que lhes aponte romancistas? Dos novos, dou-lhes um que vale por meia dúzia: chama-se Carlos Malheiro Dias. Aí têm as emprêsas ricas um soberbo romancista e o povo um honesto orientador».

Malheiro Dias tinha então 24 anos. Viera de Coimbra com o seu diploma de bacharel em direito e hesitava, na capital, entre as

tentações da vida política, o exercício da advocacia e a paixão dominadora das letras.

Publicára já *Cenários*, *A Mulata* e a peça em 5 actos *Corações de Todos*. Só no ano seguinte apareceriam *O filho das hervas* e *A fábrica*, logo seguidos de *Os Teles de Albergaria* (1901) e de *A paixão de Maria do Céu* (1902).

Tôda a sua vasta e admirável obra de romancista, de cronista, de historiador, de mestre de nacionalismo, de polemista se desenvolveu a seguir até à actualidade numa revelação surpreendente e triunfal.

Grande senhor da literatura portuguesa contemporânea, foi também um dos maiores nomes do jornalismo do seu tempo.

A notabilíssima série de crónicas da sua secção «Cartas de Lisboa» que publicou no *Comércio do Pôrto* de 1904 a 1906 ficou como modêlo na Imprensa diária portuguesa. Sob a sua direcção, a *Ilustração Portuguesa* foi, de 1906 a 1912, justamente considerada na vanguarda de tôdas as publicações do mesmo género na Península.

Exilado voluntàriamente, dirigiu no Brasil, durante largo tempo, a *Revista da Semana*, o *Eu sei tudo* e *O Cruzeiro*, e na sua vasta colaboração por muitos jornais e revistas daquele país ficaram eloqüentemente afirmadas as suas extraordinárias faculdades de jornalista — na serena e elegante exposição do editorial; no brilho e na delicadeza de estilo e de observação da crónica; na agudeza da crítica; no vigor e na elevação do comentário e da polémica.

O seu último contacto com o público português foi o jornal. Carlos Malheiro Dias foi a enterrar quando os leitores do *Diário de Notícias* acabavam de reler nas colunas daquele diário a sua *Paixão de Maria do Céu*, verdadeira obra prima do romance português do nosso tempo, que resgatou a Imprensa diária de dezenas de anos de folhetins mediocres e absurdos.

Carlos Malheiro Dias nasceu no Pôrto em 1875 e faleceu em Lisboa no dia 19 de Outubro do corrente ano.

/ MANUEL TEIXEIRA GOMES /

COMO a maioria dos grandes escritores portugueses, também Manuel Teixeira Gomes começou a sua vida literária pelo jornalismo.

Companheiro de João de Deus, de Fialho, em Lisboa, de Sampaio Bruno e de Basílio Teles, no Pôrto, fundou aqui, com Queiroz Velozo e Joaquim Coimbra, um jornal de teatros intitulado *Gil Vicente*.

Ao mesmo tempo colaborou assiduamente na *Fôlha Nova*, na *Fôlha de Hoje*, no *Primeiro de Janeiro* e em várias revistas literárias,

Não sabemos até que ponto a breve experiência do jornalismo influíu na limpidez e claridade da sua primorosa expressão literária, na tendência natural do seu impressionismo de escritor do descritivo elegante de viagens de arte pelos itinerários sedutores da Europa, na transparência encantadora do seu estilo, na subtileza da sua personalidade de criador de beleza.

Prestando homenagem à memória do escritor, arquivamos nestas páginas alguns dos seus conceitos sôbre o jornalismo, publicados em 1939 no *Carnaval Literário:*

«*A meu ver, foi o jornalismo, com o seu espírito próprio e a sua difusão, que deu os botes mortais nos desvarios românticos.*

O primacial atributo do jornalismo consiste em apreender, ràpidamente, na sua totalidade, o sentido do assunto, sem perder de vista os seus diversos aspectos e detalhes cativantes. E o que distingue, sobretudo, o bom jornalista é a presteza, a agilidade da argumentação. As melhores razões, arrastadas em longos raciocínios, perdem logo metade da sua fôrça e, por fim, cansam e irritam o leitor. Despachado, pronto e breve. Nada de devaneios ociosos, filhos, muitas vezes, do encanto de se escutar a si mesmo.

.....

¡O talento de ajustar o estilo ao assunto!

No jornalista de fartos recursos é que melhor parece justificar-se a teoria segundo a qual a frase não seria formada de palavras conscien-

temente empregadas, mas à maneira de uma melodia cujas notas o autor não escolhe isoladamente.

Manuel Teixeira Gomes nasceu em 1862, em Vila Nova de Portimão, e faleceu no dia 18 de Outubro passado, em Le Bougie, na África Francesa do Norte.

/ NOBRE MARTINS /

OS jornais do dia 16 de Outubro registaram em sentidas palavras de saüdade o desaparecimento de mais um companheiro de trabalho que não foi dos que menos souberam honrar, numa larga carreira, a nem sempre grata profissão — Nobre Martins.

Nascido em Lisboa em 10 de Dezembro de 1882, vinha de longe a sua estreia jornalística em assuntos de desporto, chegando a fundar com Jorge de Abreu — outro saüdoso e sempre lembrado desaparecido — um jornal da especialidade, mais particularmente consagrado à propaganda do ciclismo.

Depois, entrado noutros campos de maior responsabilidade do jornalismo, revelou-se no *Mundo* um repórter de magníficas qualidades, passando mais tarde para o *Século* como ajudante de Eduardo Fernandes na trabalhosa e então largamente desenvolvida secção da cidade, onde pontificou com a autoridade de um verdadeiro mestre.

Sempre alegre, bem disposto, vencendo com bom humor tôdas as contrariedades da vida, trabalhou até ao derradeiro instante, nos últimos anos consagrado inteiramente ao teatro, como secretário e rèclamista do empresário José Loureiro, e redigindo a secção teatral do *Diário de Lisboa* desde a fundação dêste jornal.

Para o teatro escreveu um acto original — *A Volta,* que serviu no velho Ginásio para a estreia de Alves da Cunha, e traduziu algumas peças representadas com êxito no Nacional.

Com Nobre Martins desapareceu da vida um grande repórter e um excelente camarada. Tanto basta para que saüdosamente o evoquemos com o profundo pezar que o seu inesperado falecimente nos causou.

Os mais antigos diários de Lisboa e Porto actualmente em publicação

1.º ANNO. SEGUNDA FEIRA 17 DE OUTUBRO DE 1853 NUMERO 1.

JORNAL DO COMMERCIO

ASSIGNATURAS

LISBOA — PROVINCIAS

ANNUNCIOS

PROPRIETARIOS, JOSÉ FERREIRA DA SILVA, E MATHEUS PEREIRA DA FONSECA E SILVA.

JORNAL DO COMÉRCIO

Fundado em 17 de Outubro de 1853

NUMERO 1. SEXTA FEIRA 2 DE JUNHO ANNO DE 1854.

O COMMERCIO.

PREÇO DA SIGNATURA:

Publica-se todas as Segundas, Quartas, e Sextas feiras.

PORTO 2 DE JUNHO.

FOLHETIM.

CASA DO BANCO DE ANTUNCHIO.

O COMÉRCIO DO PORTO

Fundado com o título de O COMMERCIO

em 2 de Junho de 1854

CADA NUMERO 10 RÉIS

DIARIO DE NOTICIAS

NOTICIARIO UNIVERSAL

PUBLICADO TODAS AS MANHÃS

N. 4, PROGRAMMA QUINTA FEIRA 29 DE DEZEMBRO 1864

EXPEDIENTE

Ao Publico

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Fundado em 29 de Dezembro de 1864

1.º ANNO LISBOA, TERÇA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1881 NUMERO 1

O SECULO

REDACTOR PRINCIPAL — MAGALHÃES LIMA

DISCURSO DO POVO

FOLHETIM DO SECULO

O SÉCULO

Fundado em 4 de Janeiro de 1881

Reprodução fac-similada, em redução, das primeiras páginas dos primeiros números

JORNAIS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS PORTUGUESAS EXISTENTES EM NOVEMBRO DE 1941

Foi julgado indispensável fazer publicar neste Boletim *e no momento em que se comemora o Tricentenário do primeiro jornal português uma relação dos jornais, revistas e outras publicações periódicas portuguesas actualmente existentes no território continental, ilhas, colónias e países estrangeiros. Procurámos conseguir que ela fôsse o mais completa possível.*

Os elementos que publicamos foram colhidos, especialmente, na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Direcção dos Serviços de Censura.

A

A. C. M. P., fundado em 1936, Redacção: Auto-Club Médico de Portugal, Lisboa; A. C. P., f. 1930, director: Conde de Monte Real, Automóvel Club de Portugal, Lisboa; ACADÉMICO FIGUEIRENSE (O), f. 1933, Direct.: António José Teixeira Pais, Rua Dr. Santos Rocha, 99, Figueira da Foz; ACÇÃO, f. 1941, Direct.: Dr. Manuel Múrias, Rua do Salitre, 155, Lisboa; ACÇÃO CATÓLICA, f. 1915, Direct.: Cónego Dr. Gonçalves Pires, Câmara Eclesiástica, Braga; ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA, f. 1934, Direct.: Dr. Avelino Gonçalves, Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; ACÇÃO FARMACÊUTICA (A), f. 1925, Direct.: Telo da Fonseca, Rua do Paraízo, 214, Pôrto; ACÇÃO FERROVIÁRIA, Direct.: Silvano da Costa, Sindicato Nacional dos Ferroviários do Centro de Portugal, Lisboa; ACÇÃO MISSIONÁRIA, f. 1940, Direct.: Padre Agostinho de Moura, Seminário das Missões do Espírito Santo, Viana do Castelo; ACÇÃO NACIONAL, f. 1934, Direct.: Dr. José Neves, Anadia; ACÇÃO SINDICAL, Direct.: Telmo Mata Felgueiras, Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, Lisboa; AÇOREANO ORIENTAL, f. 184-1835, Direct.: Ferreira de Almeida, Rua do Brum, 3, Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel; ÁFRICA MÉDICA, f. 1934, Direct. António Pacheco, Campo dos Mártires da Pátria, 125, 1.º, Lisboa; ALA, f. 1940, Direct.: Carlos Kruss Abecassis, Juventude Católica, Lisboa; ALA ESQUERDA, f. 1925, Direct.: Cardoso Tavares, Rua dos Prazeres, 7, 1.º, Beja, ALBUM FIGUEIRENSE, Direct.: João de Oliveira Coelho, R. das Lamas, 6, Figueira da Foz; ALÉM, Direct.: Manuel Cavalo, Sociedade Portuguesa de Investigações Psíquicas, Pôrto; ALENTEJO, Direct.: Valeriano José Cavalo, Trav. do Capitão, 7, Évora; ALGARVE (O), f. 1908, Direct.: Ferreira da Silva, Rua do Alportel, 23-27, Faro; ALMA FEMININA, Direct.: Sarah Beirão, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa; ALMA LUSA, f. 1931, Direct.: Américo da Graça Júnior, Rua da Fábrica, 42, Pôrto; ALMA NACIONAL, f. 1940, Direct.: José Luiz dos Santos Romão, Bêco dos Apóstolos, 6, 1.º (à Rua das Flores), Lisboa; ALMA POPULAR, f. 1919, Direct.: Dr. Manuel dos Santos Pato, Oliveira do Bairro, Anadia; ALMONDA (O), f. 1918, Direct.: Dr. Carlos de Azevedo Mendes, Largo do Salvador, 1, Tôrres Novas; ALTITUDES, Direct.: Leopoldo

Faria Gouveia, Rua de Sampaio Bruno, 13, 1.º, Lisboa; ALVAIAZERENSE, Direct.: Dr. António Ribeiro Ferreira, Alvaiazere; ALVORADA MISSIONÁRIA, f. 1934, Direct.: Padre Manuel Couto Martins, Montariol, Braga; ALVORADAS, f. 1933, Direct.: Cónego Manuel Cebolas Folgado, Seminário de Évora, Évora; ALVORECER, Direct.: Cândido Moreira Barbosa, Avenida dos Aliados, 151, 3.º, Pôrto; AMIGO DO POVO (O), f. 1916, Padre António Martins Madeira, Seminário de Coimbra, Coimbra; AMIGOS DA INFÂNCIA, Ed. e Red.: Alfredo da Silva, Rua de S. Lázaro, 157, 4.º, Lisboa; AMIGO DA VERDADE, f. 1930, Direct.: Padre José Andrade, Rua do Convento, Almeida; AMIGO DA VERDADE, f. 1927, Direct.: Padre Domingos João Pires, Rochoso, Beira Alta; ANAIS DO CLUB MILITAR NAVAL, f. 1871, Praça do Marquês de Pombal, 2, Lisboa; ANAIS DA OBRA DA SANTA INFÂNCIA, Direct.: Padre Ferdinand Morré, Igreja de S. Luiz Rei de França, Lisboa; ANAIS DA PROPAGAÇÃO DA FÉ, f. 1930, Direct.: Monsenhor João Felipe dos Reis, Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; ANGOLA, f. 1933, Direct.: Francisco Alves Fernandes, Rua Pedro Nunes, 7, Luanda; ANIMATÓGRAFO, f. 1933, Direct.: António Lopes Ribeiro, Rua do Alecrim, 65, Lisboa; ANTENA, f. 1936, Direct.: Manuel Alves Barreto e Manuel Henriques, Rua 1.º de Maio, 43, Vila Nova de Famalicão; ANUNCIANTE (O), Direct.: José Valentim de Almeida, Rua das Fontes, Évora; APÓSTOLA (A), f. 1935, Dir.ª: Juventude Católica Feminina, Avenida Duque de Loulé, 92, Lisboa; APOSTOLADO (O), f. 1935, Direct.: A. Reis de Lima, Câmara Eclesiástica, Luanda; APÓSTOLO DA JUVENTUDE, f. 1916, Direct.: Francisco José de Barros, Campo Novo, Braga; ARADO, f. 1939, Direct.: J. R. Vaz Pinto, Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; ARAUTO, f. 1940, Direct.: Nuno Mourão, Pré-J. E. C. (Juventude Escolar Católica), Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; ARQUITECTURA, f. 1927, Direct. F. Pereira da Costa, Rua Sampaio Bruno, 13, 2.º, Lisboa; ARQUITECTURA (A), PORTUGUESA, f. 1908, Direct.: Júlio Martins e Tomaz Ribeiro Colaço, Rua do Arco do Cego, 88-C, Lisboa; ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, f. 1935, Direct.: António Gomes da Rocha Madail, Francisco Ferreira Neves e José P. Tavares, Estrada da Esgueira, Aveiro; ARQUIVO FINANCEIRO SEGURADOR, f. 1934, Direct.: Dr. António Garcez, Rua de S. Bernardo, 84, Lisboa; ARQUIVO NACINAL, f. 1931, Direct.: Gomes Monteiro, Avenida da Liberdade, 266, Lisboa; ARRAIOLENSE (O), f. 1936, Direct.: António José Agostinho, Bairro Serpa Pinto, Arraiolos; ARTE MUSICAL (A), f. 1930, Direct.: Luiz de Freitas Branco, Rua de Sant'Iago, 15, Lisboa; ASSISTENTE (O) AO EMIGRANTE, f. 1936, Direct.: Bernardino dos Santos, Rua de S. Paulo, 216, Lisboa; AURORA DO LIMA, f. 15-12-1855, Direct.: Bernardo Fernandes Pereira da Silva, Rua da Picota, 22, Viana do Castelo; AUTOMÓVEL, f. 1935, Direct.: A. do Sacramento Mon-

teiro, Av. Fontes Pereira de Melo, 26, 2.º, Lisboa; AUTONÓMICO (O), f. 1898, Direct.: António José de Arruda Rodrigues Carroça, Rua do Castelo, Vila Franca do Campo, S. Miguel; AVENTURAS, f. 1940, Direct.: A. Cardoso Lopes e Raúl Correia, Travessa de S. Pedro, 9, Lisboa; AVEZINHA (A), f. 1921, Direct.: Padre José Gomes da Encarnação, Rua Tenente Valadim, 30, Faro.

B

BAIRRADA ELEGANTE, f. 1916, Direct.: Adelino de Melo, Vacariça, Luso; BARCELENSE (O), f. 1911, Direct.: Rogério Calás de Carvalho, Barcelos; BARREIRO (O), f. 1932, Direct.: Aníbal Pereira Fernandes, Barreiro; BEIRA (A) BAIXA, f. 1937, Direct.: António Rodrigues Cardoso, Rua Alfredo Keil, Castelo Branco; BEIRA-DÃO, f. 1932, Direct.: Dr. José António Marques e Dr. Esmeraldo Pais Prata, Rua Mousinho de Albuquerque, Santa Comba-Dão; BEIRA DOURO, f. 1935; Direct.: José Meneses, Rua do Comércio, 71, Lamego; BEJENSE (O), f. 1911, Direct.: João Marcelino, Beja; BHARAT (O), f. 1916, Direct.: Dr. Gavinda Pindolica, Quepem, Índia Portuguesa; BOA NOVA, f. 1933, Direct.: Padre Saúl da Cruz, Cantanhede; BOA (A) SEMENTE, f. 1933, Direct.: Liga da Acção Católica Feminina, Pôço Novo, 35, Lisboa; BOLETIM DO BANCO DE PORTUGAL, Banco de Portugal, Lisboa; BOLETIM DA CÂMARA DOS SOLICITADORES DO DISTRITO JUDICIAL DO PÔRTO, f. 1931, Direct.: Domingos Martins de Oliveira Santos, Câmara dos Solicitadores do Pôrto, Pôrto; BOLETIM DA CASA DO ALENTEJO, f. 1935, Direct.: Dr. Vítor Santos, Rua Eugénio dos Santos, Lisboa; BOLETIM DA CASA DAS BEIRAS, f. 1935, Direct.: Dr. Domingos Pepulim, Largo de S. Domingos, Palácio Regaleira, Lisboa; BOLETIM DE COTAÇÕES, f. 1935, Direct.: Bôlsa de Mercadorias do Pôrto, Palácio da Bôlsa do Pôrto; BOLETIM DO INSTITUTO NACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, Direct.: Leal de Oliveira, B. I. N. E. F., Lisboa; BOLETIM DA LEGIÃO PORTUGUESA, f. 1938, Direct.: Dr. João Ameal, Travessa do Guarda-Mor, 25, Lisboa; BOLETIM DA LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, f. 1933, Direct.: Aníbal de Sousa, Rua Barata Salgueiro, 29, 2.º, Lisboa; BOLETIM DA ORDEM DOS ENGENHEIROS, f. 1937, Direct.: Ordem dos Engenheiros, Av. A. A. Aguiar, Lisboa; BOLETIM DO SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, f. 1941, Direct.: Luiz Teixeira, Sede do S. N. dos Jornalistas, Lisboa; BOLETIM DA SOCIEDADE HÍPICA PORTUGUESA, f. 1939, Direct.: Sociedade Hípica Portuguesa, Rua Ivens, 56, 1.º, Dt.º, Lisboa; BOLETIM DA INFORMAÇÃO, f. 1931, Direct.: Ernesto Marques Poole da Costa, Rua dos Correeiros, 15, 3.º, Lisboa; BOLETIM DO CONTRIBUINTE, f. 1933, Direct.: António Feliciano de Sousa, Rua Sá da Bandeira, 128, 1.º,

Pôrto; BOLETIM DO INSTITUTO VASCO DA GAMA, f. 1926, Direct.: O Instituto Vasco da Gama, Nova Goa; BOLETIM DO SALÃO SILVA PÔRTO, f. 1939, Redactor: Dr. Casimiro de Carvalho, Rua de Cedofeita, 285, Pôrto; BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS, f. 1924, Rua da Prata, 34, Lisboa; BOLETIM OFICIAL DA BÔLSA DE MERCADORIAS DE LISBOA, f. 1931, Praça do Comércio, Edifício da Bôlsa, Lisboa; BOLETIM PAROQUIAL, f. 1916, Direct.: Cónego Francisco de A. Sequeira, Portalegre; BRADO AFRICANO (O), f. 1918, Direct.: José Gonçalves Cotta e Armando Alberto da Conceição, Av. Manuel de Arriaga, 76, Lourenço Marques; BRADO DO ALENTEJO, f. 1931, Direct.: Dr. José Lourenço Marques Crespo, Largo 28 de Maio, 9, Estremoz; BROTÉRIA, f. 1902, Direct.: Domingos Maurício, Rua Eugénio dos Santos, 118, Lisboa.

C

CABELEIREIRO ARTÍSTICO (O), Direct.: Raúl Deligant, Sociedade Jules Deligant, Lisboa; CABRA (A), f. 1933, Direct.: João Evangelista de Campos Lima, Emp. de Publicidade *Seara Nova,* Lisboa; CANÇÃO DO SUL, f. 1923, Direct.: João Reis, Rua do Diário de Notícias, 57, 3.º, Lisboa; CARAS E CARETAS, Direct.: Carlos Martins de Azevedo Machado, Rua do Almada, 514, 2.º, Pôrto; CARAVELA, f. 1939, Direct.: Ernesto de Matos Veiga, Liceu Nacional Alves Martins, Viseu; CARDIAL SARAIVA, f. 1912, Direct.: Avelino Guimarãis, Praça do Camões e Rua do Rosário, Ponte do Lima; CARIDADE (A), f. 1926, Direct.: Rosado Fernandes, Rua Barão de Sabrosa, 213, Lisboa; CASTANHEIRENSE (O), f. 1937, Director.: Eduardo Silva, Rua Manuel Antunes Cepas, Castanheira de Pêra; CASTELOVIDENSE (O), f. 1932, Direct.: Alexandre Durão Cordeiro, Rua da Olivença, Castelo de Vide; CÁVADO (O), f. 1917, Direct.: João Amândio, Rua Barão de Espozende, Espozende; CESIMBRENSE (O), f. 1926, Direct.: Abel Gomes Pólvora, Rua da República, Sesimbra; CHARADA (A), f. 1935, Direct.: Isidro António Gaio (Ordisi), Rua Augusta, 141, 2.º, Dt.º, Lisboa; CHARADISTA (O), f. 1922, Direct.: Manuel E. Bintes, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa; CIDADE DE TOMAR, f. 1935, Direct.: Henrique Gonçalves, Praça da República, Tomar; CLÍNICA, HIGIENE E HIDIOLOGIA, f. 1935, Direct.: Dr. Amadeu Miranda, Rua de S. Bnto, 279, 1.º, Lisboa; CLÍNICO (O), f. 1938, Caixa Postal, 4, Nova Goa; COIMBRA MÉDICA, f. 1934, Direct.: João Pôrto, Largo Miguel Bombarda, 19-25, Coimbra; COLÉGIO MILITAR (O), f. 1921, Direct.: José Guincho, Colégio Militar, Luz, Lisboa; COMARCA DE ARGANIL (A), f. 1900, Direct.: Eugénio Moreira, Largo do Dr. José da Costa, Arganil; COMARCA DE SERTÃ (A), f. 1936, Direct.: Eduardo Barata da Silva Correia, Rua Serpa Pinto, Sertã; COMÉRCIO (O), f. 1927, Direct.: Sabino Costa, Rua de Santa Marta, 254, Lisboa;

COMÉRCIO (O), f. 1933, Direct.: Joaquim Faria, Rua Paulo Dias Novais, Luanda; COMÉRCIO DE CHAVES (O), f. 1933, Direct.: Júlio Xavier Júlio, Rua Direita, Chaves; COMÉRCIO DO FUNCHAL, f. 1934, Direct.: Alberto da Veiga Pestana, Rua das Hortas, 8, Funchal; COMÉRCIO DE GAIA (O),f. 1931, Direct.: João Maria, Rua Joaquim Nicolau de Almeida, Vila Nova de Gaia; COMÉRCIO DE GUIMARÃIS (O), f. 1884, Direct.: Eduardo de Azevedo Machado, Rua D. João I, 59, Guimarãis; COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO CONCELHO DE OEIRAS, f. 1934, Direct.: Dr. Adão e Silva, Rua Major Afonso Pala, Palácio Conceição, Algés, Lisboa; COMÉRCIO DE LEIXÕES (O), f. 1907, Direct.: Santos Lessa, Rua Brito Capêlo, 145, Leixões; COMÉRCIO DE PENAFIEL, f. 1875, Direct.: Rodrigo Augusto M. Veiga, Rua Serpa Pinto, Penafiel; COMÉRCIO DE PORTIMÃO, f. 1926, Direct.: Augusto M. Leal, Rua Machado Santos, Portimão; COMÉRCIO DO PÔRTO (O), f. 2 de Junho de 1854, Direct.: Fortunato Serra Cardoso, quadro redactorial: Hugo Amilcar de Freitas Rocha, Afonso Gesto Passos, Alexandre Walter da Fonseca Vasconcelos, Arlindo Correia de Azevedo, Eduardo Ribeiro dos Santos, Eugénio Correia Bettencourt, Horácio Augusto Pinto, Jaime Pinto Ferreira, João Baptista dos Santos, José Alves dos Santos, José Augusto Leite Maia, José Leão de Sousa Amzalack, José da Silva Ferraz, Luiz António Martins e Manuel Emílio Lopes de Campos Ribas, Avenida das Nações Aliadas, 101, Pôrto; COMÉRCIO PORTUGUÊS, Direct.: Joaquim Roque da Fonseca, Associação Comercial de Lisboa; COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM (O), f. 1903, Direct.: Manuel Agónio Franco, Rua da Cidade do Pôrto, Póvoa de Varzim; COMÉRCIO DE VIEIRA, f. 1889, Direct.: Padre José Alves Vieira, Vieira do Minho; COMÉRCIO DE VÍVERES (O), f. 1929, Direct.: António dos Santos Vicente, R. Açôres, 13, Lisboa; CONCELHO DE MAÇÃO (O), f. 1939, Direct.: João Calado Rodrigues, P. Gago Coutinho, Mação; CONCELHO DE MAFRA (O), f. 1933, Direct.: Dr. José dos Santos Ceolho, Largo do Conde S. Januário, Mafra; CONCELHO DA MURTOSA (O), f. 1926, Direct.: João Pedro da Silva Tavares (João Rico), Tip. de *O Concelho da Murtosa,* Pardelhas, Murtosa; CONCELHO DE RIO MAIOR, Direct.: Alexandre Laureano Santos, Rua de Serpa Pinto, Rio Maior; CONCELHO DE SINTRA (O), f. 1939, Direct.: Jacinto Carreiro, Rua Dr. Alfredo Costa, 7, Sintra; CONCÓRDIA (A), Direct.: Alberto Carlos Aguedo de Amorim, Arcos de Val-de-Vez; CONDUTOR DE AUTOMÓVEIS (O), f. 1929, Direct.: Manuel Pires Rosendo, Rua Andrade, 37, 3.º, Lisboa; CONSERVAS, f. 1936, Direct.: Abílio C. Silva, Rua Brito Capêlo, 1077, Matozinhos; CONSERVEIRO, f. 1935, Direct.: Ismael Rodrigues, Av. Luiza Tódi, Setúbal; CONSTRUÇÃO (A), f. 1938, Direct.: Valeriano Ribeiro de Faria Abreu, Av. Almirante Reis, 11, Lisboa; CORREIO DE ABRANTES, f. 1926, Direct.: João Henriques Alves Ferreira, Casa Portugal, Abrantes; CORREIO DOS AÇÔRES, f. 1910, Direct.: F. Car-

reiro da Costa, Fund.: Dr. José Bruno Carreiro, Redact.: Manuel Ferreira, Rua Manuel da Ponte, 49, Ponta Delgada; CORREIO DE AZEMEIS, f. 1922, Direct.: Dr. Aníbal Beleza, Rua Bento Carqueja, 29, Oliveira de Azemeis; CORREIO DE COIMBRA, f. 1921, Direct.: Dr. Amorim Girão, Gráfica de Coimbra, Coimbra; CORREIO DESPORTIVO, Direct.: Elmano Alves, Rua de S. Felipe, Funchal; CORREIO ELVENSE, f. 1900, Direct.: Domingos Lavadinho, Rua João de Casqueiro, 7, 2.º, Elvas; CORREIO DA ESTREMADURA, f. 1890, Direct.: Vergílio Arruda, Rua Rireita, 138, Santarém; CORREIO DA FEIRA, f. 1897, Direct.: José Soares de Sá, Praça da República, Vila da Feira; CORREIO DA HORTA (O), f. 1930, Direct.: Constantino Magno do Amaral Júnior, chefe de redacção: Raúl Xavier, Rua do Comendador Ernesto Rebêlo, 5-6, Horta-Faial; CORREIO DO MINHO, f. 1926, Direct.: José Sarmento de Matos, quadro redactorial: Augusto Martins, Aníbal Mendonça e Leonídio António Ferro de Abreu, Casa dos Coimbras, Braga; CORREIO MISSIONÁRIO (O), f. 1939, Direct.: Redacção: Colégio Missionário Ultramarino, Barcelos; CORREIO DE SÔR, Direct.: Vitoriano Simões Marques, Sôr; Correio do Sul, f. 1919, Direct.: Álvaro de Lemos, Rua Capitão-Mor, 1, Faro; CORREIO DO VOUGA, f. 1930, Direct.: Padre Alirio Gomes de Melo e Dr. Querubim Guimarãis, Bairro da Apresentação, Aveiro; CORVO (O), f. 1933, Direct.: Pedro Luiz Bragança Gil, Liceu de Évora, Évora; COSTA DO GIRO, Direct.: Dr. José Ribeiro Lopes, Rua Cândido dos Reis, 72, Lagos; COTAÇÃO DA BÔLSA DE LISBOA, f. 1926, Direct.: Vítor Coelho, Praça do Comércio, Lisboa; COURENSE (O), Direct.: Manuel Augusto Pereira Bacelar, Paredes de Coura; CRENÇA (A), f. 1915, Direct.: Padre Ernesto Ferreira, Ruo do Macho, Vila F. de Xira; CRUZADA DA BONDADE, Direct.: Prof. António Marques Samouco, Rua Rebêlo da Silva, 59, 2.º, Lisboa; CRUZADA DO ROSÁRIO, Direct.: P. H. ÓSullivan, Travessa do Corpo Santo, 32, Lisboa; CRUZADA (A), f. 1923, Direct.: Mons. Manuel Pereira Júnior, Av. dos Combatentes da G. Guerra, 122, Braga; CRUZADA EUCARÍSTICA DAS CRIANÇAS, f. 1931, Direct.: Mariano Pinho, Largo de Santa Teresa, 5, Braga; CRUZADA MISSIONÁRIA, f. 1932, Direct.: Superior Geral da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, Seminário das Missões de Cucujãis; CAPITAL (A), Direct.: Manuel Guimarãis, (para garantia do título), Sociedade N. Tipografia, Rua do Século, Lisboa.

D

DAMA VERMELHA (A), f. 1931, Direct.: Aurélio César, Rua Presidente Arriaga, 48, 2.º, Lisboa; DEFESA (A), f. 1923, Direct.: Américo da Graça, Rua da Fábrica, 42, Pôrto; DEFESA DE AROUCA, f. 1926, Direct.: Henrique de Almeida, Praça Brandão de Vasconcelos, Arouca; DEFESA

DE ESPINHO, f. 1932, Direct.: Benjamin da Costa Dias, Rua Desanove, 62, Espinho; DEFESA DA BEIRA, Direct.: A. M. Simões Ferreira, Santa Comba-Dão;DEFESA NACIONAL, f. 1934, Direct.: José Soares de Oliveira, Rua Alves Correia, 34, Lisboa; DEMOCRACIA DO SUL, f. 1901, Direct.: Vítor Santos, Rua 5 de Outubro, 28-32, Évora; DEMOCRATA (O), f. 1907, Direct.: Arnaldo Ribeiro, Rua Miguel Bombarba, 21, Aveiro; DESCARREGADOR (O), Direct.: Artur Inácio Nogueira, Sindicato Nacional dos Descarregadores, Lisboa; DESENHOS PARA ARTE APLICADA E BORDADOS, f. 1935, Direct.: E. Durão, Rua Augusta, 228-232, Lisboa; DESFORÇO (O), f. 1893, Direct.: Artur Pinto Bastos, Rua Cândido dos Reis, 34, Fafe; DESPERTAR (O), f. 1917, Direct.: Ernesto Donato, Rua Dr. Pedro Rosa, 25-31, Coimbra; DESPORTO (O), f. 1940, Direct.: António Maria da Conceição, C. do Tronco Velho, 6-8, Macau; DEVER (O), f. 1929, Direct.: Padre José Lourenço dos Santos Pobrinhos, Adro da Igreja, Figueira da Foz; DIA (O), Direct.: Dr. João Moreira de Almeida, (para garantia do título); DIABRETE (O), f. 1941, Direct.: A. Urbano de Castro, Av. da Liberdade, 266, Lisboa; DIÁRIO INFORMADOR, f. 1932, Direct.: F. de Oliveira Carvalho, Rua Elísio de Melo, 28, 3.º, Dt.º, Pôrto; DIÁRIO DE LUANDA, f. 1930, Direct.: Guilherme Ribeiro Pereira, Rua Farinha Leitão, 32, Luanda; DIÁRIO NACIONAL, Direct.: José de Seruca, Rua da Misericórdia, 17, Lisboa; DIÁRIO DOS AÇÔRES, f. 1869, Direct.: Carlos Carreiro e Manuel Carreiro, Rua Dr. Mont'Alverne de Sequeira e Rua Tavares de Rezende, Ponta Delgada; DIÁRIO DO ALENTEJO, f. 1932, Direct.: Manuel António Engana, redact.: Manuel Inácio Lopes de Melo Garrido, Rua Dr. Augusto Barrêto, 10, Beja; DIÁRIO DE COIMBRA, f. 1930, Direct.: Virgílio Correia, quadro redactorial: Carmine Nobre, Corristo de Sousa Branco, Fernando Assunção e Sertónio Fragoso, Rua da Sofia, 179, Coimbra; DIÁRIO DE LISBOA, f. 1921, Direct.: Joaquim Manso, quadro redactorial: Adolfo Norberto Lopes, Artur Jardim Portela, Artur Santos Jorge, Carlos Ferrão, Diniz Salgado, Guilherme Carvalho da Silva, João Camilo Félix Correia, João Joaquim Tavares da Silva, Manuel Nunes Júnior, Mário Viçoso Neves, Maurício Carlos Paiva de Oliveira ,Norberto Moreira de Araújo e Rogério Garcia Pérez, Rua Luz Soriano, 44, Lisboa; DIÁRIO DA MANHÃ, f. 1931, Direct.: M. Pestana Reis, quadro redactorial: Dr. João Moreira de Almeida, Álvaro Santana Ferreira, Américo de Faria, António José de Sousa Júnior, Dr. António Pereira da Fonseca, António Santos, Armando Pereira da Silva, Álvaro Anselmo, João Pires Gomes, Jorge Simões, José Duarte de Ayala Botto, José Henriques da Rocha Ramos, José Maria Marques da Costa Júnior, Luiz Ferreira, Mário Martins e Paulo Cândido da Costa, Rua da Misericórdia, 95, Lisboa; DIÁRIO DO MINHO, f. 1919, Direct.: Padre Magalhãis Costa, redact.: Afonso Palmeira, Av. dos Combatentes da G. Guerra, 122, Braga; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, f. 1864, Direct.: Dr. Augusto de Castro, quadro

redactorial: Francisco Aprígio Mafra, Jaime da Silva Leitão, Abílio José Rei de Carvalho, Adriano Artur Ferreira Peixoto, Alberto Tomé Vieira, Álvaro Abranches Ferreira da Cunha, Amilcar Sarmento da Silva, Anselmo Franco, António Henrique Lima Brochado, António Lepierre Tinoco, António Pinto Monteiro, António da Rocha Júnior, Armando Borges de Aguiar, Artur Santiago Maciel da Costa, Augusto Cordeiro, Augusto dos Santos Pinto, Carlos Neves, Carlos Rebêlo da Silva, Cristiano Lima, Daniel Felgueira, Eduardo Eugénio Gomes Vieira, Eduardo Junqueiro de Matos, Eliseu Piteira de Almeida Martins, Ernesto Belo Redondo, Fausto João Flores Vilar, Fernando Augusto Alegrim, Fernando Ferreira Teixeira, Firmino Marques da Costa, Francisco Abel Moutinho, Guterre Francisco Gomes de Oliveira, Jaime Pereira Correia Carvalho dos Santos, José Augusto de Saphëra Costa, José Augusto dos Santos, José Inácio Pinto, José Mongiardim de Freitas, José Ferreira de Albuquerque, Júlio Cabreira de Almeida, Júlio Marques da Costa, Júlio de Aliveira Barroca, Luiz Teixeira, Manuel Luiz Rodrigues, Mário Rosa da Conceição Ginga, Oldemiro César de Lima e Urbano Rodrigues, Av. da Liberdade, 266, Lisboa; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, f. 1876, Direct.: Alberto de Araújo, quadro redactorial: Alberto da Veiga Pestana, Alfredo Higino Camacho, Augusto Elmano Vieira, Henrique Pereira e José da Silva Coelho, Rua da Alfândega, Funchal; DIREITO (O), f. 1868, Direct.: Fernando Martins de Carvalho, Rua Nova do Almada, 64, 2.º, Lisboa; DISTRITO DA GUARDA, Direct.: Joaquim Bernardo, Largo João de Almeida, Guarda; DISTRITO DE PORTALEGRE (O), f. 1883, Direct.: Padre Anacleto Pires da Silva Martins, Praça do Município, 8 e 9, Portalegre; DISTRITO DE VISEU, Direct.: José Marques Loureiro, Escadinhas da Sé, Viseu; DOMINGO. Direct.: Júlio Lourenço Barata, Rua do Diário «Setubalense», Setúbal; DOZE (OS), Direct.: José Vieira da Silva, Albergaria dos Doze.

E

ECO (O), f. 1932, Direct.: Frederico Sousa, Estrada do Amião, Pombal; ECO DE ÁFRICA (O), f. 1925, Direct.: Maria Romeira de Sá Ferreira, Campo dos Mártires da Pátria, 34, Lisboa; ECO DE ESTREMOZ (O), f. 1909, Direct.: Adriano da Conceição Mota, Rua D. Vasco da Gama, 18, Estremoz; ECO FARMACÊUTICO, f. 1939, Direct.: Silvino A. Fontoura de Carvalho, Rua de Santos-o-Velho, 12, Lisboa; ECO DAS FINANÇAS, Direct.: Miguel Coelho, Rua da Vitória, 94, 2.º, Dt.º; ECO DO FUNCHAL, f. 1940, Direct. e prop.: José da Silva; ECO DOS OLIVAIS, f. 1932, Direct.: J. Marques Júnior, Tip. Comercial, Rua do Gala, 12-14, Coimbra; ECO DE REGUENGOS (O), f. 1909, Direct.: Manuel M. M. Tapum, P. Manuel Papança, Reguengos; ECO DO SAMEIRO, f. 1928, Direct.: Cónego Mgr. Manuel Pereira Júnior, Administração: Rua Miguel Bombarda, Secretaria do

Sameiro; ECONOMIA NACIONAL, Direct.: José Epifânio Pereira da Trindade, Rua Carvalho Araújo, 23, Damaia; ECO DOS SPORTS, f. 1938, Direct.: Dr. Alberto Moreira, Travessa da Fonte, 19, Caixa Postal 353, Lourenço Marques; ECOS DE ALCÔA, f. 1928, Direct.: Manuel da Silva Carolino, Rua Estêvão Martins, Alcobaça; ECOS DE BELÉM, Direct.: João Basto Nunes, Praça Afonso de Albuquerque, 5, Belém; ECOS DE CACIA, f. 1930, Direct.: Aníbal Cruz, Rua da Paz, Quinta do Loureiro, Cacia; ECOS DE SINTRA, f. 1935, Direct.: João Roberto Rosado, Av. Miguel Bombarda, Sintra; ECOS DO SUL, f. 1937, Direct.: João Adelino Dias Pena, Rua 31 de Janeiro, 36, Vila Real de Santo António; EDUCAÇÃO NACIONAL, f. 1902, Direct.: António Figueireinhas, Rua do Almada, 125, Pôrto; EDUCADOR (O), f. 1933, Direct.: Artur Alves Dias, Praça do Brasil, 13, 1.º, Lisboa; ENFERMEIRA (A), Direct.: D. Isabel Albuquerque d'Orey, Rua da Arrábida, 67, 1.º; ERA NOVA, Direct.: Luiz Borges Júnior, Rua Direita, 132, Chaves; ESCOLA MODERNA, f. 1913, Direct.: Adelino da Cunha Vieira, Tip. Escola Moderna, Rua de S. Domingos, 13, Braga; ESCOLA PORTUGUESA, f. 1934, Direct.: Manuel Cristiano de Sousa, Direcção Geral do Ensino Primário, Lisboa; ESCOLA PRIMÁRIA (A), Direct.: José da Cruz Felipe, Largo do Poço, 24, Lisboa; ESFERA, f. 1940, Direct.: Félix Correia, Rua do Alecrim, 65, Lisboa; ESPOZENDENSE (O), f. 1888, Direct.: José da Silva Vieira, Tip. «Espozendense», Espozende; ESTADO NOVO, Direct.: António Costa Lobão, Rua da Moeda, 1, Beja; ESTORIL (O), f. 1930, Direct.: António Alves, Chalet Manuel, Monte Estoril; ESTRÊLA, Direct.: Ruth Pires Chumbo, Largo Arca de Água, 289, Pôrto; ESTRÊLA D'ALVA, Direct.: António Joaquim Mendes Póvoas, Serra da Estrêla, Terrorilo; ESTRÊLA DA BEIRA, Direct.: Custódio Esteves Gaspar de Carvalho, Rua Dr. Correia Tanganho, Manteigas; ESTRÊLA DO MINHO, f. 1895, Direct.: José Casimiro da Silva, Tip. Minerva, Av. B. de Trovisqueira, Vila Nova de Famalicão; ESTUDOS, f. 1922, Direct.: Mário Martins de Almeida, C. A. D. C., Couraça de Lisboa, 28, Coimbra; ESTUDOS ITALIANOS EM PORTUGAL, f. 1939, Direct.: Dr. Aldo Bizzarri, Instituto de Cultura Italiana, Rua do Salitre, 146, Lisboa; ESTUDOS PSIQUICOS, f. 1939, Direct.: Isidoro Duarte Santos, Rua Pinto Ferreira, 8, 2.º, E., Lisboa; EU SEI TUDO, f. 1934, Direct.: António Fernandes das Neves, Rua Joaquim António de Aguiar, 50 ,Coimbra; EVA, f. 1925, Direct.: Carolina Homem Cristo, Largo Trindade Coelho, 9, 2.º, Lisboa; EVANGELHO (O), f. 1926, Direct.: Dr. Abílio Esteves de Carvalho, Caixa Postal 258, Lourenço Marques; EXÉRCITO (O), f. 1919, Direct.: Adelino Mendes Leal, Rua Antero Quental, 548, Pôrto.

F

FEMENINO (O), Direct.: Helena Graça Rodrigues, Rua Vasco da Gama, 30, Faial; FÉMINA, Direct.: Helena de Aragão, Regueirão dos Anjos, 68; FIGUEIRENSE (O), f. 1918, Direct.: J. Gomes de Almeida, Rua da República, 212-216, Figueira da Foz; FISIOTERÁPIA, f. 1929, Redactor principal: F. Carvalho, Rua Eugénio dos Santos, 81, 1.º, Lisboa; FLAMA, f. 1937, Direct.: Silva Fernandes, Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; FLOR DE LIZ (A), f. 1925, Direct.: Dr. José M. Gonçalves, Braga; FLOR DO TÂMEGA, f. 1884, Direct.: Pedro Carneiro, Rua 31 de Janeiro, 107-111, Amarante; FLORES (AS), f. 1928, Direct.: António Joaquim de Braga Júnior, Rua do Pôrto, Santa Cruz das Flores; FLORES DE S. DOMINGOS, f. 1934, Direct.: Albino Macieira, Rua Eugénio dos Santos, 134, Lisboa; FÔLHA DO DOMINGO, f. 1914, Direct.: Cónego José dos Ramos Bentes, Rua Tenente Valadim, 30, 1.º, Faro; FÔLHA DO POVO, Direct.: Domingos Silva, Minerva Comercial, Évora; FÔLHA DE FRANCOSO (A), Direct.: José Augusto Ribeiro de Melo, Rua Dr. Fernandes de Vaz, Francoso; FÔLHAS SOLTAS, f. 1927, Direct.: Luiz Mendes de Matos, Seminário da Guarda, Largo Serpa Pinto, 33; FÔLHA DO SUL (A), f. 1897, Direct.: Cândido Pereira dos Santos, Rua de D. Vasco, 4, Montemor-o-Novo; FÔLHA DE TONDELA, f. 1907, Direct.: Dr. Fernando de Figueiredo, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Tondela; FÔLHA DE VILA VERDE, f. 1884, Direct.: António Gonçalves Araújo, Campo da Feira, Vila Verde; FOLIA ANATOMICA UNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS, f. 1926, Editor: Prof. Giraldino Brites, Coimbra Editora, Coimbra; FRAGATEIRO (O), f. 1930, Direct.: João Maria de Oliveira Rodrigues, Travessa do Cotovelo, 37, 3.º, Lisboa.

G

GARDUNHA, Direct.: António Maria Pinto, Fundão; GAZETA, Direct.: Flaminio Peixoto, Oficina do *Açoreano Oriental;* GAZETA DOS ADVOGADOS DA RELAÇÃO DE LUANDA, f. 1931, Direct.: António Simões Raposo, Rua Diogo Cão, Caixa Postal 1221, Luanda; GAZETA DAS ALDEIAS, f. 1895, Direct.: Luiz Gama, Av. dos Aliados, 68, Pôrto; GAZETA DO AROUCA, Direct.: Joaquim Tavares de Almeida, Burgo, Arouca; GAZETA DAS CALDAS, f. 1925, Direct.: Capitão António V. França Borges, Rua de Camões, 57, 2.º, Caldas da Rainha; GAZETA DOS CAMINHOS DE FERRO, Direct.: Engenheiro F. de Sousa e C. Ornelas, Rua da Horta Sêca, 7, 1.º; GAZETA DA CAMIONAGEM, Direct.: Alberto da Silva Ovelha, Rua do Ouro, 191, 5.º; GAZETA DE CANTANHEDE, f. 1917, Direct.: Henrique Barreto, Rua Dr. Mário Pais de Sousa,

Cantanhede; GAZETA DE COIMBRA, f. 1911, Direct.: João Ribeiro Arrôbas, Pátio da Inquisição, 6, 1.º, Coimbra; GAZETA DE MATEMÁTICA, f. 1941, Direct.: José Duarte da Silva Paulo, Faculdade de Ciências de Lisboa; GAZETA MÉDICA, f. 1940, Direct.: José de Matos Braz, Calçada do Sacramento, 7, 3.º, Dt.º, Santiago do Cacém, Delegação em Lisboa: Rua das Escolas Gerais, 67; GAZETA DAS SERRAS (A), Direct.: José Maria A. Caetano, Rua Ulisses Alves; GAZETA DO SUL, f. 1930, Direct.: Alves Gago, Rua Gago Coutinho, 17-21, Montijo; GENTE MÔÇA, f. 1939, Direct.: J. Carlos Raposo, Ass. Académica do Colégio Moderno, Estrada de Malpique, 69, Lisboa; GENTE NOVA, Direct.: José Ernesto Marques Frade de Sousa, Av. Barbosa du Bocage, 113, r/c., Setúbal; GERMEN, Direct.: Tiago Gonçalves Ferreira e Pedro Augusto Sampaio, Faculdade de Medicina, Pôrto; GIL VICENTE, f. 1925, Direct.: D. José Ferrão e Manuel Alves de Oliveira, Rua Francisco Agra, 161, Guimarãis; GIRASSOL, f. 1940, Direct.: José da Silva Fraga, Liceu Antero do Quental, Ponta Delgada; GRANJA (A), f. 1940, Direct.: A. C. de Sá Nogueira, Calçada do Sacramento, 23, s/loja, Lisboa; GUARDA (A), f. 1904, Direct.: Luiz Mendes de Matos, Rua Marquês de Pombal, 53-57, Guarda; GULOSO (O), Direct.: A. A. de Vasconcelos, Rua da República, 128, Angra do Heroísmo.

H

HA-LAPID (O FACHO), f. 1926, Direct.: A. C. de Barros Basto, Sinagoga Kadoorie Mekor Haiin, Rua Guerra Junqueiro, 340, Pôrto; HERALDO, f. 1930, Direct.: Antero de Sousa Pacheco, Rua 31 de Janeiro, Lousada; HORA (A), Direcção: Bandeira do Toro, Rua do Século, 150, Lisboa; HORTA DESPORTIVA (A), f. 1931, Direct.: António Belisário da Fonseca Vieira, Largo do Infante D. Henrique, Faial-Açôres; H. P., Direct.: Vasco Rodrigues, Santo Ildefonso, 449, 1.º, Pôrto, Sociedade Pró-Unificação do Império, L.da; HOTEL, Direct.: Jorge Gonçalves Ribeiro Borralho, Travessa Conde do Rio, 27, Lisboa.

I

I. C. L., f. 1936, Direct.: Luiz Nunes Migueis, Rua das Chagas, 13, Lisboa; IDEAL CRISTÃO, f. 1931, Direct.: Carlos José da Costa Carinha, Rua de S. Bento, 640, Lisboa; IDEIA, Direct.: António de Oliveira, Liceu Alexandre de Herculano, Pôrto; IDEIA LIVRE (A), f. 1928, Direct.: Dr. Carlos Pereira, Anadia; IDÊA NOVA, f. 1927, Direct.: Dr. António da Silva Parreira, Livraria Povoense, P. do Almada, Póvoa de Varzim; ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA, f. 1903, Direct.: Tito Martins, Rua do Século, 49, Lisboa;

ILHA (A), f. 1933, Direct.: Agnelo Casimiro, Rua João Chagas, 22-24, Ponta Delgada; ILHA AZUL, Direct.: António Cunha Correia Júnior, Rua Walter Bensaúde, 3, Horta; ILHAVENSE (O), f. 1921, Direct.: José Pereira Teles, Rua Serpa Pinto, Ilhavo; IMELDISTA (A), f. 1929, Direct.: Rev. Domingos Clarkson, Travessa do Corpo Santo, 32, Lisboa; IMPÉRIO PORTUGUÊS (O), Direct.: Raúl de Carvalho, Av. da Liberdade, 242, Lisboa; IMPREZA MÉDICA, f. 1935, Direct.: Drs. Hernani Monteiro, Costa Sacadura e Carlos Freire, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa; INDEPENDÊNCIA DE ÁGUEDA, f. 1930, Direct.: Eugénio Ribeiro, Rua do 3.º Batalhão de Infantaria, 28, Águeda; INDEPENDENTE (O), f. 1933, Direct.: Dr. Jaime Valfredo Rangel, Rua de S. Francisco Xavier, Mapuçá, Índia Portuguesa; ÍNDIA PORTUGUESA (A), f. 1860, Direct.: Pio António de P. Costa e José Erosmo J. R. Carvalho, Tip. «A Índia Portuguesa», Margão; INDÚSTRIA (A), f. 1923, Direct.: António Alves da Mota, Av. Tódi, Paço do Duque, Setúbal; INDÚSTRIA NACIONAL, Direct.: Álvaro Barradas, Rua Alexandre Braga, 56, Lisboa; INDÚSTRIA DO NORTE (A), f. 1938, Direct.: Mário de Sousa Drumond Borges, Rua Mousinho da Silveira, 228, Pôrto; INDÚSTRIA PORTUGUESA, f. 1928, Direct.: Dr. Francisco Cortez Pinto, Av. da Liberdade, 242, Lisboa; INDÚSTRIAS GRÁFICAS, Direct.: Alberto José Alves Gomes, Rua da Conceição, 113, 4.º, Lisboa; INFANTARIA, f. 1934, Corpo directivo: Armando Páscoa, Augusto das Neves e António dos Santos, Rua Alves Correia, 36, Lisboa; INFANTIL ILUSTRADO (O), Direct.: Maria José Matoso, Rua Álvaro Castelões, Setúbal; INFORMAÇÃO VINÍCOLA, f. 1938, Direct.: António Batalha Reis, Rua Mousinho da Silveira, Junta Nacional do Vinho, Lisboa; INFORMADOR FISCAL (O), f. 1936, Direct.: António Arezes Gonçalves dos Santos, Rua Santo Ildefonso, 42, Pôrto; INSTITUTO (O), f. 1853, Direct.: Costa Lôbo, Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento), Coimbra; INTRANSIGENTE (O), f. 1929, Direct.: Gastão Vinagre, Praça da República e Largo Teófilo Braga, Benguela; IRMÃ MARIA DO DIVINO CORAÇÃO, f. 1936, Direct.: Dr. Guilherme Nunes, Corpus Christi, Gaia.

J

JOANINHA, Direct.: Maria Lamas, Rua do Século, 51; JOÃO SEMANA, f. 1914, Direct.: M. Lyrio, Rua Visconde de Ovar, 49, Ovar; JORNAL (O), f. 1927, Direct.: José Rafael Bastos Machado, quadro redactorial: Carlos Santos, Abel Bazilio Vieira, Abel Marques Caldeira e Manuel Gomes Abreu, Rua do Seminário, 22, 1.º, Funchal; JORNAL DO AGRICULTOR, Direct.: Manuel de Castro Gonçalves, Rua José Falcão, 199, Pôrto; JORNAL DE ABRANTES, f. 1900, Direct.: Armando Moura Neves, Rua do Comércio, 1, 1.º, Abrantes; JORNAL DE ALBERGARIA, f. 1911, Direct.:

H. de Carvalho e Ribeiro, Pr. T. Tavares, Albergaria-aVelha; JORNAL DE ARGANIL, f. 1926, Direct.: Francisco Castanheira de Carvalho, Pr. de Simões Dias, Arganil; JORNAL DE BENGUELA, f. 1912, Direct.: Artur Cordeiro de Almeida, Rua António José de Almeida, Benguela; JORNAL DE CABECEIRAS (O), f. 1919, Direct.: José Salreta, Quinta da Mata, Cabeceiras de Basto; JORNAL DE COIMBRA (O), f. 1931, Direct.: Carlos Alberto da Costa, Vale de Cambra, Oliveira de Azemeis; JORNAL DE CASCAIS, Direct.: Luiz José Pires, Praça Costa Pinto, 13, 1.º, Cascais; JORNAL DO COMÉRCIO, f. 1853, Direct.: Diniz Bordalo Pinheiro, quadro redactorial: Álvaro de Andrade, Dr. Álvaro Baptista Pereira Salema de Araújo, António Monteiro de Matos, Constantino de Figueiredo, Dr. Eduardo de Castro e Almeida, Fernando J. Magalhãis Cardoso, Dr. Francisco Melo Breyner, Francisco Rijo da Fonseca, João Mimoso Moreira, Joaquim Santana e Silva, José Joaquim da Cunha Malheiro e Manuel António Alves, R. Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque, 5, Lisboa; JORNAL DE O CONTRIBUINTE, f. 1931, Direct.: Joaquim Jaime Costa Ribeiro, R. da Palma 133, 1.º, Lisboa; JORNAL DA CRIANÇA, f. 1940, Direct.: António J. de Oliveira, Trav. da Laranjeira, 34, 1.º, Lourenço Marques; JORNAL DA BEIRA, f. 1921, Direct.: P.e Manuel Lopes Correia, Rua Nunes de Carvalho ,24-26, Viseu; JORNAL DE ELVAS, f. 1926, Direct.: José Cândido Baião, Rua Tenente Valadim, 37-A, Elvas; JORNAL DE ESTARREJA (O), f. 1886, Direct.: Carlos Alberto da Costa, Rua do Jornal de Estarreja, Estarreja; JORNAL DE FELGUEIRAS, f. 1911, Direct.: Manuel Leite Coelho de Sampaio, Rua Costa Guimarãis, Felgueiras; JORNAL DA FIGUEIRA, Direct.: José da Silva Ribeiro, Rua Cândido dos Reis, 41; JORNAL DE ILHAVO, f. 1934, Direct.: Dr. Manuel Marques Damas, Rua João de Deus, Ilhavo; JORNAL DE LAGOS, f. 1930, Direct.: Jacques de Oliveira Neves, Rua Cândido dos Reis, 8, Lagos; JORNAL DE LOUSADA, f. 1907, Direct.: Antero Pacheco da Silva Moreira, Praça da República, Lousada; JORNAL LUSITANO (O), f. 1930, Direct.: Francisco Martins Ramos Guimarãis, Rua da Trindade, 2, Pôrto; JORNAL DA M. P., Direct.: Comissariado Nacional da M. P.; JORNAL DO MÉDICO, f. 1940, Direct.: Dr. Mário Cardia, Rua Sá da Bandeira, 245, 2.º, Pôrto; JORNAL DOS MERCADOS, f. 1929, Direct.: Inácio António Sebastião Franco, Calçada Agostinho de Carvalho, 33, r/c., D., Lisboa; JORNAL DE MOURA, f. 1920, Direct.: Godinho Cunha, Rua Serpa Pinto, Moura; JORNAL DE MONÇÃO, f. 1935, Direct.: Dr. Artur Anselmo, Largo da Oliveira, Monção; JORNAL DE NOTÍCIAS, f. 1888, Direct.: Guilherme Pacheco, quadro redactorial: Álvaro Teixeira Machado, Alfredo Israel de Oliveira, Alfredo Marques, António Domingos Teixeira Pinto, António Luiz Abrantes, Arnaldo Pereira da Silva, Fernando Monteiro Nunes de Carvalho, Francisco Ribeiro da Silva Viana, Joaquim António Salgado Júnior, Joaquim José Ribeiro dos Santos, José Marinho da Costa Mesquita, Juliano José Ribeiro, Luciano Botelho de

Sousa e Salvador Frederico Braga, Av. dos Aliados, 144, Pôrto; JORNAL DE PENAFIEL, f. 1886, Direct.: Francisco José de Morais, Av. Sacadura Cabral, 14-16, Penafiel; JORNAL DO PESCADOR, f. 1939, Direct.: Maurício de Oliveira, Rua Augusta, 44-54, Lisboa; JORNAL DO PÔRTO, f. 1937, Direct.: Fernando de Abranches Ferrão, Rua do Crucifixo, 50, 1.º, Lisboa; JORNAL DO RÁDIO PENINSULAR, f. 1940, Direct.: Amadeu R. da Silva Laranjeira, Rua da Voz do Operário, 64, Lisboa; JORNAL DE SANTARÉM, Direct.: Luiz Vaz de Sousa, Rua Guilherme de Azevedo, 40; JORNAL DE SANTO TIRSO, f. 1881, Direct.: José Cardoso Santarém, Largo do Coronel Baptista Coelho, Santo Tirso; JORNAL DE SEGUROS, f. 1905, Direct.: Dr. João do Amaral, Largo do Chiado, 8, Lisboa; JORNAL DO SINDICATO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS, f. 1936, Direct.: Manuel Rodrigues Loureiro, Rua Sociedade Farmacêutica, 18, Lisboa; JORNAL DE SINTRA, f. 1934, Direct.: António Medina Júnior, Av. Heliodoro Salgado, 8, 1.º, Sintra; JUSTIÇA PORTUGUESA, f. 1933, Direct.: António Pires da Silva Machado, Condeixa-a-Nova; JUVENTUDE, Direct.: José de Sousa Barros, Rua do Almada, 33, 2.º, Lisboa.

L

LABOR, f. 1926, Direct.: José Tavares e Álvaro Sampaio, Liceu de Aveiro; LOULETANO (O), f. 1933, Direct.: António Guerreiro Dourado, Rua Engenheiro Duarte Pacheco, 85, Loulé; LAVRADOR (O), f. 1903, Direct.: F. Seara Cardoso, Av. dos Aliados, 107, Pôrto; LISBOA MÉDICA, f. 1924, Direct.: Drs. Egas Moniz e Augusto Monjardino, Hospital Escolar de Santa Marta, Lisboa; LISBONENSE, f. 1934, Direct.: Leal dos Santos, Largo Afonso Pena, 74, r/c., Dt.º, Lisboa; LISBONIAN (THE), Direct.: English College Lisboa; LOBITO (O), f. 1930, Direct.: Carlos Mimoso Moreira, Rua Vieira Machado e João de Deus, Caixa Postal, n.º 62, Lobito; LUMEN, f. 1937, Direct.: Cónego Dr. Avelino Gonçalves, Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; LUTUOSA DE PORTUGAL, f. 1936, Direct.: António Ferreira Fiandor, Av. das Nações Aliadas, 168, Pôrto; LUZ (A), f. 1931, Direct.: Irene Carmo, Av. Duque de Loulé, 92, r/c., Lisboa; LUZ E CARIDADE, f. 1917, Direct.: Silvino Cunha, Bom Jesus, Braga; LAR, Direct.: L. de Sousa, Rua de Santo Ildefonso, 449, Pôrto; LATINA, Direct.: João Camacho Pereira, Comércio do Pôrto, Pôrto; LISBOA GINÁSIO CLUB, Direct.: Domingos Lança Moreira, Rua Francisco Lázaro, Lisboa.

M

M. P. F., f. 1939, Direct.: Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, C. N. M. P. F., Praça Marquês de Pombal, 8, Lisboa; MADEIRA NOVO, f. 1925, Direct.: Maria L. J. Soares, Rua do Conse-

lheiro, 47, Funchal, MAGAZINE MOSQUITO, f. 1940, Direct.: A. Cardoso Lopes e Raúl Correia, Travessa de S. Pedro, 9 (a S. Pedro de Alcântara), Lisboa; MANTEIGUENSE (O), f. 1931, Direct.: Padre Zacarias Lucas Coelho, Rua da Praça, Manteigas; MARCOENSE (O), f. 1912, Direct.: Dr. Chucho Dias, Marco de Canavezes; MARIA DA FONTE, f. 1891, Direct.: Dr. Manuel Alexandre, Largo A. Lopes, Póvoa de Lanhoso; MEDICINA, f. 1934, Direct.: Jaime Anahory A. Cabral, Faculdade de Medicina de Lisboa; MEDICINA CONTEMPORÂNEA (A), f. 1883, Direct.: Manuel Bento de Sousa, Rua do Ouro, 188, Lisboa; MÉDICO (O), f. 1934, Direct.: Hari M. P. Vernencar, Caixa Postal 6, Nova Goa; MENSAGEIRO (O), f. 1905, Direct.: Padre José Ferreira de Lacerda; MENSAGEIRO DE BRAGANÇA, f. 1940, Direct.: Cónego Manuel Nunes Formigão, Praça da Sé, 7, Bragança; MENSAGEIRO DE MARIA, f. 1924, Direct.: Padre Mariano Pinho, Largo de Santa Teresa, 5, Braga; MENSAGEIRO DE S. BENTO, f. 1931, Direct.: Padre Gabriel de Sousa, Roriz-Negretos, Minho; MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS, f. 1929, Direct.: Cónego João Baptista Lourenço, Largo da Santa Teresa, 5, Braga; MENSAGEIRO DO ESTORIL (O), f. 1924, Direct.: Mgr. António José Moita, Convento n.º 3, Estoril; MENSAGEIRO EUCARÍSTICO, f. 1914, Direct.: Padre Abílio Gomes Correia, S. Mamede de Este, Braga; MENSAGEIRO PAROQUIAL (O), f. 1914, Direct.: Mgr. António José Moita, Rua Silva Gaio, 39-43, Viseu; MESSE DO SENHOR (A), f. 1932, Direct.: Cónego Dr. José Manuel Pereira dos Reis, Seminário dos Olivais, Lisboa; MINHOTO (O), f. 1922, Direct.: José da Mota Lopes, Largo de S. Teotónio, 6 e 7, Valença do Minho; MISSIONÁRIO CATÓLICO (O), f. 1924, Administ.: Padre António Pires Prata, Cucujães; MISSÕES DE ANGOLA E CONGO, f. 1921, Direct.: Padre José Maria de Figueiredo, Rua Nova do Regado, 250, Pôrto; MISSÕES FRANCISCANAS, f. 1937, Milagres, Leiria; MOÇAMBIQUE, f. 1931, Direct.: Acácio Silva, Av. 24 de Julho, 210, r/c., Dt.º, Lourenço Marques; MOCIDADE (A), f. 1927, Direct.: Moisés Ferreira de Gouveia, Rua da Boa Viagem, 32 e 34, Funchal; MOCIDADE (A), f. 1905, Direct.: Alberto Fialho, Largo do Carmo, 8, loja, Setúbal; MOCIDADE PORTUGUESA, f. 1932, Direct.: Pedro Correia Marques, Rua Eugénio dos Santos, 134, Lisboa; MODAS & BORDADOS, f. 1911, Direct.: Maria Lamas, Rua do Século, 63, Lisboa; MOITENSE (O), f. 1936, Direct.: João dos Santos Gil, Travessa do Maia, Moita do Norte; MONITOR DE FARMÁCIA (O), f. 1930, Direct.: Adolfo Teixeira, Campo 28 de Maio, 148, Lisboa; MONTEMORENSE (O), f. 1932, Direct.: Jaime Ernesto dos Reis, Montemor-o-Novo; MONUMENTO (O), f. 1938, Direct.: Monsenhor Pereira dos Reis, Secretariado N. do Monumento a Cristo-Rei, Rua dos Douradores, 57, Lisboa; MOSQUITO (O), f. 1936, Direct.: A. Cardoso Lopes e Raúl Correia, Travessa de S. Pedro, 9 (a S. Pedro de Alcântara), Lisboa; MOTO-

RISTA (O), f. 1939, Direct.: António da Silva Fernandes, Largo Bressane Leite, Caixa Postal, 272, Luanda; MOTORISTA (O), f. 1935, Direct.: Francisco Marques, Rua Luz Soriano, 67, 1.º, Lisboa; MUNDO GRÁFICO, f. 1940, Direct.: Artur Portela, Rua de S. Nicolau, 119, 3.º, Lisboa; MUNDO PORTUGUÊS (O), f. 1934, Direct.: Augusto Cunha, Praça do Rio de Janeiro, 13, Lisboa; MUTUALIDADE POPULAR, f. 1927, Direct.: Aníbal Valeriano Pinto Santos, Largo do Terreiro do Bispo, Faro; MANIFESTO, Direct.: Albano Regueiro e Adolfo Rocha, C. E. R. Alexandre Herculano, Coimbra; MENSAGEIRO, Direct.: Joaquim Rosa Baptista, Calçada da Ajuda, 213, 2.º, Lisboa; MENSAGEM, Direct.: Telmo Mouta Felgueiros, Rua Serpa Pinto, 17, Lisboa; MENSAGEIRO ESPIRITA (O), Direct.: Isidora Duarte Santos, Rua de S. Bento, 640, Lisboa; MENSAGEIRO DO RIBATEJO, Direct.: Joaquim Neves Sequeira Carvalho, Vila Franca de Xira; MOCHO (O), Direct.: Alunos do Liceu, Tip. «Popular», Figueira da Foz; MONTES-CLAROS, Direct:. Nunes Ramos, Rua da Aramenha, Borba; MUNDO ACADÉMICO, Direct.: José Camarote França, Rua Cristóvão de Figueiredo, 12.

N

NACIONAL (O), f. 1920, Direct.: Maria Monteiro, Rua Luciano Cordeiro, 19, r/c., Dt.º, Lisboa; NAUTA (O), f. 1904, Direct.: Procópio de Oliveira, Rua de Camões, Ilhavo; NEPTUNO, f. 1925, Direct.: José dos Santos, Praça de D. Luiz, 9, 1.º, Dt.º, Lisboa; NICHT WAHR?, f. 1937, Direct.: Artur Bívar, Rua de S. Julião, 144, Lisboa; NORTE, f. 1934, Direct.: Mota de Vasconcelos, Rua do Conselheiro, Funchal; NORTE DESPORTIVO (O), f. 1934, Direct.: Joaquim Alves Teixeira, Rua Sampaio Bruno, 12, 2.º, Pôrto; NÓS QUEREMOS, f. 1937, Direct.: Eduardo de Pinho Cabral, Colégio João de Deus, Monte Estoril; NOSSA ESCOLA, f. 1936, Direct.: Virgílio Couto, Costa do Castelo, 68, Lisboa; NOSSO COLÉGIO (O), f. 1936, Direct.: Manuel de Sousa Pacheco, Caldas da Saúde, Minho; NOSSO MUNDO (O), f. 1936, Direct.: António Silva e Vasco da Gama, Pátio do Tejolo, 25, Lisboa; NOTÍCIAS, f. 1936, Direct.: Manuel Simões Vaz, Praça 7 de Março, Caixa Postal, 327, Lourenço Marques; NOTÍCIAS AGRÍCOLA, f. 1933, Direct.: A. Urbano de Castro e Joaquim Pratas, Av. da Liberdade, 266, Lisboa; NOTÍCIAS DO ALENTEJO, f. 1931, Direct. Eng. Joaquim Soeiro, Rua de Santa Cruz, 20, Vila Viçosa; NOTÍCIAS DOS ARCOS, f. 1931, Direct.: J. P. Ribeiro, Praça Municipal, Arcos de Valdevez; NOTÍCIAS DE BARCELOS, f. 1932, Direct.: Dr. Matos Graça, Rua Infante D. Henrique, Barcelos; NOTÍCIAS DE BASTO, f. 1933, Direct.: Dr. Afonso de Sousa Teixeira da Mota, Rua Major Serpa Pinto, Barcelos; NOTÍCIAS DA BEIRA, f. 1931, Direct.: Dr. Manuel Tavares, Mangualde; NOTÍCIAS

DE BEJA, f. 1928, Direct.: António A. Mourão, Rua dos Prazeres, 8 e 9, Beja; NOTÍCIAS DO COMÉRCIO, f. 1938, Direct.: Albano Negrão, Rua da Tábua, 284, 2.º, Dt.º, Lisboa; NOTÍCIAS DA COVILHÃ, f. 1919, Direct.: Crespo de Carvalho, Rua Comendador Mendes Veiga, Covilhã; NOTÍCIAS DO DOURO, f. 1934, Direct.: Alfredo S. Baptista, Rua de Vila Franca, 2, Régua; NOTÍCIAS FARMACÊUTICAS, f. 1934, Direct.: Prof. Guilherme de Barros e Cunha, Edifício da Escola de Farmácia, Rua do Norte, Coimbra; NOVA FLORESTA (A), f. 1938, Direct.: João José de Brito Limpo Serra, Escola Manuel Bernardes, Paço do Lumiar; NOTÍCIAS DA HUÍLA, f. 1930, Direct.: Felipe Coelho, Rua Pinheiro Chagas, Sá da Bandeira (Lubango); NOTÍCIAS DE CABO VERDE, f. 1931, Direct.: Ribeiro de Almeida e Raúl Ribeiro, S. Vicente de Cabo Verde; NOTÍCIAS DE COIMBRA, f. 1933, Direct.: Alfredo Pereira Tavares Alves, Rua Cândido dos Reis, 17, 2., Coimbra; NOTÍCIAS DE ÉVORA, f. 1900, Direct.: Joaquim dos Santos Reis, Rua do Raimundo, 41-43, Évora; NOTÍCIAS DE FAMALICÃO, f. 1935, Direct.: Rebêlo Mesquita, Rua Adriano Pinto Basto, 59-61, Vila Nova de Famalicão; NOTÍCIAS DE FELGUEIRAS, f. 1935, Direct.: Dr. António Ferreira de Paiva Sampaio, Largo 5 de Outubro, Felgueiras; NOTÍCIAS DE GOUVEIA, f. 1914, Direct.: José Almeida Mota, Rua da República, Gouveia; NOTÍCIAS DE GUIMARÃIS, f. 1934, Direct.: António Dias Pinto de Castro, Rua da República, 56-A, Guimarãis; NOTÍCIAS DE MAÇÃO, f. 1934, Direct.: António Heitor Dias, Rua Vasconcelos e Sá, Mação; NOTÍCIAS DE MELGAÇO, f. 1929, Direct.: Prof. Ribeiro da Silva, Rua da Calçada, Melgaço; NOTÍCIAS DE OURÉM, f. 1933, Direct.: Luiz de Oliveira Rito, Rua Teófilo Braga, Vila Nova de Ourém; NOTÍCIAS DE PENACOVA, f. 1932, Direct.: Padre José Augusto Ferreira Simões e Sousa, Gráfica Penacovense, Figueira Penacova; NOTÍCIAS DE VIANA, f. 1927, Direct.: João da Rocha Paris, Rua Grande, 96, Viana do Castelo; NOTÍCIAS DE VOUZELA, f. 1935, Direct.: Januário Simões da Silva, Rua João de Barros, 22, Viseu, Filial: Rua de São Gil, Vouzela; NOVIDADES, f. 1885, Direct.: Cónego F. Pais de Figueiredo, quadro redactorial: Padre Francisco Moreira das Neves, Afonso Serra, André da Piedade Salgado, César Augusto Afonso, João Alves, José Joaquim Coelho de Almeida, José Rodrigues Lopes, Manuel Vaz Genro, Padre Miguel Augusto de Oliveira e Dr. Tomaz de Gamboa Bandeira de Melo, Rua de Santa Marta, 158, Lisboa; NOVOS DE PORTUGAL, f. 1932, Direct.: Dr. M. Gomes dos Santos, Rua da Vitória, 53, 3.º, Lisboa; NOTÍCIAS DA FIGUEIRA, Direct.: Júlio Martins Baptista, Largo Dr. Neves, Figueira da Foz; NOTÍCIAS DE VALENÇA, Direct.: Manuel Gomes, Av. da Estação, 105, Valença.

O

OBJECTIVO, f. 1937, Direct.: A. Rodrigues Fonseca, Rua Carvalho Araújo, 153, 2.º, Lisboa; OCIDENTE, f. 1938, Direct.: Álvaro Pinto, Rua do Salitre, 151-155, Lisboa; OLISIPO, f. 1938, Direct.: Gustavo de Matos Sequeira, Rua Garrett, 62, 2.º, Lisboa; OPINIÃO (A), f. 1888, Direct.: Augusto Barros, Av. Mousinho de Albuquerque, Oliveira de Azemeis; ORDEM (A), f. 1913, Direct.: Dr. Alberto Pinheiro Tôrres, Rua de Santa Catarina, 628, Pôrto; ORDEM NOVA, f. 1932, Direct.: Avelino de Sousa Campos, Rua Combatentes da Grande Guerra, 33, Vila Real; ORIENTE PORTUGUÊS (O), f. 1904, Tip. Rangel, Bastorá, Índia Portuguesa; OSIRIS, f. 1933, Direct.: Jeanne Sylvie Lefèvre, Rua Passos Manuel, 20, Lisboa; OURIVESARIA PORTUGUESA, Direct.: António Pires Júnior, Rua do Bonjardim, 181, 2.º, Pôrto.

P

PALAVRAS CRUZADAS, f. 1931, Direct.: Vasco Dias, Rua de S. Julião, 11, 1.º, Lisboa; PALHINHAS (O), Direct.: Adriano Santos, Rua Bernardo Lopes, 19, Lisboa; PENAFIDELENSE (O), Direct.: José Leal Machado, Rua Alexandre Herculano, 5, Penafiel; PANIFICADOR (O), f. 1935, Direct.: Alfredo Dias Pires, Travessa André Valente, 7, Lisboa; PAPAGAIO (O), f. 1935, Direct.: Adolfo Simões Müller, Rua Capêlo, 5, 2.º, Esq., Lisboa; PAÏSAGENS DA VIDA PORTUGUESA, Direct.: Sebastião Vila Fernandes, Rua de S. Lázaro, 91, r/c., Lisboa; PÁTRIA (A), f. 1929, Direct.: Cândido P. Forjaz, redactor: José Maria Henriques Júnior, Rua de S. João, 103, Angra do Heroísmo; PENSAMENTO, f. 1930, Direct.: Dr. António Augusto da Silva Tavares, Rua Sá da Bandeira, 331, 5.º, Sala 11, Pôrto; PETRUS NONIUS, f. 1937, Direct.: Arlindo Camilo Monteiro, Avenida de Berne, 14, r/c., Dt.º, Lisboa; PIRILAU (O), f. 1939, Direct.: Pinto de Magalhãis e N. N. Calvet de Magalhãis, Rua de S. Bento, 279, Lisboa; POLÍCIA PORTUGUESA, f. 1937, Direct.: Major Miguel Vaz Duarte Bacelar, Rua de Santa Marta, 207, r/c., Dt.º, Lisboa; POLÍTICA NOVA, f. 1936, Direct.: António A. Soveral, Av. 28 de Maio, Viseu; PONTO-TRAÇO, Direct.: Tomaz S. S. e Albuquerque, Rua de S. Paulo, 104, 1.º, Lisboa; POR BEM, Direct.: Maria da Encarnação Martins Rodrigues, Liceu de D. Felipa de Lencastre, Lisboa; PORTUCAL, f. 1928, Direct.: D. Augusto Martins e Pedro Vitorino, Rua dos Mártires da Liberdade, 174-178, Pôrto; PORTUGAL CORTICEIRO, Direct.: Dr. João Calheiros, Rua da Prata, 250, 3.º, Esq., Lisboa; PORTUGAL MÉDICO, f. 1908, Direct.: Prof. Aires Kophe, Rua Cândido dos Reis, 47, Pôrto; PORTUGAL NOVO, f. 1928, Direct.: Jaime de Figueiredo, Calçada da Ajuda, 213, 2.º, Dt.º, Lisboa; PÓVOA DE LANHOSO, f. 1931, Direct.: Padre Carlos Alberto Ribeiro, Póvoa

de Lanhoso; POVO ALGARVIO, f. 1934, Direct.: Dr. Jaime Bento da Silva, Rua 1.º de Maio, 14, Tavira; POVO DE AVEIRO, f. 1916, Direct.: Homem Christo, Rua do Capitão João de Sousa Pizarro, Aveiro; POVO DA BARCA (O), f. 1899, Direct.: José de Jesus Freitas, Rua do C. do Forno, Ponte da Barca; POVO DA BEIRA, f. 1904, Direct.: José de Sousa H. de Melo e Castro, Bairro Camões, 54, S. Pedro do Sul; POVO DE FAFE, f. 1940, Direct.: João Nogueira Leite, Rua Teófilo Braga, 24-A, Fafe; POVO FEIRENSE, f. 1938, Direct.: Dr. Paulo de Sá, Eiras do Bairro, Vila da Feira; POVO DA LOUSÃ, f. 1932, Direct.: Dr. Eugénio de Lemos, Lousã; POVO DE OVAR (O), f. 1929, Direct.: Manuel Nunes Branco, Rua de Antero do Quental, 36, Ovar; POVO DE PARDILHÓ (O), Direct.: Ismael Ferreira de Almeida e Matos, Pardilhó; POVO DE PENAFIEL (O), Direct.: Drolirio Simões Faria, Penafiel; PRESENÇA, Editor: João Gaspar Simões, Rua Angelina Vidal, 52, 2.º, Esq., Lisboa; PRETINHO (O), f. 1932, Direct.: Maria Romeira de Sá Ferreira, Campo dos Mártires da Pátria, 43, Lisboa; PREVISÃO DO TEMPO (A), f. 1938, Direct.: António M. C. Carvalho Serra, Rua António José Baptista, 47 e 72, Setúbal; PREVIDÊNCIA (A), f. 1931, Direct.: José Júlio Gouveia, Rua Chã, 132, 2.º, Pôrto; PRIMEIRO DE JANEIRO (O), f. 1868, Direct.:M. Pinto de Azevedo Júnior, quadro redactorial: José dos Santos Lopes Vieira, Adelino Platão Mendes Bastos, António de Almeida Borges, António Augusto Machado Álvares da Silva, António Loureiro Dias, António Marques da Cunha, Artur Melo, Augusto Joaquim da Cruz da Silva Guerra, Bartolomeu Severino, Ernesto Augusto Rebêlo Varzea Júnior, Fernando Assunção, Francisco Pereira Ramalheira, Gabriel Maia, Joaquim Maria Perry Garcia, José Gonçalves Pena, José Lopes Ferreira, José Maria Teixeira Alves Martins, Júlio Fernandes de Oliveira, Manuel Joaquim dos Santos, Mário de Almeida Figueiredo, Mário Ferreira da Silva Quintela, Marta Mesquita da Câmara, Viriato Ferreira Gonçalves e Zeferino Ferreira de Moura, Rua Santa Catarina, 326, Pôrto; PRIMEIRO DE MAIO, f. 1939, Direct.: Higino Queiroz, Rua Vítor Cordon, 1, Lisboa; PROCURAL, f. 1913, Direct.: M. de Agro Ferreira, Rua do Ouro, 220, 2.º, Lisboa; PROGREDIR, Direct.: Justino Teixeira Mota, Rua Passos Manuel, 158-162, Pôrto; PROGRESSO DA MURTOSA, f. 1929, Direct.: Mário Silva, Pardelhas, Murtosa; PROGRESSO DE PAREDES (O), f. 1931, Direct.: Camilo Ruão, Av. da República, Paredes; PROPAGANDA, f. 1932, Direct.: António Bessa de Queiroz, Rua Miguel Bombarda, 51, Póvoa de Varzim; PROPRIEDADE URBANA (A), f. 1932, Direct.: Manuel Francisco de Barros Saldanha, Rua Vítor Cordon, 12, 2.º, Lisboa; POPULAR (O), f. 1925, Direct.: A. Gomes dos Santos, Rua Luz Soriano, 94, Lisboa; PROTECÇÃO (A), f. 1932, Direct.: Maria Joana Mendes Leal, Costa do Castelo, 45, Lisboa; PORTUGAL D'AQUEM E D'ALÉM MAR, f. 1937, Direct.: Santos Guerra, Travessa do Fala-só, 26, Lisboa; PORTUGAL EVANGÉLICO, f. 1920, Direct.:

Alfredo da Silva, Rua Quental, 125, Pôrto; PORTUGAL FILATÉLICO, f. 1929, Direct.: A. Simões Ferreira, Rua do Arsenal, 70, Lisboa; PORTUGAL, MADEIRA E AÇÔRES, f. 1885, Direct.: Adelaide Bettencourt Pereira, Rua PROGRESSO DA MURTOSA, f. 1929, Direct.: Mário Silva, Pardelhas, 5 de Outubro, 47, Lisboa; PONNEY (O), f. 1930, Direct.: Carlos Ferreira da Silva, Coimbra; PROVÍNCIA (A), Direct.: Dr. Bento Sousa, Rua Espingardeiros, Moura; PROVÍNCIA DE ANGOLA (A), f. 1923, Direct: António Correia de Freitas, Rua de Salvador Correia, 31-37, Luanda; PROVÍNCIA DO RIBATEJO, Direct.: Carlos Borges, Santarém; PUBLICIDADE (A), f. 1925, Direct.: Couto Martins, Rua da Prata, 178, 2.º, Lisboa.

Q

QUINZENA LITERÁRIA, Direct.: Joel Serrão, Associação Acad. Faculdade de Letras, Lisboa; QUATRO DE OUTUBRO, Direct.: Domingos Alindro de Figueiredo, Travessa do Fala-Só, 24, Lisboa.

R

RÁDIO, f. 1936, Direct.: José da Silva, Rua 31 de Janeiro, 13, Funchal; RÁDIO (O), Direct.: José Ramalho, Calçada Alta, Covilhã; RÁDIO MOÇAMBIQUE, f. 1935, Direct.: C. Campos, Av. da República, 66, Caixa Postal 2021, Lourenço Marques; RÁDIO NACIONAL, f. 1937, Direct.: Dr. J. Pires Cardoso, Rua do Quelhas, E N, Lisboa; RÁDIO SEMANAL, Direct.: Diniz Bordalo Pinheiro, Rua Dr. Luiz de Almeida e Albuquerque, 5, Lisboa; RAIO DE LUZ, f. 1933, Direct.: J. P. da Conceição, Largo Arca de Água, 289, Pôrto; RIBATEJO, Direct.: José Malta e Cap. José Maria Guedes, Tip. própria, V. F. de Xira; RIDICULOS (OS), f. 1904, Direct.: Rebêlo da Silva, R. da Barroca, 129-131, 1.º, Lisboa; REBECA (A), f. 1916, Direct.: João Diogo Casaca, Tip. Casaca, Portalegre; REFORMA (A), f. 1933, Direct.: Barónio Monteiro, Loutulim, Salcete, Goa; REGENERAÇÃO (A), f. 1925, Direct.: Dr. Manuel Simões Barreiros, Figueiró dos Vinhos; REGIÃO DE LEIRIA, f. 1935, Direct.: J. Baptista Santos, Tip. Leiriense (à Fonte Freire), Leiria; REGIONAL (O), f. 1922, Direct.: José Soares da Silva, Rua Visconde de S. João da Madeira, S. João da Madeira; REINADO SOCIAL DO CORAÇÃO DE JESUS, f. 1928, Direct.: Dr. Pereira dos Reis, Rua do Ouro, 101, 2.º, Dt.º, Lisboa; RE-NHAU-NHAU, f. 1930, Direct.: Gonçalves Preto e João Miguel, Rua do Esmeraldo, 28, 1.º, Funchal; RENASCENÇA, f. 1931, Direct.: Júlio Eduardo dos Santos, Rua Capêlo, 5, 2.º, Esq., Lisboa; RENASCIMENTO (O), f. 1927, Direct.: José Henriques Pereira Júnior, Mangualde; RENOVAÇÃO, f. 1934, Direct.: Carlos Pinto Ferreira, Rua do Lidador, 104, Vila do Conde; RENOVAÇÃO NACIONAL, Direct.: José Dionísio Neves, Rua de Santa

Luzia, Mirandela; REPÚBLICA, f. 1911, Direct.: Carvalhão Duarte, quadro redactorial: José Ribeiro dos Santos, António Sequeira, Artur Lopes Inez, César Moutinho, Fernando Guerreiro Pampulha, João Isaias Baptista Diniz, José Moreira da Silva Boavida Portugal e Manuela Saraiva de Azevedo, Rua da Misericórdia, 116, 1.º, Lisboa; REPÓRTER, Direct.: M. Vitela, Campo dos Mártires da Pátria, 144-A, Lisboa; RESSURGIMENTO, f. 1939, Direct.: António Lino, Calçada Afonso Henriques, 6, Guimarãis; RESSURGIR, f. 1936; Direct.: Manuel António de Sousa, R. Corujeira de Baixo, 104, Pôrto; REVISTA TRANSTAGANA, f. 1934, Direct.: J. V. de Oliveira Charrua, Rua do Cano, 3, Évora; REVISTA PORTUGUESA DE XADRÊS, f. 1937, Rua Eugénio dos Santos, 100, Lisboa; REVISTA FORD, Direct.: Guilherme Strees Coupérs, Bertrand & Irmãos; REVISTA PORTUGUESA DE PEDIATRIA E PUERICULTURA, f. 1938, Direct.: Dr. A. Almeida Garrett, Av. Fontes Pereira de Melo, 22, 2.º Esq., Lisboa; REVISTA MUNICIPAL, f. 1939, Câmara Municipal de Lisboa; REVISTA OFICIAL DO SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, f. 1938, Direct.: Cottinelli Telmo, Rua de S. Bernardo, 84, Lisboa; REVISTA OFICIAL DO SINDICATO NACIONAL DOS CONSTRUTORES CIVIS, f. 1939, Direct.: Adriano Guedes, Rua de S. Bernardo, 84, Lisboa; REVISTA MILITAR, f. 1848, Direct.: Emprêsa de Revista Militar, Largo da Anunciada, Lisboa; REVISTA INTERNACIONAL, f. 1936, Direct.: Gomes Barbosa, Av. Tenente Valadim, 352, 2.º, Lisboa; REVISTA DOS TRIBUNAIS, f. 1882, Direct.: José Gualberto de Sá Carneiro, Rua da Picaria, 49, Pôrto; REVISTA DOS CEGOS, f. 1933, Direct.: Matoso da Fonseca, Rua Correia Teles, 45, Lisboa; REVISTA DO REGISTO CIVIL, f. 1927, Direct.: A. Prazeres Martins, Calçada do Duque, 3, 1.º, Lisboa; REVISTA DO PÔRTO, f. 1940, Direct.: Carlos Bastos, Rua Formosa, 242-248, Pôrto; REVISTA DO AR, f. 1937, Direct.: Armando Correia Mera, Av. da Liberdade, 11, 1.º, Dt.º, Lisboa; REVISTA SEMIOTRIA LABORATORIAL, f. 1916, Direct.: Dr. Alberto Aguiar, Rua Cândido dos Reis, 47-49, Pôrto; REVISTA DE NOTARIADO E REGISTO PREDIAL, f. 1928, Direct.: Avelino de Faria e Pedro Pita, Av. Duque de Ávila, 124, 2.º, Esq., Lisboa; REVISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA, f. 1918, Direct.: Augusto Abreu Lopes, Escola Superior de Medicina Veterinária, Lisboa; REVISTA DE MARINHA, f. 1937, Direct.: Maurício de Oliveira, Rua Augusta, 44-54, Lisboa; REVISTA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA, f. 1868, Direct.: Dr. José Alberto dos Reis, «Coimbra Editora, L.da», Coimbra; REVISTA DE JUSTIÇA, f. 1915, Direct.: José Mourisca, Rua da Junqueira, 277, Lisboa; REVISTA DE GUIMARÃIS, f. 1884, Direct.: Sociedade Martins Sarmento, Sociedade Martins Sarmento, Guimarãis; REVISTA DE ESPIRATUALISMO, f. 1939, Direct.: Barros da Silva, Rua de S. Bento, 640, Lisboa; REVISTA DE ENGENHARIA DA AGREMIAÇÃO TÉCNICA PORTUGUESA, f. 1939, Direct.: Caetano Ribeiro, Rua de Santa

Marta, 217, Lisboa; REVISTA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, f. 1940, Direct.: Albertino Marques, Rua Arco do Cego, 21, 2.º, Lisboa; REVISTA DE CONTABILIDADE E COMÉRCIO, f. 1933, Direct.: José Henriques Garcia, Rua da Formiga, 40-A, Pôrto; REVISTA DE ARTILHARIA, f. 1904, Direct.: General Anacleto D. dos Santos; Rua do Carmo, 43, 2.º, Lisboa; REVISTA PORTUGUESA, Direct.: Visconde do Pôrto da Cruz, Rua Nova do Loureiro, 18, Lisboa; REVISTA PORTUGUESA DE SEGUROS, Direct.: Luiz Costa Santos, Av. Fontes Pereira de Melo, 34, 1.º, Lisboa; REVISTA DAS FAMÍLIAS, f. 1931, Direct.: António Lindoso, Rua Eugénio dos Santos, 134, Lisboa; REVISTA DA FACULDADE DE ENGENHARIA, f. 1932, Faculdade de Engenharia, Universidade do Pôrto; REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS, f. 1931, Direct.: Faculdade de Ciências de Lisboa; REVISTA DE CAVALARIA, f. 1939, Direct.: João Correia Barrento, Quartel do Carmo, Lisboa; REVISTA CATEQUISTA, f. 1913, Direct.: Mons. António José Moita, Rua Silva Gaio, 42-46, Viseu; REVISTA AGRONÓMICA, f. 1901, Direct.: Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal, Largo do Chiado, 8, 2.º, Lisboa; ROMANCE, Direct.: D. Margarida Gomes Barbosa, Rua Eugénio dos Santos, 118, Lisboa; ROSA CRUZ, Direct.: Augusto Florez, Av. Marquês de Pombal, 6, Leiria; ROSA MÍSTICA, f. 1937, Direct.: Padre Manuel Maria Nunes Alferes, Rua Clemente Meneres, 88, Pôrto; ROSAS DE SANTA TERESA, f. 1930, Direct.: Padre Marques Soares, Rua Ilha Terceira, 38, 2.º, Lisboa; ROSÁRIO (O), f. 1908, Direct.: Paulo H. ÓSullivan, Travessa do Corpo Santo, 32, Lisboa; ROTARY CLUB DE LISBOA, Direct.: Cruz Felipe, Av. da Liberdade, 65, 2.º, Esq., Lisboa.

S

SADO (O), f. 1929, Direct.: Manuel Envia, Rua Álvaro Castelões, 28, Setúbal; SANJOANENSE (O), f. 1940, Direct.: António Henriques, Rua Oliveira Júnior, S. João da Madeira; SANTA LUZIA, Direct.: Padre Daniel José Machado, Rua da Bandeira, 125, Viana do Castelo; SÃO JOÃO AGUIA, f. 1937, Direct.: Manuel Matos, São João-Cine, Pôrto; SAÚDE (A), f. 1931, Direct.: Dr. Armando Gonçalves, Secretaria da Junta de Província da Beira Litoral, Coimbra; SAÚDE ESCOLAR (A), f. 1936, Direct.: Direcção Geral da Saúde Escolar, Av. da Liberdade, 211, 2.º, Lisboa; SEARA NOVA, f. 1921, Direct.: Dr. Luiz da Câmara Reis, R. da Rosa, 238-240, Lisboa; SÉCULO (O), f. 1880, Direct.: João Pereira da Rosa, quadro redactorial: Acúrcio do Carmo Pereira, Mário Roque dos Reis, Adelino Lopes da Cunha Mendes, Agostinho Domingues, Agostinho Remédios de Bettencourt Vieira de Areia, Albano Ricardo Pereira Negrão, Alfredo Ferreira de Oliveira Gândara, Alexandre Tavares da Fonseca, Amadeu Mongiardim de Freitas, António Germano da Silva e Costa, António Marques Júnior, António Maria Lopes,

António Rafael Ferreira, Armando Pereira da Silva, Artur Geraldo Soares, Artur de Morais Alvim Ferreira da Costa, Augusto António Fraga, Augusto da Silveira Assis, Carlos Portugal Ribeiro, César Augusto Pires dos Santos, David Lopes, David Salsa, Edmundo Tomé de Jesus, Elmano de Lage Simões Coelho, Fernando Ávila, Fernando Pais de Sande e Castro, Fernando Pimentel da Rocha Calixto, Humberto de Mergulhão Botelho, Jaime Artur Taveira Valente, João França, João Leal da Silva, João Maria da Fonseca Viana de Almeida, José Augusto Tito Gonçalves Martins, José Barão, José Benigno Peres, José Cesário Dias, José Francisco Lôbo, José Joaquim Deveza, José Joaquim Horto Júnior, José Nunes, Leopoldo António de Carvalho Nunes, Luiz Lopes Figueira, Maria Germana Couvreur Braz de Oliveira, Mário Pereira do Amaral, Manuel Neves, Roberto Barreto Pedroso Neves, Salvador Saboia e Sebastião Gomes Saraiva, Rua do Século, 41-65, Lisboa; SÉCULO ILUSTRADO (O), f. 1938, Direct.: João Pereira da Rosa, Rua do Século, 41,65, Lisboa; SEGUROS, f. 1938, Direct.: Francisco da Costa Pinto Coelho, Largo do Intendente, 35, 1.º, Lisboa; SEIA CATÓLICA, Direct.: Padre José Quelhas Bigotte, Seia; SEMANA TIRSENSE, f. 1899, Direct.: João Trepa, Rua de S. Bento, Santo Tirso; SEMEADOR BAPTISTA (O), f. 1926, Direct.: A. Maurício, Av. Combatentes da Grande Guerra, 25, Leiria; SEMPRE FIXE, f. 1926, Direct.: Pedro Bordalo, Rua da Rosa, 57, Lisboa; SENHOR DOUTOR (O), f. 1933, Direct.: Carlos Ribeiro, Rua do Alecrim, 65, Lisboa; SERTORIUS, Direct.: Manuel José dos Santos, Rua Miguel Bombarda, 33-A, Évora; SERVIÇOS AUXILIARES DO EXÉRCITO, f. 1939, Direct.: Tenente Taciano de Araújo Zuzarte, Av. Visconde Valmor, 38, 5.º, Lisboa; SETUBALENSE (O), f. 1915, Direct.: Luiz Faria Trindade, Rua do Diário *O Setubalense*, 21, 1.º, Setúbal; SHELL NEWS, f. 1927, Direct.: J. Ramalhete Beato, Rua de S. Nicolau, 120, Lisboa; SÍNTESE, f. 1939, Direct.: Ramiro da Fonseca, Rua Oriental de Montarroio, 73, Coimbra; SITUAÇÃO, Direct.: Dr. João Barcelar, Av. Navarro, 42, Coimbra; SOBERANIA DO POVO, Direct.: Conde de Águeda, ao Adro, Águeda; SOL NASCENTE, Direct.: Carlos Ferreira Barroso, Rua do Bonjardim, 453, Pôrto; SPORT-CINE, Direct.: Dr. Ernesto Tomé, Rua Bernardo Lopes, 53, Figueira da Foz; SOLDADO (O), f. 1940, Director Major Bénard Guedes, Quartel do Carmo, Lisboa; SPORTS (OS), f. 1919, Direct.: Raúl de Oliveira, Av. da Liberdade, 266, Lisboa; SPORTING, f. 1921, Direct.: Oliveira Valença, Cancela Velha, 39, Pôrto; SPORTS DO ALGARVE (OS), Direct.: Aníbal da Cruz Guerreiro, Rua de Santo António, 145, Faro; STADIUM, f. 1932, Direct.: Raúu Vieira, Calçada do Duque, 25, 1.º, Lisboa; STELLA, f. 1937, Direct.: Direcção do Instituto de Nossa Senhora das Dores da Fátima, Cova da Iria, Fátima; SUL DE ANGOLA (O), f. 1932, Direct.: Mário Trabulho, Av. da República, Caixa Postal n.º 9, Mossâmedes.

T

TABOENSE (O), f. 1933, Direct.: António Rodrigues Andrade, Rua da Palma, 268, 1.º, Dt.º, Lisboa; TABÚ, f. 1935, Direct.: J. Teixeira Júnior, Rua de Santa Catarina, 174, Pôrto; TÉCNICA, f. 1925, Direct.: Carlos Krus Abecasis, I. S. T., Av. Rovisco Pais, Lisboa; TÉCNICA DE ALFAIATARIA, f. 1940, Direct.: António Mendes Baptista, Calçada da Graça, 12, 1.º, D., Lisboa; TELÉGRAFO (O), f. 1893, Direct.: Manuel Emídio Gonçalves, Rua Conselheiro Medeiros, 30, Horta-Açôres; TEMPO (O), f. 1930, Direct.: Alberto Tomaz Ferreira, Largo da Ajuda, Penafiel; TEMPO (O), f. 1931, Direct.: Olinda Casteleiro e Melo, Mercês, Malpuça, Índia Portuguesa; TELEFONES, Direct.: Luiz Trigueiro, C. dos Telefones, Lisboa; TERRA ALENTEJANA, Direct.: Tomaz Gomes Ciríaco, Serpa; TERRA MÃE, Direct.: Dr. Amadeu Cunha Móra, Rua Dr. António José Teixeira, Pombal; TERRA MINHOTA (A), f. 1926, Direct.: Joaquim Guimarãis Pereira Santiago, Rua Dr. Álvares da Guerra, 20-22, Monção; TERRAS DE BRAGANÇA, Direct.: Bernardino Guedes de Miranda, Rua Emídio Navarro, 29, Bragança; TEXTILISTA, f. 1939, Direct.: Henriques Pires, Cascais; TOURING PORTUGUÊS, Direct.: Conde de Penha Garcia, Largo do Chiado, 12, 3.º, Lisboa; TRABALHADOR (O), f. 1936, Direct.: Manuel de Anunciada Soares, Rua Capêlo, 5, 2.º, Esq., Lisboa; TRADIÇÃO, f. 1932, Direct.: Dr. António Sampaio Melo, Vila da Feira; TRABALHO (O), f. 1933, Direct.: Anastácio José dos Santos, Rua 5 de Outubro, Viseu; TRABALHOS FEMININOS, f. 1939, Direct.: Mendes da Silva e Pinheiro da Fonseca, Rua do Heroísmo, 266, Pôrto; TRABALHO FERROVIÁRIO (O), f. 1941, Direct.: Mateus Gregório da Cruz, Rua Almirante Reis, 68, Barreiro; TRABALHO NACIONAL (O), f. 1935, Direct.: Horácio Gonçalves, Av. Duque de Ávila, 26, 1.º, Lisboa; TRABALHO E PREVIDÊNCIA (O), Direct.: Álvaro Rui Mendes Pinheiro, Tip. Mendes Barata, Leiria; TRABALHO DO TRÁFEGO, Direct.: António José Braga, Rua do Barão, 12, 1.º, Lisboa; TRANSTAGANO (O), f. 1929, Direct.: Francisco Direitinho, Rua Dr. António José de Almeida, Viana do Alentejo; TRAZ-OS-MONTES, f. 1924, Direct.: António Manuel dos Santos Vila, Praça do Camões, 22, 2.º, Lisboa; TRIBUNA (A), f. 1933, Direct.: Manuel de Gouveia Freitas, Luanda; TURISMO, f. 1936, Direct.: António Pardal, Rua do Loreto, 4, 2.º, Lisboa.

U

U. V. D., f. 1937, Direct.: João de Figueiredo Cabral Mascarenhas, Rua Dr. Luiz Ferreira, 70, Viseu; ÚLTIMA HORA, Direct.: Dr. Romeu Pinto de Leiria Barradas, Rua Alexandre Braga, 56; ULTRAMAR, f. 1941, Direct.: Luiz Figueira, Praça dos Restauradores, 13, 3.º, Sala 87, Lisboa; UNIÃO (A),

Direct.: João Garcia, Rua do Capêlo, 5, 2.º, Esq., Lisboa; UNIÃO (A), f. 1893, Direct.: Manuel Cardoso do Couto, Redactor: José Machado Dutra, Rua Infante D. Henrique, 19-21, Angra do Heroísmo; UNIÃO, f. 1933, Direct.: Artur J. Fontes, Caixa Postal, n.º 1016, Lourenço Marques; UNIÃO DESPORTIVO (O), Direct.: Dr. Luiz de Gonzaga Moura, Calçada de Santo Amaro, 3; UNIVERSITÁRIAS, f. 1938, Av. Duque de Loulé, 92, r/c., Dt.º, Lisboa.

V

VALENTE (O), f. 1926, Direct.: A. Campos Júnior, Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c., Lisboa; VANGUARDA, Direct.: Humberto Sousa Nogueira, Rua Luz Soriano, 94, Lisboa; VAURADDEAMELSO, f. 1933, Direct.: Padre João Francisco Fernandes, Seminário de Rachol, Goa, Índia Portuguesa; VENERÁVEL PADRE JOSÉ VAZ, f. 1932, Direct.: Padre Tomaz da Silva, Tip. «A Voz de S. Francisco Xavier», Nova Goa; VERDADE (A), Direct.: Joaquim Salgado, Rua Santo Ildefonso, 26, 1.º, Dt.º, Pôrto; VERDADE (A), f. 1919, Direct.: Francisco Cardoso de Melo Machado, Rua Cândido dos Reis, 29-33, Alenquer; VESTIR, f. 1939, Direct.: M. Ferreira Borges, Rua da Palma, 219, 2.º, Lisboa; VIA LATINA, f. 1941, Direct.: Ramiro Machado Valadão, Associação Académica, Coimbra; VIAGEM, f. 1940, Direct.: Carlos de Ornelas, Rua da Horta Sêca, 7, Lisboa; VIDA ACADÉMICA, f. 1932, Direct.: João Dias Afonso, Angra do Heroísmo; VIDA AGRÍCOLA, f. 1938, Direct.: Manuel Nunes Salvador, Rua do Prior do Crato, 68-70, Lisboa; VIDA COLEGIAL, Direct.: José Henriques de Carvalho, Rua Alfredo Keil, 53, Castelo Branco; VIDA FERROVIÁRIA, f. 1935, Direct.: João Júlio Pina Castro, Praça dos Restauradores, 78, 3.º, Lisboa; VIDA JUDICIÁRIA (A), f. 1938, Direct.: Cláudio Olímpio, Rua da Conceição, 120, 2.º, Lisboa; VIDA MUNDIAL, f. 1939, Direct.: José Cândido Godinho, Rua Garrett, 80, 2.º, Lisboa; VIDA MUNDIAL ILUSTRADA, f. 1941, Direct.: José Cândido Godinho, Rua Garrett, 80, 2.º, Lisboa; VIDA RIBATEJANA, f. 1917, Direct.: Fausto Nunes Dias, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 77, Vila Franca de Xira; VIDA E SAÚDE, f. 1934, Direct.: Drs. Mário de Almeida e A. Lopes Rodrigues, Rua de Cedofeita, 603, Pôrto; VIDA SOCIAL (A), Direct.: Mariano Pereira, Rua da Graça, 64, 2.º, Lisboa; VILARREALENSE (O), f. 1880, Direct.: Heitor Correia de Matos, Largo de *O Vilarrealense,* Vila Real; VÍTIMAS DA GUERRA, f. 1930, Direct.: Tenente Henrique Reis, Rua do Benformoso, 155, 1.º, Dt.º, Lisboa; VOZ (A), Direct.: J. Fernando de Sousa, quadro redactorial: Pedro Correia Marques, António Morais de Carvalho, Carlos da Silva Costa, Eduardo Marques de Paiva, Eugénio Navarro, João Raff Tôrres de Carvalho, Joaquim Martins dos Santos, Paulo Cândido da Costa, Sebastião Joaquim Alves Morgado e Sebastião de Almeida Cardoso,

Rua da Misericórdia, 17, 2.º, Lisboa; VOZ ACADÉMICA (A), f. 1935, Direct.: Horácio Chaves Pereira, Aveiro; VOZ AFRICANA, f. 1933, Direct.: José António Trindade, Centro Africano, Caixa Postal, 5, Beira; VOZ DA BEIRA (A), f. 1934, Direct.: Abílio Monteiro, Canas de Senhorim; VOZ DO CALHABÉ (A), f. 1933, Direct.: Humberto Cruz, Av. Dr. Dias da Silva, Coimbra; VOZ DO CONCELHO (A), f. 1933, Direct.: Felipe Dias Grilo, Tip. Grilo, Tôrres Vedras; VOZ DAS CRIADAS (A), f. 1934, Direct.: Maria José Lucas, Rua Bernardo Xavier, Guarda; VOZ DESPORTIVA (A), f. 1926, Direct.: Amadeu Rodrigues, Penedo da Saüdade, Rua Sousa Refoios, E, Coimbra; VOZ DO DOMINGO (A), f. 1933, Direct.: Padre José Galamba de Oliveira, Largo da Caixa Geral de Depósitos, 7-13, Leiria; VOZ DA ESCOLA (A), Direct.: Dr. José de Oliveira Boléo, Escola de Afonso Domingos, Xabregas; VOZ DE FAFE, Direct.: António Teixeira de Matos Júnior, Rua Miguel Bombarda, 62, Fafe, VOZ DA FÁTIMA (A), f. 1922, Direct.: Dr. Manuel Marques dos Santos, Rua Marcos Portugal, 8-A, Leiria; VOZ DA FÉ (A), f. 1919, Direct.: Cónego Venceslau Ferreira Felipe, Seminário da Guarda, Guarda; VOZ DOS FERROVIÁRIOS (A), Direct.: António Correia, Seminário, Guarda; VOZ DE S. FRANCISCO XAVIER (A), f. 1931, Direct.: Cónego Castilho de Noronha, Rua 31 de Janeiro, Nova Goa, Índia Portuguesa; VOZ DE LAMEGO, f. 1930, Direct.: Cónego A. Pereira Pinto, Largo de Camões, Lamego; VOZ DE MACAU (A), f. 1931, Direct.: Domingos Gregório da Rosa Duque, Calçada do Tronco Velho, 6-8, Macau; VOZ DA MADEIRA, f. 1936, Direct.: Avelino Gouveia Brasão, Rua 31 de Janeiro, 141, Funchal; VOZ DOS MERCADOS (A), f. 1930, Direct.: Carlos Lourenço de Carvalho, Rua de S. Paulo, 104, 2.º, Lisboa; VOZ DO MINHO (A), Direct.: António Ramos, Praça Municipal, Arcos de Valdevaz; VOZ DO MUNICÍPIO (A), f. 1936, Direct :.Bernardo Furtado de Mendonça, Paços de Ferreiros; VOZ DE OLIVEIRA, Editor: José Pereira de Sousa, Oliveira do Hospital; VOZ DO OPERÁRIO (A), f. 1879, Direct.: José Maria Marques de Almeida, Rua da Voz do Operário, 13, Lisboa; VOZ DO PAIVA (A), f. 1933, Direct.: Prof. Manuel Carneiro da Cunha, Rua Formosa, Castro Daire; VOZ DO PÁROCO (A), f. 1933, Direct.: Igreja de Nossa Senhora da Encarnação. VOZ DA PARÓQUIA (A), Direct.: Padre Joaquim dos S. Morgadinho, Rua Teimosa, Castro Daire; VOZ DO PASTOR (A), f. 1921, Direct.: Joaquim Pinto da Costa, Rua de Santa Catarina, 521, Pôrto; VOZ DO PLANALTO, f. 1932, Direct.: Dr. Miguel Nepomuceno, Rua Pereira de Eça, Caixa Postal, 96, Nova Lisboa; VOZ PORTALEGRENSE (A), f. 1931, Direct.: Manuel António Tapadinhas, Rua 5 de Outubro, 25-29, Portalegre; VOZ DO POVO (A), Direct.: Manuel Figueira Maio, Rua dos Melões, Oliveirinha; VOZ DA PÓVOA (A), f. 1938, Direct.: Dr. Sebastião José R. de Almeida Rainha, Praça Marquês de Pombal, 35, Póvoa de Varzim; VOZ DA RAZÃO (A), Direct.: Manuel Mendes Leite

Júnior, Rua de Santa Marta, 61, Lisboa; VOZ DO SEIXAL (A), f. 1927, Direct.: Alves Diniz, Rua Heliodoro Salgado, 13, 1.º, Seixal; VOZ DA SERRA (A), f. 1919, Direct.: Luiz Ferreira Matias, Ceia; VOZ DO SUL, f. 1916, Direct.: Henrique Martins, Rua 5 de Outubro, Silves; VOZ DA VERDADE (A), f. 1932, Direct.: Dr. Alberto Carneiro de Mesquita, Quinta do Cabeço, Olivais.

Z

ZOÓFILO, Direct.: Comandante Carvalho Brandão, Rua de S. Paulo, 55, Lisboa; ZÉZERE (O), Direct.: António Ferreira Júnior, Café Zézere, Ferreira do Zézere;

Alguns jornais das Colónias Portuguesas no estrangeiro

ANGLO-LUSITANO, Bombaím; BEDFORD NEWS, New Bedford; COLONIAL (O), Fairhaven; CORREIO PORTUGUÊS, Rio de Janeiro; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Califórnia; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, New Bedford; ECOS DE PORTUGAL, Buenos Aires; INDEPENDENTE (O), New Bedford; JORNAL DO COMÉRCIO, Pernambuco; JORNAL PORTUGUÊS, Buenos Aires; JORNAL PORTUGUÊS, Oakland; LEGIÃO PORTUGUESA, Rio de Janeiro; LUTA (A), New York City; NOVIDADES, Fall River; PALAVRA LUSA, Buenos Aires; PÁTRIA, New Bedford; PORTUGAL, New York City; PORTUGAL DA CALIFÓRNIA, Oakland; TRIBUNA (A), Newark; UNIÃO PORTUGUESA, Manaus; VOZ DE PORTUGAL, Rio de Janeiro.

ESTORIL

COSTA DO SOL / A 23 KMS. DE LISBOA

Comboio eléctrico — Nova estrada marginal

A MAIS ELEGANTE PRAIA DO PAÍS

TODOS OS DESPORTOS
Golf, Ténnis, Hipismo, Natação, Tiro, etc.

ESTORIL — TERMAS
Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico

ESTORIL-PALÁCIO-HOTEL — Luxuoso e confortável

TAMARIZ — Magníficas esplanadas sôbre o mar Serviço de Bar

HOTEL DO PARQUE
moderno e elegante

HOTEL DE ITÁLIA
preços moderados

CASINO

Aberto todo o ano — Cinema — Concertos — Dancing — Restaurante — Bars — Roleta — Banca Francesa — Bacará

PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA / ESCOLA DE EQUITAÇÃO / SALA DE ARMAS / STAND DE TIRO

Para informações pormenorizadas dirigir-se à:

Sociedade de Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

convém

À SUA BÔLSA E À SUA VISTA NÃO ACEITAR UMA LÂMPADA QUALQUER. NÃO PEÇA, POIS, UMA LÂMPADA, PEÇA UMA

PHILIPS

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Carreiras regulares de carga e passageiros para as Colónias

África Oriental

Com os paquêtes ANGOLA, LOURENÇO MARQUES, NIASSA e QUANZA.

África Ocidental

com os vapôres CABO VERDE, CONGO e CUBANGO.

Serviço Costeiro de Moçambique

com os vapôres CHINDE, INHARRIME e LUABO.

Serviço Costeiro de Angola

com o vapôr SAVE.

LINHAS EXTRAORDINÁRIAS PARA OS ESTADOS UNIDOS, CUBA, MÉXICO E AMÉRICA DO SUL

Pedir informações à:

SÉDE EM LISBOA — Rua do Comércio, 85
SUCURSAL NO PÔRTO — Rua Infante D. Henrique, 73

A tôdas as horas
A tôdas as refeições

I. P. C. P.

as conservas de peixe
p o r t u g u e s a s
têm o seu lugar marcado

PELO SEU SABOR

PELAS SUAS QUALIDADES

PELO SEU ALTO VALOR ALIMENTAR . . .

GRÉMIO
DOS ARMAZENISTAS DE MERCEARIA

Criado por Decreto n.º 30.002, de 26 de Outubro de 1939

●

Regulamenta o comércio por grosso dos seguintes artigos:

BACALHAU / ARROZ

MASSAS ALIMENTÍCIAS

AÇÚCAR / GRÃO / FEIJÃO

CAFÉ / CACAU / SABÃO

●

Sede: Avenida da Liberdade, 166 — LISBOA

Delegação: Rua Infante D. Henrique, 30 — PÔRTO

SEGUROS...

EM TODOS OS RAMOS
AUTORIZADOS EM PORTUGAL

A MUNDIAL

O maior organismo segurador português

Sede em Lisboa: Largo do Chiado, 8
Filial no Pôrto: P. Gomes Fernandes, 10
AGENTES POR TODO O PAÍS

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

SEDE — Rua Duque de Loulé, 240 — PORTO
— Telefones: 2828 - 2829 - 2830 — Est. 90

DELEGAÇÃO — Rua António Maria Cardoso, 13, 2.º — LISBOA
— Telefones: 2 7232 - 2 7233 — Est. 365

ELECTRICIDADE DO LINDOSO E DAS CENTRAIS DO FREIXO E DA CACHOFARRA

A União Eléctrica Portuguesa distribue e vende electricidade nos distritos de VIANA DO CASTELO, BRAGA, PORTO, AVEIRO, COIMBRA, VISEU, LEIRIA e SETÚBAL, pela mais extensa rêde de alta-tensão em Portugal (mais de 1.200 km.), levando fôrça motriz às FÁBRICAS e luz a CIDADES, VILAS, ALDEIAS e LUGARES

A U. E. P. facilita a electrificação de Fábricas e oferece as maiores vantagens nas suas tarifas

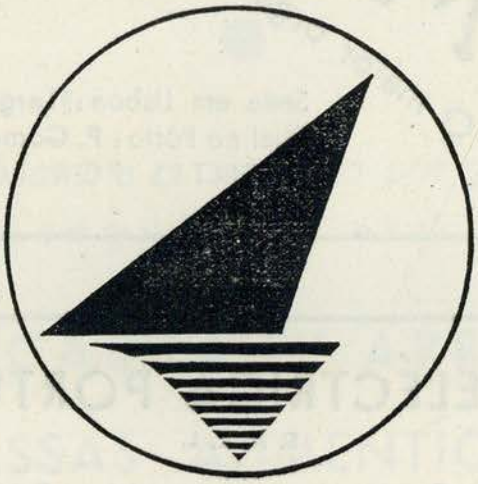
Consultar a **U. E. P.** e consumir a sua energia é **proveitoso negócio**

Algarve Exportador, L.da

APARTADO 206 — LISBOA

CONSERVAS DE PEIXE

Marcas registadas: **NICE** — NICETTE — CINE — FLORA — CORAL — TRIADE



Distintivo principal das nossas conservas

Seis grandes fábricas em: LISBOA — SETÚBAL — LAGOS — PENICHE — NAZARÉ — MATOZINHOS

Distribuïdores gerais para Portugal:

ALIANÇA EXPORTADORA, L.DA

Praça Duque da Terceira, 24, 3.º-Esq.—LISBOA

Agente no Pôrto:

FREITAS & FREITAS, L.DA — Rua Firmeza, 450 — PÔRTO

HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO

DIRECTORES: Drs. António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias

EIS UMA OBRA MONUMENTAL QUE HISTORIA TÔDA A ACTIVIDADE DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO

Em publicação o 3.º e último volume

Á venda nas principais Livrarias do País e na sede da EDITORIAL ÁTICA — Rua das Chagas, 25 — **LISBOA**

ÁGUA DAS LOMBADAS

Mineral Carbogasosa Natural

DE EFEITOS IMEDIATOS NA DIGESTÃO

SOBERANA PARA A MESA

Recomendada para as doenças do estômago, rins, fígado, intestinos, bexiga e diabetes

Paladar agradabilíssimo **Pura, Límpida, Digestiva**

À VENDA EM TÔDA A PARTE

Util em todo o país
O popular Fogareiro Vacuum, a petróleo, utiliza um combustível económico que se vende em todo o País.
A rapidez com que cozinha, mantendo os utensílios sempre limpos, torna-o o fogareiro preferido por todas as donas de casa que sabem avaliar o que vale o tempo nos serviços domésticos.
O Fogareiro Vacuum é muito portátil.
Fogareiros VACUUM
VACUUM OIL
1890

B.B.C.

A Voz de Londres

fala e o mundo acredita

Noticiário em LÍNGUA PORTUGUESA

Hora		Estações	Ondas curtas
12,15	Noticiário	G R Z	13,86 m. (21,64 mc/s)
		G S O	19,76 m. (15,18 mc/s)
12,30	Actualidades	G R V	24,92 m. (12,04 mc/s)
21,00 (*)	Noticiário	G S C	31,32 m. (9,58 mc/s)
		G S B	31,55 m. (9,51 mc/s)
21,15 (*)	Actualidades	G R T	41,96 m. (7,15 mc/s)

(*) Êste período de Noticiário e Actualidades ouve-se também em ondas médias de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas de 1.500 metros (200 kc/s).

CRIAI O HÁBITO DE LER «LONDON CALLING», SEMANÁRIO ILUSTRADO E ÓRGÃO OFICIAL DA B. B. C.

À venda nas principais tabacarias e na Livraria Bertrand

——— Rua Garrett, 73-75, ao preço de Esc. 1$20 ———

BERLIM

A ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

HORAS		ESTAÇÕES		ONDAS CURTAS
12,45	NOTICIÁRIO	DZE	24,73	12.130 kc/s
17,45	NOTICIÁRIO	DJD	25,49	11.770 kc/s
19,30	NOTICIÁRIO	DJQ	19,63	15.280 kc/s
		DZE	24,73	12.130 kc/s
20,30	NOTICIÁRIO	DJQ	19,63	15.280 kc/s
20,45	NOTIC. E CONF....	DJC	49,83	6.020 kc/s
21,30	NOTICIÁRIO E TEMA DO DIA	DJQ	19,63	15.280 kc/s
		DZE	24,73	12.130 kc/s
		DZC	29,16	10.290 kc/s
22,45	NOTICIÁRIO	DXM	41,27	7.270 kcs.
23,00	NOTICIÁRIO	DJQ	19,63	15.280 kc/s
		DZE	24,73	12.130 kc/s
		DZC	29,16	10.290 kc/s
23,15	CONF. POLÍTICA...	DJQ	19,63	15.280 kc/s
		DZE	24,73	12.130 kc/s
		DZC	29,16	10.290 kc/s
0,00	CONFERÊNCIA	DJQ	19,63	15.280 kc/s
		DZE	24,73	12.130 kc/s
		DZC	29,16	10.290 kc/s
1,15	NOTICIÁRIO	DJQ	19,63	15.280 kc/s
		DZE	24,73	12.130 kc/s
		DZC	29,16	10.290 kc/s

A EMISSORA ALEMÃ DE ONDAS CURTAS DE BERLIM *oferece aos seus estimados ouvintes portugueses diàriamente um programa especial das* **20** *às* **22** *horas, e em seguida para o Brasil até às* **2** *horas, com as músicas portuguesas e alemãs mais apreciadas.*

GASOLINA
E ÓLEOS
SHELL

Qualquer vertigem ou fadiga podem custar-lhe a vida... O operário armador necessita, para cumprir o seu arriscado ofício, de nervos elásticos e temperados, cabeça serena e um perfeito equilíbrio dos seus sentidos. Sempre que nos faltem estas qualidades, podê-las-emos recuperar tomando 2 comprimidos de

Cafiaspirina

BAYER

Companhia Colonial de Navegação

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

LINHA RÁPIDA DA COSTA ORIENTAL

Saidas mensais regulares, com escala por:

Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Pôrto Amboim, Lobito, Mossâmedes, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação em Luanda ou Lourenço Marques.

LINHA RÁPIDA DA COSTA OCIDENTAL

Saidas mensais regulares, com escala por:

Príncipe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito e Benguela e demais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação em Luanda.

LINHA DA GUINÉ

Saidas mensais regulares, com escala por:

S. Vicente, Praia, Bissau e Bolama.

LINHA DO BRASIL

para Rio de Janeiro e Santos com escala por Funchal e S. Vicente.

LINHA DA AMÉRICA

para New York.

FROTA

VAPORES DE PASSAGEIROS		VAPORES DE CARGA	
«Serpa Pinto» ..	8.267 Ton.	«Cassequel»	7.300 Ton.
«Mouzinho»	8.374 »	«Pungue»	6.290 »
«Colonial»	8.309 »	«Malange»	5.050 »
«João Belo»	7.540 »	«Lobito»	4.200 »
«Guiné»	3.200 »	«Sena»	1.420 »

ESCRITÓRIOS

LISBOA—R. Instituto Virgílio Machado, 14 (à R. da Alfândega)—Tel. 20051

PORTO—Rua do Infante D. Henrique, 9—Telefone 2342

LUBRIFICANTES

"Atlântic"

GAZCIDLA
O COMBUSTIVEL IDEAL

COZINHA,
BANHO, LUZ,
AQUECIMENTO,
REFRIGERAÇÃO

CIDLA
73, R. do Alecrim
LISBOA

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar), Penedo e Casal Ermio (Lousã), Vale Maior (Albergaria-a-Velha)

Premiada em tôdas as Exposições a que tem concorrido:

Medalhas de Ouro: Exposição Universal de Paris de 1900, Universal dos Estados Unidos do Brasil de 1908 e Industrial Portuguesa de 1929

Execução rápida de papéis em todos os géneros, tendo sempre em armazém papéis para tôdas as aplicações

Especialidade em papéis de máquina contínua, de escrever, de impressão, manilhas, afiches e imitação de «Couché»; Papel de côr para capas; Papéis de embrulho; Papel Kraft; Vegetal; Papelão palha; Papéis de máquina redonda, almaços, Leornes, mezenas, etc. À venda em todos os estabelecimentos de papelaria e armazéns

Telefones { DIRECÇÃO 2 3623 — Armazém 2 2332
Escritório 22331 — Do Estado 188

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278-2.º
Escritório e Depósito: SEDE
LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51
PÔRTO

O Papel do **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas** foi fabricado na **Companhia do Papel do Prado**

Marca do impressor
Germão Galharde
(1519-1560)